

OUTUBRO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

| | | |
|-----------|---|-----------|
| I. | REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA | 1 |
| 1.1 | EDIÇÃO EM PAPEL: Salário mínimo só chega para metade da cesta básica | 1 |
| 1.2 | Angola e Brasil alcançam primeiro ODM | 1 |
| 1.3 | A mortalidade infantil mostra a nossa pobreza económica | 2 |
| 1.4 | Angola progride no combate a pobreza | 3 |
| 1.5 | Entre: A fome e a pobreza | 4 |
| 1.6 | Maioria tem casa própria sem título de propriedade | 5 |
| 1.7 | Mais de 870 milhões de pobres | 6 |
| 1.8 | Ministro promete combater exclusão | 6 |
| 1.9 | Retrato da cidade lotada | 6 |
| 1.10 | Transferência de rendas, nova estratégia para apoiar os mais necessitados | 7 |
| 2. | MICROFINANÇAS | 9 |
| 2.1 | Mulheres recebem crédito | 9 |
| 2.2 | Jovens e ex-militares recebem micro-crédito | 9 |
| 2.3 | Falta de financiamento atrasa o comércio rural | 9 |
| 2.4 | BNA Leva aos mercados o programa "Banquita" | 10 |
| 2.5 | Credito malparado na ordem dos 83% | 10 |
| 2.6 | Angolanos preferem fazer depósitos a prazo | 11 |
| 2.7 | Promoção do aforro cria crescimento económico | 12 |
| 3. | MERCADO INFORMAL | 14 |
| 3.1 | Luanda vista como Eldorado por jovens camponeses | 14 |
| 3.2 | Quiosques para as Zungueiras: uma decisão histórica | 15 |
| 3.3 | A difícil vida dos garimpeiros de pedras na Catumbela | 16 |
| 3.4 | Brutalidade policial mancha o país e zungueiros da HRW contra-atacam | 17 |
| 3.5 | Moradores da Calemba dizem-se enganados no acesso à feira | 18 |
| 3.6 | Kitanda da Tourada aberta ao público | 18 |
| 3.7 | Trabalho de risco e pouco rendimento | 19 |
| 3.8 | Mercado da Mabunda será inaugura em Novembro próximo | 20 |
| 3.9 | Mercados em Viana às moscas | 21 |
| 3.10 | Venda. Bairro Nelito Soares engolido pelos ambulantes | 22 |
| 3.11 | Negócio de peças usadas pode falir | 24 |
| 3.12 | Vendedoras ambulantes satisfeitas com o mercado | 26 |
| 3.13 | Vendedores arriscam a vida nas ruas de Luanda | 26 |
| 3.14 | Administração do Rangel perde autoridade na rua Lino Amezanga | 27 |
| 3.15 | Fiscalização | 28 |
| 3.16 | Mercado do Kifangondo sem clientes | 28 |
| 3.17 | Sapateiros procuram herdeiros | 29 |
| 3.18 | Mabunda recebida em apoteose no mercado do «Tunga Ngó» | 30 |
| 3.19 | O paraíso dos «ndingarí» | 32 |
| 3.20 | Ruas do Cazenga transformadas em mercados | 32 |
| 3.21 | Delinquência, prostituição e drogas | 33 |
| 4. | OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA | 34 |

| | | |
|------|---|----|
| 4.1 | Comissão Económica avalia o Orçamento | 34 |
| 4.2 | Especial atenção ao Pacote Tributário | 34 |
| 4.3 | MPLA analisou projectos integrados no PIP de 2014 | 35 |
| 4.4 | Conta Geral do Estado no Parlamento | 35 |
| 4.5 | Oposição cede apreciação da conta geral do estado | 36 |
| 4.6 | OGE para o próximo ano está na recta final | 37 |
| 4.7 | CM aprova OGE para 2014 | 38 |
| 4.8 | Conselho de Ministros aprova proposta de lei do OGE para 2014 | 39 |
| 4.9 | Parlamento não pode fiscalizar Executiva | 40 |
| 4.10 | Sector social centrado nas prioridades do OGE para 2014 | 41 |
| 4.11 | Proposta de lei do OGE/2014 prevê crescimento do BIP em 8,8 por cento | 42 |
| 4.12 | Proposta do OGE está na Assembleia Nacional | 43 |

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 45

| | | |
|------|---|----|
| 5.1 | Fórum dos Municípios abre amanhã | 45 |
| 5.2 | Os Municípios | 45 |
| 5.3 | Autarquias e corrupção em debate na próxima legislatura | 46 |
| 5.4 | Cidades e municípios vão a debate na Filda | 48 |
| 5.5 | Eleições Autárquicas? Oque é isso ? | 49 |
| 5.6 | ADRA recomenda esclarecimento sobre autarquias a deputados autarquias | 49 |
| 5.7 | Autarquias em debate hoje | 50 |
| 5.8 | Sobas pretendem o fim das nomeações | 50 |
| 5.9 | CASA-CE Quer data precisas para autarquias | 51 |
| 5.10 | MPLA está pronto para discutir sobre autarquias | 51 |
| 5.11 | As autarquias precisam de datas exactas | 52 |
| 5.12 | Autarquias: falar sem dizer ••• | 52 |
| 5.13 | Parlamento deve criar condições para as autarquias | 52 |
| 5.14 | Autarquia Carlos Feijó prefere “ Pôr mãos a obra “ | 55 |

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 57

| | | |
|------|--|----|
| 6.1 | Requalificação urbana | 57 |
| 6.2 | Abacus apresenta relatório do imobiliário em Angola | 58 |
| 6.3 | Executivo retoma reabilitação de vias para tornar fluído o trânsito automóvel | 60 |
| 6.4 | JES “ressuscita” obras em Luanda | 61 |
| 6.5 | Requalificação urbana | 62 |
| 6.6 | Novas centralidades no Zaire | 63 |
| 6.7 | O importante papel das arquitecturas vernaculares no fomento habitacional | 64 |
| 6.8 | Ainda nada de novo | 65 |
| 6.9 | Mais casas são construídas na Conda | 66 |
| 6.10 | Casas sociais têm qualidade | 67 |
| 6.11 | Primeiros prédios estão concluídos | 67 |
| 6.12 | Casa evolutivas entregues a cem famílias vulneráveis | 68 |
| 6.13 | Centralidade do Kilamba surtiu os efeitos pretendidos | 68 |
| 6.14 | Deputados vão questionar aplicação dos 4,2 milhões de Kzs previstos no OGE de 2011 | 69 |
| 6.15 | Fórum nacional reflecte sobre urbanismo e habitação | 71 |
| 6.16 | Milhares de novas habitações até Dezembro | 71 |
| 6.17 | Temos que evitar más práticas nos pagamentos | 72 |
| 6.18 | Uma espera que dura há um ano | 73 |
| 6.19 | Vendeu o carro para pagar à Delta | 74 |
| 6.20 | Precisam ter mais um pouco de paciência' | 74 |
| 6.21 | Construção de habitações com sucesso em todo país | 75 |
| 6.22 | Habitação social nos municípios | 76 |
| 6.23 | Lar do Patriota apresenta queixa-crime contra a associação Ana Ndengue | 76 |
| 6.24 | Casas evolutivas no Lubango | 77 |

| | | |
|------|--|----|
| 6.25 | Alunos de Catete aprendem reconversão urbana | 77 |
| 6.26 | Desalojados recebem casas | 78 |
| 6.27 | Caminhos-de-ferro de Luanda com segunda linha | 79 |
| 6.28 | Casas inacabadas e ruas sem iluminação | 80 |
| 6.29 | Casas para todos, com certeza! | 80 |
| 6.30 | Centenas de moradias erguidas na Humpata | 82 |
| 6.31 | Lamento do mwangole | 83 |
| 6.32 | Casas para Forças Armadas | 83 |
| 6.33 | Comboios chegam a Baía de Luanda | 83 |
| 6.34 | Moradores do Kilamba querem centrais de autocarros | 84 |
| 6.35 | Infiltração de água | 85 |
| 6.36 | Uma «vida (nada) Pacífica» no condomínio habitacional da Sonangol na zona do Zango | 85 |
| 6.37 | Jovens sem casas no Lossambo | 87 |
| 6.38 | Mais famílias transferidas para o Zango | 87 |

7. TERRA

88

| | | |
|------|--|-----|
| 7.1 | Demolição de casas sufoca moradores | 88 |
| 7.2 | Demolições Avançam Em Benguela | 88 |
| 7.3 | Projecto habitacional desequilibra ambiente | 89 |
| 7.4 | S.O.S Habitat marcha em Luanda a favor de uma habitação condigna | 91 |
| 7.5 | Demolições esmagam filhos de paiyama | 92 |
| 7.6 | «É um bairro ilegal e construído numa zona de risco do aeroporto» | 93 |
| 7.7 | «Praga» de Demolições de volta a Benguela | 93 |
| 7.8 | Associação «Ana Ndengue» procede à vontade à venda ilegal de terrenos na zona do Benfica | 94 |
| 7.9 | Novas invasões no «Lar do Patriota» | 95 |
| 7.10 | Venda ilegal de terrenos | 96 |
| 7.11 | Arrancou a estruturação das reservas fundiárias | 96 |
| 7.12 | «Ana Ndengue» descarta-se das ocupações de terrenos do «Lar do Patriota» no Benfica | 97 |
| 7.13 | Casas em locais impróprios continuam a ser demolidas | 97 |
| 7.14 | Expropriações indevidas violam direitos humanos | 98 |
| 7.15 | Fiscais do GPL destroem casas na floresta da ilha de Luanda | 99 |
| 7.16 | Urbanização das reservas fundiárias consome 4,8 mil milhões de kzs | 100 |
| 7.17 | Alunos de Catete aprendem reconversão urbana | 101 |
| 7.18 | Três residências impedem construção de estrada no Cazenga | 102 |
| 7.19 | Casas inacabadas e ruas sem iluminação | 103 |
| 7.20 | Casas para todos, com certeza! | 104 |
| 7.21 | Detidos ocupantes ilegais de terrenos | 106 |
| 7.22 | Maioria tem casa própria sem título de propriedade | 106 |
| 7.23 | Retrato da cidade lotada | 107 |
| 7.24 | Associação de camponeses não cede terreno | 107 |
| 7.25 | Casas ao longo da vala dificultam obras | 108 |
| 7.26 | Especulação de terrenos inviabiliza sector imobiliário | 108 |

8. SERVIÇOS BÁSICOS

110

| | | |
|------|---|-----|
| 8.1 | 30 a 35 por cento das bombas de água em África estão sem funcionar | 110 |
| 8.2 | Abastecimento de água abrange mais famílias | 112 |
| 8.3 | Água Continua Rara No Bairro Paraíso | 112 |
| 8.4 | Seca provoca ausência de alunos e professores | 113 |
| 8.5 | Energia e Águas | 113 |
| 8.6 | Fornecimento do emprego depende da oferta de água e luz | 113 |
| 8.7 | Executivo investe milhões na água | 114 |
| 8.8 | Senado da Câmara continua em estado 'calamitoso | 115 |
| 8.9 | Obras contratadas registam atrasos | 115 |
| 8.10 | Vários moradores dizem que hoje se vive melhor nos musseques do que na cidade | 116 |

| | | |
|------|---|-----|
| 8.11 | Limpeza dos esgotos arrancou ontem | 116 |
| 8.12 | Zonas periféricas têm mais água potável | 117 |
| 8.13 | EP AL paralisa construção dos reservatórios de água | 118 |
| 8.14 | 692 Metros cúbicos por dia | 118 |
| 8.15 | Falta de água e luz preocupa moradores do kalawenda | 118 |
| 8.16 | Sector das águas beneficia de fortes investimentos em cinco anos | 119 |
| 8.17 | Abastecimento está reduzido em Luanda | 120 |
| 8.18 | EPAL paralisa electrobombas de distribuição de água do Marçal por 15 dias | 120 |
| 8.19 | A revolução na energia e águas | 120 |
| 8.20 | Dique no Cubal da Hanha desvia água para Cavaco | 121 |
| 8.21 | EP AL retoma construção de reservatórios em Viana | 122 |
| 8.22 | Casas ao longo da vala dificultam obras | 122 |
| 8.23 | Opaia obtém adjudicação de 5 projectos de tratamento de água | 122 |
| 8.24 | EPAL | 123 |
| 8.25 | Novas condutas de água ficam prontas em Abril | 123 |
| 8.26 | Melhorada distribuição de água potável à cidade | 124 |
| 8.27 | Melhorou a distribuição de água potável e energia | 124 |

9. GÉNERO E VIOLENCIA 125

| | | |
|-----|---|-----|
| 9.1 | Bandidagem no Sambizanga aumenta o nível de mortalidade | 125 |
| 9.2 | Criminalidade em Cacuaco preocupa munícipes | 125 |
| 9.3 | Ações de recolha de ar as melhoram a segurança local | 126 |
| 9.4 | Prioridade no combale à proliferação de armas de fogo | 126 |
| 9.5 | Milhares de armas recolhidas no país | 128 |
| 9.6 | Comissão reforça mobilização para o desarmamento | 129 |

10. AMBIENTE 131

| | | |
|-------|--|-----|
| 10.1 | Chuvas provocam mortes | 131 |
| 10.2 | O decreto presidencial | 131 |
| 10.3 | Executivo não sana as consequências negativas por capricho | 132 |
| 10.4 | Zaire. Aguaceiros desalojam populares | 134 |
| 10.5 | Chuvas destroem centenas de casas | 134 |
| 10.6 | Chuva desaloja famílias | 134 |
| 10.7 | Fortes chuvas destroem casas no Norte do país | 135 |
| 10.8 | Chuvas desalojam famílias | 135 |
| 10.9 | Ambientalistas fazem formação | 135 |
| 10.10 | Fortes chuvas causam danos no município | 135 |
| 10.11 | Pouca chuva ameaça cultivo | 136 |
| 10.12 | Governo provincial disponibiliza verba para a construção | 136 |

11. IMIGRAÇÃO 137

| | | |
|-------|---|-----|
| 11.1 | Zâmbia legaliza milhares de angolanos | 137 |
| 11.2 | Administração acompanha emigração | 137 |
| 11.3 | Chineses optam pela mão-de-obra angolana | 138 |
| 11.4 | Supostos militares entre os recrutadores | 140 |
| 11.5 | Transferência para o 'inferno | 141 |
| 11.6 | Sociedade Civil quer recenseamento urgente de estrangeiro | 141 |
| 11.7 | Ministro anuncia elaboração da política migratória | 142 |
| 11.8 | Estrangeiros são expulsos por ilegalidade | 143 |
| 11.9 | Imigrantes ilegais repatriados na Lunda-Sul | 144 |
| 11.10 | Polícia redobra combate contra ilegais | 144 |
| 11.11 | Imigrantes detidos sem documentos | 144 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 11.12 | "Portugueses são protegidos e bem-vindos a Angola," | 144 |
| 11.13 | Economia propicia imigração | 145 |
| 11.14 | Polícia da Lunda Norte identifica rotas de entrada de imigrantes | 146 |
| 11.15 | Uíge Imigração ilegal preocupa autoridades | 147 |
| 11.16 | A pequena «república» do Palanca | 147 |
| 11.17 | Com os estrangeiros vieram as drogas pesadas e a prostituição em grande força | 148 |
| 11.18 | Imigração ilegal ajudada por seitas | 150 |
| 11.19 | O paraíso dos «ndingarí» | 150 |
| 11.20 | SME intensifica as acções de fiscalização | 151 |
| 11.21 | Aumentam as violações | 152 |

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 EDIÇÃO EM PAPEL: Salário mínimo só chega para metade da cesta básica

Jornal Expansão
01 De Outubro de 2013

Apesar dos avanços nos últimos anos em relação ao aumento do salário mínimo, o valor de 13.277 Kz por mês não consegue comprar metade dos produtos essenciais da cesta básica. Especialistas defendem que os salários só poderão fazer face ao custo da cesta básica quando se resolverem os problemas dos preços.

O salário mínimo de 2013, fixado em Junho por decreto presidencial, só paga metade do conjunto de produtos que compõem a cesta básica utilizada por uma família durante um mês. De acordo com o relatório do primeiro semestre sobre o Salário Mínimo Nacional (SMN), elaborado pelo Grupo Técnico para o Estudo da Evolução do Salário Mínimo, a média de custo da cesta básica nos diversos mercados de Luanda é de 26.497 Kz ao passo que o salário único garantido está fixado em 13.277 Kz, ou seja, tem a capacidade de comprar apenas metade dos produtos que compõem esta cesta.

Segundo o mesmo relatório, o sector da agricultura tem sido aquele que mais preocupação tem suscitado quanto à sua aplicação tendo em atenção as apreensivas manifestações apresentadas pelos trabalhadores contactados pelo Grupo Técnico que se deslocou a várias províncias.

I.2 Angola e Brasil alcançam primeiro ODM

Semanário Folha 08
05 De Outubro de 2013

Angola e o Brasil já alcançaram o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), de reduzir para metade a proporção de pessoas com fome, enquanto Moçambique ainda está a caminho da meta, revela um relatório da ONU.

No relatório "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo", três agências das ações Unidas - o Programa Alimentar Mundial (PAM), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) alertam que são necessários mais esforços para se alcançar o primeiro ODM.

Segundo o objectivo número um, que visa erradicar a pobreza extrema e a fome, o mundo comprometeu-se a reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofre de fome no mundo.

Na lista por países, o relatório revela que Angola já alcançou este objectivo, ao reduzir de 63,2% (em 1990-92) para 24,4% (em 2011-13) a percentagem de habitantes com fome crónica. Esta quebra equivale a uma redução de 61,4%, portanto acima da meta de 50%.

Apesar disso, 4,9 milhões de pessoas ainda sofrem de fome crónica em Angola, menos 27% do que em 1990-92, pode ler-se no relatório. Também o Brasil já alcançou o primeiro objectivo do milénio, ao reduzir em 54,3% a proporção de pessoas com fome no país. Enquanto no período de 1990-92 essa proporção era de 15%, hoje é de 6,9%, mas ainda há 13.6 milhões de pessoas no Brasil a sofrer de subnutrição.

O Brasil está ainda perto de alcançar um objectivo mais ambicioso. estabelecido durante a Cimeira Mundial Alimentar de 1996 em Roma. De reduzir para metade o número de pessoas com fome no mesmo período. Ao diminuir de 22,8 para 13.6 milhões o número de pessoas subnutridas nos últimos 21 anos. o Brasil alcançou uma redução de 40,4%, a caminho dos 50%. Já Moçambique reduziu a proporção de pessoas com fome crónica em 36,4% desde 1990, pelo que lhe falta ainda algum esforço para atingir a meta de 50% até 2015. O total. nove milhões de pessoas ainda passam fome em Moçambique, segundo os números da ONU, que revelam um aumento de 12% no número total de pessoas com fome entre o período 1990-92 e 2011-2013.

O relatório não divulga dados sobre os restantes países de língua portuguesa. mas em termos globais o ponto de partida, em 1990-92, era uma taxa de subnutrição de 23,6% nas regiões em desenvolvimento, o que implicava uma redução para 11,8% em 2015.

Assumindo que a média anual de redução daquela taxa nos últimos 21 anos se mantém até 2015, a prevalência da subnutrição nos países em desenvolvimento ficaria em 13%. ligeiramente acima do objectivo.

Na introdução ao relatório, os líderes das três agências responsáveis pelo documento, José Graziano da Silva (FAO), Kanayo F. Nwanze (IFAD) e Ertharin Cousin (PAM), deixam o apelo: "Com um empurrão final nos próximos dois anos, ainda podemos alcançá-lo".

1.3 A mortalidade infantil mostra a nossa pobreza económica

Jornal Expansão

18 De Outubro de 2013

Um país onde pouco menos de 25% das crianças, de cada mil nascidos vivos, morrem antes de atingir os 5 anos de idade é um país em situação - crítica. As altas taxas de mortalidade infantil e materna de qualquer país expressam a situação económica e social de um povo. É isso que o último relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a situação da infância mostra.

Ele dá, claramente, a indicação de que Angola precisa de avançar mais rápido no campo social e da saúde sobre o desenvolvimento da primeira infância. Ou seja, economicamente, estamos mal, somos cidadãos pobres.

O relatório do UNICEF, publicado em 2013, sobre a Situação Mundial da Infância, com base em dados de 2011, mostra que, entre os países lusófonos, Angola aparece na 8.ª posição, com uma taxa de mortalidade de menores de 5 anos em que "a probabilidade de morrer entre o nascimento e exactamente 5 anos de idade, por mil nascidos vivos", é de 158 crianças em 2011, contra 243 em 1990.

Fazendo as contas, em mais de 20anos, Angola registou poucos progressos. Melhor, em quase uma geração, não houve progressos significativos neste domínio.

O documento indica que as estatísticas apresentadas, relativas a 2011, "são as mais recentes sobre sobrevivência, desenvolvimento e protecção da criança para países, áreas e regiões do mundo".

Enfim, no nosso País há crianças que já nascem destinadas a morrer antes de completarem os 5 anos de idade.

Em outras palavras, há crianças que, pela condição económica das famílias que as geram, estão carimbadas a morrer à nascença. Isto significa que as nossas estruturas sociais (saúde, educação e assistência social) precisam de melhorar e evoluir. No fundo, a pobreza, o baixo nível de escolaridade e o deficiente sistema de saúde são as principais causas

deste fraco indicador económico. Uma sociedade assim, onde as crianças morrem nos primeiros anos de vida, não está bem.

E não está bem porque precisamos com urgência de resolver o problema da pobreza e de oferecer o acesso aos serviços de saúde de qualidade à população. A pobreza é uma condição social gerada pela sociedade e que ela própria pode reverter. A pobreza é execrável, é algo que humilha e diminui o ser humano. É deprimente. Uma pessoa nesta condição vê-se numa viagem sem um fim previsível. Aliás, o pobre, se quisermos aprofundar e ser justos, nem sequer é cidadão, porque não está, em condições de exercer os seus direitos, em pleno. É um pouco como um abismo, sem fundo. Como um viajante sem rumo que não se importa para onde vai chegar. Está preocupado mais em viver do que com o que vier pela estrada. E por tudo isso que devemos reflectir sobre o que anda à nossa volta.

É um pecado mortal condenar à morte logo nos primeiros anos de vida uma criança inocente. Que culpa têm elas de nascerem no seio de famílias vulneráveis?

Pensando bem, todos deveríamos empenhar-nos em construir uma sociedade mais justa, mais solidária.

Uma sociedade em que o outro deve ser valorizado, deve estar em primeiro lugar, deve ser protegido.

Mas, nos tempos que correm, abordar este assunto parece uma mera utopia. Se calhar, alguém dirá que ando embrenhando pelo labirinto místico da alma e dos mundos que se misturam, dentro e fora. Não! Há a busca pelo sentido da vida, pelo bem comum através da razão.

A vida prova-nos que nenhum ser humano nasce pobre. Ninguém nasce desgraçado à partida. É a sociedade quem gera a pobreza e faz o pobre. E as economias neoliberais são bons laboratórios para a desintegração social e familiar. Núcleos familiares economicamente débeis estão mais propensos a verem os seus filhos partirem mais cedo. Elas não têm mecanismos de defesa senão esperar da sociedade algo melhor. A vida é curta de mais e passa tão rápido, que nem dá nem tempo de viver. A desgraça não pode esperar por muito mais tempo. Este é um convite à reflexão. Necessário. Para se atravessar os labirintos das dificuldades que ainda vivemos.

Agora que estou a terminar, socorro-me da parte final de uma brilhante comunicação do dr. Domingos das Neves, na recente Conferência-Anual de Comunicação Social, na Faculdade de Ciências

Sociais da Universidade A. Neto: “A verdadeira felicidade nasce a partir da tomada de consciência pessoal de que existe uma harmonia profunda entre o próprio 'ser' e o 'bem'.

A felicidade é o fruto de uma vida que realiza em si uma crescente perfeição do ser no horizonte do bem. A temperança, que é a virtude moral que torna capaz a justa harmonia espiritual e corpórea, nos permite desfrutar de uma natural alegria sensível.” E no final rematou: “Hoje, mais do que nunca, temos todos a necessidade de contemplar o 'belo' como caminho para recuperar o 'bem' e a 'verdade' para o equilíbrio da sociedade que se fundamenta nas famílias. Temos a necessidade da beleza que se irradia na solidariedade para se poder afrontar os fenómenos da, degradação psicológica e social em que as famílias e a nossa sociedade estão mergulhadas. A única força capaz de derrotar a violência e construir uma humanidade mais fraterna é a beleza da solidariedade.

É esta beleza, 'esplendor da verdade', que nos salva (e salva as nossas famílias) da idolatria do consumismo e da possessão material.”

O relatório da UNICEF deixa-nos aquela tristeza profunda e 'uma enorme e profunda necessidade de olhar com rigor para a construção de um País mais socializante. Felizmente, há indicações de que alguma coisa está a ser feita para mudar este quadro doloroso.

Mas é preciso andar mais rápido. E isso passa também pela porta da escola. Uma educação de qualidade é a salvação. O nosso País não pode estar colado a gráficos onde constam países como a Guiné-Bissau, um país praticamente falido, que vem somando pontos na lista das excrescências do continente africano. É preciso estar atentos aos brados sociais que vêm daqueles que pouco têm e podem. Afinal, um país é mais forte quando a sua população está saudável. E o nosso futuro estará mais seguro se garantirmos que os nossos filhos nasçam bem, fortes e não morram.

1.4 Angola progride no combate a pobreza

Semanário Angolense
19 De Outubro de 2013

No dia 22 de Dezembro de 1992, a ONU instituiu o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza, que se assinala todos os anos, desde então, a 17 de Outubro de cada ano. Apesar de só ter sido instituída naquele ano, uma efeméride, em 1987, reforçou a necessidade de combater a fome com a colocação de

uma placa em homenagem às vítimas da miséria na Praça da Liberdade e dos Direitos Humanos, em Paris.

O objectivo do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza é mobilizar esforços no combate à pobreza, que continua a provocar vítimas, não obstante a humanidade conseguir produzir a quantidade de alimentos necessários para responder às necessidades de todas as pessoas do mundo.

De acordo com a Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza, Angola, nos últimos anos, progrediu muito nas suas políticas sociais e nos respectivos indicadores. O país conseguiu avanços consideráveis na redução da pobreza. Em geral, as políticas recentes e em andamento estão no rumo certo e as perspectivas futuras para melhorar a qualidade de vida para as populações mais pobres do país são hoje mais promissoras.

O programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza é o maior programa de inclusão social do país implantado em todos os municípios desde 2010, tendo como grande desafio a superação da pobreza extrema, fazendo com que a população angolana possa olhar para si mesma e ter a certeza de que a extrema pobreza faça parte do passado e não do presente.

O Governo angolano tem estado a actuar de forma decisiva para poder alcançar as metas ambiciosas de melhoria dos seus indicadores sociais, inclusive o objectivo de reduzir em 50 por cento, até ao ano de 2015, a taxa de pobreza extrema. Até ao presente ano, as taxas de pobreza no país têm conhecido reduções significativas alcançando percentagens abaixo de 35 por cento contra os 65,6 por centos de 2002.

Estes resultados têm sido possíveis com a diversificação do crescimento económico em bases amplas e inclusivas e aumentos adicionais no padrão de despesas sociais e nas políticas sociais. No geral, a estabilização económica e o crescimento vêm contribuindo significativamente para a redução da pobreza no nosso país e devem continuara a ter esse impacto positivo.

A Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza afirma que, em termos globais, o programa de combate à pobreza, apresenta 67 por cento de execução financeira e 75 por cento de execução física a nível nacional, permitindo melhorar o acesso da população aos serviços públicos básicos.

Hoje, 52 por cento da população rural tem acesso à água potável, 48 por cento ao saneamento básico, que

inclui a rede de esgotos e fossas sépticas, 25 por cento tem acesso à electrificação rural, através de fontes alternativas, como geradores e painéis solares, 61 por cento aos serviços municipalizados da saúde, 79,2 por cento de crianças têm acesso ao ensino primária é 48,2 por cento beneficiam de merenda escolar.

Aquela instituição dá conta que o grande desafio para os próximos tempos, no âmbito do combate à pobreza, prende-se com a normalização do mercado informal e formal.

A expansão do programa «água para todos», o reforço da merenda escolar e a organização produtiva das comunidades em todos os municípios, constituem pilares fundamentais para melhoria da segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade das famílias.

A pobreza e a fome assolam diversas regiões do mundo com povos que vivem abaixo do patamar da pobreza e até países do primeiro mundo com a população a ser vítima desse problema. O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza permite-nos tomar consciência de que há um longo caminho a percorrer, na superação deste problema humanitário, que se transformou numa causa.

O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de um dólar por dia e pobreza moderada quando se vive com cerca de dois dólares por dia. Estima-se que um bilião 100 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a um dólar por dia e que dois biliões e 700 milhões tenham um nível inferior a dois dólares.

1.5 Entre a fome e a pobreza

Jornal A Capital
19 De Outubro de 2013

Pessoas saudáveis dependem de sistemas alimentares saudáveis". Este é o tema escolhido para a reflexão do Dia Mundial

da Alimentação deste ano. A data é aproveitada para recordar um alerta recente do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO, segundo o qual 842 milhões de pessoas passam fome no mundo. "Uma em cada oito pessoas".

A somar a esta realidade, mais dois mil milhões têm deficiências nutritivas e todos os anos morrem 2,5 milhões de crianças com fome, enquanto 1,4 mil milhões de pessoas vivem actualmente com excesso de peso, adianta a mesma fonte, recordando que 98%

das pessoas que passam fome estão nos países em desenvolvimento.

E para analisar a situação actual entre nós, o A Capital convidou o gestor de programas da ONG Luta Contra Pobreza Urbana, (LUPP), Willy Piassa, que começou por considerar que a pobreza em Angola tem registado mudanças significativas a julgar pela redução drástica dos níveis de miséria se se tiver que comparar com aquilo que éramos há alguns anos, principalmente, antes da década de 2000.

"Como o relatório das Nações Unidas e a FAO indicaram, Angola é um dos poucos países a nível de África que conseguiu atingir a meta número 01 dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, que é a redução, pela metade, das pessoas que vivem em situações de pobreza e miséria", destacou o especialista, acrescentando que neste capítulo, em termos globais e estatísticos o país deu um grande passo.

"Mas o que poderíamos continuar a nos perguntar é: será que algumas das estratégias que foram implementadas para o alcance destes resultados foram sustentáveis? Será que há garantias de estas famílias que viviam na linha da pobreza, em estado de subnutrição vão conseguir ter uma base de sobrevivência que os permita não voltar a viver uma situação idêntica no futuro?", estas, segundo ele, são as grandes questões que se colocam, porque uma das estratégias para se combater a pobreza é a criação de emprego.

"A nossa economia tem estado a criar poucos empregos se tivermos que comparar com o nível de crescimento da população. Podemos ver que grandes males que surgem, tais como o aumento da prostituição, da delinquência, são fruto da apatia que o mercado de emprego está a produzir", salientou Willy Piassa.

Quem mais sofre os efeitos da pobreza, na óptica do nosso entrevistado, são as pessoas na faixa etária dos zero aos 20 anos, pois, muitos não têm acesso à educação. Logo, quando atingem a maior idade não têm um bom emprego.

"Isto está a repercutir-se, em grande parte, na prostituição e na delinquência juvenis. As farras e «raves» nos bairros são reflexos da pobreza", constatou.

Quanto à fome, frisou que os dados das Nações Unidas e da FAO dizem que Angola conseguiu reduzir pela metade o nível da pobreza com reflexos na fome e subnutrição.

"Não há dúvidas que aumentou a I qualidade de acesso aos alimentos, porque hoje em dia se andarmos pela cidade de Luanda, vamos encontrar muitos quintais com contentores de arca frigoríficas a comercializarem produtos perecíveis. E' são produtos que nos anos passados eram difíceis", mas agora, constatou, verifica-se até nos municípios mais recônditos.

Mas para Willy Piassa, o grande problema é a qualidade e o risco que estes produtos podem trazer para a saúde pública, tendo em conta que os produtos nacionais têm mais qualidade do que aqueles que ficam muito tempo no mar.

"Então não nos surpreendem alguns problemas de saúde que estão a se tornar hábito entre a população. Muitos deles têm a ver com a mudança drástica dos hábitos alimentares que estamos a sofrer", verificou, ao notar que a nossa alimentação só vai melhorar quando a produção nacional conseguir suportar a demanda da população.

Willy Piassa defende, por outro lado, que uma das formas que o Governo deveria adoptar para erradicar a pobreza é a promoção de uma governação participativa com as comunidades.

"Há uma diferença entre envolver-se e participar com as comunidades. A envolvência informa as pessoas sobre o que vai ser feito. A participação implica que a nível local começa a se discutir os problemas e, a partir daí, desenham-se critérios de prioridade e decide-se sobre os níveis de participação de contas", autenticou, sem se esquecer de reconhecer que há muitos bons projectos, do Estado, só que, não deram os frutos desejados por falta de participação das comunidades.

"Sempre que falamos de pobreza urbana, as pessoas tendem a olhar para isto de ânimo leve, pensando que os que vivem mal são os das áreas rurais. A experiência e as tendências mundiais mostram o contrário. Mostram que as populações estão a tornar-se cada vez mais urbanas", e, em Angola, este fenómeno é mais visível, porque uma cidade como Luanda, está com um terço da população do país.

"O nosso custo de vida é caro. É maior que de muitos países que estão na luta contra a pobreza, embora os dados do Governo indiquem o contrário, cerca de 40% da população angolana é pobre", asseverou.

I.6 Maioria tem casa própria sem título de propriedade

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2013

Membros da Rede Contra a Pobreza Urbana reunidos na União dos Escritores Angolanos (UEA) o estudo salienta que ainda há muito por fazer quanto ao acesso à água e ao saneamento básico

Não é possível evitar o surgimento de novos musiques enquanto não houver um mercado legal de venda de terras, com modelos de moradias que podem ser erguidas nessas localidades, afirma um estudo realizado em Angola pelas Nações Unidas e apresentado na quarta-feira, Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza, na União dos Escritores Angolanos, em Luanda.

Willi Piassa, membro da organização Rede Contra a Pobreza Urbana, que apresentou os resultados do estudo, explicou que este foi realizado com base nos indicadores de combate à pobreza urbana densidade populacional, saneamento, acesso à água e acesso à terra - em três municípios de Luanda, Cazenga, Viana e Cacucaco, e nos distritos urbanos do Kilamba Kiaxi e Sambizanga.

Em relação à habitação, o estudo indica que muitas pessoas têm casa própria, mas sem título de direito de superfície, uns por falta de informação e outros por demora das administrações na emissão do documento. Mais de 75 por cento das moradias estão nestas condições e também não têm registo predial, o que faz com que tenham pouco valor e os seus proprietários não possam usá-las como garantia para a obtenção de créditos bancários.

"Os cidadãos devem ser informados sobre os passos necessários para a legalização das suas casas", defendeu Willy Piassa. Sobre os agregados familiares, a pesquisa conclui que o número de membros, na maior parte dos casos, é superior ao número de compartimentos, com uma média de quatro pessoas por quarto.

O estudo considera que ainda há muito por fazer em matéria de canalização de água e saneamento básico, apesar de serem notórios os esforços do Executivo, no sentido de melhorar a oferta nestas áreas.

Este trabalho pretendeu estimular debates em tomo desta questão, com o objectivo de se fazer "um esboço de políticas públicas" capaz de conduzir à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nesta matéria, referiu Willi Piassa.

O coordenador da Rede de Luta Contra a Pobreza Urbana, Mbuta Pascoal, salientou que o combate à pobreza urbana requer a participação dos cidadãos nos esforços públicos. Esta ONG realiza fóruns em vários municípios e distritos da província de Luanda, juntando cidadãos e provedores de serviços públicos, como a EPAL e a EDEL, tendo em vista a procura de soluções para os problemas das comunidades.

A Rede de Luta Contra a Pobreza é composta por 34 organizações da sociedade civil, que trabalham em questões de desenvolvimento comunitário e na promoção da igualdade de género, protecção à criança, saúde preventiva, educação, direitos humanos, nos municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana e, também, nos distritos urbanos do Kilamba Kiaxi e do Sambizanga. O estudo foi apresentado durante um encontro realizado na sala de conferências da União dos Escritores Angolanos, destinado a avaliar os esforços do Executivo na luta contra a pobreza, e que reuniu centenas de pessoas ligadas às universidades, organizações da sociedade civil, igrejas, agências internacionais e departamentos governamentais.

1.7 Mais de 870 milhões de pobres

Jornal Gazeta

24 De Outubro de 2013

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que existem no mundo cerca de 870 milhões de pessoas "cronicamente desnutridas por não terem uma alimentação adequada". Numa mensagem durante a celebração do Dia Mundial da Alimentação, assinalado a 17 deste mês, Mamou ou Diallo, representante da FAO em Angola, referiu que urge a "necessidade da criação de um ambiente favorável", que permita aos produtores tirarem proveito das oportunidades disponíveis de modo a eliminarem a fome e a subnutrição.

Por sua vez, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, reafirmou o compromisso do Governo em reduzir até 2015 para 50 por cento a taxa de pobreza extrema em Angola estimada em 35 por cento, contra os 75 por cento em 2002.

"A redução tem sido possível por causa da diversificação da economia", realçou a ministra na abertura do Fórum de Reflexão de Combate à Pobreza.

Em 1992 a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o dia 17 de Outubro como dia internacional de combate a pobreza, com o objectivo de mobilizar centenas de milhares de pessoas para a necessidade de acabar com a pobreza no mundo.

1.8 Ministro promete combater exclusão

Jornal Gazeta

24 De Outubro de 2013

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) está a elaborar a política de Assistência Social, que se perspectiva ser um instrumento orientador da acção do Governo. Para isso, juntou os seus parceiros num fórum nacional para obter contribuições para a finalização do projecto de política de Assistência social de Angola.

No primeiro dia do fórum, o ministro João Baptista Kussumua prometeu "tudo fazer para combater toda e qualquer forma de exclusão social".

O encontro contou com a participação de deputados, magistrados, membros do Governo, de instituições religiosas e convidados, entre os quais estrangeiros. Um deles foi o ministro português da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, que apresentou a experiência do seu país no domínio da segurança social.

Pedro Mota Soares afirmou que o sector social em Portugal emprega mais pessoas do que o sector financeiro e que o seu país aplica 31 mil milhões de euros no apoio ao sector social. Para o governante português, "nenhum Estado pode sozinho assumir as suas responsabilidades", por isso tem de mobilizar empresas, organizações e voluntários para a causa social.

1.9 Retrato da cidade lotada

Jornal Gazeta

24 De Outubro de 2013

Um estudo sobre a pobreza, em Luanda, aponta para deficiências de acesso a serviços básicos como saúde, água potável, à posse da terra, habitação de qualidade, saneamento básico e superlotação de residências.

O estudo baseou-se nos cinco indicadores de pobreza definidos pela UN-Habitat: densidade populacional, saneamento básico adequado, qualidade de habitação, acesso a água potável e a posse segura da terra. Para avaliarem estes indicadores, durante 30 dias pesquisadores da Rede Contra Pobreza procuraram perceber como os habitantes de Luanda acedem a estes serviços.

A pesquisa foi realizada nos bairros periféricos do Cacuaco, Viana, Cazenga, Sambizanga e Kilamba Kiaxi. Wily Piassa, membro da Rede Contra a Pobreza Urbana, defendeu que "se não houver

mudança na maneira de viver nos centros peri-urbanos e musseques não conseguiremos combater a pobreza". "Não pode ser combatida apenas pelo Governo, é, uma carga pesada para ele, é necessário que o cidadão seja envolvido no projecto desde o início para deixar de rotular os projectos como 'projecto do governo' porque pensando assim o povo não cuida das infra-estruturas", recomendou.

O coordenador da Rede Contra a Pobreza, Mbuta Pascoal, apontou a falta de saneamento básico como uma causa da pobreza e que muitos agregados familiares gastam muito dinheiro com a saúde. Outro factor encontrado é a posse da terra. Muita gente constrói em terrenos ocupados ou nas casas de pais ou tios. Os terrenos não são legalizados em muitos casos porque as pessoas não sabem como tratar os documentos e outros desistem por causa da demora, conclui o estudo.

1.10 Transferência de rendas, nova estratégia para apoiar os mais necessitados

Jornal O País

25 De Outubro de 2013

Pela Coesão Social, Reforcemos a Assistência Social no Combate à Pobreza", foi o tema que juntou mais de 200 convidados no Hotel de Convenções de Talatona, em Luanda, nos dias 21 a 23 do corrente mês. A conferência teve como objectivo realizar uma audição pública sobre o projecto de política da assistência social.

A coordenadora Nacional da Assistência Social do Quênia, Winnie Mwasiaji, disse que Angola pode implementar um programa de transferência de rendas para os mais vulneráveis, exemplificando com o caso do seu país. "É preciso que as pessoas se organizem e observem como gastam o dinheiro desnecessariamente e fazer parte da transferência de renda.

Eu vos garanto que Angola pode fazer, desde que seja aceite pelos políticos e assim será possível implementar", disse.

Winnie disse que os ricos devem ajudar os mais necessitados, sem olhar a finalidade do dinheiro que vão oferecer, mas sim dar uma oportunidade a quem não tem nada. O Quênia apresentou a sua experiência, enfatizando que a transferência de rendas, que começou em 2005 no seu país, tem sido uma mais-valia para as crianças órfãs e vulneráveis.

"Ao dar essa renda temos a certeza que estamos a proporcionar um alívio mediato a estes agregados

familiares mais vulneráveis, optamos em dar dinheiro para diversificar a alimentação que comem", realçou a coordenadora, sublinhando a importância da participação dos membros da comunidade.

Disse que as pessoas mais vulneráveis no Quênia recebem 23 dólares mensalmente, conseguido das transferências de rendas, "quando falhamos um mês em dar esse valor, vê-se a dor das pessoas, porque quando as pessoas necessitam o pouco significa muito, faz a diferença e com muita importância. Devemos apoiar as nossas crianças que amanhã podem ser um quadro do país", frisou.

Recomendou, por isso, que pessoas devem construir estratégias, programas e torná-los sustentáveis a médio e longo prazos acompanhadas de transferência de rendas para fomentar micros finanças, de modo que as pessoas saíam da pobreza, devendo estes programas serem feitos por pessoas formadas e com experiência.

O sector social tem que ter iniciativas que visem a não sobrecarga do Orçamento Geral do Estado, para ajudar a responder as necessidades daquelas pessoas que por razões várias passam necessidades. A prelectora apontou cinco formas diferentes de fazer uma transferência, nomeadamente' transferência para as pessoas pobres, faz-se também transferência para pessoas idosas e para pessoas que vivem em zona de crises ambientais. Explicou que para distribuição das rendas, o Quênia cria a população alvo e faz uma lista das pessoas que mais necessitam.

Por outro lado, a administradora Executiva do Departamento da Acção Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Rita Marques, contou que os jogos sociais em Portugal ajudam muito para financiar as pessoas mais vulneráveis. A representante de Lisboa transmitiu a sua experiência com o tema: "Os Jogos Sociais como Fonte de Financiamento dos Programas de Assistência Social".

A administradora disse que os jogos sociais são administrados pelo Estado, que por sua vez fez uma coação para a Casa das Misericórdias trazer a gestão. Mensalmente, a direcção da Santa Casa entrega uma parte do lucro ao governo, onde 29 % fica para a acção social. Os resultados dos jogos são investidos de acordo com os programas que o governo prioriza para receber as verbas.

"Temos que aprender um com os outros, eu gosto imenso de aprender com Angola e por não terem um caminho definido, permite que tenham uma mente aberta a muitos caminhos, Portugal já está viciado em caminho percorrido, por isso com as diferenças que os dois países têm, nós podemos ensinar aquilo que já

adquirimos bem como alguns erros para que Angola não cometa no seu percurso", aconselhou.

A Santa Casa da Misericórdia foi fundada em 15 de Agosto de 1498. Com 515 anos, a instituição substitui o Estado em Lisboa, faz acção social em nome dele, apoia cerca de nove mil idosos, serve mais de 25 mil refeições regulares, faz 70 mil atendimentos por ano e têm 140 equipamentos sociais que beneficiam desde o bebé até os idosos e movimenta cerca de dois mil profissionais, informou a responsável.

Ainda do Estado português, Angola prestou atenção às estratégias apresentadas pelo ministro da Solidariedade, Emprego E Segurança Social Portuguesa, Pedro Mota Soares' que dissertou sobre "Articulação dos Serviços de Acção Social com o Sector Privado". O ministro da solidariedade portuguesa disse que a assistência social é uma preocupação para governo de Portugal e nenhum Estado sozinho pode assumir totalmente estas preocupações, pois considera que é uma enorme responsabilidade.

Pedro Mota Soares, que considerou a amizade de Angola e Portugal estabilizado, disse que tem que se encontrar parceiros para promover uma rede de partilha na inclusão social, para o combate à pobreza e o Estado não deve ser o único.

"O sector social deve obter resultados positivos que possam ser investidos nas instituições e todos têm que trabalhar e a pareceria com o sector privado é um modelo suficiente e económico, disse o responsável do ,sector social português. Desenvolver estratégias de reforço no sector social, para que haja uma relação mais estreita entre os serviços preconizados pela segurança social com as comunidades e as instituições privadas, no sentido de constituir conjunturas nucleares para desentronizar os recursos que servem para dar respostas imediatas e garantirem um acompanhamento social as pessoas mais vulneráveis", acrescentou.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Mulheres recebem crédito

Jornal de Angola
04 De Outubro de 2013

A directora provincial em exercício da Família e Promoção da Mulher anunciou no Huambo, concessão de crédito agrícola às mulheres das zonas rurais, para melhorar as condições sociais.

Ágata Vitumbo, que falava na abertura do Fórum Provincial da Mulher Rural, afirmou que as mulheres vão beneficiar de crédito agrícola para melhorarem a sua dieta alimentar e aumentar os rendimentos. O projeto está enquadrado na política do Executivo de combate à fome e à pobreza e visa apoiar as ações que valorizam o estatuto social da mulher rural, assegurando a defesa dos seus direitos, liberdades fundamentais e garantindo o exercício de uma plena cidadania e inclusão na vida activa. O Executivo tem dado maior apoio à mulher rural, para garantir a segurança alimentar nos pais, mediante a promoção de pequenas atividades e serviços que geram rendimento familiar e autoemprego. A diretora sublinhou que o lema "Promover a mulher rural, a solidariedade social e desenvolvimento comunitário" é muito sugestivo e remete toda sociedade a Uma reflexão profunda, onde cada um, no seu sector, deve dar a sua contribuição para que no Huambo possa estar garantida a segurança alimentar.

A responsável provincial em exercícios da Família e Promoção da Mulher garantiu que o governo

vai continuar a dirigir investimentos às mulheres que vivem no campo, para facilitar a sua integração no processo de modernização divida rural, imperativo de desenvolvimento económico e progresso.

Para a garantia de segurança alimentar, referiu, é necessária a criação de condições sociais no campo que permitam libertar a mulher rural da situação em que se encontra com a concepção de projectos pari aumentar o rendimento familiar I contribuir para a qualidade de vida das comunidades. A diretora salientou que o Governo Província vai auscultar as pessoas que vivem no meio rural, identificar os seus reais problemas e encontrar soluções para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

2.2 Jovens e ex-militares recebem micro-crédito

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2013

Um grupo de jovens e ex-militares das extintas FAPLA começaram no sábado, a receber micro-crédito, no município do Bailundo, numa iniciativa da associação "Dar Vida à Vida", para o fomento de pequenas e médias empresas.

O presidente da associação, Valentim Calundindi, disse que o crédito é um gesto de solidariedade, destinado a ajudar os jovens desprovidos de qualificações profissionais a fomentarem o auto emprego e melhorarem o seu nível de vida.

O município do Bailundo faz parte da segunda fase, depois do Mungo, e vai contemplar 61 O pessoas, entre antigos militares das FAPLA e alguns jovens sem qualificações académicas.

Valentim Calundindi a firmou que a meta é atingir mi I beneficiários, com valores estimados em 400 mil kwanzas, e as cooperativas abrangidas recebem 200 bicicletas, kits de recauchutagem, de fabrico de blocos, com todas as componentes, máquinas de costuras, barbearia, 30 televisores para ex-FAPLA, seis atados de fardo, 200 panos e igual número de lenços para as senhoras. Mário Kessongo um dos beneficiários dá cooperativa de recauchutagem, afirmou a sua satisfação pelo facto de a sua associação ter sido abrangida e considerou que esta iniciativa vai ajudar muito no Seu trabalho, uma vez que antes a cooperativa trabalhava manualmente.

A associação "Dar Vida à Vida" é uma organização filantrópica, cujo objectivo principal é combater o desemprego da juventude e promover o auto emprego, mediante a concessão de micro-crédito. Já foram abrangidos jovens dos municípios do Mungo, Longonjo, Londuimbali, Chinjenje e Tchicala Tcholahanga.

2.3 Falta de financiamento atrasa o comércio rural

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2013

o processo de comércio rural permanente na Ganda, Benguela, é condicionado pelo atraso na disponibilização do crédito pelos bancos comerciais, noticiou a Angop.

Aquela agência de notícias refere que 28 dos 68 candidatos com processos já aprovados e remetidos no ano passado ao Banco Keve ainda não obtiveram financiamento. O administrador da Ganda disse estar preocupado com a situação e sugeriu "maior intervenção das entidades competentes da província na disponibilização do crédito". Caetano Lopes afirmou estar igualmente preocupado por Balcão Único do Empreendedor não tramitar desde Dezembro processos de crédito, sem os quais não é possível incentivar as pequenas actividades de prestação de serviços. A Administração Municipal já nomeou um agente comercial como representante do centro de logística criado para a compra e escoamento de produtos do campo.

2.4 BNA Leva aos mercados o programa "Banquita"

Jornal De Angola
26 De Outubro de 2013

A Delegação Regional do Banco Nacional de Angola (BNA) do Huambo leva a cabo, junto dos mercados informais da cidade, uma campanha massiva de educação financeira denominada "Banquita", com o intuito de incentivar os vendedores a depositarem as suas poupanças em bancos.

O facto foi anunciado pelo delegado regional do BNA, Rafael Bunda, quando falava no acto de lançamento da segunda fase da campanha de educação financeira "Banquita", realizada no mercado informal do bairro São João, altura em que aconselhou OS vendedores a depositar as suas poupanças, de forma a integrar todos os cidadãos no sistema financeiro nacional.

Rafael Bunda disse que, para a execução do programa de educação, financeira, o BNA conta com a colaboração directa de nove instituições bancárias comerciais a nível da província do Huambo.

O responsável explicou que a ideia do BNA é continuar a bancarizar a população de baixa renda e as pessoas que tiveram sempre o hábito de guardar o dinheiro em locais impróprios. "Então, o nosso grande objectivo passa necessariamente por integrar toda a população no sistema financeiro e, para o efeito, o Executivo entendeu facilitar aquelas populações que ainda têm renda muito baixa, no sentido de abrirem as suas contas bancárias nos distintos bancos comerciais, para que estes possam garantir a sua sustentabilidade de poupança financeira", informou Rafael Bunda.

Dentro do programa do BNA no Huambo, qualquer cidadão pode abrir uma conta bancária com apenas um depósito de 100 kwanzas.

2.5 Credito malparado na ordem dos 83%

Jornal A Capital
26 De Outubro de 2013

Começa a ser preocupante", considera Victor Ribeirinho, um consultor ao serviço da empresa KPMG, numa alusão ao crédito malparado, cujo volume agigantou-se em 2012 a uma escala de 83%, o que, segundo ele, pode obrigar as instituições bancárias angolanas a recorrer a medidas mais restritivas.

O especialista fez tal leitura na sequência de números contidos num estudo sobre o comportamento da banca angolana, onde a consultora KPMG apresenta 2012 como tendo sido um ano marcado por um aumento do crédito vencido, ampliem 6,7% o peso desse indicador sobre a totalidade do empréstimo bancário concedido à economia no ano em análise.

Olhando para tais números, Ribeirinho mostra-se não ter dúvidas de uma coisa: a banca pode revelar-se mais fechada no que toca à concessão de crédito, além de mais exigente na escolha do cliente a quem confiar um empréstimo bancário.

O responsável do Departamento de Auditoria de serviços Financeiros tornou pública essa sua antevisão quando procedia a apresentação em Luanda do novo estudo da KPMG denominado "Análise ao sector bancário angolano", que já vai na sua quarta edição.

Estudo que constata igualmente uma tendência decrescente na rentabilidade dos capitais próprios do sistema bancário, a qual se situou em 14% contra 23 verificados em 2011.

Fora isso, os analistas daquela empresa de consultoria e auditoria internacional dão nota de ter havido em 2012 um crescimento daquilo que foi a totalidade do crédito concedido, que, de acordo com o estudo em alusão, registou um aumento de cerca de 25%, relativamente ao ano anterior.

Tal crescimento não é isolado, a olhar para as conclusões do estudo, que associam o incremento a uma certa ousadia dos bancos que, em 2012, permitiu elevar de 54% para (cerca de 63% o rácio de transformação. Um pouco em função de uma, tendência positiva verificada ao nível da variável depósitos, onde o estudo dá particular destaque ao

facto dos depósitos a prazo terem registado um aumento na ordem dos 48% face as poupanças à ordem.

Decorrente do processo de desdolarização da economia, em 2012, o mercado assistiu a uma diminuição na percentagem de depósitos expressos em moeda estrangeira, caindo para 45% contra o verificado em 2011.

Por influência da dinâmica da economia apresentada como uma das que mais crescem à escala planetária, o sistema bancário angolano continuou a revelar-se atractivo a novos investimentos, permitindo em 2012 a entrada no mercado de uma nova entidade bancária. Trata-se da Standard Chartered Bank Angola, cuja entrada elevou para 24 o número de bancos a operarem no mercado.

Com o universo de bancos disponíveis, Victor Ribeirinho entende que o mercado começa a chegar ao ponto de saturação. "Não acredito que haja espaço para mais licenças", sublinhou, admitindo que no futuro se pode assistir a processo de fusão entre bancos e aquisições de alguns a favor dos chamados gigantes do mercado bancário.

Bancarização aquém

Dados avançados pela KPMG situam entre 23 e 25 por cento o nível de bancarização em Angola. Na sua análise, os responsáveis do estudo olham para isso como números ainda aquém do desejado para aquilo que começa a ser a pujança da economia angolana. Seja como for, consideram que a bancarização da população angolana continua a ser também um objectivo do sector financeiro", reflectido no aumento do número de balcões abertos e a sua descentralização de Luanda.

Para já, segundo o estudo, a expansão da rede de agências registou um aumento de 10,5 por cento em 2012, com a abertura média de cerca de 8,9 balcões por mês, conformando um total de 107 novos balcões abertos no ano.

Com a expansão da rede de balcões, evolui positivamente o sistema de pagamento, sobretudo no que tem a ver com a utilização de novos canais electrónicos, tendo em vista o acesso às principais operações bancárias.

O estudo constata, em relação a isso, que cerca de 75 por cento dos bancos angolanos possuem já serviços de internet banking.

No que respeita à rede Multicaixa, esta manteve a sua tendência de crescimento em 2012, aumentando o volume médio mensal de transacções em caixas

automáticas para 9,3 milhões e o número de operações em terminais de pagamentos automáticos em 72 por cento.

Esta tendência é, segundo o estudo, "claramente suportada no parque de ATM's e TPA's, cujo crescimento face a 2011 foi de 24% e 29% respectivamente".

2.6 Angolanos preferem fazer depósitos a prazo

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2013

O "Estudo Banca em Análise 2013", baseado numa investigação que resulta da informação pública disponibilizada pelos bancos comerciais e pelo Banco Nacional de Angola (BNA), realizada anualmente pela Deloitte, aponta que no ano de 2012 houve um crescimento dos depósitos a prazo em 19 por cento e de novas contas de clientes em cerca de nove por cento.

O crescimento em 2011 ao nível de depósitos de clientes foi de 39 por cento. No ano passado, houve um crescimento em relação a 2011, de cerca de 19 por cento. A banca nacional tinha há cinco anos um valor bastante reduzido de depósitos.

O director da Deloitte, Nuno Alpendre, avançou que "actualmente o depósito a prazo constituem quase metade do total, o que é um sinal de notoriedade não só do sistema, mas também dos clientes que procuram, cada vez mais, taxas e inovações mais atractivas para as suas aplicações".

A Deloitte Angola apresentou há dias a oitava edição do "Estudo Banca em Análise 2013", no qual faz um breve enquadramento do contexto macroeconómico global e uma retrospectiva da evolução recente da economia nacional. O relatório tem como objectivo proporcionar uma visão integrada do sector bancário e a sua evolução. O estudo congrega informação pública dos bancos a operar no país e 21 bancos comerciais que ofereceram informação financeira foram considerados nesse estudo. Em termos de balanço de activos, a banca nacional teve um aumento de 15 por cento face ao ano de 2011, um acréscimo bastante expressivo e ligeiramente mais moderado que em 2009.

Em 2007, o peso dos cinco maiores bancos era de cerca de 80 por cento do mercado e, hoje, esse peso desceu para cerca de 74 por cento, consequência natural da entrada no mercado de novos operadores.

Número de bancos

O relatório da Deloitte revela um número considerável de bancos que começaram a operar nos anos de 2006, 2007 e 2008 e que agora começam também a registar os frutos dessa actividade, da sua inovação e do desafio que esses bancos trazem aos vários níveis de mercado. Em alguns destes bancos de média dimensão registou-se um crescimento muito expressivo no ano de 2012, acima de 30 por cento, como é o caso do Banco Sol, do BNI e do Banco Privado do Atlântico.

O Banco Africano de Investimento (BAI) continuou a ser em 2012 o líder do mercado, com uma quota de 17,5 por cento, seguido de perto pelo Banco Espírito Santo Angola (BESA) e pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Estudo da banca

O número de balcões em todo o país cresceu para cerca de 1.300 no final de 2012 e esse crescimento é complementado pela rápida expansão dos meios de pagamento electrónicos, com um crescimento de 19 por cento em relação aos cartões válidos dentro do país, que quase triplicaram nos últimos cinco anos.

Os terminais de pagamento (TPA) e as caixas automáticas aumentaram cerca de 29 por cento em 2012 um crescimento dado como mais acelerado que em 2011. As transacções em TPA aumentaram mais de 35 por cento, situando-se acima dos 110 milhões de transacções por ano e regista-se de facto nos últimos cinco anos um crescimento avassalador.

Nas caixas automáticas, o investimento já é bem presente no país e quadruplicou no espaço de cinco anos e o volume de transacções sextuplicou, tendo crescido bastante no último ano.

Ao nível da distribuição do banco, os cinco maiores bancos continuam com a sua posição inalterada.

O BAI continua líder do mercado com cerca de 21 por cento e é mais significativo quando se fala dos activos. Há aqui um decréscimo do peso dos cinco maiores bancos que há cinco anos era de cerca de 84 por cento e agora, no final de 2012, fixou-se em 75 por cento.

Crédito líquido

No crédito líquido a clientes, o crescimento voltou a ser muito expressivo no ano de 2012, cerca de 26 por cento, em linha com um aumento de 25 por cento do ano de 2011. Nuno Alpende disse que "o aumento do crédito acabou por trazer um aumento do rácio do

incumprimento, que no final de 2012 situava-se em cerca de 11 por cento".

O director da Deloitte acha que é necessário assinalar a crescente tendência de preferência pelo kwanza por parte dos clientes, fruto da estabilidade cambial e da descida das taxas de juro, mas, também, da regulamentação que o BAI introduziu há cerca de dois anos, que visa facilitar a regularização do crédito em moeda nacional, assim como pela restrição da concessão de crédito em moeda estrangeira.

O Banco Espírito Santo Angola e Banco de Poupança e Crédito continuam a destacar-se no crédito concedido a cliente.

2.7 Promoção do aforro cria crescimento económico

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2013

Comemora-se hoje o Dia Mundial da Poupança, criado para levar os consumidores a disciplinarem os gastos com uma cultura de aforro, o que permite a acumulação de Liquidez. Os consumidores são chamados a evitar situações de "vacas magras" ou mesmo de sobre endividamento. O Jornal de Angola saiu à rua para saber Junto dos consumidores como anda o seu nível de poupança, se existe uma cultura de poupar.

Muitos luandenses não fazem qualquer tipo de poupança, ao passo que outros optam pela chamada "kixikila", um mecanismo de poupança que consiste na congregação de um grupo de duas ou mais pessoas, que alternam numa espécie de rotatividade a recepção de uma determinada quantia em dinheiro.

Geralmente os passos, regras e quantias são previamente definidos e a prática ganha força nos mercados informais, funcionários públicos e até trabalhadores do sector privado.

Existem adeptos da Kixikila mas também há quem olhe para o novo fenómeno como falta de educação financeira. "Eu prefiro a kixikila, pois sei que o dinheiro está com outra pessoa e geralmente tenho um projecto definido para onde canalizo os fundos resultantes dessa poupança. Faço um compromisso comigo mesmo", disse uma funcionária pública.

Muitos consumidores marginalizam o sistema bancário pois alegam que os juros dos depósitos a prazo são muito baixos. Mas os bancos comerciais criam mecanismos e ferramentas e até produtos bancários para facilitar a poupança, como é o caso do "Bankita". O Banco Nacional de Angola realiza hoje

em Luanda um fórum voltado para o incentivo à poupança. O economista Nsingu Malongui, em declarações ao Jornal de Angola, disse que é necessário aproveitar a data para a promoção da cultura da poupança no seio das famílias angolanas. "Poupança gera riqueza. Andamos desatentos em relação à real importância da poupança na economia nacional. A promoção da poupança a longo prazo é um dos caminhos para o crescimento económico", afirmou.

O economista acredita que a reintrodução das moedas metálicas no mercado, favorecem pequenas poupanças. "Ainda é pouco. É necessário aumentar", reconheceu, afirmando ainda que os países com elevadas taxas de investimentos e de poupança conseguem uma considerável taxa de crescimento per capita, geralmente, acima da média.

Simão Gamba, formador do Instituto de Formação Bancária e professor universitário, explicou que poupança é a diferença entre o rendimento e os custos. "Há possibilidades de fazer poupança quando os rendimentos são superiores aos custos. Existem pessoas que através dos seus rendimentos podem ou conseguem fazer poupanças", referiu.

Olhando para a realidade económica de Angola e dos rendimentos que os agentes económicos auferem, é difícil falar em poupanças, pois a maioria das pessoas tem rendimentos inferiores aos custos. Simão Gamba diz que em Angola ainda existe um número muito reduzido de pessoas que fazem poupanças.

Aplicações financeiras

Simão Gamba falou das vantagens da poupança e assegura que através dela é possível fazer uma boa aplicação financeira, que gera juros, que são os ganhos provenientes dessa aplicação. "Não guardo dinheiro em casa e não ponho na conta corrente, para não ter a oportunidade de utilizá-lo. Deste modo, consigo poupar. Faço depósitos a prazo com fins específicos e objectivos a atingir", sublinhou.

Américo Joaquim, técnico de contabilidade e gestão, faz poupança para assegurar o seu futuro e o da sua família. O mesmo não acontece com a funcionária pública Anália Martins, que alega não ter rendimentos que lhe permitam fazê-lo.

"Como é que vamos fazer poupanças quando ganhamos menos do que gastamos?", interrogou.

O Dia Mundial da Poupança surgiu em Outubro de 1924, durante o primeiro Congresso Internacional de Economia, em Milão.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Luanda vista como Eldorado por jovens camponeses

Jornal O País

04 De Outubro de 2013

Um dia antes da nossa equipa circular pelas ruas da cidade do Lubango com a "bênção" do Cristo Redentor e percorrer os 42 quilómetros que a separam do município da Chibia, pernoitou numa das duas pensões que existem no município de Quilengues, província da Huila. Este último é considerado pelos munícipes como sendo uma das zonas onde se regista o maior fluxo migratório de jovens para a capital do país à procura de melhores condições de vida.

O dia clareava quando O PAÍS se fez à estrada, em direcção 'a aldeia do Bonga, em companhia dos jovens Capita e Tchonda, como guias e tradutores.

Contrariamente ao dia anterior, isto é, 17 de Setembro, em que percorremos em apenas nove horas a distância que separa a província de Luanda do primeiro município da Huila, desfrutando da qualidade das estradas, fomos orientados pelos guias a seguir por uma picada de terra abatida, depois de trilharmos cerca de 15 quilómetros de asfalto.

A mata aberta com vegetação acastanhada e os pequenos caudais dos rios que banham o município seco, anunciam logo aos visitantes que a localidade também está a ser assolada pela estiagem que afecta o Centro e Sul de Angola. A presença de várias manadas de bois ao longo do trajecto, comandadas por jovens pastores, atrás de alimentação e charcos de água, demonstra os esforços que a população tem desenvolvido para os manter vivos.

Segundo apurámos, eles chegam a percorrer mais de sete quilómetros com as manadas até às zonas onde, na época chuvosa, não sentem a necessidade de ali se deslocarem por terem os alimentos para os animais nas respectivas lavras e arredores.

Na comuna do Bonga, a nossa equipa deparou-se com uma enorme quantidade de aldeões sentados à sombra de uma Muletnbeira. Um dos presentes, que se apresentou como chefe do sector, ao ser informado que estava diante de jornalistas vindos de Luanda, começou por dizer que tudo estava bem na sua área de jurisdição e que não estaria disponível a

prestar qualquer declarações porque teria que dirigir uma reunião dentro de minutos.

A aldeia estava entre as localidades que haviam de receber a visita de técnicos da delegação provincial do Ministério da Administração do Território, que está a fazer um levantamento sobre a quantidade de postos de saúde, escolas, chafarizes e mercados que foram construídos pelo Fundo de Apoio Social desde a sua criação.

A cem metros do local da reunião, estava um grupo de jovens defronte de uma cantina de um cidadão angolano que se dedica à venda de produtos diversos, entre os quais bebidas alcoólicas, adquiridos em Benguela e Lubango.

Escolas "prendem" jovens

Ao serem interpelados recusaram-se a prestar qualquer informação, mesmo com a intervenção do seu conterrâneo, Capita, que os tentou convencer em Nhaneca Nhumbi.

De acordo com o nosso guia, eles têm-se deslocado frequentemente a Luanda a trabalho, mas desconfiavam que pudessem estar diante de investigadores da Polícia Nacional, disfarçados de jornalistas, mesmo depois de terem sido confrontados com os passes de serviços e diversos exemplares das publicações do grupo Média Nova.

"Há alguns deles que acabam por enveredar pela vida do crime para não regressarem à aldeia de mãos vazias, por isso é que não querem prestar declarações. Depois de cometerem lá algum crime, fogem para aqui e muitas das vezes são apanhados por efectivos da Polícia provenientes de Luanda", contou Capita.

Depois de várias tentativas sem sucesso, a nossa equipa deslocou-se à aldeia vizinha na esperança de conseguir colher estórias de jovens que sustentam as suas famílias trabalhando como estivadores, roboteiros, comerciantes, pedreiros entre outras actividades. Mas nem sequer a nossa saudação na língua local serviu para os comover e partilharem as suas estórias. A presença de vários geradores ao lado das casas e pequenas lanchonetes de adobe demonstra que a escuridão e o silêncio típicos aldeias passaram a ser preenchidos com a electricidade e o som de aparelhagens adquiridas com os cursos provenientes destes trabalhos

Escolas "prendem" jovens

De regresso à aldeia do Bonga, jovens Alfredo Capenda e Alberto Longo decidiram colaborar, depois de cerca de uma hora a tentar convencê-los. O primeiro contou que, desde que começou a

frequentar o ensino médio, optou por se deslocar apenas à capital do país uma vez por ano, isto é, durante as férias de final do ano lectivo, para trabalhar como estivador e carregador de mercadoria, na praça dos Correios, no Golfe I.

Durante os três meses que ali permanece, Alberto Longo, de 23 anos, procura economizar a maior soma monetária possível para sustentar os seus estudos e ajudar a sua família, assim que regressar. Ele exerce esta actividade em Luanda há mais de cinco anos e foi com o dinheiro proveniente dali que conseguiu comprar uma motorizada que lhe serve como meio de locomoção da aldeia para a sede do município, onde está situada a escola do n.º ciclo.

"Nós vamos em Novembro, por ser a época em que termina o ano lectivo e regressamos em Fevereiro, com materiais escolares suficientes para começar as aulas", frisou. Alerta que nem sempre as pessoas conseguem juntar a quantidade de dinheiro necessária para se sustentarem durante resto do ano.

Trabalham durante o dia como pastores e, ao cair do sol, deslocam-se à sede do município para assistirem as aulas. Quando as mesmas terminam acima das 22 horas, pernoitam em casa de um dos familiares ou amigos por causa do perigo que representa para eles ter que fazer o caminho de regresso à casa na escuridão.

Alfredo Capenda, de 24 anos, disse tem quatro filhos (o mais velho tem dois anos e seis meses e mais pequeno nove meses), dos quais, dois com a mesma mulher e os restantes com a sua mãe. A falta de condições financeiras faz com que elas continuem a viver em casa dos seus pais, mas ele almeja alterar este quadro assim que concluir os estudos e conseguir um bom emprego.

O sonho de todos os jovens da aldeia emigrarem surgiu em 2006, quando o primeiro grupo de habitantes em idade produtiva e reprodutiva regressou à comunidade com várias bens materiais e incentivaram os mais novos a optarem pela mesma via caso queiram singrar na vida. Tendo em conta que eles consideravam, na época, que só na "cidade grande" é que havia dinheiro.

"Desde aquela altura, todos nós metemos na cabeça que temos que ir a Luanda trabalhar para conseguirmos sobreviver", disse.

Para conseguirem realizar este desejo, aquelas pessoas que não têm possibilidade de pagar o bilhete de passagem exigido por uma das transportadoras interprovinciais que operam no país, acorrem aos

camións e carrinhas, estas últimas modelo Dina, por serem mais económicos.

Ao chegarem no local de destino, dirigem-se às zonas onde têm um parente ou amigo que os poderá não só acolher como instruí-los sobre a actividade que poderão exercer para conseguirem amealhar o tão esperado dinheiro. Com o passar do tempo, os indivíduos que não se sintam bem em partilhar o mesmo quarto, de três ou quatro metros quadrados, com mais de três pessoas, optam por arrendar outro imóvel. Os dois estudantes da 11 Q classe do PUNIV do Quilengues são unânimes em afirmar que não pretendem regressar a Luanda assim que terminarem o ensino médio.

Seca fomenta o negócio

A escassez de alimentos que assola aquela comunidade, em consequência da estiagem, tem sido colmatada com a presença de comerciantes de outras localidades onde a colheita não ficou muito comprometida.

Para conseguir comprar alimentos, alguns dos moradores da Bonga enviam os seus animais - cabritos, galinhas e porcos a Luanda, para serem comercializados num dos mercados.

3.2 Quiosques para as Zungueiras: uma decisão histórica

Semanário Continente

04 De Outubro de 2013

Sobre a questão do Género, alguém vaticinou que "África começava a caminhar pelos pés das mulheres". Não me parecendo ser uma leve constatação, hoje as mulheres africanas, em quase todo o continente, umas mais do que outras, muitas começam a trilhar o caminho das grandes realizações históricas, uma vez imbuídas de poder político, intelectual ou financeiro.

Quanto a nós, a cidade de Luanda é centralizada por um cosmopolitismo contraditório, resultante da coexistência de diferentes temporalidades (ontem e hoje), em que o arcaico se mistura com o moderno. As "zungueiras", não são mais do que o resumo e a continuidade das vendas ambulantes em que as feiras, temporárias ou fixas, constituem o expoente máximo de troca de produtos, ou do uso da moeda mercadoria. Se nos voltarmos para a Europa Medieval, verificamos que a história registou este tipo de comportamento humano, na troca dos seus produtos. Com o andar dos tempos, o mundo evoluiu e a moeda impôs-se com toda a sua força

especialmente nas sociedades urbanas, longe das grandes propriedades geri das pela auto regulamentação dos produtos do campo. Pois bem: entramos na melhor fase de tempo para colocar a nossa metrópole no conjunto integrado de outros, que, como nós, são as cidades capitais que se regem por leis, normas e regras de convivência civilizada, em que a beleza das ruas é sinónimo de uma cidadania conseguida, entre diferentes interesses e culturas para o bem comum.

O surgimento dos "quiosques nos bairros" mediante regras próprias, é um dos primeiros trabalhos de excelência' para fazer da nossa cidade capital, uma urbe tranquila, limpa e agradável. É a nossa sala de visita e não há melhor do que as mulheres para arrumar as salas de visita de uma casa e Luanda é a nossa sala comum, onde japoneses, ingleses, americanos, alemães, franceses e outros, procuram uma excelência dos nossos hábitos e costumes, na grande interacção do mundo global.

Deixar as coisas funcionarem, porque assim é a tradição, é muito simpático, mas pode colidir com os princípios universais de civilidade e a "a Zunga" anarquizada nas ruas, não dava dignidade nenhuma.

A cultura de massas, segundo o sociólogo Edgar Morin, é também considerada como "cultura popular" e muitas das suas representações passam pela necrose, para o nascimento de outros valores que na continuidade, transformam certas necroses, em valores adequadas ao tempo que se vive, quando restauradas, como feridas gangrenadas que se curam e dão vida aos tecidos que ajudam a circulação do sangue para o alimento do corpo. Não será fácil, nem pacífico pegar nesta questão, mas urge ganhar-se força e determinação, para mudar certos costumes que fossilizam a nossa própria personalidade como gente livre e de cultura superior. Quanto à cultura de massas, é claro que as mulheres estão elaborando seus papéis, embora de forma diversificada. O mais importante é que nos reconheçamos como construtoras da paz, a partir de nós próprias, que seja do ponto de vista pessoal, familiar ou institucional.

Num país onde as mulheres não se reconhecem como fazedoras da história e amantes da paz, os homens encolhem os ombros e continuam a trabalhar sozinhos, pela segurança que isso lhes confere.

Para terminar este meu curto artigo, permito-me citar o grande historiador africano Joseph Kizerbo, que já não está entre os vivos: "o insucesso das mulheres africanas vem dos seus próprios erros". É mais do que lógico que o "renascimento e o pan-africanismo africano, terá como prioridade colocar as mulheres

nos lugares onde as suas forças e a inteligência funcionem de forma mais visível e eficaz, para o orgulho de todo um continente.

3.3 A difícil vida dos garimpeiros de pedras na Catumbela

Semanário Angolense

05 De Outubro de 2013

Em território do município da Catumbela, a 25 quilómetros da sede da província de Benguela, dezenas de famílias sobrevivem do garimpo de pedras, sobretudo mulheres e crianças, dos 9 aos 12 anos, que se levantam todos os dias de madrugada para mais um dia de exploração.

O garimpo de pedras tornou-se no meio de subsistência de muitas famílias pertencentes a três bairros pobres da Catumbela, nomeadamente Gama, Pedreira e Cabaia.

De segunda a sexta-feira, dezenas de famílias, entre homens, mulheres com bebés às costas e menores, levantam-se todos os dias por volta das quatro horas da manhã, para percorrer a pé mais de 30 quilómetros em busca de zonas montanhosas para a exploração de pedras, que essencialmente, comercializam a empresas de construção civil e a particulares.

Como em qualquer trabalho, há dias em que tais famílias não conseguem encontrar locais apropriados para a exploração de pedras. E mesmo quando conseguem, nem sempre há compradores para o seu produto. O preço de cada carrada de pedras varia entre os 7 mil e os 10 mil Kwanzas.

Sob sol abrasador, o ancião Bartolomeu Vungo olha à distância para o repórter, primeiro com alguma desconfiança, mas, passados alguns minutos, apercebe-se de que não se trata das autoridades que têm criado obstáculos às suas vidas. Então, aproxima-se aos microfones e desabafa.

«Eu acordo às duas ou às quatro horas da noite, por causa deste trabalho», conta o ancião, explicando que, para eles, o sofrimento ainda está longe de ter acabado, aliás, depois da independência, aumentou. «Até parece que nascemos para sofrer, nunca tomamos o pequeno-almoço e nunca almoçamos», lamenta.

Sem centro de saúde nem escola nem luz São famílias extremamente carenciadas e nos bairros em que vivem não há energia eléctrica, nem escola ou sequer um centro de saúde. Para que as crianças possam assistir a aulas, têm de percorrer cerca de três horas a pé para chegar à escola mais próxima.

Natália Jacinta, garimpeira de pedras há mais de cinco anos, lamentou, em entrevista ao *Semanário Angolense*, as dificuldades por que tem passado, mas não deixou de alimentar um sonho: encontrar um outro trabalho, que não coloque em risco à sua saúde. Com tristeza nos olhos, não se conteve as lágrimas. «Chego a casa e não tenho água ou dinheiro para comprar o que preciso», relata. Em tom de desespero, Natália conta que os seus filhos «choram, pedindo pão e que ela como mãe sente-se fracassada por não os poder satisfazer.

Angélia Maria, 11 anos, e tal como os seus pais, acorda às quatro horas da manhã para a exploração de pedras, para ajudar no sustento da casa. Ao contrário de outras crianças, ela diz que se tornou garimpeira porque quer comprar uma cadeira para levar para a escola, para que não tenha de voltar a sentar-se no chão ou numa lata, tal como outros colegas de turma, uma vez que, na escola em que estuda não há carteiras.

«Quero comprar uma bicicleta e uma cadeira para levar para a escola», desabafa a pequena garimpeira Angélia.

Januário Catuva, activista cívico e membro da Acção de Desenvolvimento Comunitário, em entrevista a este jornal afirmou que "este é mais um exemplo e reflexo das desigualdades sociais que reina no país".

"Um país em desenvolvimento não deve ser medido pelo número de ricos e endinheirados que possui. Enquanto as pessoas estiverem a morrer de fome ou por falta de acesso a saúde, elementos essenciais para sobrevivência de qualquer ser humano, continuaremos na estaca zero". Disse o activista da Acção de Desenvolvimento Comunitário que para ele as pessoas só procuraram este tipo de trabalho.

3.4 Brutalidade policial mancha o país e zungueiros da HRW contra-atacam

Semanário Folha 08

05 De Outubro de 2013

Os abusos, possivelmente não passam de amenos ensinamentos práticos de reeducação, a violência policial sobre vendedores ambulantes em Luanda foram denunciado num relatório da organização não-governamental Human Rights Watch (HRW) divulgado em Joanesburgo.

Lamentavelmente ninguém, nem mesmo o regime, informou a HRW de que essas acções se

inserir, como aqui foi revelado na edição anterior, na luta contra a corrupção que, aliás, já levou à detenção da Maria, uma zungueira que não tinha factura das bugigangas que vendia nas ruas de Luanda.

O documento "Take that filth away: Police Violence Against treet Vendors in Angola" revela muitos exemplos de como a Polícia (no mais estrito cumprimento da segurança do Estado e da ordem pública) agride os vendedores ambulantes, popularmente conhecidos como zungueiros, extorquindo-lhes dinheiro ou roubando-lhes os bens que vendem. Vejamos se nos entendemos de uma vez por todas. Os polícias, como é do domínio público, são seres ímpolutos que não agredem ninguém, não podendo por isso ser responsabilizados quando os vendedores tropeçam e chocam contra eles, magoando-se. Aliás, os estragos não são muitas vezes maiores porque os e as zungueiras agarram os cassetetes, evitando assim maiores trambolhões. Também essa tese de que as autoridades afanam o dinheiro e roubam os bens não colhe. Quando testemunhas falam disso, esquecem-se de interpretar convenientemente o que se passa. Ou seja, o dinheiro que alguns polícias recebem das zungueiras é apenas, e só, o troco inerente ao pagamentos dos bens adquiridos.

A Human Rights Watch entrevistou 73 vendedores de rua em Luanda, que descreveram como a polícia apreende os seus bens, pratica extorsão ou os ameaça com prisão, que se toma efectiva nalguns casos. São, é claro, zungueiros comprometidos com os partidos da Oposição ou, ainda, com o grupo - permitam a citação da análise do Presidente da República - de 300 jovens frustrados e desempregados.

"A impunidade para tais abusos tem sido a regra", sintetiza a organização, com sede nos Estados Unidos da América, que não cuidou de procurar o contraditório. Se o tive se feito, certamente saberia que nada disso é verdade, como jura a Polícia (recorde-se, a propósito de jurar, que o próprio líder do MPLA é considerado o "escolhido de Deus") no cumprimento dos seus mais sagrados princípios. Leslie Lefkow, director-adjunto da HRW em África, acusa designadamente a Polícia angolana de diariamente "bater violentamente" e "roubar" os vendedores de rua. Pelo conhecimento da nossa realidade garante-se que, afinal, os depoimentos que levam a HRW a tais conclusões dizem respeito não a Luanda mas, isso sim, a Ouagadougou ou a Naypyidaw.

Leslie Lefkow virá, estamos em crer, um dia destes dizer que quando afirma que "ninguém faz nada sobre isso.", sendo que o "abuso e roubo não são maneiras de actuar da polícia", estava a referir-se

ao Burkina Faso e a Myanmar, acrescentando que algumas eventuais semelhanças propiciaram tal confusão.

A intensificação da actividade dos polícias que, segundo o relatório da HRW, actuam muitas vezes à civil, verificou-se a partir de Outubro de 2012.

3.5 Moradores da Calemba dizem-se enganados no acesso à feira

Semanário Folha 08

05 De Outubro de 2013

Alguns residentes do Bairro da Calemba Tourada, distrito da Maianga candidatos a um lugar na Feira local, manifestaram o seu descontentamento por parte da administração pelo facto dos mesmos não conseguirem lugares na Feira em construção naquele distrito.

Fazendo fé as informações, o F8 deslocou-se ao distrito onde entrevistou diversos munícipes, supostos candidatos. Suzana Miguel afirma que, quando ficou a saber que os espaços na Feira já estão todos ocupados ficou triste, porque a quando a reunião com os dirigentes do Ministério do Comércio, garantiram-nos que a Feira seria para ajudar os moradores da- quele Bairro, agora como é que não conseguimos espaço" lamentou. Já Hilma Gaspar alega que "quando os dirigentes do Ministério do Comércio fizeram o lançamento do projecto instalado no largo da Tourada, haviam garantido que a Feira iria beneficiar apenas moradores do Bairro e outros vendedores das redondezas. Ganhamos confiança e inscrevemo-nos na Administração do Distrito, afixaram algumas listas onde constavam nomes de algumas pessoas que nem residiam no Bairro, pedimos esclarecimentos sobre o porquê, não obtivemos resposta."

Por sua vez, José Sebastião alega não saber as razões que levaram os homens da Administração a convocar as pessoas por telefone, tendo adiantado que tratando-se de uma instituição do Estado, a melhor via seria afixar as listas no espaço da feira ou na própria administração isso mostra claramente a tendência de burla aos moradores, recordando que os contemplados constituem apenas um grupo de 12 pessoas e foram colocados para poderem enganar melhor.

Quase todos os dias, nós nos encontramos e falamos sobre a nossa situação, foi aí que as nossas vizinhas deram-nos a conhecer sobre o telefonema que receberam por parte da Administração que os nossos nomes não constavam nas listas. "Por isso pedimos

aos elementos do Governo que estiveram aqui a conversar connosco e prometeram dar-nos lugares no Mercado para retirarem da lista, pessoas que não residem na Tourada e coloquem os próprios moradores, porque se não, isso vai dar muita confusão, acrescentando que não se sentiria bem estando na Feira a vender, enquanto as suas amigas optassem por desenrascar a vida em qualquer canto da cidade, sob pena de perderem o negócio para o sustento das suas famílias", advertiu um outro assolado por aquilo que se considera: mais uma burla do Executivo. "Infelizmente situações como estas ainda continuam acontecer na nossa sociedade. Esperamos mais seriedade por parte dos nossos dirigentes porque as pessoas esperam horas e horas para serem atendidas e os seus nomes não são contemplados nas listas, ao passo que, pessoas de outros municípios sem qualquer esforço legal, são contempladas. É urgente terminar de uma vez por todas com as práticas da gasosa. Temos de ser mais sérios senhores dirigentes" argumentou um outro.

3.6 Kitanda da Tourada aberta ao público

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2013

A ministra do Comércio e o governador de Luanda Inauguram ontem a Kitanda da Tourada, com 170 quiosques de venda e 360 postos de trabalho.

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, anunciou o lançamento dos cartões de feirantes, comércio ambulante e vendedores de mercados.

Os cartões, com a validade de um ano, vão ajudar na formalização do comércio informal, na organização da rede comercial e facilitar a identificação dos comerciantes.

Rosa Pacavira disse que a Kitanda da Tourada é uma primeira experiência para acabar com o mercado informal e dar lugar ao formal.

O objectivo do Ministério do Comércio e das administrações distritais e municipais de Luanda é tirar os vendedores das ruas e dar dignidade ao exercício das actividades comerciais", disse a ministra.

A Kitanda da Tourada insere-se no programa "Meu Negócio, Minha Vida", do Ministério do Comércio, iniciativa destinada a combater a pobreza e melhorar o rendimento das famílias e as condições de vida das populações.

A ministra do Comércio disse que Executivo vai expandir o programa com a criação de mais kitandas

em todos os municípios de Luanda e nas restantes províncias do país. "O programa permite aos cidadãos realizar pequenos negócios em função da vocação empreendedora e facilitar a sua inserção no mercado formal".

O governador de Luanda, Bento Bento, felicitou a ministra do Comércio e disse que a venda nas ruas e passeios de Luanda é "uma pouca-vergonha. Qualquer um vai ao Hospital Militar vender, à Sagrada família vender, ao Ministério das Finanças vender e ninguém faz nada".

O governador Bento Bento lembrou que Luanda tem um regulamento de transgressões administrativas e que os administradores municipais e os responsáveis das cidades devem ser mais exigentes para que as normas sejam cumpridas e as municipalidades funcionem bem.

No acto de inauguração da Kitanda da Tourada estiveram também o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, a ministra dos Assuntos Parlamentares, Rosa Micoló, a ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, o secretário de Estado do Comércio, Álvaro Júnior, o administrador da Maianga, Manuel Marta, e feirantes.

3.7 Trabalho de risco e pouco rendimento

Semanário Novo Jornal
11 De Outubro de 2013

RUA CÔNEGO Manuel das Neves, bairro São Paulo, distrito do Sambizanga. Poucos minutos passam das 13h00. O ambiente é de um caos indescritível, até certo ponto incómodo aos olhos não treinados para estas circunstâncias, sempre associadas a um também agitado fluxo de pessoas que por aqui passam e outras que, atentas, procuram por um qualquer produto exposto nas montras improvisadas e feitas à pressa. Produtos que vão desde os bens essenciais de primeira necessidade a simples materiais com múltipla utilidade no dia-a-dia das famílias.

Os comerciantes, maioritariamente composto por mulheres, chamam a atenção pela diversidade de produtos amontoados num mesmo local, muitas vezes no chão, bem como também pela natureza das mercadorias: hortaliças, bolsas, pentes, pastas de dentes, tesouras, talheres, atacadores para calçado, cotonetes, jeques de vídeo, extensões eléctricas, insecticidas, alfinetes, frutas, material de pédicure e manicure, pacotes de chá, peças de roupa, bijuterias, roupa interior, entre outras. Investimentos que,

segundo apurou a nossa reportagem, nem sempre ultrapassam os 10 mil kwanzas.

FISCALIZAÇÃO INVADE "PROCESSO"

"O dia hoje não é dos melhores", comenta uma vendedeira. A razão da afirmação é tema de conversa dos vários "actores" que por aqui actuam: a fiscalização invadiu uma das "casas de processo" - local onde todos os dias os negociantes guardam os seus bens - e levou tudo que lá encontrou.

"Mas isso faz-se? Meia-noite, por exemplo, é hora de entrarem no 'processo' para tirar coisas? Assim vão fazer o quê com elas? - interroga-se, num misto de indignação e lamento, uma destas mulheres que aqui tem os bens à venda.

A equipa de reportagem apressa-se a recolher imagens do ambiente e uma das mulheres interroga-nos quase aos gritos: "O senhor está a tirar fotografias para quê? Não é a primeira vez que o senhor vem para aqui tirar fotografias. Estou a reconhecer-te. Estás a fotografar as nossas caras porquê?"

Tratou-se, naturalmente, de um equívoco, que a equipa cuidou de resolver no mesmo instante. O repórter identifica-se e explica o propósito do registo das imagens e a mulher logo se acalma, predispondo-se a contar a sua história de vida.

O QUASE SUICÍDIO

Neste intervalo entre o princípio de conversa com Ângela, é este o nome da mulher que começou por desconfiar da nossa presença, e o registo de imagens somos interrompidos por Maria António. 42 anos, mãe de seis filhos, separada e natural de Malange. Maria António acaba de chegar quase com o coração aos pulos, não fôssemos agentes da fiscalização! A senhora chama-nos a atenção por um dado curioso: o elevado número de mulheres separadas e com filhos. "Os maridos fazem filhos e quando vêem que a vida está difícil largam as mulheres", afirma.

Maria António comercializa hortaliças, e é, provavelmente, o caso mais inquietante constatado pela reportagem e pela forma como conta os fados da sua vida, inclusive como pretendia pôr fim à vida e à dos filhos por causa da carência e das dificuldades da vida, sem o marido ao lado para ajudá-la a cuidar dos seis filhos que, conta, nem registados estão. Aliás, nem mesmo ela própria tem registo. "Eu mesmo uma vez pensei em pegar os filhos e levá-los à praia para nos matarmos, porque a vida é muito complicada, meu irmão. Se não fosse a palavra de Deus, que me tocou o coração, provavelmente, eu e os meus filhos já estávamos mortos", confessa-nos.

NEGÓCIOS SEM LUCROS

Ângela diz ser comerciante há dez anos e o bairro do São Paulo sempre foi o local onde encontrou clientes. Quisemos saber se com os poucos recursos e investimentos diminutos existe alguma margem para o lucro, ao que responderam nos seguintes termos: "Lucros? Aqui não se falam em lucros. O mais importante é você conseguir alguma coisa para levar para as crianças. Lucro é o jantar. Como acumular dinheiro se você tem de comer todos os dias", interroga Ângela.

O PAPEL DA KIXIQUILA

Com os riscos que boa parte das mulheres corre com as acções da fiscalização, a kixiquila (espécie de poupança, tipo sistema informal de auto-ajuda financeira, sem juros) tem sido a bóia de salvação quando perdem os negócios para a fiscalização. Diariamente, contam, "jogam" kixiquila de 1000 kwanzas. É com este valor que contam recuperar o negócio de risco que é efectuado nas ruas do São Paulo. "Isso depende da sorte de cada uma. Quando a fiscalização chega é uma desgraça, porque eles levam tudo. Hoje, por exemplo, levaram tudo na "casa do processo". Aqui a solução, para quem perdeu tudo, é entrar novamente numa kixiquila para depois recuperar o dinheiro perdido", afirma Rita, que é mãe de três filhos.

BENGUELA "DOMINA MERCADO"

Um grande número de vendedores entrevistados pelo Novo Jornal é proveniente de Benguela. É o caso de Nady, natural do Lobito. Desde muito cedo esta benguelense chegou a Luanda onde constituiu faxm1ia.

Tem hoje 23 anos, três filhos. Nady diz render diariamente, em média, 3000 kwanzas. O marido, que anda na "zunqa" a comercializar cadeados e fichas eléctricas, é quem tem ajudado a equilibrar. "Ontem só rendeu 2000. Tirei 500 e com os outros 1500 comprei uma caixa de sabonete para vender. Não consigo acumular", afirma.

Joana é também da Caponte. Vive em Luanda há seis meses. O marido é também vendedor de refrigerantes na Mutamba. Com dois filhos, de quatro e três anos, respectivamente tem um lucro mensal de 15 mil kwanzas. Mas tem uma renda mensal de 10 mil, pagos semestralmente por num quarto e uma sala, no bairro Kimuka, no distrito do Sambizanga. Francisco Domingos ou "Rei da Bermuda", de alcunha, estudou até à 11 a classe, no curso de Ciências Físicas e Biológicas e faz o trabalho de pédicure e manicure. "Não havia dinheiro para pagar as propinas. A minha mãe é camponesa. Comecei a fazer pédicure há dez

anos, já aqui em Luanda. Aprendi imitando os outros", confessa o jovem natural de Benguela. "Rei da Bermuda" trabalhou durante alguns anos no antigo mercado do Roque Santeiro. "O trabalho rende, às vezes, três a quatro mil kwanzas, mas há dias que é mesmo "gato". Os dias que mais rendem são as sextas e sábados", refere.

Um outro caso é o de Guilhermina Domingas, de 33 anos. Esta benguelense está neste momento concebida. Faltam-lhe apenas dois meses para ter a criança. Mãe de cinco filhos, Guilhermina está consciente que três meses após o nascimento da próxima criança, terá de voltar às ruas para cuidar do negócio. "A gente vende, mas o mal é mesmo, só as corridas [fuga aos fiscais], que estão de mais. Só hoje levaram tudo", afirma a vendedeira de fósforos, escovas de dentes, chá, sabonetes, cujo marido é segurança e conta com um salário de 15 mil kwanzas mês.

ACTIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO

Após o encerramento do mercado do Roque Santeiro, um significativo número de vendedeiras mudou-se para as artérias do São Paulo, onde se mantêm até hoje. São estas mulheres e homens que hoje ocupam os passeios da rua Cônego Manuel -' das Neves. Depoimentos recolhidos no local atestam que a fiscalização terá mudado o método de combate à venda ambulante em locais não autorizados, invadindo as "casas de processo", que servem de suporte aos vendedores que não podem levar os seus bens para casa. O Novo Jornal tentou contactar a entidade responsável pela fiscalização do governo da província de Luanda, mas sem sucesso.

3.8 Mercado da Mabunda será inaugurado em Novembro próximo

Jornal Independente

De 12 Outubro de 2013

No âmbito dos projetos gizados pelo GPL, com vista à criação de mais mercados na cidade capital, os pescadores da praia da Mabunda aguardam apreensivos pelo comunicado do Governo da Província de Luanda, por desconhecerem até ao momento o local onde poderão continuar com a sua atividade, caso não lhes seja atribuído um espaço no novo mercado que está a ser construído à aproximadamente um Kilometro do mar na então praia denominada "Mabunda".

Segundo a anciã Conceição Álvaro "Mabunda" o novo mercado vai dar maior dignidade tanto aos vendedores como aos compradores do peixe naquele

recinto, e vê com satisfação os projetos gizados pelo GPL no que tange à criação de mais mercados para a população luandense. Numa área de aproximadamente 60 metros quadrados, o mercado tem a capacidade para albergar 400 vendedoras, distribuídas por bancadas, e prevê-se entregar o mesmo aos seus utentes no próximo mês de Novembro, sendo que cada vendedor deverá pagar diariamente o equivalente a Kz.100.00 para a taxa de venda.

Henriques João, é um pescador que exerce esta atividades há vários anos, não sabe o que será do seu futuro, por não ter sido ainda catalogado. "Vendemos aqui há bastante tempo, as obras de dragagem já começaram e ninguém nos dá nenhuma satisfação, afirmou apreensivo. Além da pesca não fazemos mais nada", desabafou Henriques João. Henriques João, é viúvo, mora no bairro Dangereaux e tem três filhos. Ele trabalha na Mabunda há cinco anos na companhia de mais cinco colegas. Dedicam-se à pesca de fundo, garoupa e cachucho que são as espécies de referência.

Segundo os moradores da zona da Camuxiba, há muito que a informação vem passando de "boca em boca" pelo bairro mas de concreto nada sabe no que respeita à data da sua inauguração, nem muito menos do futuro destino dos demais vendedores de outros produtos. À semelhança de Henriques João, a maioria dos seus colegas afirma que a actividade pesqueira é o seu "ganha pão de cada dia".

A equipa levanta-se de madrugada e dirige-se ao alto mar em busca do sustento. Cinco dias é o tempo que faz para voltar ao cais com a canoa cheia de peixe para venda. Para Elisa Morais de Sousa, quitandeira há dez anos na Mabunda, o processo está a ser pouco clar visto que as obras do novo mercado já começaram e nenhum elementê ligado ao governo dirigiu-se a mercado para falar com os pescadores e, o que se tem ouvido até hoje tem sido passado por fontes não oficiais. A praça junto à praia, segundo Conceição Alvaro, vai acabar. Velha Mabunda disse que a venda no local origina amontoados de lixo que ameaça à saúde dos moradores e à higiene da própria praia.

Para além dos pescadores, o mercado da Mabunda é ocupado por outro tipo de comerciantes, entre vendedoras de bebidas, de comida, de medicamentos e ainda por jovens que se dedicam ao apoio da clientela no tratamento do peixe antes de ser levado para casa. "Preparo peixe todos os dias, as senhoras já me conhecem e os finais de semana são os dias com mais clientes", explicou, Ambrósio da Paixão. Aos 18 anos, o jovem paga as suas propinas escolares, vive com amigos e estuda no período da noite. Segundo

Ambrósio da Paixão, a construção do novo mercado será para si uma mais-valia porque vai permitir não só a conclusão dos seus estudos, mas também para os populares que passarão a ter um.

3.9 Mercados em Viana às moscas

Semanário Angolense

18 De Outubro de 2013

Maria alexandrina, 46 anos de idade, mãe de 5 filhos e vendedora naquele mercado desde a sua abertura, já havia mais vendedoras mas por falta de clientes, acabaram por abandonar o local, preferindo a rua.

"A localização não favorece os clientes, eles não chegam aqui, preferem ir novamente para as ruas, depois temos que pagar a cota de 100 kwanzas. Por isso é que muitas vendedoras abandonam o mercado e vão para as ruas", justificou.

Por sua vez, Maria Manuel, de 48 anos, os motivos que fizeram com que a praça ficasse sem vendedores é a sua localização e o difícil acesso. "Aqui o negócio não anda; ficamos uma semana com o negócio sem vender nada; somos obrigadas a pagar 100 kwanzas diariamente, para além de 50 kwanzas para guardar o negócio; se não pagas os fiscais retiram parte do negócio em troca", explicou.

Esperança Simão, outra vendedora de peixe, de 52 anos de idade, diz que a falta de câmara frigorífica faz com que muitas vendedoras optem por vender na rua e não no mercado. "Uma caixa de peixe demora duas semanas para vender, às vezes não acaba, mas o preço do negócio é o mesmo. Não devíamos pagar taxa porque aqui o negócio não anda, os clientes não vêm nesta praça", lamenta, desabando que "se não fizerem nada o mercado vai fechar".

O mercado kilometro 12:B está localizado no distrito de Viana no bairro das Bananeiras. Aberto há mais de seis meses, o mercado está capacitado para novecentos e cinquenta vendedores, só 30 vendedoras estão a usar o mercado.

Ainda em Viana, a nossa equipa de reportagem seguiu para o bairro da Estalagem, na praça municipal de Viana, conhecido como "mercado do Chinês", logo à entrada do mercado, o cenário é o mesmo: mais de novecentas bancadas vazias, Gelse Domingos Miranda, de 27 anos de idade, vendedora no local, reclamou a falta de clientes. "Aqui não há clientes. Só viemos para não ficar em casa, aqui o negócio é tímido, já demos o nome de praça do orgulho, porque passam dias e dias para vir um cliente e comprar", disse.

Em função da falta de cliente, a vendedora Maria Francisco afirma que "os fiscais não deveriam cobrar todos os dias. você não vende nada, tem que pagar os 100 kwanzas da quota, onde vão sair os 100 kwanzas se vendemos nada?", disse, acrescentando que se o mercado está vazio a administração tem que ver onde está o erro. "Isto está mal, não temos clientes. Esta quota não é justa".

Administrador aponta falta de consciência dos vendedores

O administrador do Mercado Kilometro B 12, António Massaki, do bairro das bananeiras, distrito de Viana, afirmou que a falta de vendedoras no mercado é resultado da falta de consciência das vendedoras, porque elas preferem vender em zonas de riscos.

Segundo António Massaki, o mercado está constituído para albergar novecentos e cinquenta vendedores, mas actualmente alberga trinta vendedores. "O nosso trabalho tem sido incansável, temos dado palestras para os vendedores aderirem ao mercado e pararem de vender em sítios de risco, mas sem resultados desejados porque a população não adere", disse António Massaki.

De acordo com o Administrador, a maior dificuldade que o mercado enfrenta é a falta de vendedores dentro do mercado.

"Nós cobramos a taxa de 100 kwanzas por bancada e não acredito que seja o valor da taxa que lhes faz fugir do mercado, até porque é um preço justo", explicou.

O administrador acredita que a ausência de vendedores no mercado é uma questão de consciência porque nos mercados privados, onde não há condições nenhuma cobram muito mais caro.

"A população tem de ser esclarecida e deve ter hábito de comprar os seus produtos nos mercados municipais e não nas ruas, porque os vendedores seguem os clientes", alerta António Massaki. A nossa equipa ainda tentou contactar o administrador do mercado de Viana, quilómetro 12A mas sem sucesso.

3.10 Venda. Bairro Nelito Soares engolido pelos ambulantes

Jornal Agora

18 De Outubro de 2013

Quantos países do mundo têm à porta de edifícios habitacionais mercados informais? Esta questão que se constata em várias zonas de Luanda começa a ganhar contornos preocupantes. Imaginemos o que é para um cidadão que habituou-se a um modo de vida pacato confrontar-se com uma realidade diametralmente oposta?

Encontram-se nesta situação delicada os moradores dos blocos "Efes", do primeiro ao oitavo edifício, na rua Lino Amezaga. Não conseguem estacionar os seus automóveis perto de casa, não beneficiam dos espaços transformados em armazéns e deixaram de ter alguma privacidade.

Vários são os caminhos que podemos tomar para compreender a situação daquela artéria da capital do país, no interior do distrito do Rangel, bairro Nelito Soares, em que a venda ambulante (zunga) indicia um estado de coisas melindroso.

Começamos pelo lixo, pelo trânsito caótico, pela poluição sonora, pelo estado degradado da Henrique Gago da Graça, vulgo rua das Pedrinhas ou vamos directamente à acusação que nos chegou à mesa trabalho e desencadeou esta reportagem?

A questão, para quem está na carreira dos 50 anos, constituiu e criou os seus filhos ali, nos Efes, não se põe nestes termos, ou seja, não é por ordem de importância deste ou aqueloutro assunto. Trata-se da venda não autorizada que influenciou negativamente no seu modo de vida. Actualmente este mercado a céu aberto é a "caixa de Pandora" daqueles populares.

"Acima de tudo está em causa a nossa qualidade de vida, que ultimamente tem-se degradado, porque perdemos a paz e o sossego, tal é o barulho ensurdecador das vendedoras no exercício das suas actividades. Um vizinho do 2ª andar, dadas as condições que nos impuseram, teve um acidente vascular cerebral (AVC), disse um dos residentes no edifício F4 que preferiu o anonimato.

Num outro prédio, o "calvário" é servido na mesma dose. O tumulto começa por volta das 7 horas da manhã, altura em que as cerca 1.000 comerciantes vão ocupando os seus lugares. A Norte, a Sul, a Este e Oeste quando são 9h da matina reina o caos.

A lista de produtos e serviços é vasta. Não raro é ver uma rapariga a aplicar unhas ou trançar postíços

às suas clientes no hall deste ou daquele edifício. Enquanto um megafone lança aos quatro ventos o preço de uma peça de roupa usada; outras raparigas amamentam os seus filhos; acolá uma rolete é aberta e vendem-se cachorros-quentes, sandes e algumas bitolas.

Localizado junto do mercado dos Congolezes, esta nova praça nasceu paulatinamente no final dos anos 90, início dos anos 2000. "Corria a fama que negócio anda bem, as pessoas foram vindo, de Viana, de Cacucaco, da Ilha e do São Paulo, actualmente vêm até de outras províncias do país, como Benguela e Malanje", contou ao Agora um condómino que não quis identificar-se.

"Alguns vizinhos foram ocupando os espaços comuns daqui dos edifícios, transformaram-nos em armazéns e foram arrendando a cidadãos libaneses e malianos. A governadora Francisca Espírito Santo tinha posto fim a esta irregularidade", avançou a mesma fonte.

"A quantidade de gente acorreu a este espaço sobretudo quando se deu o encerramento do mercado Roque Santeiro - o maior a céu aberto de Angola e de África, em 2010. Assim, muita gente que vivia aqui no prédio viu-se forçada a arrendar os seus apartamentos, a viver longe desta confusão", ressalta o nosso interlocutor.

Parte a parte, a maioria dos moradores da Rua Lino Amezaga, sobretudo os mais afectados pelo nascimento desta praça defende a sua extinção. Imbuídos deste espírito, em 2010, os moradores dos Efes recorreram ao Governo Provincial de Luanda, na altura sob tutela José Maria dos Santos, para combater a situação que hoje se vive.

O edil de Luanda na circunstância mandou construir muros e portões à volta de todos os oito edifícios, a fim restringir a venda ambulante nos espaços vocacionados ao estacionamento de viaturas e ao lazer dos moradores. Sol de pouca dura. Aos poucos os portões foram arrombados e as paredes partidas.

Há que convir que registaram-se mudanças significativas, conforme reportou a este semanário um do morador que está nos Efes desde o proclamar da Independência Nacional em 1975. "Procedeu-se a recolha de lixo aqui e na rua Demósthene de Almeida e houve um trabalho profundo de pavimentação das ruas, inclusive, a empresa de limpeza e saneamento urbano Vista Waste tem feito um trabalho eficiente", informou.

RETRATO (FALADO) DA VENDA. O tumulto começa na ponte do UM" nome como é conhecida a

passagem de nível sobre a estrada de Catete, que liga nos dois sentidos os bairros Neves Bendinha (Bairro Popular) e Nelito Soares. De um lado está um rapaz com uma mortalha na mão a inalar gasolina, no outro um jovem vende bolas-de-berlim. Há um cheiro cortante a urina.

Ainda na ponte o comércio é intenso, e consubstancia-se na venda de corta-unhas, esferográficas, escovas de dentes e outras quinquilharias. Aproveitando a circulação de pessoas uma família de quatro membros, cujo progenitor é um cidadão deficiente visual, pede esmolas à medida que ambos entoam louvores sobre a misericórdia de Jesus Cristo.

Mal deixamos as escadas conseguimos vislumbrar os prédios "Efes". No entanto, o ambiente que circunda os edifícios é agitado, desorganizado e hostil. O cenário à noite lembra um vendaval, uma vez que as zungueiras não recolhem o lixo que produzem durante todo o dia.

Este comportamento tem-se reflectido nos montes de lixo que se produzem nas vias adjacentes à Lino Amezaga, principalmente na rua Gago da Graça e outras adjacentes totalmente degradada, intransitável e de má memória para quem aí reside.

Do lixo nem se fala, dos berros estridentes dos candongueiros (táxis) enquanto vão chamando os passageiros muitos preferem não comentar, ressaltou um morador do F2 que reforçou: "enviamos várias cartas à administradora do Rangel para pôr cobro a esta situação agonizante que se arrasta há mais de dois anos e têm dito para aguardar".

A realidade que se vive nos Efes vincula a maior parte dos cidadãos naqueles arredores. "Não se recomenda comprar comida na rua. Quem quiser arriscar que arrisque. As moscas e a poeira são o dia-a-dia destes alimentos", avisa um popular ouvido pela nossa equipa de reportagem.

Por sua vez, o sociólogo Filipe Morais, que considerou a poluição sonora um dos principais problemas da Angola contemporânea devido ao "barulho que se produz em muitos locais como os transportes públicos, nas ruas, e como se não bastasse o ruído dos geradores" factores que considera "fortes motivos para as pessoas abandonarem as suas residências".

No que concerne à produção de alimentos e ao facto de os bebés convivem diariamente com as mães, Morais entende que "esta realidade do mercado informal luandense é preocupante" e defende que o sacrifício que muitas das crianças são submetidas

pelas suas progenitoras na vida quotidiana pode afectar o seu processo de socialização, que a nosso ver acaba sendo deficiente", concluiu.

REDE MAFIOSA. As pessoas que "permitem" que as vendedoras ambulantes exerçam as suas funções naquele local, ou melhor no espaço reservado aos moradores é um grupo restrito. O Agora foi informado que um cidadão identificado por Cajó e a sua trupe têm cobrado taxas às vendedoras, para que elas trabalhem sem sobressaltos.

"A troca de 100 kwanzas, que a maior parte de nós dá, eles não nos têm incomodado", disse a "zungueira Rita Brinco. Lá fora é difícil vender porque os polícias e fiscais correm connosco. Aqui dentro é calmo, mas penso que estamos a ser extorquidas", reivindicou.

Indagada sobre o porque razão escolheu aquela a parte frontal do edifício FS para vender, a jovem de 24 anos alegou que "o negócio anda bem e não fica muito longe de casa, sublinhou a moradora do Zango 1, no município de Viana.

Em defesa das suas colegas, esta malanjina Malanje foi mais acutilante: "Se não vendermos não temos como comer, não conseguimos emprego e não podemos ficar de braços cruzados em casa".

Diversamente, fomos informados pelas vendedoras, que as mesmas pessoas que cobram as "taxas" estão supostamente em conluio com os fiscais, o que é mau, esta negociata eles, uma vez que lutamos pelo sustento das suas famílias.

ADMINISTRADORA DO RANGEL PROMETE REA- GIR. O lado mais interessado em que as vendedoras ambulantes prossigam o seu trabalho é o que não se revê nas intenções da maioria O Agora apurou que há pessoas que transformaram as residências em casas de processo, em que os vendedores guardam os seus produtos.

As pessoas que vendem nos arredores da Lino Amezaga têm procedências distintas. "Uns saíram da praça do Kinaxixi, encerrada em 2004 sendo que no mesmo ano era encerrado o mercado do Rocha Pinto. A pressão acentuou-se com o encerramento do Roque Santeiro, em 2010", salientou Rita Brinco.

Quanto ao encerramento de alguns mercados no distrito do Rangel, Maria Clementina Gomes da Silva, administradora daquela localidade do município de Luanda afiançou que está situação está a ser debelada com a construção de novas praças.

"O mercado da Chapada, que tinha sido fechado no bairro Marçal será reaberto e terá 500 bancas e mais

um piso. Também no distrito do Rangel está em fase de conclusão duas cozinhas comunitárias para servir os populares desta localidade, sendo certo que o mercado dos Congolezes vai sofrer obras de ampliação a curto prazo", disse.

Sobre os moradores dos Efes, cuja petição sobre a situação do mercado garantiu ter sob a sua mesa, a gestora avançou ao Agora que vai proceder a reabilitação da vedação, colocará novos portões para 'erradicar' a venda ilegal, mas "tinha pedido a colaboração dos moradores para que partilhassem as despesas inerentes às obras".

"As senhoras que vendem nas ruas não querem ficar nos mercados. Elas inclusive não são deste distrito, vêm de outras paragens de Luanda e de outras províncias para aqui" frisou aquela responsável. "No mercado do Neves Bendinha, por exemplo não há lá ninguém. De facto fechamos alguns mercados mas elas já estavam nas ruas".

Maria Clementina fez saber que "no Rangel estão em fase terminal o mercado homónimo e outras praças". Depois "quando terminarem a gente vai tirar a provas dos nove" se elas as vendedoras "têm interesse em trabalhar nos ordeiramente no interior dos mercados".

Duas outras preocupações estão na agenda da responsável do distrito do Rangel, A primeira prende-se o encerramento do espaço em que se pratica a venda ilegal, mas a administradora teme que a venda à beira da estrada aumente.

A segunda preocupação é responsabilizar os indivíduos que cobram a cada vendedora 100 kwanzas para vender nos blocos Efes. Um acto à socapa que a Maria Clementina da Silva considera criminoso. Por isso vai arregaçar as mangas e desactivar esta rede mafiosa.

3.11 Negócio de peças usadas pode falir

Jornal A Capital

19 De Outubro de 2013

Desta vez é o fim", antevê Eugénio Fernando, numa alusão ao negócio de importação e comercialização de peças sobressalentes que incluem motores automóveis em segunda mão.

O agente económico reagia assim à decisão que proíbe a entrada no país de equipamentos rodoviários com tempo de uso superior ao permitido por lei, tal como define um decreto presidencial sobre a matéria em questão.

Tal determinação, saída da última reunião da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, foi, por isso, recebida como um golpe fatal para as casas ligadas à venda de peças usadas, que, como se deduz da preocupação manifestada por Eugénio Fernando, começa a ver a sua actividade por um fio, por se tratar de uma decisão que pode levar os respectivos negócios à falência.

Pelo menos é o que prognostica o gerente de uma dessas lojas que se dedicam ao comércio de acessórios como motores e peças sobressalentes de segunda mão. Segundo Eduardo Sebastião, uma eventual falência trará impactos negativos não apenas para o promotor do negócio como também para o universo de pessoas que encontraram empregos nesse trabalho.

Uma preocupação também manifestada por José Salvador, gerente da empresa JMB cujas filiais empregam 25 trabalhadores.

"Se falirmos eles perdem o emprego", admitiu.

Por essa mesma razão, Eduardo Sebastião diz-se "muito aflito", para além de prever que as consequências venham a afectar grandemente o mercado onde, segundo ele, a maioria dos consumidores é aquela constituída por pessoas detentoras de viaturas servidas pelas casas de peças cuja importação está interdita por tal decreto.

Resultado: "Não vão encontrar no mercado local", tal como prevê Fernando, numa referência a motores e outros acessórios com tempo de uso acima do permitido pelo Executivo, embora esse agente diz dispor no seu estabelecimento peças de fabrico recente.

"Nós compramos o que os clientes mais procuram", justificou, sublinhando ser assim que o aludido negócio funciona.

Charrua à frente dos bois

A decisão que interdita a importação de motores e outras peças sobressalentes com elevado tempo de uso é vista por muitos como sendo, de algum modo, precipitada, tendo em conta a realidade do país, que ainda não dispõe de uma indústria automóvel capaz de atender as necessidades do mercado interno.

A mesma ideia tem o economista Samora Machel, Ele entende que a criação de condições que propiciassem a instalação de várias montadoras de veículos no mercado angolano devia ser o passo a anteceder a decisão ora aprovada.

E tal seria viável se as taxas aplicadas sobre a importação de veículos com prazo superior ao permitido por lei conhecessem um agravamento, enquanto as taxas para investimento local fossem bonificadas.

"Esta é a estratégia que Angola deve adoptar", defendeu.

Segundo o economista, se trouxermos as grandes montadoras de veículos no país, assim como oficinas e representações, o país estaria a criar condições para uma maior oferta de emprego, para além de que contribuiria para o aumento do produto interno bruto, por via da produção nacional.

O contrário disso é, como referiu, um esforço que pode "escassear o nosso PIB com o envio de rendas ao exterior com a importação destas peças sobressalentes".

Razão pela qual o ponto focal seria Angola criar condições de investimento para as grandes montadoras de veículos para o crescimento da nossa economia.

Entretanto, entende existirem razões que concorreram para a tomada de tal decisão, uma das quais se prende com a intenção de terminar com constrangimentos de ordem político-social. Citou como exemplo o facto de os motores não serem reciclados e, por conta disso, representam verdadeiras fontes de poluição ambiental.

Os desafios das representantes

Que capacidade terão as entidades representante de marcas de automóveis comercializadas no país num cenário em que o mercado deixará de contar com acessórios com tempo de uso proibido por tal determinação?

As reclamações de clientes que, volta e meia, se queixam da actuação das concessionárias instaladas no país ajudam a encontrar resposta a esta pergunta.

Tais clientes não reconhecem nessas concessionárias qualquer capacidade de cobrirem as necessidades do mercado, a julgar pelas limitações já reveladas só mesmo para atender a demanda das viaturas por si comercializadas.

"Eles nunca têm as peças quando precisamos", reclamou Evaristo António, um dos vários clientes que procuraram sem sucesso pelo serviço das referidas representantes.

Perante tal incapacidade, a alternativa encontrada pelos clientes é, como disse Evaristo, o recurso ao

mercado dos Correios, que, segundo ele, oferece uma gama variada de acessórios para a sua viatura, lamentando o facto das representantes das marcas instaladas no mercado não estarem em condições de responder à procura.

"SÓ se interessam em vender o carro, nada de reparação e prestação de outros serviços", enfatizou.

O economista Samora Machel disse a propósito que as concessionárias deverão fazer maior investimento para responder as necessidades dos clientes e do mercado, uma vez que são elas as autorizadas a comercializarem e prestarem serviços aos compradores dos veículos.

"As concessionárias devem diversificar o seu segmento de mercado", salientou, questionando igualmente o facto da maioria dessas empresas não se dedicarem à comercialização de motores para os carros por si importados.

3.12 Vendedoras ambulantes satisfeitas com o mercado

Jornal de Angola
12 De Outubro 2013

Mais de uma centena de vendedoras ambulantes mostraram-se satisfeitos no Sábado 04, pela inauguração do novo mercado denominado "Quitanda da tourada". Inaugurada pela ministra do comércio Rosa Pacavira acompanhado pelo governador de Luanda Bento Sebastião Bento, o mercado visa diminuir a venda ambulante que se vive na cidade de Luanda. As vendedoras do novo mercado "Quitanda da tourada", beneficiaram três dias antes, de uma secção de formação relacionada ao empreendedorismo e atendimento ao público, dirigido pelo ministério do comércio. O mercado "Quitanda da tourada" é constituído por 140 quiosques, 07 balneários públicos, agência bancária. Quanto a seguranças está para breve a colocação de uma esquadra móvel da policia. Por sua vez a ministra Rosa Pacavira recomendou as vendedoras a manter a higiene no espaço. "Temos de cuidar sempre o nosso espaço para que não se danifique. A ministra desejou ainda as vendedoras sucesso no novo mercado e que brevemente terão uma forte clientela". Quanto as outras vendedoras que não foram contempladas, a ministra Rosa Pacavira expressou que o projeto apenas está na sua fase inicial e vai se estendermos em todos municípios de Luanda. Fernanda Francisco vendedora do novo mercado falou ao Factual que, "hoje me sinto bem, pois não estou exposta na poeira e não tenho necessidade de correr, os clientes vem ao meu

encontro, temos bancos algumas já abriram as suas contas, o ambiente aqui é outro", sublinhou a vendedora. Já para a senhora Rosa Domingos sentese satisfeita pela iniciativa do ministério do comércio em distribuir locais para que as vendedoras ambulantes vendam com sossego, "estou feliz por estar a vender na tourada, fiz a inscrição no ministério do comércio, levei cópia do bilhete e o meu contacto depois ligaram-me e fiz a formação depois da formação tive-mos acesso ao espaço". De sublinhar que este ato, surge depois da ministra do comércio Rosa Pacavira reunir-se com os vendedores ambulantes em Setembro do ano em curso, com vista a encontrarem soluções para resolver o problema do comércio na via pública.

3.13 Vendedores arriscam a vida nas ruas de Luanda

Jornal de Angola
21 De Outubro de 2013

Continua o drama dos vendedores ambulantes que comercializam os seus produtos em locais Impróprios na cidade de Luanda. A aventura da "zunga" começou com a venda em passeios, passadeiras aéreas, viadutos e passagens subterrâneas.

Hoje, os vendedores ambulantes estão mais ousados. Partilham a faixa de rodagem com os carros e motorizadas. Arriscam as suas vidas, criam embaraços ao trânsito e grandes transtornos aos automobilistas.

Os vendedores andam na faixa de rodagem fazendo uma autêntica gincana que às vezes acaba com atropelamentos. E um esquivar aqui e dali. Os condutores atentos contam sempre com os vendedores ambulantes. Só assim conseguem evitar os acidentes. Quem vende nas ruas cria embaraços ao trânsito. Causa engarrafamentos e grandes transtornos.

António de Castro é automobilista. Diz que as pessoas sem civismo tomaram de assalto as ruas de Luanda. A venda ambulante bate todos os recordes de confusão. Já foram criadas praças, mercados bem equipados, mais ainda assim as pessoas insistem em vender nos passeios e nas faixas de rodagem.

António de Castro todos os dias presencia acidentes com vendedores ambulantes. Na ânsia de chegarem primeiro aos clientes, levam pancadas de carros e motorizadas. Pediu à Fiscalização e à Polícia Nacional para continuarem com o trabalho de recolher os jovens das ruas e acabar com a venda ambulante em locais impróprios. Apesar dos riscos que correm,

muitos vendedores ambulantes dizem que o importante é vender e ganhar alguns trocados. A integridade física está em segundo plano.

Francisco Augusto, vendedor ambulante, reconheceu os riscos que corre quando circula entre os carros para vender a sua mercadoria. O jovem veio de Benguela para tentar a sua sorte na cidade grande.

Já muitas vezes escapou de ser atropelado. Mas continua a arriscar. Tem de vender para mandar algum dinheiro à família. O Largo do Primeiro de Maio, a Praça da Independência, a Avenida Revolução de Outubro, os Congolenses, São Paulo são locais de maior concentração de vendedores ambulantes. Mas existem em Luanda locais próprios para vendas, como mercados e feiras. O Governo Provincial de Luanda continua a criar condições para a prática legal do comércio. Mas é preciso a colaboração de todos: os clientes não devem comprar nada na rua e os vendedores têm que ir para os mercados.

3.14 Administração do Rangel perde autoridade na rua Lino Amezanga

Jornal Continente
25 De Outubro de 2013

É notório o confronto entre a administração da zona, propriamente os elementos da fiscalização, a Polícia, automobilistas e as vendedoras, cada um procurando o seu espaço de influência pelo domínio da rua. As vendedoras ocupam os passeios e invadem a faixa de rodagem da via, para aproximarem os produtos aos clientes que lá passam. Tudo indica que é uma peça de teatro sem fim, e promete capítulos extraordinários e de cortar o fôlego, nos próximos dias, já que naquela zona reina uma desordem total, que vai desde as autoridades administrativas do município à Polícia de ordem pública, vendedoras, automobilistas e transeuntes.

Já deu e continua a dar muito que falar sobre a referida rua, que é proibida a venda ambulante, mas infelizmente tem sido ignorado por todos que deviam cumprir e fazer cumprir esta orientação da lei.

O Jornal Continente esteve no local e constatou o tipo de ginástica que os automobilistas passam para se fazerem nesta via, já que as vendedoras ambulantes invadem a rua com os seus produtos para serem comercializados e desta maneira impedem que as viaturas circulem livremente.

É uma autêntica peleja instalada na via dos Congolese, de um lado estão os vendedores

informais, e do outro, os automobilistas. Não se compreende, a estrada foi concebida para os automobilistas, com os respectivos passeios mas tornou-se "o berço das quitadeiras", que são agressivas, desrespeitam as autoridades e, há bastante tempo, perderam o medo ao perigo dos automobilistas que, em função disso, têm de prestar maior atenção até ao sufoco e serem cautelosos.

O comércio ambulante está a ganhar contornos alarmantes, e com o andar da carruagem um dia as autoridades não terão como resolver este problema se não se tomarem medidas urgentes para que esse mal seja banido de uma vez por toda.

Mateus João António, automobilista, esteve parado mais de 30 minutos na via, tudo porque os vendedores não davam espaço para que os carros pudessem passar, estava chateado e com os nervos à flor da pele, devido a situação constrangedora, o que considerou de "falta de punho" por parte das autoridades administrativas locais.

"É complicado o que assistimos aqui, e o mais agravante é que tem polícia ao longo da via, de braços cruzados, assistindo ao espectáculo e não fazem nada, é muito triste" e ainda tem a esquadra móvel, desabafou Mateus.

Lázaro Pascoal, motorista de um camião porta-contentores, aborrecido com a triste situação, acusou, quem de direito, de fingir não ver o problema embora os factos no terreno falem por si.

"Quem passa por essa "banda" consegue divisar a pouca-vergonha, mas infelizmente ninguém faz nada. É triste numa sociedade como esta e o péssimo hábito de deixar as coisas andar, como se nada de mal tivesse acontecido" sublinhou Lázaro. Domingas Paulo disse que é preocupante o que se assiste aqui e o cenário começa a tomar outros contornos e pede as autoridades no sentido de fazer alguma coisa para o bem do povo.

Suzana Vieira da Cruz, funcionária, ao volante da sua viatura, em função do cenário, só abanava a cabeça de tristeza e já não sabia o que fazer para chegar cedo ao seu local de trabalho.

Disse à nossa reportagem, que é demais, há Polícia em toda extensão da rua, mas preocupados com os taxistas e não com a desordem na via.

Peço às autoridades para adoptarem políticas concretas no sentido de estancar esta situação que está aborrecer os automobilistas, porque é demais o assistimos aqui como se fosse um filme e ninguém faz nada", desabafou a senhora.

Lixo

Outra "maka" é o problema do lixo produzido todos os dias. Ao fim do dia é que se vê a grande confusão e os resíduos sólidos fazem montanhas, produzido durante as horas de comércio. No meio de toda sujeira e confusão há aquelas que se aproveitam comercializando comes e bebes para as zungueiras fazerem as suas refeições, mesmo no meio do lixo. Sentadas nos seus banquinhos de plásticos ou de madeira, nas pedras, assim como latas de leite Nido, e as moscas como não deixam escapar nada fazem a sua farra nos pratos de funge, nas canecas de chá ou de cerveja, cada uma à sua maneira.

A situação se agrava porque quase todas vendem comida ou produtos alimentares. O mais agravante é que os compradores não se importam com a tonelada do lixo que aí faz a sua morada, que é um atentado à saúde pública.

Domingas Faustino, moradora da rua das Pedrinhas, disse à nossa reportagem que faz sempre as suas compras na rua e no seu entender os preços são mais baixos em relação aos mercados. Já Edna da Costa, 30 anos, afirmou que "faz sempre as suas compras lá no que se trata aos frescos, mas fica sempre com o coração na mão devido as doenças, já que não há higiene".

Recomenda-se circular naquela zona carros com travões em dia.

Quem usa a via que sai do Triângulo, a chamada Lino Amezaga, até junto à passadeira aérea dos congolenses, tem sido, para quem conduz e tem de ir para àquela zona, uma tarefa difícil e complicadíssima, só deus sabe o cal vário que os automobilistas passam.

O percurso está lotado de vendedoras que ocupam parte da estrada com bancadas improvisadas, cheias de tabuleiros, caixas ou bacias colocadas a um ou dois metros da faixa de rodagem. Para os automobilistas há apenas uma passagem estreita, ladeada de gente, que compra, passa e vende tomando o trânsito difícil e saturado. "É um espanto como as pessoas atravessam a estrada sem medo, ao contrário dos carros que têm de fugir dos peões. Ninguém consegue entender o comportamento das pessoas", frisou Paula Maria.

3.15 Fiscalização

Jornal Manchete

25 De Outubro de 2013

Os constantes atropelamentos das normas administrativas levaram que a administração pública utiliza-se este organismo com o fim de minorar os problemas que enfermam a vida dos cidadãos, no entanto, de um tempo a esta parte, parece que se tem desvirtuado os objectivos que estiveram na criação deste órgão. As várias denúncias dos cidadãos são mais do que prova bastante de que o colectivo dos fiscais que operam por Luanda estão mais preocupados em multar ou receber os bens dos cidadãos do que propriamente de forma pedagógica, educar, sensibilizar e fazer cumprir o que está estabelecido nas normas administrativas. Esta semana voltaram a ocorrer tristes cenas onde automobilistas foram rebocados dentro das suas viaturas, já as zungueiras viram os seus produtos recebidos, porque o que tem acontecido é que se recebe (ou rouba-se?) destas pobres senhoras sem qualquer notificação para reclamarem os seus haveres.

3.16 Mercado do Kifangondo sem clientes

Jornal Manchete

25 De Outubro de 2013

Numa ronda feita, esta semana, naquele mercado, pudemos constatar que os vendedores dormem em camas improvisadas, enquanto aguardam pelos clientes que, na maioria dos casos, não aparecem às compras todo dia. Pudemos, igualmente, divisar um número considerável de bancadas vazias, porque os seus ocupantes se viram obrigados a abandoná-las, poucas semanas depois de terem sido conduzidos ao mercado pelas autoridades. Este cenário faz com que muitos vendedores regressam às ruas, enquanto outros partem para os mercados como Kicolo e Trinta, onde alegadamente, dizem conseguir vender o mínimo possível. Os que resistem as dificuldades, apenas limitam-se a lamentar, dizendo que "a situação está a prejudicar os seus negócios, porque pagam uma taxa diária à administração do mercado e os produtos dificilmente são vendidos".

Teresa da Conceição, vendedora de bananas, contou que desde então, estava acostumada a comercializar o seu negócio na rua, concretamente à beira da estrada na zona do Kifangondo. Agora que foi colocada dentro do mercado, as coisas mudaram radicalmente. São perdas por trás de perdas. A vendedora disse ainda que, está com dificuldades em desenvolver a sua actividade, porque o produto fica muito tempo

sem ser vendido devido à inexistência de clientes, que a seu ver, preferem comprar na rua. Apontou o local em que foi construído as estruturas do mercado como sendo pouco estratégico, em termos de facilidade de acesso dos clientes. "Quem passa na estrada pensa que este lugar é um armazém qualquer e não um mercado. Talvez seja esse o motivo que leva os clientes a não entrarem aqui, porque desconhecem do que realmente se trata", observou. Outra vendedora, Domingas Sebastião, também lamentou a falta de clientes, porque paga taxa do aluguer do espaço e em contrapartida os compradores não entram no mercado para as compras. Recordou o dia em que foram albergados no mercado, as bancadas esgotaram-se completamente. Mas, toda gente teve que abandonar semanas depois, por razões de perdas sucessivas nos seus negócios. Por outro lado, a nossa interlocutora criticou a postura da administração do mercado. DOI este até ao momento não ter definido as áreas de vendas dos produtos que são comercializados no referido estabelecimento.

A seu ver, esta situação está a embaraçar os poucos clientes que visitam o mercado para as compras. "Cumprimos com os pressupostos e regras impostas pela administração e não se vêem melhorias na organização", queixou-se.

Em busca de compensação

Entretanto, ao período da tarde, altura em que o mercado encerra as portas, alguns vendedores aproveitam dar continuidade das suas actividades fora do recinto, como forma de compensar o dia perdido. Mas, muitas vezes são escorraçados pelos fiscais da administração de Cacuaco.

"Mano, estamos a passar mesmo mal. Os nossos filhos as vezes dormem com fome porque não vendemos nada durante o dia", lamentou uma outra vendedora que diz não saber mais o que fazer, apelando as autoridades do município no sentido de encontrar uma solução para os vendedores.

A versão da administração do mercado

A administração do mercado do Kifangondo não se mostrou disponível a falar ao Manchete, tendo encaminhado o assunto ao chefe de repartição do Comércio do município de Cacuaco, Simão de Oliveira, que por sua vez, disse que se encontrava reunido.

Um funcionário do mercado que não identificou o seu nome, ignorou as preocupações dos vendedores. O mesmo fez saber que o mercado, apesar de se encontrar no seu pleno funcionamento há cerca de

um mês, aguarda pela sua inauguração em Novembro próximo.

"N este momento a administração do mercado está a criar condições para melhor organizar os vendedores", disse. Quanto a ausência de clientes, a fonte salientou, finalizando que esta situação será ultrapassada consoante o tempo, visto que o mercado é recente e muita gente ainda não tem conhecimento da sua existência.

O mercado municipal do Kifangondo dispõe de 366 bancadas, um armazém e um local para lavagem de peixe. Beneficia igualmente de uma paragem de táxis e um posto policial, ambos vão funcionar dentro do mercado, sendo que as obras se encontram já na fase de conclusão.

3.17 Sapateiros procuram herdeiros

Semanário Novo Jornal
25 De Outubro de 2013

JÁ LÁ VAI o TEMPO em que mestre Bango era procurado por muito boa gente que queria encomendar sapatos, feitos à medida do pé. Hoje o trabalho só passa pelos remendos. Mas a desvalorização da profissão não amedronta mestre Bango, que não tem receio de afirmar que o sapateiro é um artista que merece ser olhado de forma mais digna.

Na oficina, de pouco menos de três metros de cumprimento e um e meio de largura, estão expostas algumas sandálias saídas das suas mãos. Sapateiro desde 1978, mestre Bango mantém-se fiel à profissão que abraçou quando jovem.

"Sou. feliz por ter aprendido esta arte. Nunca abandonei a profissão, tenho casa e sustento a minha família", diz com orgulho, do alto dos seus 58 anos. Natural do Norte, município da Banga, foi daí que lhe veio a determinação, mas também a alcunha, como diz mestre Bango, que "banga" com a arte de fazer e arranjar sapatos.

Por vezes o rosto do sapateiro fica ensombrado, com a tristeza e a saudade da época em que viveu os tempos áureos da profissão.

"A minha primeira sapataria chamava-se 11 de Novembro. Fazíamos sapatos, sandálias e outras coisas mais. Hoje, o meu trabalho é somente alargar e remendar sapatos. Mas esta, não é a nossa realidade", contesta.

A falta de matéria-prima é o maior calcanhar de Aquiles do mestre e o que tem "ajudado" a afundar,

cada vez mais, uma arte milenar, que procura por herdeiros.

"Como é que os miúdos vão aprender a nossa profissão. Eles vêm o nosso sofrimento para conseguir material. Tudo vem do estrangeiro. Os armazéns que nos vendiam a matéria-prima, agora só vendem cerveja", lamenta o kota Bango, como é carinhosamente chamado.

"Antigamente, os armazéns vendiam cabedal, sola e outros materiais com os quais fazíamos calçado de todos os tipos, desde botas e sapatos, a luvas. Agora já não fazemos porque não temos dinheiro para mandar vir a matéria-prima do exterior do país", explica o mais velho, à medida que vai mostrando ao repórter algumas peças de calçado desenhadas por si.

Para o mestre Bango, o desinteresse dos mais jovens na profissão está igualmente associado à ignorância e ao imediatismo da juventude na procura de estabilidade financeira, "sem qualquer esforço".

"As pessoas olham o sapateiro como ninguém, acham que esta profissão não é para jovens. Os jovens acham que a nossa actividade não tem rendimento e procuram algo que lhes dê dinheiro mais rápido. Hoje vemos muitos deles na zunga, a lavar carros, a engraxar sapatos e ainda a roubar", lamenta.

Na parte frontal da pequena sapataria do mestre Bango, em regime de arrendamento, estão patentes duas simples palavras:

"Alarga-se sapatos". Dizeres que evidenciam o sentimento de quem, ainda tem amor à arte ou, então, já não consegue alternativa para alimentar a farrúlia.

"ORGULHO DE APRENDER"

O jovem Ernesto Dias, de 26 anos, é ajudante casual do mais velho Bango, há cerca de um ano. O aprendiz de sapateiro confessa ter "muito orgulho de aprender a profissão" e, desde o tempo em que lá se encontra, já consegue dominar algumas técnicas do ofício. "Já aprendi a fazer capas de sapatos, a coser e a aplicar protectores. Sempre foi meu desejo aprender sapataria", atesta o jovem, que lança um apelo a quem ainda discrimina a profissão.

"Se não houvesse sapateiros, não continuaríamos a usar os sapatos de que gostámos". Seriam simplesmente deitados fora, porque ninguém os consertaria quando estão estragados. Por isso, é que estamos aqui. Muitos ainda nos discriminam, mas não sabem do que falam. A sapataria é uma arte nobre como outra qualquer. Os meus familiares e amigos já entendem a importância do sapateiro, porque coso

sempre os seus sapatos quando se estragam", argumenta o aprendiz do mestre Bango.

João Sabino, de 30 anos, é um apreciador da arte. Há dois anos que o jovem taxista partilha o seu tempo com o mestre, quando está fora da estrada. "Sou amigo do kota Bango e sempre que posso venho cá para aprender e com muito orgulho", certifica o taxista, que pensa largar a estrada para se dedicar à arte da sapataria.

Por sua vez, Daniel Agostinho defende' um maior incentivo aos sapateiros a fim de despertar o interesse dos jovens pela profissão.

"Esta: arte também deve ser ensinada nas escolas. Desde há muito que o sapateiro é uma profissão desejada, mas hoje a juventude furta-se por falta de conhecimento ou por querer ganhar dinheiro rápido", observa o interlocutor que, na ocasião, procurava por um sapateiro. Procura que só terminou na avenida Revolução de Outubro, nas imediações do bairro Catambor, em Luanda.

"Fiz muito sacrifício para encontrar o sapateiro. Tinha de estar a ler nas paredes, o que não era comum antigamente. Tenho necessidade de voltar a usar uns sapatos que estão estragados. Vi escrito nesta parede do outro lado da estrada, «alarga-se sapatos» e dirigi-me para aqui. Preciso alargar e coser um par de sapatos e de sapatilhas", explicou Daniel Agostinho, que olha com receio para o desaparecimento destes profissionais.

3.18 Mabunda recebida em apoteose no mercado do «Tunga Ngó»

Semanário Angolense

26 De Outubro de 2013

As amigas, parentes e vizinhas reuniram-se em torno da bancada da Mabunda na praça do «Tunga Ngó», só para festejarem o show da mboa registado a partir das portuguesas. Um show que chegou a Angola pela internet e páginas dos jornais, sendo que até em algumas rádios locais já se falou da mulher ona que deixou arrasados os pulas, sobretudo no Semanário onde está alojado mujimbeiro do Kanzala. Tudo que a Mabunda fez na tuga foi narrado online para Luanda, pela caneta do cronista.

Nada escapou. Até dos beijos roubados, o mujimbeiro do Kanzala falou. Ainda vai dar maka com o kota Sabonete, que apenas quis curtir, quem foi que disse que ele não tem direito a viagem turística, abraçado a uma preta na baixa de Setúbal, gingando no seu português refinado e gastando os

kwanzas que agora já valem na melói? E quem foi que disse que o kota e a Mabunda não podem, com as devidas cautelas do ministério da Saúde quanto à contaminação do século, até porque foram já inventadas as borrachas correspondentes que permitem ao indivíduo cornear até se fartar, sem medo de contaminação, e porque razão não iria o kota Sabonete aproveitar a evolução científica para curtir com a Mabunda? Oral! E foi assim que no dia seguinte, a pretalhona, que deu show na mutrulha, foi recebida pelas companheiras com abundante cerveja e champanhe, e até batuque de lata não faltou.

O ambiente foi dos mais calorosos que alguma vez ocorreu naquela praça. De uma ponta à outra, comes e bebes foram servidos de borla, umas comendo o das outras e vice-versa, até homens das bancadas dos pregos e reparação de rádio e electrodomésticos tomaram parte da festa.

Os roboteiros pararam os fretes para participarem e as vendedoras de peixe sacrificaram parte da mercadoria para assar grandes lotes de sardinha e carapau, para depois enquadrarem com o feijão de óleo de palma e mandioca. Molhos feitos à base de cebola e jundungo, batata-doce e outros reforços foram vistos pela praça inteira. Foi um almoço colectivo jamais visto.

Não foi preciso, depois do batuque de latas, esperar pelos voluntariosos DJs. Mal a Mabunda desceu do pedestal onde mantinha a mercadoria impecavelmente arrumada para a clientela, começou a kizomba no máximo dos decibéis que agora está na moda. O som altíssimo da música semba bem mexida atingia as casas mais distantes e, no fundo no fundo, o bairro todo vibrou. Uma festa deste calibre, como se pode ver, demora. O dia já ia tarde, muito tarde, quando chegou o mais velho Sabonete. A dar uma de que não conhecia a tipa da homenageada! O homem quando corneia tem cara de santo, corno dizem. Nesse dia, ficou provado. Só o kota a passar pela Mabunda, tipo não lhe conhece! O fingido do kota mais parecia um forasteiro que acabara de chegar sem de nada saber acerca da aplaudida mulherona.

Enquanto as amigas comemoravam o regresso da colega, agora regressada da melói mais bebuchinha pela boa vida que levou, o Adio Sabonete passeava de lado, numa discricção arrasadora que mais parecia um maliano ou ruandês, que nunca na mbunda da Mabunda havia tocado. É por isso que os homens corneadores morrem mal. Quem viu o kota Sabonete a apreciar a festa com simulado pasmo, numa de que não conhecia a Mabunda de parte alguma, até acreditava que ele nem sequer é morador das

redondezas. O kota soube fazer mesmo uma cara de pau! Só mais tarde se aproximou dela e, numa saída airosa, balbuciou-lhe algumas palavras elogiosas, baixinho para não ser escutado: Minha merecida galã da vida, quanta felicidade me proporcionastes que ainda tenho a pele marcada pelo sentimento fervor do tecido emocional das tuas carícias turísticas. Oh quanta melancolia nas ainda frescas andanças, vejos nos abraçados pelas ruas de Setúbal, minha amada Mabunda, lembra-te? Que este lindo dia nesta praça te remova a poeira dos meus beijos atrevidos, mas doces como o mel extraído da nossa seiva amorosa...

E retirou-se sem que alguém se apercebesse do recado deixado ao ouvido da felicíssima mulher.

Adão Sabonete e Mabunda haviam chegado juntos da portuga, mas dividiram os táxis. Um seguiu numa viatura alugada a olho, e a mulher entrou numa combi que a transportou até ao Rangel.

No bairro, ele chegou mais cedo, porque ela ainda havia decidido passar pela casa das primas onde deixou ficar algumas encomendas. Abraços e fofocas não faltaram.

No cubico, quando a gente chega da tuga, temos que reconhecê-lo, agora é que são elas, fica-se com a sensação, a priori, de que vão correr jactos de água nas torneiras e vai haver luz. Niet! Água tem que comprar a retalho ou a grosso por caixa, e luz tem que ter sorte. Em Setúbal, não era assim. Água e luz são sempre a subir. Mesmo à noite, você toma banho de chuveiro Bolas, a diferença é bué grande: em Setúbal, dá para beber directo da torneira, até faz lembrar antigamente, era beber água do chafariz directo sem contaminações. Naquela zona do Rangel, onde mora o kota Sabonete, tem e não tem água. Água em abundância é só no tempo da chuva e depois vem a seca. Os tubos ainda não chegaram, o administrador já prometeu, mas nem cheiro de tubo nem cheiro de torneiras. O kota já não acredita que ainda neste milénio lhe venham a instalar pelo menos uma torneira no quintal. Ai, que saudades de Setúbal!

A Mabunda enfrenta o mesmo dilema. Água seca, luz apagada, beco apertado, em Setúbal já não há. Lá tem autocarro, metro, shoppingue de variedade e pulas que a admiravam e olhavam, a comerem-lhe as suas pernas e partes mais carnudas com os olhos.

Agora, aqui ma terra, já não há remédio, até a curtição acabou. O kota não se vai atrever de lhe pegar pela mão, e em plena cidade de Luanda onde vive o maridão, coitado dele, abraçar o borracho de mulher que aos pulas deixou saudades de morrer. Mabunda da praça do Tunga Ngó, estão boa que fez história nas portuguesas, ainda ficará na história das

maiores mulheres africanas que por Setúbal passaram e por lá deixaram ficar saudades de matar o coco aos europeus.

3.19 O paraíso dos «ndingarí»

Semanário Angolense

26 De Outubro de 2013

Cidadãos angolanos de alguns bairros de Luanda estão preocupados com a situação reinante nos seus locais de residência, devido ao crescente processo de degradação a que eles têm estado sujeitos, na sequência da «invasão» de imigrantes, geralmente ilegais, que introduzem nessas comunidades hábitos e costumes perniciosos e contrários à cultura da boa vizinhança, do bem-estar e sossego dos moradores, a que se junta ainda uma intensa actividade comercial, quer em moradias transformadas em lojas, como e sobretudo, nas ruas, agora tomadas pelo caos.

Como se não bastasse, o excesso de poluição sonora, proveniente de seitas religiosas e lanchonetes, e a prostituição descarada, que toma proporções alarmantes de noite, também passaram a fazer morada nessas zonas.

De acordo com um grupo de cidadãos residentes na comuna do Hoji-ya-Henda, ao município do Cazenga, que se deslocou à redacção do *Semanário Angolense* (SA), para manifestar a sua preocupação, a situação naquela parcela de Luanda está insustentável, sendo que a área «cada vez se parece menos com Angola», como trataram de sublinhar os seus integrantes.

Para eles, toda a comuna está transformada num enorme mercado, que não tem hora para fechar. «A nossa vida está muito dificultada. Não se pode viver nas condições em que se transformou o Hoji-ya-Henda: quase todos os edifícios são estabelecimentos comerciais e muitos deles são também residências, onde vivem ou pernoitam dezenas de indivíduos aglomerados, enfim. As ruas transformaram-se em mercados,

onde não se pode transitar à vontade, porque os estrangeiros fecharam mesmo algumas delas em prol dos seus negócios, não querendo saber de nada. Há muito barulho e muito lixo. Na verdade, já não sabemos o que fazer», disseram os cidadãos lamentosos.

Refira-se que tanto os integrantes do grupo que se deslocou ao SA como outros que foram abordados pela nossa reportagem no local, para além de dizerem um ou outro nome, não aceitaram identificar-se, pedindo mesmo para não serem fotografados. E explicam as razões: «Nós moramos lá e muitos deles

conhecem-nos. Se aparecermos no jornal, podemos sofrer represálias. E temos família, temos filhos que podem ser vítimas deles. Também é do conhecimento geral que esses estrangeiros são sócios ou trabalhadores de ministros, generais e comandantes da Polícia.

Eles têm toda a protecção que nós não temos e se acharem que estamos a pôr em risco os seus negócios, é um perigo para nós».

Para corroborar o que disseram; explicaram que a localidade está infestada de delinquentes, muitos deles ao serviço dos comerciantes estrangeiros, que os têm como aliados, porque a maioria são seus conterrâneos, «Apesar de haver uma esquadra ali na zona, a polícia quase nunca penetra nos bairros e quando o faz é para ir recolher a 'gasosa' que os donos dos estabelecimentos e os seus revendedores de rua pagam. Não podemos contar com ela, porque em caso de alguma denúncia, que perigue a 'gasosa' dos agentes, nós poderemos ser alvos a abater», esclareceram.

Os moradores disseram também que administração comunal, começando pelo próprio titular, «é tudo farinha do mesmo saco». Segundo eles, até os fiscais preferem atacar e roubar as pobres zungueiras angolanas, do que colocarem na ordem os estrangeiros que cometem todo o tipo de transgressões. Em face de tudo isso, apelam ao Governo para que tome medidas urgentes para a contenção dos excessos que estão a ser cometidos nessa zona de Luanda, que podem pôr em risco a nossa identidade e o futuro dos nossos filhos, além da própria segurança do país. Está demais!

3.20 Ruas do Cazenga transformadas em mercados

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2013

As ruas do município do Cazenga estão a ganhar nova Imagem com as obras de requalificação, que melhoram o saneamento básico do distrito urbano. A população, no entanto, deve tomar consciência de que os bens públicos são para ser conservados.

Os passeios de algumas ruas já asfaltadas estão a ser transformados em pequenas praças, com os moradores a ocuparem os passeios com bancadas, barracas e rulotes para a venda dos seus produtos.

A fiscalização vai fazendo o seu trabalho, mas quase sem resultados. Os pequenos mercados vão surgindo aqui e ali, cada vez em maior número. Apesar da

acção dos fiscais, as vendedoras insistem em instalar-se nas ruas, alegando a inexistência de mercados próximos para a venda das suas mercadorias.

Luzia Nogueira, funcionária da farmácia na Rua M do Cazenga, reconhece o trabalho da administração para tentar acabar com os pequenos mercados que se formam nas ruas do distrito. "E preciso que se faça mais enquanto se pode controlar a venda.

Hoje são pequenas praças que amanhã se vão transformar em grandes mercados ilegais." A farmacêutica alertou para o facto de as crianças correrem riscos de atropelamento ao saírem da escola por serem obrigadas a caminhar na faixa de rodagem por os passeios estarem ocupados com barracas de venda. João Alexandre, morador na Rua N do bairro Tala Hady, disse que depois da reparação de algumas ruas do Cazenga a qualidade de vida melhorou muito.

"As ruas estão asfaltadas e os passeios bem concebidos. Falta a população preservar os bens públicos."

3.21 Delinquência, prostituição e drogas

Semanário Angolense
26 De Outubro de 2013

Em quase todos edifícios, incluindo residências, há lojas e armazéns, nos quais se vende de tudo: motorizadas, geradores, electrobombas, electrodomésticos, mobiliário diverso, roupas, artefactos de plástico, bens alimentares, etc., etc., etc.. Os principais focos das pracinhas são justamente diante destes pseudo-grossistas. Ou seja: os pequenos vendedores ou revendedores adquirem o produto nesses estabelecimentos e, logo diante deles, abrem as caixas, repartem, estendem-nos no chão, por cima de um saco ou pano e atraem para si os clientes. Realce-se que este método acontece um pouco por toda Luanda, onde existam estabelecimentos similares.

Os donos das lojas não se importam porque é nisso que está a sua maior fonte de receitas. Quanto mais o revendedor de rua «despacha», mais ele volta ao grossista para comprar. Por isso, os espaços são disputados a punho ou por influência dos guardas, que, a troco de alguns Kwanzas, determinam quem fica com que espaço para proceder ao seu negócio.

Outro local achado ideal é ao longo da estrada principal, apesar do perigo que isso representa. Como um negócio puxa outro, há os «roboteiros», que aceitam carregar tudo, às costas, à cabeça ou em carros de mão. Estes trabalham indefinidamente para

quem precise de trabalhadores braçais momentâneos. Tanto estão na carga e descarga de mercadorias e desova de contentores, como carregam mercadoria dos clientes. Também não faltam os vendedores ambulantes de água, refrigerantes, cerveja, gelados, bolos, entre outros alimentos pronto a comer.

Assim, em meio a toda esta balbúrdia, há ainda os delinquentes, que se misturam e se confundem com os demais. Muitos fazem-se passar por carregadores e acabam por fugir com as mercadorias que lhes são confiadas.

Outro flagelo é a prostituição. As profissionais do sexo espalham-se pelas barracas, pelas lanchonetes e pelos estabelecimentos comerciais à procura de clientes. Nas imediações, não faltam as pensões, mas também há locais «personalizados», como quartos e anexos em alguns quintais. Algumas destas moças são controladas por delinquentes com quem dividem os seus proventos para não sofrerem represálias. Às vezes, em caso de um cliente que exiba «sinais de riqueza», elas comunicam aos delinquentes que acabam por assaltá-lo. Também são elas que seguem os clientes no interior das lojas para ver o que vão adquirir e o que possuem no bolso. Depois avisam os amigos lá fora que assaltam os mais desprevenidos.

Entretanto, em conversa de bastidores no local, algumas pessoas chamaram a atenção para o facto de haver um alto Índice de consumidores de droga no Hoji-ya-Henda, para além de uma movimentação estranha às noites e madrugada. «Não é de estranhar que o tráfico de drogas pesadas e outras também passem por aqui e, se o nosso Governo continuar a dar uma de distraído, um dia vão ver que até armas de guerra estão armazenadas por aqui», alertam os cidadãos.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Comissão Económica avalia o Orçamento

Jornal de Angola
05 De Outubro de 2013

O projecto de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2014 mereceu ontem a apreciação da 8ª sessão extraordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, que decorreu sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Pela complexidade do documento, o projecto de OGE vai voltar a ser apreciado numa das próximas sessões deste órgão auxiliar do Presidente da República.

Em Maio deste ano, o Conselho de Ministros aprovou as Instruções e o Manual para a Elaboração do OGE para o exercício fiscal de 2014. De acordo com o comunicado final distribuído no final do encontro, estes documentos estabelecem as regras e procedimentos que devem ser observados por cada uma das unidades orçamentais no processo de preparação do respectivo orçamento.

As Instruções e o Manual para a Elaboração do OGE de 2014 introduz melhorias nas normas que permitem a realização de uma avaliação permanente das acções do Governo e o redireccionamento em tempo útil da alocação dos recursos para as áreas consideradas prioritárias tendo em conta as necessidades das populações e o Programa Nacional de Desenvolvimento.

Por sua vez, em Agosto do ano em curso, o Conselho Nacional de Concertação Social pronunciou-se sobre o calendário e a metodologia de elaboração do OGE para 2014 que prevê um envolvimento maior dos parceiros sociais e dos gestores das unidades orçamentadas no processo de preparação do orçamento.

Na reunião de concertação social, orientada pelo Vice-Presidente da República, os membros do Conselho Nacional tomaram conhecimento do calendário das acções relativas à elaboração do OGE, que previa, entre outras datas, o dia 30 de Setembro para a conclusão da proposta consolidada do Orçamento Geral do Estado e respectiva proposta de lei.

Drenagem para o Kílamba Ainda ontem, a Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou a viabilidade para a construção de uma vala de drenagem na Cidade do Kílamba, em Luanda. A 23 de Agosto último, este órgão do Conselho de Ministros aprovou também, em sessão extraordinária, a proposta de gestão e controlo do espaço aéreo civil.

Na mesma sessão, a Comissão Económica tomou conhecimento da proposta de lei que autoriza o Banco Nacional de Angola (BNA) a emitir e a colocar em circulação moedas metálicas de 20 Kwanzas em alusão ao 3500 aniversário da morte da Rainha Njinga Mbande,

que se assinala a 17 de Dezembro deste ano. Ainda a 23 de Agosto, Comissão Económica tomou conhecimento do memorando que fundamenta a proposta de instrutivo do BNA sobre as operações de cedência de liquidez no mercado monetário interbancário por parte dos Bancos de Desenvolvimento.

As medidas contidas neste instrutivo visam permitir ao banco central melhorar as condições de monitorização e de execução operacional da política monetária.

4.2 Especial atenção ao Pacote Tributário

Jornal de Angola
11 De Agosto 2013

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, garantiu ontem, em Menongue, Kuando-Kubango, que o seu partido vai prestar maior atenção ao pacote sobre a reforma tributária no país na legislatura que começa na próxima terça-feira. .

"Queremos dar uma importância capital à abordagem da reforma tributária com a aprovação do Pacote da Reforma Tributária", disse o líder parlamentar do MP-LA.

Virgílio de Fontes Pereira, que falava na abertura das terceiras Jornadas Parlamentares do MPLA disse que os deputados vão igualmente prestar maior atenção às questões relacionadas com a área social.

O deputado referiu que o Grupo Parlamentar, em parceria com o Executivo, vai dedicar especial atenção aos sectores da educação, saúde, assistência social, salientando que estas acções constam da estratégia de governação do MPLA para este mandato.

O grupo também vai priorizar o tratamento de matérias relacionadas com questões, organizativas da Assembleia Nacional, incluindo a revisão do regimento do Parlamento, a revisão do estatuto do deputado, sistema remuneratório, organização e funcionamento e a Lei -Orgânica da Assembleia nacional, informou o líder da bancada parlamentar do MPLA. Virgílio de Fontes Pereira salientou que as jornadas parlamentares têm um sentido acrescido para o MPLA, tendo em conta a abertura do ano legislativo no dia 15 deste mês, acrescentando que o encontro vai permitir uma abordagem concreta de como o Plano Nacional de Desenvolvimento está a ser executado na província do Kuando-Kubango.

Próximos anos

A reunião do Grupo Parlamentar do MPLA, que decorre sob o lema "Desenvolvimento Equilibrado do Território e Medidas de Política para o Plano Nacional de Desenvolvimento", tem a finalidade de tratar de questões organizativas e traçar políticas de actuação para os próximos anos.

"Vamos tratar das linhas de força da nossa agenda política parlamentar, que vai comportar matérias relacionadas com os instrumentos financeiros do Estado, da Conta Geral do Estado, OGE para 2014 e o relatório de execução financeira do Executivo", informou Virgílio de Fontes Pereira, para quem estas matérias vão promover a fiscalização das acções do Executivo pela Assembleia Nacional.

"A província do Kuando-Kubango tem já um programa de desenvolvimento e as prioridades coincidem com aquelas que estão estabelecidas no Plano de Desenvolvimento", disse deputado.

Para o líder do Grupo Parlamentar do MPLA, a ideia de desenvolvimento territorial "precisa de ser bem avaliada" para que os deputados percebam qual a estratégia de desenvolvimento traçada para a província do Kuando- Kubango e a zona leste do país. "O desenvolvimento territorial inclui várias componentes como o ordenamento do território, a estratégia ambiental, a cooperação transfronteiriça e inter-regional e as parecerias público-privadas", referiu Virgílio de Fontes Pereira.

Visitas de auscultação

Os deputados do MPLA deram início às jornadas parlamentares com uma série de vistas às obras sociais em execução no Kuando- Kubango, nomeadamente as obras do dormitório e refeitório do orfanato do centro Obembwa em Menongue e da escola primária de 12 salas de aulas na mesma localidade.

Ontem os deputados efectuaram visitas às obras do Centro Ortopédico de Menongue, da rede de distribuição de água à cidade de Menongue, do Pólo Universitário, da estrada de acesso ao polo e da escola técnica de enfermagem. Os deputados visitaram também as obras do Hospital Provincial do Kuando-Kubango, da rede de média e baixa tensão de Menongue, do cemitério municipal de Menongue e dos 200 focos habitacionais no bairro Tucuve.

4.3 MPLA analisou projectos integrados no PIP de 2014

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2013

O Comité Provincial do MPLA no Namibe foi informado, na sua 11ª sessão ordinária, dos 66 projectos, 11 em curso e os restantes a ser lançados, integrados no Programa de Investimentos Públicos e no orçamento da província para o ano de 2014, orçados em 5.195.222.315 kwanzas, tendo recomendado a sua materialização para o bem das populações.

A reunião, presidida pelo primeiro secretário provincial, Rui Falcão, contou com a presença do grupo de acompanhamento do secretariado do bureau político do MPLA analisou o relatório sobre a implementação do movimento de revitalização dos comités de acção e o relatório sobre a revitalização no município do Camucuí. O coordenador do grupo de acompanhamento para a província, Carlos Feijó, apelou ao empenho de todos os participantes nas tarefas programadas, e defendeu uma boa coesão no seio dos militantes, dos membros do comité provincial, amigos e simpatizantes do partido.

O comité manifestou "profundo regozijo e reconhecimento" ao Executivo pela organização da 41, a edição do Campeonato de Hóquei em Patins, louvando o governo do Namibe pelo nível de organização do torneio mundial.

4.4 Conta Geral do Estado no Parlamento

Jornal de Angola

14 De Outubro de 2013

O Ministro das Finanças, Armando Manuel, revelou que o Executivo passa a submeter a Conta Geral do Estado à aprovação da Assembleia Nacional a partir do ano parlamentar que começa amanhã.

O ministro disse, ao falar num acto público realizado em Luanda, que com base em solicitações do Executivo, a Assembleia Nacional vai discutir e aprovar a Conta Geral do Estado, o que considerou ser "a oportunidade ideal para se demonstrar publicamente a boa e regular aplicação dos recursos utilizados, em conformidade com as leis, os regulamentos e normas" vigentes em Angola, bem como "evidenciar os resultados obtidos".

Dados disponíveis indicam que a aprovação parlamentar da Conta Geral do Estado é uma emanção da Constituição, sendo esta a primeira vez que o Parlamento angolano analisa esse documento, definido como a expressão mais completa da execução do Orçamento de Estado, que consiste em cobrar as receitas inscritas e realizar as despesas autorizadas.

Armando Manuel afirmou que a apresentação da Conta Geral do Estado inscreve-se nas "relevantes responsabilidades do Ministério das Finanças relativamente à elaboração e execução do Orçamento", com o que fica incumbido do "dever de assegurar a arrecadação e a disponibilidade atempada das Receitas Fiscais, com vista a garantir a realização mais ampla possível da Despesa orçamentada".

O ministro considerou que, para alcance desse objectivo, o Ministério das Finanças deve garantir "a eficácia e a eficiência" da política tributária, assim como assegurar a sustentabilidade das contas do Estado. Nessa acepção, Armando Manuel prometeu que o Ministério das Finanças vai actuar de forma articulada com o Banco Nacional de Angola para assegurar a gestão coordenada das política fiscal, monetária e cambial, de acordo com as directrizes do Executivo relativas ao equilíbrio interno e externo da economia nacional e a manutenção de um ambiente macroeconómico saudável, com o que se toma possível a nacionais actualmente cifradas em perto de 40 mil milhões de dólares (cerca de quatro triliões de kwanzas), as autoridades angolanas recusaram fazer uma emissão há cerca de dois anos, depois de as três principais agências internacionais de "rating" terem passado a atribuir nota positiva ao risco da dívida soberana de Angola. Naquela altura, quando as reservas internacionais eram inferiores às actuais, as autoridades consideravam que não tinham "necessidades de tesouraria", prosperidade da actividade económica, gerar empregos, produzir bens e serviços, assim como promover a paz e estabilidade social e por via disso o bem-estar.

O anúncio do ministro coincidiu com notícias que, na semana passada, deram contado adiamento de uma emissão internacional de dívida pública avaliada em mil milhões de dólares (100 mil milhões de kwanzas),

com que as autoridades pretendiam financiar projectos de infra-estrutura. Com reservas internacionais actualmente 'Cifradas em perto de 40 mil milhões de dólares (cerca de quatro triliões de kwanzas); as autoridades angolanas recusaram fazer uma emissão há cerca de dois anos, depois de as três principais agências internacionais de "rating" terem passado a atribuir nota positiva ao risco da dívida soberana de Angola. Naquela altura, quando as reservas internacionais eram inferiores às actuais, as autoridades consideravam que não tinham "necessidades de tesouraria".

4.5 Oposição cede apreciação da conta geral do estado

Jornal Manchete

18 De Outubro de 2013

A decisão saiu na reunião desta quarta-feira, 16, da qual participaram os líderes parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, considerou, aquando da abertura do III ano legislativo, que o procedimento legal para a apresentação do documento não foi adequado.

Raul Danda mencionou que o documento "não deve ser discutido e aprovado na generalidade, porque a Lei prevê que a Conta Geral do Estado vá ao Parlamento e o presidente da Assembleia Nacional (AN) deve mandá-la para as comissões de especialidade em razão da matéria, e leva o seu tempo". O deputado da UNITA disse que o documento devia ser acompanhado pelo parecer do Tribunal de Contas.

Do lado da CASA -CE, André Mendes de Carvalho, presidente do grupo parlamentar, para a Conta Geral do Estado ser analisada pelos deputados devia estar acompanhado da apreciação do Tribunal de Contas. "Teríamos de analisar o documento com a parte respeitante ao pronunciamento do Tribunal de Contas", disse.

Em declarações à imprensa, no final da reunião, o segundo secretário da mesa da Assembleia Nacional, Raul Lima, disse ter havido consenso para a apresentação deste importante instrumento financeiro. Explicou que, nos termos do regimento, compete à AN, após a recepção da CGE, solicitar se necessário o parecer do Tribunal de Contas. A ausência deste parecer do Tribunal de Contas foi apontada nesta terça-feira, por alguns deputados e políticos da oposição, como factor impeditivo para a

aprovação, na generalidade, da Conta Geral do Estado.

"O parecer do Tribunal de Contas será solicitado, caso necessário, pela Assembleia Nacional, no plenário", tranquilizou Raul Lima.

4.6 OGE para o próximo ano está na recta final

Jornal de Angola
19 De Outubro de 2013

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 cumpriu ontem uma das derradeiras etapas antes de ser submetida a discussão e aprovação na Assembleia Nacional. O documento dominou as atenções na nona sessão extraordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República e titular do poder Executivo, José Eduardo dos Santos.

O ministro Armando Manuel fez a apresentação do ante-projecto do OGE para 2014, logo a seguir à aprovação do projecto síntese da última sessão ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, realizada a 10 de Outubro. Em tese, a sessão de ontem serviu para acertos finais ao documento que deve ainda ser submetido ao crivo do plenário do Conselho de Ministros, na próxima semana.

A elaboração do ante-projecto do OGE para o Exercício Económico de 2014 teve como fundamentos a inflação anual esperada de sete a nove por cento, uma produção petrolífera de 655 milhões de barris, um preço médio de exportação do crude de 98,00 dólares por barril, uma taxa média de câmbio do período de kwanza/dólar, de 98,00 e uma taxa de crescimento do produto real de 8,8 por cento.

Para já, mantêm-se no 'segredo dos deuses' as projecções do OGE para 2014 do lado da despesa, embora ao falar dos grandes objectivos do Executivo no discurso sobre o Estado da Nação, na sessão de abertura da segunda sessão legislativa da terceira legislatura, o Presidente José Eduardo dos Santos tenha dado pistas sobre prioridade do próximo exercício económico.

Tal tomo no exercício de 2013, o OGE para 2014 tem como principal referência o Plano de Desenvolvimento 2013-2017, que tem como grandes objectivos a consolidação da paz, o reforço da democracia, a preservação da unidade nacional, a promoção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos angolanos. O Presidente José

Eduardo dos Santos disse que o contexto internacional e interno obrigam à prudência e rigor na gestão das finanças públicas. Dai que fossem feitos reajustamentos na estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A projecção de crescimento da economia que no Plano Nacional de Desenvolvimento de 2013 era estimada em 7,1 por cento passou para 5,1 por cento.

Outra nota do discurso do Presidente que indicia o sentido da prioridade do Executivo no próximo OGE é a manutenção da aposta na consolidação fiscal. O Chefe de Estado referiu-se à consolidação fiscal como um "sucesso da nossa política económica", que implica a "correcta articulação entre medidas de política fiscal e de política monetária, a gestão parcimoniosa das despesas públicas e o investimento nas infra-estruturas como forma de alavancar a competitividade da produção não petrolífera e desenvolver sector privado nacional".

Não menos importante no discurso foi o sublinhado no facto de terem sido concebidos projectos estruturantes prioritários, o quadro da despesa pública de desenvolvimento de médio prazo e o respectivo sistema de monitoria, de modo a ajudar o Executivo a atingir, na presente legislatura, um dos grandes objectivos da política económica: "promover a diversificação da economia nacional de modo a tomar o processo de desenvolvimento menos vulnerável e mais sustentável."

Em relação aos projectos, o Presidente precisou ser intenção do Executivo concluir até princípio de 2016 os que estão ligados ao sector da Energia e Águas, ao programa de reabilitação das vias secundárias e terciárias e a construção das infra-estruturas da plataforma logística e de apoio ao comércio rural, de modo a criar condições para o incremento do investimento privado na produção de bens e serviços.

Angola sem pobres

O titular do poder executivo falou do combate à pobreza e apontou o programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza como o "maior programa de inclusão social do país", implantado em todos os municípios desde 2012. Nessa matéria, o Presidente definiu a meta do Executivo: "alcançar percentagens de redução da pobreza abaixo dos 35 por cento".

Para atingir esse objectivo, o Executivo tem, entre outros programas, o de "Ajuda para o trabalho" e o de acesso a produtos básicos essenciais subvencionados pelo Estado, que numa primeira fase vão beneficiar 200 mil famílias em 80 municípios.

Para a Educação, o Executivo prevê direccionar os seus esforços com vista a melhorar a qualidade do ensino a todos os níveis, fundamentalmente no ensino primário e secundário. Para o ensino de base a aposta vai para "acções com vista a melhorar a formação dos professores", enquanto para o ensino superior "terá de ser também uma clara melhoria da qualidade do ensino ministrado", para que possa responder às necessidades do país, tal como previsto no Plano Nacional de Quadros.

Mais esforço na Saúde

Na Saúde, apesar do aumento significativo quer do número quer da qualidade dos profissionais do sector, o titular do poder Executivo disse esperar por "mais esforços" para atender a procura e, sobretudo, para conter a propagação das grandes endemias. José Eduardo dos Santos falou ainda da necessidade do aumento das campanhas de educação com vista a melhorar a qualidade do atendimento nos hospitais públicos.

Pelo que disse o Presidente da República no seu discurso na Assembleia Nacional, o Desporto vai merecer um tipo de atenção de certo modo especial, na medida em que foi apontada uma meta no contexto africano: "Queremos afirmar-nos como um país do desporto." José Eduardo dos Santos anunciou um ajustamento da estratégia nacional do desporto a uma "nova realidade".

Homens de Cultura

O Chefe de Estado também falou de ajustamento na política cultural que, como disse, "vai ser reajustada e revitalizada na sua execução para uma maior valorização do livro e incentivos à leitura, para a realização de actividades culturais regulares nos municípios, províncias e a nível nacional".

José Eduardo dos Santos considerou necessidades urgentes criar-se estabelecimentos de formação básica, média e superior para facilitar o acesso ao conhecimento científico e técnico dos cidadãos, bem como promover a projecção regional e internacional das figuras angolanas de destaque no domínio cultural, além do registo e reconhecimento internacional dos bens culturais materiais e imateriais que simbolizam a identidade angolana.

Actividade governativa

Durante a sessão orientada pelo Presidente da República e titular do poder executivo, José Eduardo dos Santos; a Comissão Económica apreciou o relatório de balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017" referente aos I e 11 trimestres do corrente ano, que constitui uma

avaliação quantitativa e qualitativa do grau de desempenho da actividade governativa.

O programa de aceleração da diversificação da economia nacional foi o último ponto da agenda. O programa tem como propósito a aplicação de um programa para a ampliação do sector produtivo, contando, para o efeito, com o envolvimento do sector privado nacional na promoção de projectos de larga escala aceleradores da diversificação.

4.7 CM aprova OGE para 2014

Jornal O PA' TS

25 De Outubro de 2013

A proposta de lei do OGE integra os orçamentos dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, dos Institutos Públicos, dos Serviços e Fundos Autónomos, da Segurança Social, bem como as receitas provenientes de doações em espécie e em bens e serviços.

De acordo com o comunicado de imprensa da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sessão foi, igualmente, aprovada a proposta de Lei de Alteração de algumas disposições da Lei nº 15110, de 14 de Julho, Lei do Orçamento Geral do Estado, documentos que serão remetidos à Assembleia Nacional. A Proposta de Lei de Alteração da Lei nº 15/10, de 14 de Julho, visa introduzir, no ordenamento jurídico, o conceito de "pagamento em atraso", bem como permitir a inscrição no OGE em execução, de projectos estruturantes e estratégicos de iniciativa Presidencial que concorram para o alcance dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento.

O Conselho de Ministros aprovou, durante a 7ª sessão ordinária, o Estatuto Orgânico da Unidade de Informação Financeira e do Comité de Supervisão, diploma que visa adequar a estrutura e funcionamento deste órgão aos padrões internacionalmente recomendados e às necessidades operativas actuais.

A medida tem a finalidade de prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, reforçando para o efeito as suas competências com independência operacional e autonomia técnica e funcional.

Outro documento que mereceu a aprovação do Conselho de Ministros é um regulamento da Lei nº 1/12, de 12 de Janeiro, sobre a Execução dos Actos Jurídicos Internacionais, diploma legal que visa dotar a ordem jurídica nacional de um regime sancionatório adequado.

O referido regime sancionatório visa para punir situações de incumprimento das sanções impostas pelas normas jurídicas internacionais, emitidas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, neste domínio.

No quadro da adequação da estrutura orgânica dos institutos públicos do sector da Agricultura à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou os Estatutos Orgânicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário, do Instituto de Desenvolvimento Florestal, do Instituto Nacional dos Cereais e do Instituto Nacional do Café.

4.8 Conselho de Ministros aprova proposta de lei do OGE para 2014

Jornal Agora
25 De Outubro de 2013

O documento prevê um 'bolo' global de 7,2 triliões de Kwanzas, contra os KZ 6.635.567 milhões aprovados em Fevereiro para o ano 2013 (em execução).

De entre outras prioridades, o diploma destaca o sector social e de infra-estruturas, com uma previsão de despesas na ordem de 30% do valor do orçamento.

Ao falar à comunicação social, o ministro das Finanças, Armando Manuel, justificou a proposta como o compromisso do Executivo em relação às melhores práticas internacionais no domínio da boa gestão das finanças públicas e da responsabilidade fiscal.

"Usamos a nova metodologia para a elaboração deste projecto, de modo a permitir aos ministérios terem participação mais activa na composição de um instrumento que é de suma importância".

O governante sublinhou ainda que o mesmo preconiza a coesão nacional, a inserção da juventude, melhoria das condições de vida e criação de bases para o desenvolvimento da economia.

LIMITES. As limitações nas despesas das unidades orçamentadas introduzidas na proposta orçamental deste ano são tidas como uma inovação, que se justifica dado o facto se pretender um alinhamento com os objectivos do PND-Plano Nacional de Desenvolvimento.

"Introduzimos este ano uma nova metodologia que permitiu a participação mais activa dos

departamentos ministeriais, a fixação de um limite das suas despesas, de forma a permitir o cumprimento daquilo que são os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-1017", referiu, acrescentando que o Executivo procurou olhar para as questões estratégicas de governação e assegurar o controlo da inflação.

EXPECTATIVAS. Espera-se um aumento do PIB na ordem de 8.8% e uma inflação situada entre os 7 a 9%, perspectivando-se ainda uma taxa de câmbio média que se situe na ordem dos 98 kwanzas por dólar norte-americano. As previsões incluem ainda que o preço de referência orçamental para o barril de petróleo se posicione na casa dos 98 dólares.

"O presente quadro cambial garante uma política económica prudente para 'mitigar' os riscos da volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional", garantiu o ministro, para quem em 2014 espera-se um défice orçamental moderado de um dígito, abaixo dos 5%.

Igualmente em perspectiva surge um saldo não petrolífero na ordem dos 45% do Produto Interno Bruto (PIB), com stock de endividamento que não fique além de um Terço do PTR

A par da proposta de Lei do OGE para 2014, CM passou em revista outros instrumentos jurídicos, com destaque para a Lei de Alteração de algumas disposições da Lei nº15/10, de 14 de Julho, com a qual o Executivo introduzirá no ordenamento jurídico angolano o conceito de 'pagamento em atraso', de modo a permitir a inscrição no OGE em execução de projectos estruturantes e estratégicos de iniciativa Presidencial que concorram para o alcance dos objectivos do PND.

CERCO AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS. O CM aprovou também um instrumento jurídico que serve de base estatutária e orgânica para a Unidade de Informação Financeira e do Comité de Supervisão, visando adequar a sua estrutura e funcionamento nos moldes internacionalmente reconhecidos. Ficou também recomendada a necessidade do fortalecimento da capacidade operativa da mesma unidade, para prevenir o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

"Este diploma legal destina-se a adoptar na ordem jurídica nacional um regime sancionatório adequado para punir situações de incumprimento das sanções impostas pelas normas jurídicas internacionais", refere o comunicado do CM divulgado na quarta-feira.

POLÍTICA EXTERNA. O CM analisou o estado das relações internacionais, tendo aprovado os acordos de Cooperação entre o Governo de Angola e de Cuba, nos domínios da formação técnica nas áreas da Indústria, Energia e do Turismo, bem como, com a África do Sul, no domínio das Consultas Diplomáticas Regulares.

"Com esse país, Angola tem um Memorando de Entendimento nos domínios do Comércio, do Desporto e Recreação, dos Assentamentos Humanos, Obras Públicas e Desenvolvimento de Infra-estruturas e Tecnologias de Informação e Comunicação", refere o documento.

4.9 Parlamento não pode fiscalizar Executiva

Jornal O País

25 De Outubro de 2013

Os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos a 9 de Outubro, na cidade do Uíge, concluíram que a fiscalização do Executivo, por parte da Assembleia Nacional "excede, ultrapassa e viola o espírito e a letra do artigo n.º 162.º da Constituição".

"E entendimento do Tribunal Constitucional, que não se podem aplicar ao actual sistema de governo angolano os mesmos mecanismos de controlo e fiscalização que vigoravam com a Lei Constitucional de 1992, como por exemplo, as interpelações e inquéritos ao Governo e as perguntas aos ministros".

A actual Constituição, segundo TC, "não confere à Assembleia Nacional competência para fazer interpelações e inquéritos ao Executivo, nem para convocar, fazer perguntas ou audições aos ministros, uma vez que em Angola os ministros de Estado, ministros e governadores desempenham funções delegadas pelo titular do Poder Executivo, que é o Presidente da República (artigos n.ºs 134.º e 139.º da CRA)".

Esta instância judicial argumenta que "ter o poder de convocar os membros do Executivo seria o mesmo que ter o poder de convocar o Presidente da República que é o Titular do Poder Executivo, o que não é constitucionalmente aceitável".

O TC ressalva, entretanto, que "nada obsta a que as Comissões Permanentes Especializadas da Assembleia Nacional, se necessitarem de algum esclarecimento, possam, por intermédio do Presidente da Assembleia Nacional, solicitar ao Presidente da República que autorize que um determinado ministro ou um quadro superior de um

determinado departamento ministerial se desloque à respectiva Comissão".

A determinação judicial esclarece ainda que nos termos da Constituição da República de Angola, o Executivo não é politicamente responsável perante o Parlamento, nem há uma relação de subordinação política do mesmo ao Legislativo.

"Há sim, uma relação de interdependência por coordenação dos dois órgãos do Poder Político (Executivo e Legislativo), com a mesma legitimidade democrática, não sendo por essa razão aceitável que o Regimento da Assembleia Nacional preveja normas de subordinação política do Executivo", explica o documento.

O Acórdão do (TC) com o n.º 319/2013, argumenta também que "o sistema de governo adoptado é agora de base presidencial e o Executivo é um órgão unipessoal assente num modelo em que o Presidente da República é o Chefe do Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante em Chefe das Forças Armadas (n.º 1 do artigo n.º 108.º da CRA)".

Acrescenta que os ministros de Estado e os ministros, embora mantendo pastas e designações evocativas da anterior estrutura governamental, são agora órgãos auxiliares do Presidente da República.

"O Executivo não depende politicamente do Legislativo, não podendo este votar qualquer moção de censura e demitir o Governo, por outro lado, o Executivo não pode dissolver a Assembleia Nacional, " esclarece o TC.

Sugere que nos termos da actual Constituição, os ministros de Estado e ministros exercem poderes delegados, sendo por conseguinte, todas as atribuições por eles exercidas pertencentes ao Presidente da República. O acórdão do TC esclarece ainda que a separação de poderes por integração é característica dos sistemas de governo de base parlamentar em que o Poder Executivo resulta de uma maioria parlamentar eleita pelos cidadãos.

"Em consequência, existe uma relação de subordinação política do Executivo perante o Parlamento, a quem tem o dever de prestar contas. Outrossim, e na sua função de fiscalização política, o Parlamento pode fazer interpelações ao Executivo e aos membros do Governo, podendo também aprovar moções de censura ou rejeitar moções de confiança ao Executivo, levando assim à demissão do Governo", refere o documento.

A decisão judicial foi tomada em resposta a um pedido feito por vinte e dois deputados (do MPLA) que haviam requerido ao Tribunal

Constitucional, em 7 de Agosto de 2013, a apreciação da constitucionalidade dos artigos n.ºs 26V, 268.º; 269.º, 270.º e 271.º do Regimento da Assembleia Nacional em razão de algumas dúvidas sobre o conteúdo dos aludidos postulados legais.

Fica assim entendido que o actual regimento da Assembleia Nacional tinha sido inspirado na Lei Constitucional de 1992 que, segundo o TC, apresentava as características de um sistema de governo híbrido, de base parlamentar, conhecido como sistema de governo semi-presidencial.

"Por esta razão, a Assembleia Nacional possuía as funções anteriormente referidas de controlo e fiscalização do Governo na forma de interpelações e perguntas, o que estava em harmonia com o facto de os ministros e o Governo constituírem um órgão de soberania," lê-se no acórdão do TC. Para este órgão judiciário do país o sistema de governo adoptado é agora de base presidencial e "o Executivo é um órgão unipessoal assente num modelo em que o Presidente da República é o Chefe do Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante em Chefe das Forças Armadas. Os ministros de Estado e os ministros, embora mantendo pastas e designações evocativas da anterior estrutura governamental, são agora órgãos auxiliares do Presidente da República".

De acordo com o TC, esta nova configuração constitucional dos órgãos de soberania apresenta duas características fundamentais que acentuam a independência entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. o Executivo não depende politicamente do Legislativo, não podendo este votar qualquer moção de censura e demitir o Governo.

Por outro lado, o Executivo não pode dissolver a Assembleia Nacional.

Nos termos da actual Constituição, os Ministros de Estado e Ministros exercem poderes delegados, sendo por conseguinte, todas as atribuições por eles exercidas pertencentes ao Presidente da República (artigo n.º 137º da CRA)."

O TC entende que a relação institucional com os outros órgãos de soberania é sempre reservada ao Presidente da República, não no sentido de que deve ser ele a ter participação directa e activa, mas sim no sentido de que deve ser ele a decidir, caso a caso, ou delegar poderes de forma inequívoca para o efeito.

"Posto isto, importa caracterizar e delimitar a forma como pode o Parlamento exercer a sua função de controlo e fiscalização do Executivo, com base no que estatui a Constituição.

A Assembleia Nacional, nos termos da Constituição, exerce funções políticas que se consubstanciam na função legislativa, na função de controlo, na função de fiscalização e na função autorizante.

A definição e o exercício das funções de controlo e fiscalização do Executivo pela Assembleia Nacional é matéria constitucionalmente relevante e fundamental para o estabelecimento do quadro constitucional de interdependência destes dois órgãos de soberania: o Executivo e o Legislativo.

"O artigo n.º 162º da Constituição não prevê expressamente que a Assembleia Nacional, no exercício da sua função de controlo e fiscalização, possa realizar interpelações, formular perguntas, promover inquéritos e audições aos Ministros", lê-se na decisão tomada pelos juizes conselheiros do TC.

4.10 Sector social centrado nas prioridades do OGE para 2014

Semanário Factual

De 26 de Outubro a 02 de Novembro de 2013

O Ministro das Finanças, Armando Manuel, fez saber que o Executivo angolano espera manter, nos próximos tempos, a estabilidade no domínio cambial, noticiou a RNA.

Armando Manuel falava quarta-feira, 23, em Luanda, e indicou as prioridades no OGE de 2014, com o sector social a pontificar.

o OGE de 2014, as prioridades estão centradas no domínio social, absorvendo trinta por cento da despesa, e no domínio das infra-estruturas esperamos ter um défice orçamental moderado de um dígito, uma cifra abaixo dos cinco por cento. Esperamos ter um saldo não petrolífero na ordem de 45 por cento do PIB", sustentou.

O Ministro afirmou que se espera, certamente, "ter um stock de endividamento que não fique além de um terço do Produto Interno Bruto".

Proposta de lei do OGE prevê despesas e receitas na ordem dos 7,2 triliões de Kwanzas

A proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 prevê receitas e' despesas na ordem dos 7,2 triliões de kwanzas, equivalente a cerca de 54 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Essa informação foi prestada quarta-feira, 23, à imprensa, em Luanda, pelo ministro das Finanças,

Armando Manuel, no final da Tª sessão ordinária do Conselho de Ministros.

É uma proposta preparada no quadro das melhores práticas internacionais no domínio da boa gestão macroeconómica, das finanças públicas e da responsabilidade fiscal, assegurou.

Introduzimos, prosseguiu, esse ano uma nova metodologia na elaboração do Orçamento, que permitiu uma participação mais activa dos departamentos ministeriais, de modo a melhorar o alinhamento com os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Indicou tratar-se de um alinhamento que procura, entre outros aspectos, responder às questões da coesão nacional, da melhoria das condições de vida das famílias e da criação de bases para o desenvolvimento da economia,

"Esta proposta de Orçamento procura olhar para as novas opções estratégicas de governação e assegurar o controlo da inflação. Esperamos que, em 2014, a inflação varie de sete a nove por cento", augurou.

Armando Manuel informou estar perspectivado que o PIB cresça em 8.8 por cento, com um aumento acentuado da produção não petrolífera.

O domínio cambial, ressaltou que a previsão é continuar a observar alguma estabilidade e perspectiva-se uma taxa de câmbio média na ordem de 98 kwanzas em relação ao dólar americano.

Quanto ao preço de referência orçamental por barril de petróleo, previsto para 2014, o ministro das Finanças informou que a perspectiva é que se posicione em 98 dólares norte-americanos.

Referiu que as prioridades do OGE de 2014 estão centradas no domínio social (30 por cento das despesas) e das infra-estruturas. O deficit orçamental esperado é de um dígito, enquanto o saldo não petrolífero é na ordem dos 45 por cento do PIB.

O Orçamento Geral do Estado em execução (2013), aprovado pela Assembleia Nacional a 14 de Fevereiro último, prevê receitas avaliadas em 6.635.567 milhões de Kwanzas e fixou a despesa em igual montante.

Essa informação foi prestada quarta-feira, 23, à imprensa, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, no final da Tª sessão ordinária do Conselho de Ministros.

4.11 Proposta de lei do OGE/2014 prevê crescimento do BIP em 8,8 por cento

Semanário Angolense

26 De Outubro de 2013

A materialização de «arquitecturas» traçadas pelo Presidente da República (PR), que sejam consideradas de suma importância para o progresso do país, do ponto de vista do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, no próximo ano, poderá acontecer autonomamente no decurso do desempenho do Orçamento Geral do Estado.

Essa é uma das medidas sugeridas pela proposta de Lei do OGE para o ano de 2014, que teve a anuência do Conselho de Ministros na quarta-feira (23 de Outubro), ao cabo da 7.8 Sessão Ordinária desse órgão colegial, realizada no Palácio Presidencial, na Cidade Alta, em Luanda, sob orientação do PR, José Eduardo dos Santos.

O encontro da cúpula de ministros debruçou-se essencialmente tanto sobre as prescrições da Lei do OGE para o Exercício Económico de 2014 quanto sobre a proposta de Lei de Alteração de algumas disposições da Lei nº 15/10, de 14 de Julho.

Se no primeiro caso, o Orçamento Geral do Estado para o ano que vem reafirma o compromisso do Estado com as novas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia, é no segundo caso que reside o reforço do poder das competências do Presidente da República.

A Proposta de Lei de Alteração (da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho) visa «permitir a inscrição no OGE em execução, de projectos estruturantes e estratégicos de iniciativa Presidencial que concorram para o alcance dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento», de acordo com o comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros.

As duas deliberações, ora aprovadas pelo referido Conselho, constituem documentos que serão remetidos à Assembleia Nacional. Todavia, há a salientar que consta ainda das propostas a caminho do nosso Parlamento a introdução no ordenamento jurídico do conceito de «pagamento em atraso».

O OGE integra os orçamentos dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, Institutos públicos, Serviços e Fundos Autónomos e Segurança Social, bem como as receitas provenientes de doações em espécie e em bens e serviços.

Mais de 50% do PIB

De acordo com o Ministro das Finanças, Armando Manuel, em declarações feitas depois dessa sessão ordinária do Conselho de Ministros, a proposta do OGE para 2014 prevê receitas e despesas na ordem dos 7,2 triliões de kwanzas, equivalentes a cerca de 54% do Produto Interno Bruto (PIB).

Pelas projecções de Armando Manuel, espera-se que a inflação varie entre os sete e nove por cento no próximo ano e que o PIB cresça 8,8%, com um aumento acentuado da produção não petrolífera, ressaltando que, no domínio cambial, se prevê a manutenção da estabilidade, com uma taxa de câmbio média que ronda os 98 kwanzas em relação ao dólar americano.

Quanto ao preço de referência orçamental por barril de petróleo, previsto para 2014, o ministro das Finanças disse que a perspectiva é que se posicione em 98 dólares norte-americanos.

O ministro indicou que 30% das despesas do OGE de 2014 estão centradas no domínio social e das infra-estruturas. O deficit orçamental esperado é de um dígito e o saldo não petrolífero deve ser de 45% do PIB.

Para se ter um desenho do quadro comparativo estabelecido pelo OGE de 2014, em relação ao Orçamento de 2013, o montante orçamental que se encontra em execução foi aprovado pela Assembleia Nacional em 14 de Fevereiro do ano em curso e previa receitas avaliadas em 6.635.567 milhões de Kwanzas e despesas do mesmo valor.

Na opinião do titular da pasta das Finanças do país, a proposta de Lei do Orçamento foi preparada no quadro das melhores práticas internacionais no domínio da boa gestão macroeconómica, das finanças públicas e da responsabilidade fiscal.

Armando Manuel disse tratar-se de um alinhamento que procura, entre outros aspectos, responder às questões da coesão nacional, da melhoria das condições de vida das famílias e da criação de bases para o desenvolvimento da economia.

E procurando esclarecer sobre as cifras contidas nesse OGE, o ministro das Finanças sublinhou que este ano se introduziu uma nova metodologia que permite a participação mais activa dos departamentos ministeriais, a fixação de um limite das suas despesas de forma a permitir o alinhamento daquilo que são os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

É seguindo essa directriz que se entende porque razão a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado recomenda a proposta de Lei da Alteração que pode dar liberdade de implementação dos projectos presidenciais, quando e enquanto estruturantes e estratégicos.

4.12 Proposta do OGE está na Assembleia Nacional

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2013

O executivo entregou ontem na Assembleia Nacional a proposta de Orçamento Geral do Estado para o próximo ano. O documento apresenta despesas e receitas avaliadas em 7.2 triliões de kwanzas, o equivalente a 54 por cento do Produto Interno Bruto.

O documento foi entregue ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, que estava acompanhado do ministro das Finanças, Armando Manuel.

O ministro das Finanças disse à imprensa que o Orçamento Geral do Estado representa as opções definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento e que o Executivo procurou dar primazia à área social, que absorve cerca de 30 por cento do total das despesas.

O documento assegura também incremento da actividade económica, a estabilidade de preços e do câmbio para o fomento da actividade produtiva e inserção de Angola no escopo internacional competitivo.

O Executivo procurou cumprir a - sua obrigação, "para que a proposta do Orçamento Geral do Estado seja objecto de apreciação na Assembleia Nacional", disse Armando Manuel. Na semana passada, numa reunião do Conselho de Ministros que serviu para os acertos finais ao documento, o ministro Armando Manuel declarou que a nova metodologia introduzida este ano para a elaboração do OGE permite aos Ministérios terem participação mais activa na composição do instrumento. "Introduzimos este ano uma nova metodologia que permitiu a participação mais activa dos departamentos ministeriais, a fixação de um limite das suas despesas, de forma a permitir o alinhamento daquilo que são os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 10 17", referiu. A proposta de OGE para 2014 procura olhar para as questões estratégicas de formação e assegurar o controlo da inflação. O ministro disse que a inflação esperada para o próximo ano situa-se entre sete e

nove por cento. O Produto Interno Bruto vai crescer 8,8 por cento.

No domínio cambial, afirmou que o Executivo espera que se mantenha a estabilidade, que se perspetive uma taxa de câmbio média na ordem dos 98 kwanzas por dólar e que o preço de referência orçamental para o barril de petróleo se posicione na casa dos 98 dólares.

Debate abrangente

O presidente da comissão de Economia e Finanças, Manuel Nunes Júnior, disse que a "discussão do OGE não pode estar confinada apenas a algumas pessoas. Há, a partir de agora, todo um processo de discussão do documento nas comissões especializadas".

A proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano vai à consulta pública, através de reuniões com os parceiros sociais membros da sociedade civil que devem emitir as suas opiniões para enriquecer o documento. Manuel Nunes Júnior afirma que os deputados devem estar em condições de fazer até ao dia 15 de Dezembro a apreciação e aprovação do documento.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Fórum dos Municípios abre amanhã

Jornal de Angola
02 De Outubro de 2013

As instalações da Filda, em Luanda, acolhem, a partir de amanhã, o I Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, que têm como objetivos a criação de um espaço permanente de diálogo e debate com os órgãos da Administração Local do Estado e a promoção do intercâmbio entre os municípios e cidades do país. O encontro, que decorre sob o lema "A vida faz-se nos municípios" tem ainda como meta a promoção da atualização contínua de conhecimentos dos responsáveis da Administração Local, de um espaço para a avaliação regular da implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da reforma da Administração Local, bem como as boas práticas ao nível desta forma de organização do Estado. O fórum, com duração de quatro dias, é dirigido a representantes de departamentos ministeriais, deputados à Assembleia Nacional, de empresas e institutos públicos, de organizações da sociedade civil e académicos. Do estrangeiro vêm especialistas do Brasil e de Portugal.

O debate é dividido em painéis, como a "relevância da governação local em Angola", "divisão político-administrativa e organização territorial urbana" e "experiências de gestão municipal urbana".

No primeiro painel, Nzinga Sebastião, representante do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, vai dissertar sobre o tema "A descentralização e o desenvolvimento territorial na 'Agenda2015'". O diretor nacional das Autarquias do Ministério da Administração do Território, Walter de Sá, vai abordar o "Sistema de saúde nos municípios", enquanto Paulo Romero, representante de Instituto Polis, do Brasil, vai falar sobre "A experiência da gestão urbana costeira e o impacto do pré-sal em São Paulo".

"A experiência dos orçamentos! Participativos", "A experiência de Fundo de Apoio Social (FAS) na elaboração de planos de desenvolvimento municipal" e "A seca no sul de Angola e as soluções para o abastecimento de água potável", são alguns dos temas do painel sobre "Divisão político-administrativa e

organização territorial urbana". Estes temas vão ser abordados pela representante do IBAM do Brasil, Maria Biasi, pelo diretor interino do FAS, Santinho Figueira, e por Manuel Quintino, em representação do Ministério da Energia e Águas.

No painel sobre "Experiências de gestão municipal e urbana" são destaques os temas "O funcionamento dos conselhos de auscultação e concertação social", "Os grandes projectos urbanos e políticas de governação" e "Graduação de Angola de país menos desenvolvido a país de desenvolvimento médio". Os palestrantes são o administrador municipal do Huambo, José Marcelino, o representante do Instituto Polis-Brasil, Paulo Romero, e um representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda neste painel, estão agendados temas como "A descentralização administrativa no quadro da administração local do Estado", "Programa Nacional de Formação de Quadros da Administrativo".

5.2 Os Municípios

Jornal de Angola
02 De Outubro de 2013

O Executivo tem planos de desenvolvimento virados para a resolução de muitos problemas que existem nos diferentes municípios. Temos no país inúmeros municípios com vários problemas de ordem económica e social. Há planos destinados a resolver problemas que existem nesses municípios, estando os administradores a trabalhar no sentido de se levar a essas áreas as condições necessárias para que as pessoas possam viver em condições dignas.

É importante o facto de os deputados estarem envolvidos no diálogo com o eleitorado. Auscultar o eleitorado permite conhecer as preocupações das populações. Conhecendo-se os problemas, e canalizando-os ao Executivo para os resolver, muitos cidadãos podem ver as soluções para diversas situações.

Há problemas de fácil resolução, devendo as entidades competentes tomar, em tempo oportuno, as medidas para que eles não se agravem. Adiar a solução dos problemas não é boa opção. Os problemas devem ser solucionados com celeridade.

Adiar a resolução de problemas só gera mais problemas, o que não é bom para as populações. Os servidores públicos devem poder executar as suas tarefas de modo a satisfazer os cidadãos. Os servidores do Estado devem fazer questão de se esforçar ao máximo para servir a comunidade.

Temos hoje já alguns quadros que se vão formando e com capacidade para servir a Administração Pública. Que a esses quadros que se vão formando ou já formados sejam dadas oportunidades para pôr ao serviço da Nação as suas competências.

Que os quadros que se formam nas universidades de Angola estejam interessados em desenvolver as suas competências nos diferentes municípios do país. Temos em Angola municípios com inúmeras potencialidades, pelo que convém que as nossas instituições de ensino médio e superior ajudem na exploração dessas potencialidades. É positivo que os deputados estejam a visitar os diferentes municípios de Angola, para saber do andamento das obras que são feitas no âmbito dos programas de investimentos públicos. É importante que os deputados acompanhem o que o Executivo está a fazer. Assembleia Nacional é um órgão de soberania que tem também por missão velar pelo bom desempenho das atividades dos governantes.

São vários os programas de desenvolvimento em curso no país e estão todos, governantes e deputados, interessados em que eles sejam executados e produzam resultados. E não basta termos programas bem elaborados. Esses programas devem ser bem executados, para servir de facto as populações. O que é importante é que os programas de desenvolvimento económico e social não sejam só bem concebidos. Os programas têm de se refletir na vida das pessoas, e é o que está a acontecer. As pessoas estão a poder sentir que as suas vidas estão a mudar com a execução dos diferentes programas de desenvolvimento económico e social em curso nos municípios. Há grandes progressos em várias regiões de Angola graças aos avultados investimentos públicos que se fizeram ao longo de vários anos. Temos hoje municípios com inúmeras infraestruturas ao nível da educação e da saúde, havendo melhor assistência médica e medicamentosa às pessoas e maiores oportunidades para as pessoas poderem estudar em diferentes níveis de ensino. Os municípios são circunscrições onde vivem muitos milhares de pessoas, estando as autoridades competentes atentas aos seus problemas em diferentes vertentes. Não se pode perder de vista o facto de que as populações devem merecer permanentemente a atenção dos servidores do Estado. Quem tem responsabilidades ao nível do Estado para resolver os problemas dos cidadãos deve cumprir com zelo os seus deveres.

Se todos os servidores públicos assumirem os seus deveres, há uma eficiente execução das tarefas constantes nos diferentes programas de investimentos públicos destinados a melhorar as condições de vida das populações. Há uma grande preocupação por parte do Estado para desenvolver

os municípios, concedendo-lhes condições infra-estruturais, como a energia, a água e as vias rodoviárias. Tem-se consciência de que o desenvolvimento do país não se deve limitar às zonas urbanas. Temos em Angola municípios populosos a que é necessário prestar especial atenção. Há planos de desenvolvimento económico e social para muitos municípios do país e acreditamos todos que daqui a alguns anos vai melhorar consideravelmente a qualidade de vida das suas populações. O Executivo continua a centrar as acções na execução de tarefas que vão ao encontro da prestação de bons serviços à população e da criação de condições que atraíam o investimento privado, na perspectiva de se gerarem empregos em diferentes pontos do nosso território nacional.

5.3 Autarquias e corrupção em debate na próxima legislatura

Semanário Agora

04 De Outubro de 2013

Os políticos afectos aos partidos da oposição ouvidos pelo Agora convergem nos seus pontos de vista em relação ao projecto de lei que deverá ser o primeiro a passar pelo 'crivo' dos deputados, mas receiam que o mesmo seja 'chumbado' pelo voto da maioria detida pelo MPLA.

Entretanto, o Partido de Renovação Social (PRS) entende que para contornar o 'chumbo' constante dos projectos da oposição, pelo MPLA, é necessário lutar pela abolição do voto de mão levantada.

PRS Dois projectos de Lei e cinco interpelações

O Partido de Renovação Social irá apresentar, para debate nas sessões plenárias posteriores a 17 de Outubro, dois projectos de lei e cinco pedidos de interpelação aos auxiliares do titular do poder Executivo.

O primeiro projecto a ser submetido ao 'crivo' dos deputados será a lei das autarquias locais e o segundo será referente ao financiamento das autarquias locais.

O presidente do PRS, Eduardo Kwangana, revelou que o grupo que está a trabalhar no projecto de lei das autarquias já tem o seu trabalho concluído, e aguarda apenas pelo início do ano legislativo para que a bancada parlamentar apresente os dois projectos em simultâneo.

Ao falar num acta de massas realizado pelo seu partido no município de Cacucaco, Eduardo Kwangana criticou a forma como o MPLA tem

estado despreocupado com as eleições autárquicas, acusando o partido maioritário de usar formas dilatórias para encontrar maneiras de fazer fraudes. "É o que eles estão a tentar fazer, mas, nós não estamos adormecidos e nesta legislatura as leis sobre as autarquias terão de ser aprovadas", disse o político, acrescentando ser essa a tarefa mais ingente da sua formação política, sem descurar as discussões sobre a transmissão dos debates em directo pela TPA

A par dos projectos de lei, o PRS irá igualmente solicitar a interpelação de ministros, entre os quais se destacam o dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, por alegados negócios com estados estrangeiros, cujos rendimentos nunca foram declarados. "Angola tem investimentos no Iraque e na Côte D' Ivoire, um negócio assumido com o antigo presidente deste país, Rolant Gbabou. Porém, dos rendimentos destes investimentos nunca se ouviu falar. Então teremos a oportunidade de ouvir do titular da pasta informações directas e fundadas sobre este assunto", disse o porta-voz dos Renovadores, para quem "a dispersão de investimentos e a não prestação de contas abre a porta a várias formas de locupletamento (enriquecimento) fácil", algo que se quer evitar no âmbito do combate à corrupção.

Irá também interpelar ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga, que na sua opinião terá sonogado informações públicas sobre os fundamentos do afastamento do director dos Serviços de Migração e Estrangeiros, João Maria de Freitas Neto, na medida em que o mesmo tinha sido acusado de facilitação de vistos para entrada de estrangeiros no país.

Por outro lado, segundo o PRS, o ministro do Interior deve explicações públicas a respeito da denúncia feita pelo jornalista Rafael Marques, ao Comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, de que o mesmo fechava negócios consigo próprio. Ou seja, terá criado uma empresa que comprava armas de fogo, sendo que ele mesmo as adquiria para a polícia, na qualidade de representante do Estado. "Esta acusação é grave, mas apesar disso, não houve pronunciamento a confirmar ou a desmentir este assunto. O ministro fez tábua 'rasa', considera a nossa fonte.

Do Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, general Hélder Vieira Dias 'Kopelipa', o PRS pretende saber mais sobre as denúncias que têm circulado na imprensa estrangeira, associando sempre o seu nome a actos de corrupção e lavagem de dinheiro.

"Deve-nos, enquanto povo angolano, uma explicação detalhada sobre as acusações de que tem sido alvo, porque por detrás do nome dele está sempre a

imagem do país, assim como o erário público", referiu, acrescentando que o ministro da Comunicação Social, Luís de Matos, também será chamado à 'pedra' para justificar as razões sobre a protelação das dezenas de pedidos de criação de empresas de radiodifusão e de televisão, assim como sobre a falta da transmissão em directo dos debates parlamentares que ele mesmo prometeu, pouco depois da sua investidura ao cargo que exerce hoje.

Irá igualmente responder na Casa das Leis a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, por razões que se prendem com a organização da actividade comercial. "O comércio de pequeno porte passou para as mãos dos estrangeiros sem que os nacionais tenham qualquer hipóteses. primeiro porque os financiamentos não são facilitados, e segundo porque os estrangeiros, mal chegam ao país, no dia seguinte estão logo na esquina com uma cantina". De igual modo, "existem cidadãos de nacionalidade vietnamita e chinesa que estão a desenvolver de forma ilegal a actividade comercial no ramo da indústria. Eles têm serrações e serralharias, fábricas de blocos em quase toda a extensão da província de Luanda, vendem inertes e água. Queremos saber da ministra se esses comerciantes pagam os seus impostos".

UNITA

Um projecto de Lei e uma interpelação A UNITA não está satisfeita com o que diz ser uma atitude 'musculada' do Executivo, usada para repelir as manifestações e conduzir demolições, actos que no geral acabam por ofender, de modo gravoso, os direitos fundamentais da pessoa humana.

Neste moldes, o maior partido da oposição, segundo o seu porta-voz, Alcides Sakala, irá levar o assunto das manifestações ao Parlamento, de modo a que as normas sobre o exercício desse direito sejam respeitadas, sobretudo pela Polícia Nacional.

O ministro deverá responder porquê que os seus efectivos são sempre eles a violarem a lei, ao invés de a salvaguardarem. O também deputado acrescentou ainda que o desaparecimento de dois activistas em, 2012, deverá igualmente ser explicado pelo titular do Interior.

O 'Galo Negro', tal com o PRS a CASA-CE e a FNLA, irá também apresentar um projecto de lei sobre as autarquias locais. "Não poderá haver entraves no que diz respeito a isso, porque quem assim ordena é a própria Constituição", asseverou.

O deputado Manuel Savihemba (UNITA) entende que para além destes aspectos, a questão da aplicação das quotas orçamentais atribuídas à província do Bié

será outro tema a ser levado ao Parlamento. "Visitámos as províncias municípios, comunas e aldeias da província do Bié, no âmbito da visita do presidente Samakuva, e nestas localidades constatámos que, de facto, o dinheiro atribuído a esta província não tem sido bem aplicado. É por isso que, se calhar, será mesmo bom discutirmos qual será a melhor forma da aplicação do dinheiro público", disse.

De entre outros assuntos, Savihemba apontou como exemplo a inexistência de aerogares para aterragem de aviões de pequeno porte, a não reabilitação de algumas pontes e estradas de modo a ligar os diversos municípios, alguns dos quais localizados a uma distância de mais de 400 quilómetros da cidade-sede.

CASA-CE

Um projecto de lei e uma proposta de revisão

A Coligação Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE) não se distanciou muito das intenções das outras formações políticas, mas entende que desta vez não irá tolerar os fundamentos do MPLA, que alegou a inconstitucionalidade para evitar que acções do Executivo fossem fiscalizadas no mandato passado.

"Para nós a questão das autarquias é uma prioridade e para esse efeito iremos apresentar um projecto de lei visando regular esse tipo de eleições. O mais importante ainda será mesmo a fiscalização dos actos do Executivo, sobretudo no que respeita à aplicação do dinheiro do povo. Isto será feito, haja o que houver", referiu o deputado Lindo Bernardo Tito, para quem a sua formação política tenciona levar para a discussão nas primeiras sessões parlamentares a questão da revisão do Regimento Interno da Assembleia, de modo a que os deputados possam exercer a sua função primordial que é, a par da actividade legiferante, a fiscalização dos actos do Executivo.

FNLA

Um projecto de lei

O Partido fundado por Holden Roberto, hoje dirigido pelo sociólogo Lucas Ngonda, diz estar pronto a entrar no ano legislativo que inicia no dia 15 de Outubro, levando consigo vários assuntos para os debates parlamentares. Ndonda Nzinga, seu porta-voz, assegurou que o projecto de lei sobre as autarquias já está terminado, faltando apenas a sua revisão e entrega aos deputados. "Com esse projecto de lei pensamos ter concluído uma importante tarefa que é a de completar o " ciclo eleitoral iniciado em 1992".

O político garantiu igualmente estar seguro de que esta será a melhor forma de afastar alguns poderes dos representantes do Estado e do MPLA. "Com as eleições autárquicas, os poderes estarão repartidos e não haverá tanto perigo de concentração".

A FNLA, segundo Ndonda Nzinga, irá 'bater-se' pela transmissão dos debates em direito, por entender que com isso a população ficará a saber sobre as questões que se passam no Parlamento e os deputados não serão mal julgados.

Refira-se que a cerimónia solene de abertura do ano legislativo, que acontece no dia 15 de Outubro, será marcada por dois momentos distintos.

No primeiro momento falará o presidente da Assembleia Nacional, que deverá traçar as principais linhas de força do Parlamento durante o ano, destacando-se a aprovação do projecto lei sobre o Orçamento Geral do Estado, e no segundo momento, o discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação. E.M

5.4 Cidades e municípios vão a debate na Filda

Semanário Agora

04 De Outubro de 2013

A primeira Feira dos Municípios e Cidades de Angola, promovida pelo Ministério da Administração do Território (MAT), iniciou ontem nas instalações da Feira Internacional de Luanda (FIL).

O certame, que encerra no próximo domingo, apresenta as potencialidades económicas, sociais, culturais, turísticas e os serviços sociais prestados aos cidadãos, bem como a divulgação dos recursos naturais e humanos existentes.

Sob o lema "A vida faz-se nos municípios", a exposição servirá para atracção de empresários e potenciais investidores, a partir do conhecimento que passarão a ter das oportunidades de negócios e capacidades locais, visando o crescimento económico e social do país.

"Este aspecto resultará num impacto económico e administrativo significativo, levando a que os municípios se tornem cada vez mais competitivos, rumo à promoção do desenvolvimento local", disse uma fonte do MAT, acrescentando que o evento servirá de veículo multiplicador de boas práticas que fomentem a igualdade no género e a participação das mulheres nos processos decisórios e de desenvolvimento local.

A ser realizado bienalmente, o evento responde a uma decisão conjunta da Commonwealth Local Government Fórum, Conferência Africana da Descentralização e Desenvolvimento Local, e União das Cidades e Governos Locais de África, organizações da qual Angola faz parte.

A feira decorre em simultâneo com um ciclo de conferências dedicadas ao diálogo e debate entre o Executivo e os órgãos da administração local do Estado, académicos e demais interessados, visando a partilha de conhecimentos científicos sobre os projectos existentes em termos de reforma de governação local, não só em Angola mas também em África.

5.5 Eleições Autárquicas? O que é isso ?

Semanário Folha 08

05 De Outubro de 2013

Provavelmente para se treinar para algo que um dia talvez aconteça por cá, o órgão oficial do regime, "Jornal de Angola", deu relevo às eleições autárquicas em Portugal, considerando, em chamada de primeira página, que a "direita sofreu grande derrota".

"O Partido Socialista foi o grande vencedor das eleições autárquicas em Portugal ao conquistar mais de 36 por cento dos votos e 140 presidências de Câmaras Municipais", assinala o diário estatal, acrescentando que o destaque dessa vitória vai para António Costa, ao ser reeleito com maioria absoluta para a Câmara Municipal de Lisboa, com uma foto do autarca na chamada de primeira página.

No interior, as eleições merecem uma página inteira e ao longo do texto acentua-se a dimensão da vitória socialista, a derrota da coligação governamental (CPSD/CDS) e os resultados alcançados pelas listas de independentes, designadamente a folgada vitória de Rui Moreira no Porto.

"O PSD liderado pelo primeiro-ministro, Passos Coelho, registou uma derrota humilhante", acentua o "Jornal de Angola", certamente satisfeito pelo êxito do PS, correligionário do seu patrão, o MPLA, na Internacional Socialista. Embora tenha razão no qualificativo "humilhante", o órgão do regime bem poderia ter sido mais complacente com os seus, também grandes, amigos do PSD/CDS.

Os romeiros do Governo português, habituais peregrinos e devotos do Santo José Eduardo dos Santos, não gostaram do que leram no órgão oficial do MPLA. Apesar disso, como é óbvio, vão

continuar a rumar a Luanda de mão estendida, de cócoras e com o habitual ar de sabujice. E, é de crer, o regime vai continuar a dar-lhes apoio, tal como deu ao socialista e então primeiro-ministro José Sócrates, e tal como dará a qualquer outro chefe de governo que continue a bajular e venerar o "escolhido de Deus".

O "Jornal de Angola", numa clara e habitual forma de atirar poeira aos olhos dos angolanos, considera que as eleições autárquicas em Portugal dão "boas indicações para o primeiro acto eleitoral em Angola que vai constituir o Poder Local". Provavelmente Portugal vai voltar a realizar novas eleições autárquicas sem que por cá tenham acontecido as primeiras. Tivesse, neste caso, o PSD seguido a estratégia do MPLA e nunca perderia as eleições. Tal como só se negocia a paz quando se tem capacidade para fazer a guerra, por cá o regime só realiza eleições quando tem a certeza de que as vai vencer.

"O número de eleitores é semelhante, mas só a província do Moxico é três vezes maior do que Portugal", assinala o articulista, salientando com raro sentido de originalidade pedagógica a enorme dimensão geográfica de Angola, cerca de 14,5 vezes maior do que Portugal.

Recorde-se que as primeiras eleições autárquicas em Angola não têm ainda data marcada, com a Oposição em bloco a acusar o partido no poder desde 1975, o MPLA, de pretender adiá-las por reecar uma derrota. E como contestar as teses oficiais é um crime contra a segurança do Estado, é aconselhável que UNIT A, CASA-CE, PRS, FNIA e todos os outros baixem, democraticamente - é claro, a bolinha.

Inicialmente previstas para 2014, as primeiras eleições locais em Angola poderão vir a realizar-se somente em 2015 e, mesmo assim, numa eventual consulta a apenas a alguns municípios, hipótese considerada pelo Ministério da Administração do Território como necessária para testar a máquina eleitoral e a adequação da legislação eleitoral vigente.

5.6 ADRA recomenda esclarecimento sobre autarquias a deputados autarquias

Jornal O País

11 De Outubro de 2013

O XVIº encontro das comunidades da ADRA Huíla recomendou aos legisladores a esclarecerem as autarquias face às características dos municípios.

A adopção de políticas e programas sustentáveis que contribuam para a mitigação dos efeitos da estiagem cíclica que se regista na província' e a necessidade de realização de um fórum específico sobre os efeitos da seca, com envolvimento do MINARS, Ministério da Agricultura e outros parceiros estratégicos na região, são algumas das recomendações saídas do XVIº encontro provincial das comunidades promovido pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), que ocorreu entre os dias 3 e 4 de Outubro na cidade do Lubango.

O encontro, que analisou o grau de cumprimento das recomendações da última reunião, exortou ainda para que o deficiente desempenho da UNACA ao nível dos municípios seja levado ao encontro nacional das comunidades para o seu aprofundamento e sugeriu maior reflexão sobre as estiagens, cuja solução não deve passar apenas por medidas imediatas.

Deputados chamados a agir

Colocar as inquietações das comunidades aos deputados do círculo provincial para que cheguem às instâncias nacionais é outra recomendação do encontro que aconselhou' por outro lado, o município dos Gambos, dos mais atingidos pela seca, que crie uma estratégia de aproximação entre os criadores de gado e os agricultores para fins de trocas comerciais.

Sobre o poder local, este XVIº encontro recomendou aos legisladores a clarificação sobre a realização das autarquias em Angola, tendo em atenção as características de cada município e concluiu que os processos de concertação social reforçam a participação do cidadão na vida activa de cada localidade.

A directora da ADRA, (antena Huíla e Cunene), Mariana Chiloca Soma, valorizou a iniciativa pelo facto de ser um ciclo que começa nos municípios, passando pela província e encerra com o encontro nacional das comunidades que no presente ano se realiza de 10 a 11 de Outubro' em Benguela. As conclusões e recomendações do encontro são as mais-valias, a seguir incluídas nos planos da organização e acompanhadas pelas comunidades onde a ADRA intervém.

A vice-governadora da Huíla para o sector Político e Social, Maria Chipalavela, reconheceu o encontro como um espaço importante de concertação para o reforço da participação do cidadão na vida social.

"É muito importante que tenhamos diferentes formas de participação e cooperação para

reflectirmos sobre os mecanismos de sobrevivência", concluiu a governante.

Os debates à volta das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural, com ênfase para os programas de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO), Angola Investe, Merenda Escolar e os programas de Mitigação dos Efeitos da , Seca, a par da reflexão sobre o pro- cesso de descentralização e as perspectivas de criação das autarquias dominaram o encontro que contou com 44 participantes.

5.7 Autarquias em debate hoje

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2013

O Encontro Nacional das Comunidades começou ontem, no município do Cubal, numa iniciativa da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, sob o lema “ Um contributo para o desenvolvimento local”. O encontro termina hoje e teve como objectivo trocar experiências sobre as boas práticas de desenvolvimento comunitário e proporcionar um debate sobre a aplicação de programas públicos de apoio local.

Aprofundar o debate sobre a problemática sobre a criação das autarquias em Angola é outro objectivo do encontro que conta com participantes das províncias do Cunene, Huambo, Huíla, Luanda e Malange. Durante o encontro, forma discutidos temas como “ Boas práticas e desenvolvimento sustentável local”, “Análise das políticas públicas e desenvolvimento rural” e Descentralização e Autarquias em Angola”.

A segurança alimentar e nutricional, a aquisição de produtos agropecuários e o Programa Angola Investe, são outros temas agendados para o encontro em que estiveram representantes das associações e cooperativas agropecuárias, instituições do Estado, bancárias, agências de cooperação internacional e sociedade civil.

5.8 Sobas pretendem o fim das nomeações

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2013

O representante dos sobas da província de Luanda, João Adão, revelou ontem ao Jornal de Angola que o conselho consultivo das autoridades tradicionais vai recomendar ao Executivo Ó fim da nomeação de sobas por orientação política ou administrativa,

"Queremos que a nomeação ou a substituição dos líderes tradicionais passe a obedecer a princípios de herança familiar", disse o representante João Adão, no final do conselho consultivo que juntou, ontem, no município de Viana, 15 sobas, em representação de cada uma das 15 regiões de jurisdição das autoridades tradicionais da província de Luanda.

João Adão acrescentou: "Pensamos que é o momento das autoridades tradicionais tomarem o verdadeiro papel nas comunidades e terem um rumo capaz de proporcionar o resgate da verdadeira identidade cultural."

O conselho consultivo das autoridades tradicionais de Luanda marcou para sábado a realização, na vila da Muxima, sede do município da Quissama, do terceiro encontro provincial das autoridades tradicionais que vai, entre outros assuntos eleger o "Mwene Ngana", o Soba maior.

Número de sobas

Ao todo, vão estar reunidos 301 sobas, número de autoridades tradicionais de que dispõe a província de Luanda.

O encontro começou a ser preparado na segunda-feira, na sequência da reunião dos membros do conselho consultivo das autoridades tradicionais de Luanda.

Além da eleição do "Mwene Ngana", uma figura que nunca existiu, o encontro de sábado vai analisar também assuntos ligados à vida dos sobas e à realidade das comunidades. O programa prevê a discussão de temas como a entronização do "Mwene Ngana" de Luanda, a questão de falsos sobas e o papel do Governo Provincial de Luanda relativamente aos assuntos das autoridades tradicionais. Questões como a figura do soba na Construção angolana, o uniforme ideal dos sobas, quem deve ser soba e a simbologia dos rituais tradicionais são levados também à discussão. "Em conjunto, vão discutir todos os problemas que afligem as autoridades tradicionais, além da criação de uma nova época dos sobados", acentuou João Adão.

5.9 CASA-CE Quer data precisas para autarquias

Semanário factual

De 19 a 26 de Outubro de 2013

O presidente da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, considerou na terça-feira, 15, em Luanda, fundamental que se clarifiquem as datas precisas para a realização das eleições autárquicas em Angola.

Em declarações à imprensa, no final da reunião solene de abertura da 2a Sessão Legislativa da III Legislatura, afirmou que esta clarificação ajudaria na planificação e organização das forças políticas potenciais concorrentes.

"Temos que saber quando teremos eleições autarquias, como e em que circunstâncias. É neste contexto que, durante este ano, a CASA-CE, sozinha ou com os outros da Oposição, vai introduzir no Parlamento propostas de legislação autárquicas", anunciou.

"Estamos num debate informal. Teremos ou não eleições autárquicas? Se teremos, para quando e em que circunstâncias? Estas coisas precisam ser clarificadas", reiterou.

Considerou, por outro lado, necessário que se dê em passos firmes no melhoramento da qualidade da governação em Angola, para atender aos problemas do cidadão.

5.10 MPLA está pronto para discutir sobre autarquias

Semanário factual

De 19 a 26 de Outubro de 2013

O MPLA está pronto para apresentar no momento próprio, as suas iniciativas sobre 6 pacote legislativo autárquico, afirmou nesta terça-feira, 15, em Luanda, o presidente do Grupo Parlamentar daquela força política, Virgílio de Fontes Pereira.

Em declarações à imprensa, no final da reunião solene de abertura da 2a Sessão Legislativa da III Legislatura, disse que o partido já discutiu sobre este pacote em alguns fóruns importantes, daí prever contribuições sem grande esforço.

"A Assembleia vai, no momento próprio, promover a discussão e a legislação do pacote legislativo autárquico e nesta altura estaremos (MPLA) aqui para apresentar as nossas iniciativas", sublinhou.

"Já em outros momentos da nossa história (MPLA) houveram pacotes legislativos sobre as autarquias. Em 1992-93 havia um ensaio deste pacote e, por isso, não será muito esforçado para nós", afirmou.

Reiterou que, tão logo esteja agendada a abordagem deste tema na Assembleia Nacional, o grupo parlamentar do partido no poder dará os passos que se impõe, para ser aprovado um pacote à altura e capaz de garantir credibilidade.

5.11 As autarquias precisam de datas exactas

Semanário Angolense

19 De Outubro de 2013

O presidente da CASA-CE, Abel Chivukuvuku disse à comunicação social que é fundamental que se clarifiquem as datas precisas para a realização das eleições autárquicas em Angola, porque nessa condição as forças políticas potenciais concorrentes poderiam planificar e organizar melhor a sua participação.

O político, que falou nesta terça-feira, 15, no fim da reunião solene de abertura da 2.ª Sessão Legislativa da III Legislatura, é de opinião que, ao se saber quando, como e em que circunstâncias decorrerão as eleições autárquicas, as coisas ficarão facilitadas. «É neste contexto que durante este ano, a CASA-CE, sozinha ou com os outros da oposição, vai introduzir no Parlamento propostas de legislação autárquicas. Estamos num debate informal. Teremos ou não eleições autárquicas? Se teremos, para quando e em que circunstâncias? Estas coisas precisam de ser clarificadas», insistiu.

Chivukuvuku considera necessário que se dê passos firmes para se melhorar a qualidade da governação em Angola e assim atender melhor os problemas do cidadão. «É preciso dar passos seguros para que se melhore a qualidade da governação e cada instituição cumpra com o seu papel, os partidos políticos possam fiscalizar, o Tribunal de Contas possa acompanhar a utilização dos recursos públicos», aludiu.

Para ele, as relações entre Angola e Portugal «são imaturas», porque não há capacidade de análise da natureza diferenciada dos dois países. «Onde há democracia, criticar é normal. Onde não há, não é normal», afirmou reagindo ao discurso sobre o Estado da Nação proferido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na Assembleia Nacional.

«Esta hipotética imaturidade faz com que, ciclicamente, voltem a acontecer dificuldades na relação. Mas o passado e os factores comuns de familiaridade, língua e cultura farão com que seja inevitável Angola e Portugal estruturarem modelos mais adultos na sua relação, que precisa de crescer, que precisa de ganhar estatura, para que todos esses pequenos cíclicos problemas de interpretação não sejam um travão ao próprio processo democrático e às relações entre os dois países», alertou.

Para o líder da CASA-CE, «é preciso agora que os actores políticos ganhem maturidade para perceber também que os diferentes níveis de processos democráticos é que fazem com que ciclicamente haja de facto essas dificuldades», concluiu.

5.12 Autarquias: falar sem dizer ...

Semanário Angolense

19 De Outubro de 2013

Em relação às autarquias, que é um dos pontos quentes da nossa política nos dias de hoje, o Presidente falou, mas nada disse, uma vez que os cidadãos esperavam que ele desse certezas, o que não aconteceu.

«Reconhecemos que nas actuais condições é inquestionável a importância da institucionalização do poder autárquico. Neste sentido, o Executivo está a implementar várias iniciativas, com vista a contribuir para a definição das políticas públicas relativas à administração local e autárquica e a criar as condições para apoiar a sua implementação. É evidente que uma grande parte da tarefa compete a esta Casa das Leis e o Executivo continuará a dar apenas a sua contribuição», assim se referiu o presidente. No fundo, muito ao de leve.

5.13 Parlamento deve criar condições para as autarquias

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2013

A UNITA atravessa actualmente um dos seus melhores momentos. Quem o diz é o presidente do partido. Numa entrevista concedida 'o Jornal de Angola, no seu gabinete, na Maianga, Isaiás Samakuva fala sobre o caso Nfuka Muzemba, o ano parlamentar, o Orçamento Geral do Estado para 2014 e as eleições autárquicas. Samakuva pede ao Parlamento urgência na criação de condições para a realização das eleições autárquicas, que considera fundamentais para a instalação do Poder Local.

Jornal de Angola (JA) - Qual é a actual situação do partido?

Isaiás Samakuva (IS) -A actual situação da UNITA é das melhores, comparado com os últimos tempos: Depois de termos circulado pelo país, contactado vários sectores da população e dos militantes, ficamos com uma ideia concreta da situação do partido. Por toda a parte onde passamos, do norte ao sul, de leste ao oeste, constatamos que o partido está na sua melhor situação. Temos visto o partido a crescer e

esse crescimento consubstancia-se na entrada de novos membros de todas as sensibilidades, étnicas, raciais, religiosas ou regionais. Também membros de vários partidos da oposição a virem para o nosso partido.

JA - Como está este processo?

IS - Esse processo está a correr bem. Há um outro aspecto que para nós é importante: o nível de mobilização dos membros. Há uma grande mobilização que se sente através das actividades que os responsáveis do partido realizam e, também, a resposta positiva dos membros em relação a essas actividades. A nossa satisfação também é grande porque vemos que há uma maior prontidão na realização dos programas que a direcção do partido distribui aos quadros.

JA - Há uma estimativa quanto ao número de militantes?

IS - Quando fomos às eleições tínhamos como dados reais (e não estimativas) a existência de 1.450.000 membros. Estamos agora a fazer o balanço exacto para ser apresentado na próxima reunião da Comissão Política. Não posso dizer claramente, mas de todos os lados, de todas as províncias, 'com excepção do Namibe, o que temos é o crescimento do partido. Talvez daqui a mais algumas semanas/quando esta reunião se realizar, já estejamos em condições de dizer exactamente quantos membros tem o partido.

JA - O caso Nfuka Muzemba está mesmo encerrado?

IS -Para nós, enquanto direcção do partido, este caso está encerrado! O que a direcção do partido decidiu foi uma suspensão, o que significa que apenas está temporariamente suspenso das suas actividades, enquanto secretário-geral da JURA, mas não deixa de pertencer à família do nosso partido.

JA - Afasta a hipótese de dar um perdão?

IS -Não diremos aqui que haja razões para o que está a chamar de perdão. Ao fim ao cabo, ele pode estar como está - na família UNITA. Tudo isso depende muito do seu comportamento, da sua atitude, para com o partido. Do lado do partido há esta vontade, já devidamente expressa. Aliás, os próprios estatutos o dizem:

quando há uma sanção, esta destina-se a corrigir o infractor. O próprio militante deve sentir-se nesta situação e procurar fazer o melhor para "demonstrar a sua vontade de se corrigir. Temos conhecimento que ele recorreu às instâncias judiciais, o que pode ainda alimentar o processo por mais algum tempo. Mas no que me diz respeito, até para acabar

definitivamente com eventuais dúvidas porque há muita gente que pensa que haverá por detrás deste processo outras motivações que levaram a essa situação -, talvez seja útil, para o partido ou para essas pessoas que ainda duvidam, acabar e esclarecer definitivamente essas dúvidas. Já o disse numa altura muito recente: eu até encorajaria que este assunto fosse esclarecido definitivamente pelas instâncias competentes e desafiaria o nosso companheiro a recorrer, sobretudo se ele próprio ainda insiste neste sentido. Mas, de princípio, para o partido aquilo que lhe competia fazer foi feito.

JA -Pensa voltar a candidatar-se à presidência da UNITA?

IS -Ainda é muito cedo para falar sobre isso. Não é assunto para nós. Mas na devida altura poderemos falar disso.

JA- Como avalia o relacionamento entre a UNITA e as outras forças políticas e as instituições do Estado?

IS -Fazemos tudo para nos comportarmos de acordo com as normas constitucionais. Temos sido bons cidadãos e um bom partido, que procura respeitar e cumprir as leis do país.

JA- Como é a vossa relação com o MPLA?

IS -Somos um partido na oposição e procuramos fazer o nosso papel devidamente. É verdade que o estado do processo democrático no nosso país ainda nos diz que nem todos estão habituados a ter o partido da oposição a fazer uma oposição republicana. A esse respeito identifico duas correntes; há aquela que pensa que o partido da oposição está aí para chocar, insultar e criar conflitos e outra corrente que pensa que um partido da oposição deve estar ali a aceitar e a aplaudir tudo aquilo que o poder diz. Não vamos nem por uma nem por outra. Achamos que fazer oposição é fiscalizar, procurar corrigir e ajudar aqueles que estão no poder para que se comportem da melhor forma.

JA- E é isso que a UNITA está a fazer?

IS -É isso que temos procurado fazer da melhor maneira possível, tendo também em conta o passado recente do país. Em certas ocasiões, haveria necessidade de tomarmos posições mais firmes, mas que também causariam, certamente, outras reacções que possivelmente não fossem consentâneas com o clima que queremos cimentar no nosso país. Então temos procurado fazer este exercício bastante difícil, de formas a que o nosso papel de partido na oposição seja feito como deve ser. Apesar de todas as críticas que estamos habituados a ouvir, pensamos que estamos no bom caminho e temos procurado fazer o

nosso papel como mandam as circunstâncias e como exigem os interesses nacionais.

JA - O relacionamento com o poder é bom?

IS - Diria que o relacionamento não é tão bom como era de desejar. Quando mencionei as correntes, na que pensa que devíamos dizer sempre sim, que devíamos estar sempre a aplaudir, sempre que levantamos alguma questão ou fazemos uma crítica que é necessária com sentido construtivo, encontramos animosidades que muitas vezes não permitem aquele diálogo que gostaríamos que o país tivesse. Então ali as vezes registam-se situações de tensão mas que também são de passagem, mas que são inevitáveis. Portanto, podemos dizer que temos um relacionamento talvez não o ideal mas que se pode considerar conducente a uma estabilidade.

JA - O que espera do novo ano parlamentar?

IS -Tivemos recentemente as nossas jornadas parlamentares e procuramos trabalhar no sentido de fazer com que o nosso deputado se sinta como exercendo o mandato do povo. Gostaríamos de ver um deputado que está permanentemente próximo do cidadão. A Assembleia Nacional é um outro poder e não pode estar à espera da ordem do Executivo.

JA -O que transmitiu aos seus deputados?

IS - Quisemos dizer aos nossos deputados - e estamos todos de acordo neste aspecto - que precisamos de instituir rapidamente as autarquias - o Poder Local. Afinal, ao contrário do que estamos a verificar, quem deve legislar é a Assembleia Nacional. Portanto, quando estamos a ver o Ministério da Administração do Território ou o Executivo a referir-se a matérias que deviam ainda ser estudadas e legisladas, a Assembleia Nacional, os deputados, não devem estar a espera do Executivo. Devem, eles próprios, fazer este trabalho. Queremos ter uma Assembleia Nacional que trabalhe mais, que se reúne mais, que vai com frequência para junto do povo.

JA - Como devem actuar os deputados da UNITA?

IS -Eu traduzi o que os deputados deviam fazer em seis compromissos. O primeiro é o de ver o deputado exercer o mandato do cidadão. Significa que ele tem de ter a sensibilidade e a capacidade de exprimir os sentimentos e os interesses do cidadão que ele representa.

O segundo compromisso é o de romper esta cultura de competência do Executivo, pois o Poder Legislativo é um outro poder que precisa de exercer o seu papel e a sua independência do Poder Executivo. Muitas vezes ficamos com a impressão de que há

uma tendência dos deputados procurarem mais pela sua própria situação. Muito bem, é uma preocupação legítima mas é importante que ele se lembre que está aí a representar o cidadão. O quarto compromisso é de que ele deve lembrar permanentemente que a sua função inclui também a função fiscalizadora. Precisa fiscalizar os actos do Executivo por todos os meios, jurídicos ou sociais. Esses compromissos envolvem também a necessidade de denunciar uma questão que é bastante falada hoje: a corrupção. Este é um papel também reservado ao legislador. Há já algumas leis. No passado foram mesmo instituídos alguns órgãos que se deviam ocupar dessa questão da corrupção, mas, na verdade, nada se faz. Precisamos ter esses mecanismos estabelecidos para que a corrupção seja estancada. Queremos ver que esta nova sessão legislativa seja mais dinâmica, esteja de facto permanentemente ao serviço do cidadão.

JA - A oposição defende que as eleições autárquicas sejam realizadas o mais rápido possível, enquanto o Executivo aconselha à ponderação, por falta de condições. Qual é o seu comentário?

IS -Não é bem que nós queiramos que as eleições sejam realizadas já. O que queremos é que essas condições que o Executivo diz não existirem sejam criadas já, para permitir também que as eleições sejam realizadas. Estamos todos de acordo que o país não tem ainda as condições, os órgãos competentes não trabalharam ainda no sentido de ter a própria legislação que deve ser criada para permitir que as eleições autárquicas sejam realizadas. Estamos permanentemente a dizer que as condições não estão criadas. Queremos que esta sessão legislativa se ocupe deste trabalho para que não continuemos mais no mesmo discurso de não haver condições e de ninguém criar essas condições.

JA - Que sectores aponta como prioritários neste OGE?

IS - O nosso ponto de vista vai ser mesmo das sessões anteriores. Depois de termos andado pelo país e conversado com os cidadãos, consolidamos as nossas ideias anteriores sobre questões relacionadas com a matéria orçamental. Notamos que grande parte do orçamento tem estado a ser afectado essencialmente numa faixa mais do litoral do país. Precisamos, com efeito, acabar com essa cultura que cria muitas assimetrias. Precisamos também de olhar para outras províncias. No que diz respeito ao sector económico, precisamos de continuar a olhar para a questão das infra-estruturas, como estradas e pontes. Há muitas áreas que ainda exigem essas infra-estruturas. Temos algumas vias que funcionam, mas que precisamos de olhar para as vias secundárias e terciárias. O outro aspecto que gostaria de ver

devidamente afectado no OGE é o que tem a ver com o apoio ao sector da agricultura.

JA - Mas não há este apoio à agricultura?

IS - Há alguns planos que parecem estar a começar a existir no que diz respeito ao sector agrícola, mas a agricultura que, na minha maneira de ver, trará mais rapidamente benefícios para o país não é aquela que se faz em termos de latifúndios, mecanizada e em grandes extensões. O agricultor camponês precisa de ser apoiado neste sector, não só com meios de produção, mas também com algum conhecimento.

JA- O que defende a UNITA?

IS - Uma certa atenção para as escolas práticas de agricultura para a formação de agentes agrícolas que vão também ensinar e apoiar o agricultor normal para que aquilo que ele faz produza mais. O que se passa hoje é o facto de que lá onde há camponeses que de uma forma geral trabalham para o cidadão os terrenos estão cansados e precisam de apoio do Governo no que diz respeito ao fornecimento de fertilizantes. Penso que não seria demais dedicar somas adequadas até porque os resultados seriam muito mais produtivos e lucrativos do que as despesas ou os encargos que isso exige.

JA - Reconhece os avanços no abastecimento de água?

IS - Ouvimos o Presidente da República a falar em mais de 50 por cento da população abastecida com água potável, o que não corresponde à realidade. As pessoas abastecem-se ainda da água a partir de locais que não oferecem segurança no que diz respeito às condições sanitárias do líquido que consomem. Os problemas que mencionei na saúde também podem ser apontados na educação. Além da falta dos próprios estabelecimentos de ensino, também os salários são muito baixos e não há condições que permitam ao professor ir à comuna ou à aldeia e sentir-se em condições de transferir os seus conhecimentos aos alunos.

JA - O que é que a UNITA fazia diferente se fosse governo?

IS - Esta é uma pergunta que não se pode responder em duas ou três palavras. Mas uma das primeiras questões que precisamos de pôr em andamento é a mudança da mentalidade de quem governa. O governante tem de compreender, desde o primeiro momento em que é indicado, que ele está para servir o povo e não para se servir. Parece-me ser algo muito importante para os angolanos. Ele tem de compreender, desde o primeiro minuto, que vai ser

um servidor está para servir conhecimentos aos alunos.

JA - O que é que a UNITA fazia diferente se fosse governo?

IS - Esta é uma pergunta que não se pode responder em duas ou três palavras. Mas uma das primeiras questões que precisamos de pôr em andamento é a mudança da mentalidade de quem governa. O governante tem de compreender, desde o primeiro momento em que é indicado, que ele está para servir o povo e não para se servir. Parece-me ser algo muito importante para os angolanos. Ele tem de compreender, desde o primeiro minuto, que vai ser um servidor, está para servir e não exibir autoridade.

JA- Que comentários faz à mensagem do Presidente da República sobre o estado da Nação?

IS - Na minha maneira de ver, o senhor Presidente da República fez um relatório daquilo que tem estado a fazer e daquilo que pretende fazer. Não falou do estado da Nação! E é deste estado da Nação que nós queremos falar.

5.14 Autarquia Carlos Feijó prefere “ Pôr mãos a obra “

Jornal Independente

12 De Outubro de 2013

Feijó é de opinião que se passe imediatamente para ações mais concretas, que deverão conduzir a realização do desiderato. "A realização das eleições autárquicas requer a execução de uma série de tarefas de fórum administrativo, como a delimitação do território e a feitura da toponímia dos municípios e das cidades".

Feijó, mencionou por exemplo que uma das questões que poderão gerar dificuldades na realização tem que ver com a delimitação das fronteiras intermunicipais. "É difícil perceberem-se as fronteiras entre os municípios, sobretudo na capital do país, o que torna impossível impedir que habitantes de uma circunscrição votem noutras localidades". O jurista e político apontaram como exemplos a falta de um registo e a toponímia como sendo as principais tarefas a serem realizadas antes de se pensar em qualquer acto conducente a realização das eleições autárquicas. "Há um trabalho administrativo muito sério a realizar", sublinhou Feijó, que foi o lugar-tenente do Presidente da República, José Eduardo dos Santos depois das eleições de 2008, entendendo que a discussão sobre este assunto tem sido muito politizado. "Ao invés de se discutirem datas, o mais

importante é iniciar o processo de preparação administrativa das eleições autárquicas", referiu, alertando para a necessidade da transferência gradual das funções e dos recursos financeiros e humanos, atualmente assumidas pelos governadores provinciais e administradores municipais, para se evitar uma desordem administrativa.

"É altura de se concertar os discursos sobre este tema, no sentido do não-condicionamento, mas da viabilização administrativa para a realização das eleições autárquicas", realçou Carlos Feijó, acrescentando que os dirigentes políticos devem começar a avaliar as implicações administrativas que o processo encerra.

O jurista Carlos Feijó disse, igualmente, que não basta aprovar-se leis sobre as autarquias sem que as condições estejam devidamente criadas do ponto de vista da organização administrativa.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Requalificação urbana

Jornal de Angola
04 De Outubro de 2013

Nas zonas urbanas há edifícios em mau estado de conservação. As grandes cidades exibem também sinais de degradação nas redes de abastecimento de água e sobretudo no saneamento básico, quando ele existe. Os sistemas de escoamento das águas das chuvas estão assoreados. Os esgotos domésticos entupidos. Os efluentes correm a céu aberto, constituindo grande perigo para a saúde pública.

A situação exige respostas rápidas e uma delas é a contratação, em todos os municípios, de empresas que garantam a manutenção ou recuperação dos prédios de habitação ou espaços comerciais. E sobretudo das redes técnicas de abastecimento de água potável e do saneamento básico.

Os investimentos públicos na qualidade de vida e na recuperação dos centros urbanos têm retomo garantido e permitem dinamizar o mercado de trabalho. Dentro da política de reconstrução nacional chegou a hora de inscrever a requalificação urbana a todos os níveis, mas sobretudo no que diz respeito à recuperação e manutenção dos prédios nos grandes centros urbanos. Nos edifícios que pertencem ao Estado, compete às entidades públicas efectuar esse investimento. No que diz respeito aos privados, é desejável criar um crédito especial, com juros bonificados, para obras domésticas. As grandes cidades, como Luanda, podem ter empresas municipais especializadas na requalificação urbana. É uma forma de dinamizar a economia e criar milhares de postos de trabalho em todo o país.

Temos em Angola edifícios em mau estado de conservação, pelo que é urgente que se adote um modelo que leve os moradores a fazerem obra nos prédios em que vivem, se forem eles os proprietários. Caso contrário, os Governos Provinciais têm de criar mecanismos que obriguem os senhorios a fazer obras compulsivamente. Caso não cumpram, o Estado chama a si essa responsabilidade e depois cobra aos proprietários.

Um dos grandes problemas do nosso país é assegurar a manutenção do que se constrói de novo ou do que foi construído há muitos anos. É preciso criar uma cultura de manutenção dos edifícios públicos, habitacionais e dos espaços comerciais. O que

construído com o dinheiro do Estado deve merecer todo o cuidado. Não se pode construir sem qualidade, porque daqui a pouco tempo essas infra-estruturas não têm qualquer utilidade ou a sua recuperação exige largas somas de dinheiro.

Tudo o que o Estado tem feito em prol da população deve ser preservado. As infraestruturas construídas na última década constituem um importante ponto de partida para o crescimento e desenvolvimento do país. São elas que permitem dinamizar a economia e desenvolver os serviços. Por isso, a sua manutenção é obrigatória.

Não faz sentido gastar milhões em barragens, estradas, aeroportos ou portos e depois esses investimentos não serem garantidos por equipas de manutenção competentes. Um tema que preocupa muita gente é o mau estado dos prédios nas grandes cidades. O assunto é tanto mais importante quanto se sabe que em Angola existem edifícios cujo estado pode pôr em perigo vidas humanas. Nestes casos, prevenir com obras profundas de restauro é melhor que remediar. Em relação aos prédios degradados, estão identificados os grandes problemas. Falta agora agir com celeridade para que não aconteçam desgraças. É importante que os organismos competentes do Estado mobilizem os técnicos para que se faça um levantamento dos edifícios que, pelo seu estado de degradação, possam gerar problemas. Esses têm de ser os primeiros a entrar em obras. Mas se já pouco há a fazer, então o melhor é realojar os moradores e proceder à sua demolição.

O Laboratório de Engenharia de Angola tem uma palavra importante a dizer. Os seus técnicos devem trabalhar na prevenção dos problemas, e não no interesse de toda a comunidade. Os técnicos do Laboratório de Engenharia de Angola devem ter capacidade para fiscalizar obras, sobretudo aquelas que são construídas com recursos verbais do Orçamento Geral do estado. Por isso, é urgente repensar o papel do Laboratório de Engenharia de Angola, na perspectiva da defesa do interesse público. As instituições do Estado existem para servir os interesses do público. Que as nossas instituições sejam valorizadas e colocadas ao serviço da reconstrução do país. Há empresas angolanas com competências para levar a cabo um bom trabalho na área da requalificação urbana. Existem instituições do Estado.

6.2 Abacus apresenta relatório do imobiliário em Angola

Semanário Continente

04 De Outubro de 2013

Segundo o relatório, o sector imobiliário em Angola, com especial ênfase em Luanda, dependerá do desenvolvimento económico do país. É em Luanda que continuam a centrar-se os principais polos imobiliários de Angola, pese embora em outras províncias, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo, Cabinda, ou o Namibe, possam vir cirurgicamente a desenvolver-se, sempre alicerçados no investimento produtivo. Tendo sido lançado em 2012, merece um especial destaque o emblemático projecto da Baía de Luanda, projecto que pela sua dimensão irá mudar a face da Cidade para sempre, dando um cariz internacional ao nível do melhor que há no mundo, sendo um desafiante projecto de engenharia. Na opinião do técnicos das empresas, o estado geral do mercado continua o seu caminho para a maturidade, atestado pela exigência dos clientes utilizadores dos activos imobiliários.

Esta exigência resulta de um limitado aumento da oferta em alguns segmentos imobiliários. Algumas características essenciais do sector imobiliário: »Processos burocráticos e bastante complexos, embora se assista a progressos, em os Promotores Imobiliários obterem a inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos; »Em determinados segmentos tem-se vindo a assistir a um aumento da oferta;

»Poucos terrenos com escritura colonial registada (de posse plena); »Insegurança jurídica na transmissão da propriedade, especialmente terra; »Falta de terrenos licenciados no centros da Cidade;

»Falta do ordenamento do território e de Planos Directores para as Cidades, pese embora estejam a ser feitos esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis;

»Necessidade de infra-estruturas básicas, sendo este um tema de difícil e complexa resolução, podendo a prazo vir a limitar novos projectos no centro da Cidade;»Redução do número de construções anárquicas, nos centros urbanos. Crescimento económico, significa crescimento das empresas, significa mais negócios, mais pessoas, maior necessidade de espaço físico, onde trabalhar e residir.

Sendo que as universidades Angolanas, ainda não produzem recursos humanos suficientes para o forte crescimento económico e das empresas, a solução passa por recursos humanos expatriados que ajudarão

na mais rápida formação dos quadros nas empresas. Sendo que as características predominantes do mercado se têm vindo a manter ao longo dos último 2/3 anos, constata-se um dado dominante, que tem influenciado negativamente o mercado e que se traduz na ideia - definitivamente errada no conjunto, certa em parte - de que há excesso de oferta imobiliária e os produtos são caros.

Opiniões como esta têm sido produzidas normalmente por entidades externas ao mercado, formadas com dados insuficientes e muitas vezes incorrectos, pois não atentam a elementos determinantes para uma correcta análise do sector, não estando consideradas as localizações, qualidade de construção, tipo de produto ou mesmo o subsegmento em causa (escritórios/comércio/logística/industrial).

Uma promoção imobiliária em Angola pode demorar de 4 a 6 anos, desde o momento da posse da terra até à produção final do produto imobiliário. Assim, este segmento económico, é um dos mais difíceis e de maior risco da actividade económica, pois qualquer alteração na conjuntura interna ou externa, como as verificadas, nos últimos 2/3 anos, podem ter uma influência determinante no resultado final de uma promoção imobiliária.

Assim pode dizer-se que a rentabilidade imobiliária dos investidores, poderá estar muito dependente da política de vistos, caso haja francas dificuldades na entrada no país, o negócio imobiliário e as respectivas rentabilidades podem ser fortemente afectadas.

Estas, quer em Angola ou em outro país, dificilmente estarão preparadas para grandes alterações como as que se verificaram e a sua adaptabilidade a novas realidades são muito difíceis. É precisamente isto que se passa hoje com alguns produtos no mercado de Luanda. Muito se tem falado sobre as dificuldades no escoamento de determinados produtos. É um facto que o ritmo a que assistíamos em especial no que respeita o segmento de topo do mercado residencial-decresceu. É um segmento que terá pouco espaço para crescer, pois grande parte da procura já estará satisfeita. Assim é essencial procurar analisar os vários subsegmentos do mercado imobiliário diferenciando-os, procurando enquadrá-los com a procura imobiliária.

Os mesmos afirmam que o mercado residencial em Luanda, continua bastante activo especialmente quando comparado com outros mercados internacionais, esperando-se para 2013,a entrada de cerca de 400 apartamentos novos em Luanda Cidade. Contudo enfrenta hoje um novo paradigma. A mudança comportamental da procura, quer da

doméstica, quer da internacional, está a exigir evoluídos processos de "due-diligence" na contratação de instalações. Confirmou-se que hoje em dia, os compradores exigem ver e «sentir» o produto final, sendo que para esta mudança muito contribuiu a não entrega ao mercado de alguns edifícios, que por algum motivo, não se concluíram, como também uma enorme desilusão de algumas áreas físicas dos espaços que terão sido comprados em planta, invariavelmente considerados de pequena dimensão, quando acabadas.

O modelo de negócio da promoção imobiliária, já mudou, com uma Banca muito mais exigente, muitas vezes apoiada em peritos externos na aprovação dos projectos. Os Promotores começam a perceber que terão de aportar mais capital próprio aos negócios, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tomando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing. Ou seja, avança-se para o normal modelo de negócio internacional.

Em paralelo com outros mercados internacionais, a nova realidade descrita irá naturalmente seleccionar os intervenientes do mercado.

Outra constatação prende-se com a grande mudança que começou a afectar transversalmente o mercado imobiliário angolano - incluindo promotores, banca, consultores e todos os seus restantes agentes. O mercado deixou de ser na sua maioria de clientes nacionais passando para os clientes empresariais internacionais, preferindo estes o arrendamento à compra, mesmo apresentando Angola, pay-back de 6 a 7 anos, na comparação da compra vs arrendamento.

Com esta mudança começam a surgir os investidores imobiliários que adquirem os activos arrendados, sendo estes principalmente privados, começando contudo agora a surgir os investidores institucionais Angolanos, acreditando que em 2 a 3 anos, com uma adequada lei do arrendamento (determinante), solucionando ainda a questão dos licenciamentos / propriedade horizontal, a questão da inscrição dos imóveis nas finanças e do registo das propriedades nas conservatórias. Isto e com a estabilização do mercado e do risco do país, poderão vir a entrar investidores Internacionais.

O mercado residencial da Grande Luanda, caracteriza-se por:

- Escassez de soluções de crédito imobiliário para a emergente classe média Angolana, com excepção do projecto do Kilamba Kixi e a renda resolúvel;
- Escassez de produtos destinados à classe média Angolana no centro da cidade;

- Alguma oferta destinada ao segmento médio alto para venda no centro da Cidade;

- Falta de fundos de investimento imobiliário para suportar a procura empresarial para arrendamento;

- A existência de projectos destinados ao segmento baixo, patrocinados pelo Estado, como forma de reorganização do território.

REALIZADA UMA ANÁLISE DA OFERTA VERSUS PROCURA, PODEMOS DELIMITAR LUANDA EM VÁRIAS ZONAS:

- Centro de Luanda/Luanda Velha -Ingombotas e Marginal, uma das zonas com maior procura e desenvolvimento, com construção de edifícios de dimensão significativa a nível residencial, salientando o emblemático projecto Baía de Luanda;

- As zonas mais procuradas, as denominadas zonas nobres são Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Baixa de Luanda. Começando a surgir uma nova zona na Cidade, a Praia do Bispo, zona principalmente de moradias;

- Entre os empreendimentos a serem entregues em 2013 nas localizações referidas destacam-se entre alguns outros, a Torre Kanhangulo, as Torres Oceano, a Torre Maculusso, as Torres do Carmo, Torre Lara, etc;

- Talatona / Luanda Sul - a procura de habitação centra-se nos condomínios construídos para habitação que apostam nos segmentos alto e médio alto. De entre os vários empreendimentos salienta-se o Dolce Vita.

- Camama, Viana e Benfica - zonas periféricas de Luanda, localizações dirigidas essencialmente ao segmento médio e médio baixo, com valores inferiores à zona de Talatona. São zonas de crescimento de projectos com escala, como os Jardins das Rosas, o Projecto Kilamba Kixi, Nova Vida, ou as Vilas de Luanda, junto à Filda.

- Zona Norte - de franca expansão, com a apresentação pública do projecto do Sambizanga, irá necessariamente ser uma zona de excelência num horizonte temporal de curto ou médio prazo. O condomínio Ocean Village continua a ser a zona de referência da zona.

esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis; »Necessidade de infra-estruturas básicas, sendo este um tema de difícil e complexa resolução, podendo a prazo vir a limitar novos projectos no centro da Cidade;

»Redução do número de construções anárquicas, nos centros urbanos. Crescimento económico, significa crescimento das empresas, significa mais negócios, mais pessoas, maior necessidade de espaço físico, onde trabalhar e residir.

rentabilidades podem ser fortemente afectadas.

Estas, quer em Angola ou em outro país, dificilmente estarão preparadas para grandes alterações como as que se verificaram e a sua adaptabilidade a novas realidades são muito difíceis. É precisamente isto que se passa hoje com alguns produtos no mercado de Luanda. Muito se tem falado sobre as dificuldades no escoamento de determinados produtos. É um facto que o ritmo a que assistíamos em especial no que respeita o segmento de topo do mercado residencial - decresceu. É um segmento que terá pouco espaço para crescer, pois grande parte da procura já estará satisfeita. Assim é essencial procurar analisar os vários subsegmentos do mercado imobiliário diferenciando-os, procurando enquadrá-los com a procura imobiliária.

Os mesmos afirmam que o mercado residencial em Luanda, continua bastante activo especialmente quando comparado com outros mercados internacionais, esperando-se para 2013.

6.3 Executivo retoma reabilitação de vias para tornar fluído o trânsito automóvel

Jornal Expansão
04 De Outubro de 2013

O ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, anunciou a reabilitação de mais de 300 quilómetros de estrada em áreas urbanas e peri-urbanas da capital angolana, Para isso, o Governo conta com o apoio de 60 construtoras.

Além de melhorar a mobilidade rodoviária, o projecto ainda contribuirá para a melhoria do saneamento e oferta dos serviços básicos a milhares de cidadãos.

Isso por que o programa contempla uma intervenção assinalável ao nível do saneamento básico, estabelecimento de ligações domiciliárias de electricidade, água, iluminação pública, sinalização rodoviária e outros serviços.

Enquanto o promotor das obras no quadro do programa em referência, o Ministério da Construção assumirá claramente o seu papel, visando assegurar qualidade final nas obras, o cumprimento das

obrigações contratuais e a observância rigorosa dos prazos estabelecidos, intervindo igualmente para que as obrigações do Estado estejam rigorosamente cumpridos, assegura o ministro.

Para Pires Alexandre, o actual trânsito rodoviário de Luanda apresenta índice de precariedade elevadíssimo, apesar de todos esforços empreendidos.

"Sob orientação do chefe de Estado, o Executivo angolano aprovou e lançou o presente programa estratégico no qual se integram muitas vias em condições de desempenhar funções estruturantes, contribuindo sobremaneira para a fluidez do trânsito, dada à grande pressão exercida sobre os principais eixos rodoviários existentes", sublinhou o ministro da Construção.

As obras de reabilitação das vias secundárias e terciárias do município do Cazenga, em Luanda, foram consignadas, pelo Ministério da Construção a empreiteira brasileira Zagop, num acto presenciado pelo Presidente República, José Eduardo dos Santos.

O documento foi rubricado, da parte do Ministro da Construção, pelo engenheiro José Paulo Kai em quanto que pela empreiteira rubricou Flávio Matos, em cerimónia que decorreu no Marco Historio 04 de Fevereiro.

Felicitação

O governador da província de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, felicitou o Presidente da Republica José Eduardo dos Santos, pela concretização do encontro que visa relançar o programa estratégico de reabilitação e manutenção das vias secundárias e terciárias de Luanda.

Bento Sebastião Francisco Bento, que intervinha no acto da apresentação das linhas de força do programa ao Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, disse que a execução deste programa vai permitir uma melhor circulação viária nos bairros e municípios de Luanda.

Por outro lado, o governador adiantou que a província de Luanda precisa da instalação de mais de 40 pontes aéreas para se evitar os atropelamentos, bem como de quilómetros de vedação que ajude os transeuntes a circularem nelas.

Reabilitação e manutenção

Cento e oito mil milhões de kwanzas é o valor dos contratos para a construção civil, já assinados no âmbito do programa estratégico do Executivo, para a reabilitação e manutenção das vias secundárias e terciárias da capital.

De acordo com o secretário de Estado da Construção, António Flores, nesta altura, estão já assinados duzentos e setenta e cinco contratos.

António Flores fez saber que oitenta e oito é o número de contratos já avisados e avaliados em setenta e dois mil milhões de kwanzas.

Neste momento, o valor dos contratos assinados para a construção civil anda a volta dos 108 mil milhões de kwanzas. Estão aqui envolvidas 60 empresas de construção, 42 são de fiscalização e 77 são projectistas. Estão assinados 275 contratos e visados 88, para um custo de 62 mil milhões de kwanzas, informou.

Melhoria no trânsito

O programa de relançamento da construção de trezentos e trinta quilómetros de estrada e outras treze valas de drenagem, vai permitir melhorar a circulação rodoviária em Luanda, segundo o investigador do centro de estudos e investigação científica da Universidade Católica de Angola, Vasco da Gama, que salienta que, a forma como foi concebido o plano, traz um alento para os luandenses, no sentido de se livrarem de um dos principais problemas de todos os dias, os engarrafamentos.

Para o autor do livro, "Engarrafamentos em Luanda, o caso de estudo da avenida Deolinda Rodrigues", os problemas da circulação na cidade de Luanda são complexos, mas as soluções ainda não foram esgotadas.

"Plano que foi relançado, traz dois elementos fundamentais, um que tem haver com a construção e o outro elemento muito importante que é o elemento manutenção da própria via, porque a via como tal tem uma vida e quem cria via tem de pensar exactamente na sua manutenção, defendeu.

As nossas vias, em Luanda, exegem, por exemplo, passagens aéreas, viadutos e barramento de algumas ruas, disse.

6.4 JES “ressuscita” obras em Luanda

Semanário Agora

04 De Outubro de 2013

O distrito urbano do Kilamba Kiayi vai beneficiar, no global, de mais cerca de 'Z7 mil milhões de kwanzas (perto de 2 milhões e 700 mil USD), para, entre outras acções, minorar o quadro caótico do trânsito e promover a criação de espaços urbanísticos, parques de estacionamento, a construção de infra-estruturas

básicas de drenagem de água, esgotos e o incremento de mais postos de trabalho.

Esta medida enquadra-se no programa de construção, reabilitação e manutenção das vias secundárias e terciárias de Luanda, cuja implementação arrancou em 2012 através do Ministério da Construção. A intervenção do Presidente da República, na semana finda, confere novo ímpeto aos desígnios que motivaram o esboço deste projecto.

Ultrapassados os atrasos financeiros e outros factores que provocaram o abrandamento das obras desde Janeiro deste ano, a 'vistoria' de JES dá novo alento aos cidadãos, sobretudo por já ter sido remetida a petição de recursos ao Programa de Investimentos públicos (PIP) para 2014.

Investimento acima dos Kz 100 mil milhões

As obras nas ruas E, G, H e J do Bairro Palanca estão em curso. Por outro lado, a Rua olímpio Macuéria - desde a rua Pedro de Castro Van-dúnem Loy, vulgo "Hospital Sanatório", até ao interior do Bairro Popular - foi construída de raiz.

Este troço permite uma circulação rodoviária mais fluida e conseqüentemente menos constrangimentos aos utentes de Viana, do Cazenga e do Bairro Capolo, na medida em que mais facilmente podem chegar aos seus postos de trabalho, tendo como alternativa a olímpio Macuéria, via que desemboca no Bairro popular.

O Ministério da Construção, em parceria com o Governo provincial de Luanda, pretende replicar as vias alternativas que contemplam este programa estratégico do Estado angolano nos municípios de Cacucaco, viana e Cazenga, estando em marcha obras de vulto e outras em fase inicial nestas localidades.

Segundo precisou o secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flores, enquanto apresentava ao Presidente da República o quadro actual das intervenções efectuadas e das acções vindouras, o programa prevê, a curto prazo, construir e reabilitar cerca de 300 quilómetros de estradas em áreas urbanas e periurbanas. O valor dos contratos que serão firmados com 60 empresas é de 108 mil milhões de kwanzas (cerca de 100 milhões de dólares).

Kilamba Kiayi na vanguarda

Cerca de 34 quilómetros, entre vias e valas de drenagem, serão construídos e reabilitados no distrito urbano do Kilamba Kiayi. Encontram-se já concluídos 19 quilómetros. São 36 os contratos de empreitada e oito os contratos de fiscalização no

Kilamba Kiaxi, sendo certo que o valor da obra facturada está acima dos 2 mil milhões de kwanzas, segundo os dados do Ministério da Construção.

Brevemente arranca a construção do aterro sanitário no município de Cacuo, nas imediações da via expressa, bem como um rol de obras em andamento, como é o caso do troço que liga o Cemitério 14 à Rua da Tecnocarro, ainda no município supracitado, ou a reabilitação da Rua Henrique Gago da Graça ('Rua das pedrinhas'), no Rangel, que se augura vir a conferir maior fluidez à circulação automóvel.

A maior fatia do investimento foi alocada ao distrito urbano do Kilamba Kiaxi, 22%. Seguem-se por ordem imediata o município do Cazenga, 14%; o distrito da Maianga, 11%; o município de viana 11%; o distrito da Samba, 10%; o distrito da Ingombota, 8%; o município de Belas, 7%; . o distrito do Rangel, 7%; o município de Cacuo, 6% e o distrito urbano do Sambizanga com 4%.

JES quer obras de qualidade

O Bairro Mártires de Kifangondo, no distrito urbano da Maianga está completamente reabilitado, sendo que o cenário de ruas alagadas, travessas sem sinalização horizontal, vias esburacadas e obstruídas faz parte do passado, facto apresenta- do por exposição fotográfica, retratando o antes e o depois, que agradaram o Presidente da República.

José Eduardo dos Santos revelou-se também preocupado com a competência dos empreiteiros nacionais. Por isso, questionou os responsáveis do Ministério da construção sobre as empreitadas de construtoras nacionais, tendo a resposta sido positiva: "Alguns têm altos padrões de qualidade e outros têm de melhorar neste sentido".

Atropelamentos em crescendo

A capital do país confronta-se com um problema crónico de circulação rodoviária, motivo pelo qual o governador de Luanda, Bento Bento, considerou, no fim da visita de JES ao Cazenga, que "não obstante as obras já realizadas, as redes viárias nos distintos municípios carecem de atenção e programas especiais de protecção".

Outra preocupação do edil de Luanda deve-se à montagem de 40 novas pontes aéreas em várias artérias da província, porque o número de vítimas por atropelamentos está em crescendo. O responsável alertou ainda que esta operação será acompanhada pela montagem de redes de vedação nos pontos críticos, para que os transeuntes circulem em zonas seguras.

Nesta perspectiva, o Ministério da Construção, que coordena o programa de construção, reabilitação e manutenção das vias secundárias, tem para além do GPL outro forte aliado - o INEA - Instituto Nacional de Estradas de Angola, para reverter o quadro actual.

DISTRITO URBANO DO KILAMBA KIAXI

Valor da obra factura contratada 27.760.595.257.89 akz Km's contratados - 34 km Valor da obra factura contratada

2.837.529.885.00 akz Km's em execução - 19 km Execução financeira - 11.90 % Nr." de contratos de empreitada - 36

Execução física - 12.90% Nr." de contratos de fiscalização - 8

DISTRITO URBANO DO RANGEL

Valor da obra factura contratada 7.680.945.521.99 akz Km's contratados - 13 km-ts km (valas) Valor da obra factura contratada 361.417.242.10 a kz Km's em

execução - 7 km-z km (valas) Execução financeira - 4.71% Nr.o de contratos de empreitada -11+3 (valas) Execução física - 4.71%

DISTRITO URBANO DA MAIANG

Valor da obra factura contratada 11.519.637.878.41 akz Nr.o de contratos de fiscalização - 6 + 1 Km's contratados - 16 km Valor da obra factura contratada

5.627.725.016.98 akz Kms em execução - 7 km Execução financeira - 48.85% Nr.o de contratos de fiscalização - 5 Nr.o de contratos de empreitada - 15 Execução física > 48.85%

MUNICÍPIO DE CACUACO

Valor da obra factura contratada Kms contratados - 20 km 6.250.464.478. akz Valor da obra factura contratada Kms em execução - 15 km

1.847.797.895.00 akz Execução financeira - 29.40% \ Nr. O de contratos de empreitada - 11

Execução física - 30.90% Nr.o de contratos de fiscalização - 5

6.5 Requalificação urbana

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2013

Nas zonas urbanas há edifícios em mau estado de conservação. As grandes cidades exibem também sinais de degradação nas redes de abastecimento de água e sobretudo no saneamento básico, quando ele existe. Os sistemas de escoamento das águas das

chuvas estão assoreados. Os esgotos domésticos entupidos. Os efluentes correm a céu aberto, constituindo grande perigo para a saúde pública.

A situação exige respostas rápidas e uma delas é a contratação, em todos os municípios, de empresas que garantam a manutenção ou recuperação dos prédios de habitação ou espaços comerciais. É sobretudo das redes técnicas de abastecimento de água potável e do saneamento básico.

Os investimentos públicos na qualidade de vida e na recuperação dos centros urbanos têm retomo garantido e permitem dinamizar o mercado de trabalho. Dentro da política de reconstrução nacional chegou a hora de inscrever a requalificação urbana a todos os níveis, mas sobretudo no que diz respeito à recuperação e manutenção dos prédios nos grandes centros urbanos. Nos edifícios que pertencem ao Estado, compete às entidades públicas efetuar esse investimento. No que diz respeito aos privados, é desejável criar um crédito especial, com juros bonificados, para obras domésticas. As grandes cidades, como Luanda, podem ter empresas municipais especializadas na requalificação urbana. É uma forma de dinamizar a economia e criar milhares de postos de trabalho em todo o país. Temos em Angola edifícios em mau estado de conservação, pelo que é urgente que se adopte um modelo que leve os moradores a fazerem obras nos prédios em que vivem, se forem eles os proprietários. Caso contrário, os Governos Provinciais têm de criar mecanismos que obriguem os senhorios a fazer obras compulsivamente.

Caso não cumpram, o Estado chama a si essa responsabilidade e depois cobra aos proprietários. Um dos grandes problemas do nosso país é assegurar a manutenção do que se constrói de novo ou do que foi construído há muitos anos. É preciso criar uma cultura de manutenção dos edifícios públicos, habitacionais e dos espaços comerciais. O que é construído com o dinheiro do Estado deve merecer todo o cuidado. Não se pode construir sem qualidade, porque daqui a pouco tempo essas infraestruturas não têm qualquer utilidade ou a sua recuperação exige largas somas de dinheiro. Tudo o que o Estado tem feito em prol da população deve ser preservado. As infraestruturas construídas na última década constituem um importante ponto de partida para o crescimento e desenvolvimento do país. São elas que permitem dinamizar a economia e desenvolver os serviços. Por isso, a sua manutenção é obrigatória. Não faz sentido gastar milhões em barragens, estradas, aeroportos ou portos e depois esses investimentos não serem garantidos por equipas de manutenção competentes. Um tema que preocupa muita gente é o mau estado dos prédios nas grandes

cidades. O assunto é tanto mais importante quanto se sabe que em Angola existem edifícios cujo estado pode pôr em perigo vidas humanas. Nestes casos, prevenir com obras profundas de restauro é melhor que remediar. Em relação aos prédios degradados, estão identificados os grandes problemas. Falta agora agir com celeridade para que não aconteçam desgraças. É importante que os organismos competentes do Estado mobilizem os técnicos para que se faça um levantamento dos edifícios que, pelo seu estado de degradação, possam gerar problemas. Esses têm de ser os primeiros a entrar em obras. Mas se já pouco há a fazer, então o melhor é realojar os moradores e proceder à sua demolição. O Laboratório de Engenharia de Angola tem uma palavra importante a dizer. Os seus técnicos devem trabalhar na prevenção dos problemas, no interesse de toda a comunidade. Os técnicos do Laboratório de Engenharia de Angola devem ter capacidade para fiscalizar obras, sobretudo aquelas que são construídas com verbas do Orçamento Geral do Estado. Por isso, é urgente repensar o papel do Laboratório de Engenharia de Angola, na perspetiva da defesa do interesse público. As instituições do Estado existem para servir o interesse público. Que as nossas instituições sejam valorizadas e colocadas ao serviço da reconstrução do país. Há empresas angolanas com competências para levar a cabo um bom trabalho na área da requalificação urbana. Existem instituições do Estado que podem ajudar o país a crescer. Que os servidores do Estado tenham visão suficiente para pôr as nossas instituições e os recursos humanos a trabalhar para o engrandecimento do país. do Laboratório de Engenharia de Angola, na perspetiva da defesa do interesse público. As instituições do Estado existem para servir o interesse público.

Que as nossas instituições sejam valorizadas e colocadas ao serviço da reconstrução do país. Há empresas angolanas com competências para levar a cabo um bom trabalho na área da requalificação urbana. Existem instituições do Estado que podem ajudar o país a crescer.

Que os servidores do Estado tenham visão suficiente para pôr as nossas instituições e os recursos humanos a trabalhar para o engrandecimento do país.

6.6 Novas centralidades no Zaire

Jornal de Angola

05 De Outubro de 2013

Duas centralidades vão ser construídas nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, na província do Zaire, empreendimento a serem executado. pela

Sonip, no Âmbito do Programa de Fomento Habitacional.

A centralidade de Nkiende, a 37 quilómetros da cidade de Mbanza Congo, vai dispor de mil fogos habitacionais, que começam a ser construídos a partir deste ano. Para o município do Soyo, a Sonip, empresa do grupo Sonangol, vai ainda construir 6.000 unidades residenciais

O Governo Provincial do Zaire já indicou um novo terreno para a construção da centralidade do Soyo, num encontro com responsáveis da empresa Sonip, por ser uma zona com potencialidades para a expansão e acesso de serviços essenciais, como água e energia eléctrica.

Orlando Veloso, técnico da Sonip, referiu que as condições do terreno proposto pelas autoridades governamentais do Zaire vão ser analisadas. E garantiu que existem orientações para que sejam iniciados os trabalhos da centralidade de Mbanza Congo o mais rápido possível, estando já mobilizados empreiteiros, técnicos e meios logísticos para o arranque do projecto.

Orlando Veloso visitou o rio Lunda, onde está prevista a construção de uma nova central de captação de água para Mbanza Congo.

Disse que a centralidade vai contemplar todos os serviços essenciais, como escolas e creches, além de reservar uma área para o investimento privado. A vice-governadora do Zaire para o sector técnico e infra-estruturas, Ângela Diogo, explicou que a nova proposta de terreno apresentada à direcção da Sonip decorre da necessidade de harmonização do projecto habitacional ao novo plano de desenvolvimento da província.

Quanto à centralidade Nkiende II, Ângela Diogo salientou que tem uma zona para o desenvolvimento, onde estão projectadas outras infra-estruturas, como o aeroporto internacional e estádio de futebol.

6.7 O importante papel das arquitecturas vernaculares no fomento habitacional

Semanário Angolense
05 De Outubro de 2013

Foi com bastante agrado que recebi a informação, directamente da fonte credenciada, que um processo de grande escala para a execução de infraestruturas de apoio à habitação será implementado em todas as

províncias do país, no intuito de conferir à política do fomento habitacional do Estado um novo impulso.

Importa desde logo dar ênfase à construção de casas no nosso país, tido nos marcos internacionais, como aquele que maiores apostas tem feito - com a maior fatia de investimentos públicos - a nível das construções habitacionais.

Os Estados não respondem pelas casas de alto padrão habitacional, Eles apenas dedicam esforços na garantia da «habitação» aos cidadãos necessitados, com realce para a juventude e camadas de população mais desfavorecida.

São ainda contemplados aqueles que, mesmo tendo rendimentos baixos, podem honrar compromissos financeiros atenuados e facilitados para comparticipar do esforço da habitação para todos. É este o actual pensamento institucional moderno. As casas de alto padrão e com características comercializáveis para os grandes grupos empresariais imobiliários devem ser inseridas nos programas das instituições financeiras e sociedades imobiliárias que se dedicam à promoção, venda, compra ou arrendamento, no âmbito do investimento privado.

No domínio daquilo que são, em geral, as obrigações de ordem político-social, haverão casas maioritariamente construídas pelo Estado para atender às classes mais vulneráveis e os cidadãos necessitados que pretendam aderir aos vários programas e modelos como a auto construção dirigida e assistida, ou por via das cooperativas habitacionais e iniciativas da sociedade civil organizada neste sentido. As rendas resolúveis e outras modalidades são também parte da política do Estado para este mesmo fomento.

Angola tem então boas chances para se situar entre os países que maiores oportunidades podem oferecer à sua classe de construtores e projectistas, a partir do processo de construção de casas sociais, pois serão considerados investimentos públicos garantidos.

Todavia, a este entendimento devemos acrescentar o assunto que constitui, nesta abordagem, o principal enfoque: o modelo construtivo das habitações sociais.

Para adoptar um modelo construtivo ou de arquitectura, precisamos reunir vários factores, entre os quais se distinguem a viabilidade económico-financeira, o recurso e o acesso aos materiais locais, o emprego da mão-de-obra em alta escala, a defesa do meio ambiente, entre outros.

E o que pretendemos para o nosso caso angolano? Rapidez, economia, integração de mão-de-obra nacional em grande escala ou emprego de tecnologias de alto gabarito modernas, para a construção em série?

Para uma abordagem mais próxima do nosso metier, estas perguntas legitimam a minha pretensão de trazer à liça o tema do modelo a adoptar.

Em realidade, a intenção do Estado realizar investimentos públicos para desencadear o processo de auto construção e fomentar a habitação, de um modo geral, implica navegarmos num pensamento antigo, mas por vezes menosprezado, que é o de se aproveitar os recursos disponíveis para alimentar novas ideias e processos que possam gerar poupanças e potenciar vantagens económicas efectivas.

Partindo do princípio de que as soluções arquitectónicas são as guias mestras neste processo de decisão, importa aludir que as últimas tendências para a exploração mais séria das vantagens da utilização das arquitecturas vernaculares é de facto uma aposta a ter em conta, e para as quais os arquitectos e operadores do desenho e da arte de projectar devem estar muito atentos. Já se começa a falar, em grande escala, na utilização de adobes para a construção. O adobe é um material com grande futuro, sobretudo quando falamos de soluções vernaculares que concorram para a geração de poupanças e alavancagem de processos de «parcerias» e envolvimento da mão-de-obra local com resultados extraordinários.

De facto, pretende-se hoje em dia que os processos construtivos e as soluções sejam cada vez mais sustentáveis e saudáveis do ponto de vista ambiental.

OS materiais locais que não sobrecarregam o ambiente são preferidos em toda a parte do mundo. Para além das grandes vantagens que conferem à economia, são fáceis de obter e manejar, dando lugar à integração dos interessados na própria actividade construtiva, reduzindo assim os seus custos e tempo para a concluir.

Mas é sobre o adobe que recai a nossa preocupação, dado que, por várias vezes, ouvimos dizer que ele é ineficiente para a construção civil.

O adobe não é um material qualquer. A sua resistência e durabilidade são características pouco conhecidas ou divulgadas, mas são reconhecidamente de natureza nobre, e pode ser classificado como matéria de boa categoria para habitação e outros objectos de interesse.

O mito que paira ainda sobre o adobe tem origem no desconhecimento das melhores técnicas da sua utilização. É só isso. Para uma construção segura, o adobe deve ser amassado cru e tratado correctamente para se garantir uma cura perfeita sob a influência do sol. Virado várias vezes em cada 2 dias, protegido através da elevação das fundações até pouco mais de meio metro desde o nível do solo, para evitar degradação prematura pelas chuvas e humidades e protegido por beirais avançados de boa dimensão para evitar a agressão das chuvas e revestir as paredes, podem originar em construções capazes de durar milhares de anos!

Ainda em relação ao adobe, um recuou no tempo, para retirarmos as experiências dos nossos primeiros construtores, pode conduzir-nos a estados de desenvolvimento das arquitecturas vernaculares bem avançados, já que o fomento habitacional a que os governos geralmente se referem diz respeito à construção de casas sociais económicas, com o emprego de materiais locais e força de trabalho local.

E, no caso do adobe, o nosso país tem muita matéria-prima pouco utilizada, fazendo-nos lembrar o caso do Brasil que tem, por exemplo, os maiores campos de bambu do mundo, mas não utiliza este preciosíssimo material que tem uma resistência invejável, que, comparativamente aos demais materiais, só cede para o aço. Entretanto, é na Ásia onde este material é utilizado com maior frequência e regularidade.

Voltando ao caso do adobe, pode exemplificar-se a necessidade de maior esforço de investigação e pesquisa, pelo facto de haverem experiências no mundo que comprovam a grande mais-valia deste material, tal como prova a antiga cidade de Barn, no Irão, que durou mais de 2.500 anos e só foi derrubada por um terramoto que ocorreu há cerca de uma década.

6.8 Ainda nada de novo

Semanário Factual

05 a 12 De Outubro de 2013

Quando, em Abril, o presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, visitou o município do Cazenga e orientou para a reabilitação das vias secundárias e terciárias de Luanda, a sociedade luandense arrebentou orelhas, pensando que com essa orientação as obras iam arrancar.

Mas, para surpresa geral, a partir daquela data, não se viu nenhum trabalho de reabilitação. As vias secundárias e terciárias permanecem como sempre, o que levou a opinião pública a questionar o porquê do

não arranque das obras. Afinal, não estava disponível, ainda, o montante para pagar os empreiteiros.

Só na sexta-feira, 27 de Setembro, a opinião pública soube que mais de 100 mil milhões de Kwanzas foram disponibilizados, pelo Ministério das Finanças, para o recomeço dos trabalhos.

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, informando também que 60 empresas foram seleccionadas para empreitada, na presença do presidente Eduardo dos Santos, convidado para assistir a assinatura da consignação com a empresa de construção civil, Zagop. E o acto decorreu no marco Histórico do 4 de Fevereiro, no Cazenga, um município que tem preocupado, amiúde, o chefe de Estado, pelo mau estado das principais vias, incluindo as secundárias e terciárias, cuja reabilitação vai a passo de camaleão.

Deste modo, estão criadas as condições para se retomar os trabalhos nas vias, embora se tivesse ficado a saber que os empreiteiros eram pagos antes de realizarem trabalho, pelo que a meio da jornada não havia dinheiro para honrar os compromissos.

E foi bom o secretário de Estado da Construção ter deixado claro que, a partir de agora, o pagamento aos empreiteiros será feito em função do trabalho realizado.

Mas, sem falsas expectativas, as obras levarão mais de dois anos, pois serão reabilitadas as vias secundárias e terciárias, numa distância equivalente a 300 quilómetros. E um bico-de-obra, mas, só desta forma os moradores e automobilistas poderão circular melhor, reduzindo, conseqüentemente, os engarrafamentos actuais, na capital.

No encontro de 27 de Setembro no Cazenga, o governador da província de Luanda, Bento Bento, fez saber que são precisas mais de 40 passagens aéreas nas principais estradas de Luanda, devido ao elevado índice de atropelamentos, a fim de se reduzir a sinistralidade rodoviária.

Os empreiteiros terão, agora, de trabalhar com pressão, para cumprir os prazos estipulados pelos contratos, o que não acontecia antes, quando as obras eram intermináveis, sempre com a desculpa de falta de dinheiro.

A presença do presidente da República na cerimónia no Cazenga deu novo alento aos empreiteiros de que o dinheiro está garantido.

Chefe de Estado tem-se preocupado, amiúde, com município do Cazenga

Embora Luanda tenha seis municípios, o chefe de Estado tem mostrado preocupação com o município do Cazenga, onde, quando chove, as principais vias se tornam intransitáveis, o que indica mau trabalho dos empreiteiros, que se confrontam, também, com o terreno argiloso da "urbe", que mantém, por vários dias, a água da chuva.

Mas, de igual modo, a população do Cazenga, como da maioria da periferia, tem culpa na destruição das vias, ao jogar água suja ou com sabão, o inimigo principal do asfalto.

Daí que a administração municipal do Cazenga tem de, diariamente, sensibilizar os moradores para serem mais civilizados, ao não jogarem água e dejectos para a rua.

E salutar que Luanda pode mudar de visual, se, porventura, as obras de reabilitação das vias forem concluídas com êxito e atempadamente.

O período chuvoso já começou e qualquer trabalho nas vias pode vir por água abaixo, se os empreiteiros darem início à sua actividade, mas, nesta perspectiva, só no próximo ano as obras serão retomadas.

Claro que o projecto não prevê mais demoras, tal como a população residente, porque as obras têm de começar já, dado o facto da existência de muitas vias por reabilitar ou melhorar.

De qualquer forma, as autoridades têm de ficar atentas, porque, pelas vias das zonas periféricas passam tubagens de água e cabos eléctricos, pelo que a EPAL e a EDEL não podem fechar as vistas, sob pena de ver um trabalho penalizando outro, ou seja, haverá um recuo, como já foi notado em outras intervenções.

Ainda nada de novo acontece relativamente à reabilitação das vias secundárias e terciárias em Luanda, mas acredita-se que o período chuvoso está a preocupar os empreiteiros, face à possibilidade de uma enxurrada conseqüente, com prejuízos incontáveis.

6.9 Mais casas são construídas na Conda

Jornal de Angola

08 De Outubro de 2013

Cerca de 20 casas evolutivas, em fase conclusiva, estão a ser erguidas, na comuna do Cunjo, município da Conda, anunciou no sábado administrador comunal.

César Dinis referiu que as autoridades municipais também estão a levar a cabo a construção de uma escola do ensino primário, com quatro salas, e um posto de saúde, com capacidade para 15 camas, no bairro Limba.

Falta agora construir alojamentos para os quadros e instalações para a administração municipal, cuja falta está, de acordo com César Dinis, a afectar negativamente no desempenho dos funcionários do Estado.

Com as obras de terraplanagem da estrada, às quais se segue a asfaltagem, abrem-se novas' perspectivas de desenvolvimento da comuna, também graças aos investimentos do sector privado da agropecuária, turismo e outros.

O programa "Água para Todos" está neste momento a ser desenvolvido a nível da sede comunal de Cunjo e nas comunidades de Dengue, Assango I e Honga.

A comuna possui cinco postos, com igual número de enfermeiros, quantidade insuficiente

para responder às necessidades dos habitantes da região. Entre as patologias mais frequentes, destacam-se a malária, doenças diarreicas e respiratórias agudas, infecções urinárias e da pele.

No campo do ensino, o sector também enfrenta dificuldades, uma vez que a comuna dispõe apenas de uma escola de construção definitiva e outras quatro erguidas de forma provisória.

No presente ano lectivo, foram matriculados um total de 2.861 alunos, da iniciação ao primeiro ciclo, com aulas asseguradas por 73 professores. Quanto aos desafios, o administrador comunal da Conda César Dinis referiu que está prevista a construção da sede administrativa, da residência protocolar e de outras infra-estruturas sociais. A reabilitação de estradas secundárias e terciárias é outro desafio para as autoridades administrativas daquela parcela do Kwanza-Sul.

Com uma superfície de 585 quilómetros quadrados e 29 bairros, a comuna do Cunjo possui uma população estimada em cerca 17.455 habitantes.

6.10 Casas sociais têm qualidade

Jornal de Angola

09 De Outubro de 2013

A qualidade das 100 casas sociais de tipo T3 'Construídas na reserva fundiária do Lossambo, 11quilómetros a sul da cidade do foi, destacada pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Manuel Muandumba.

Ao discursar na cerimónia de entrega de 50 casas, o ministro disse que a "qualidade" das mesmas vai proporcionar melhores condições de comodidade aos beneficiários.

Gonçalves Manuel Muandumba apelou aos jovens que receberam as casas para cuidarem bem delas, "uma vez que o Executivo tudo faz para melhorar o bem-estar económico-social da juventude".

Os jovens beneficiários, por sua vez, manifestaram-se satisfeitos com o empenho do Governo na melhoria da qualidade de vida da juventude, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho, habitação, formação académica e profissional, e no fomento da actividade empresarial no país e na província em particular. '

As habitações, 50 das quais tinham já sido entregues em Abril deste "ano, vão ser pagas num prazo de 15 a 20 anos, num valor total de 5.800.000 kwanzas.

6.11 Primeiros prédios estão concluídos

Jornal de Angola

10 De Outubro de 2013

o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, garantiu ontem em Luanda que o projecto de Requalificação do Município do Cazenga está em progressão e oito edifícios de quatro andares já estão concluídos, além de 152 habitações unifamiliares.

José da Silva disse que a preocupação de momento "é a antena da Rádio Nacional de Angola que se encontra numa área onde se vão instalar equipamentos sociais, como o centro médico e escolas".

O ministro, que durante duas horas ouviu informações do empreiteiro sobre a forma como decorrem as obras, declarou que "as infra-estruturas estão asseguradas, assim como as redes de fornecimento de energia eléctrica e de água". Os oito edifícios de quatro andares, incluídos na primeira fase do projecto, estão prontos e as 152 casas

unifamiliares estão quase acabadas. Nas fases seguintes são construídas centenas de casas unifamiliares.

O administrador do Cazenga, Tany Narciso, referiu que "a reconversão do Cazenga é um projecto de 15 anos", que "a modernização do município prossegue e que há interacção entre a Administração Municipal, os moradores e o Ministério do Urbanismo e Habitação. Tany Narciso afirmou que "é dentro desta filosofia de modernização que se vai preservar a identidade do município".

Quanto a infra-estruturas integra-o das, afirmou que, além dos trabalhos destinados a melhorar o saneamento básico, estão previstas ligações domiciliárias de água e de energia eléctrica, iluminação pública e sinalização rodoviária". O primeiro Fórum Nacional Urbano, que

se realiza amanhã e no sábado no "Canto de Catete", Icolo-Bengo, subordina-se ao tema "O Homem - Território, Cidades e Habitação".

. O fórum, que se realiza anualmente por iniciativa do Ministério do Urbanismo e Habitação, serve para reflexão e troca de ideias sobre cidades e o desenvolvimento urbano sustentável. Um comunicado do Ministério do Urbanismo e Habitação lembra que o encontro antecede a participação de Angola no Fórum Mundial, Urbano de 2014, que se realiza na cidade de Medellín, Colômbia.

6.12 Casa evolutivas entregues a cem famílias vulneráveis

Jornal de Angola
11 De Outubro de 2013

O Governo Provincial do Huambo entregou cem casas evolutivas a famílias vulneráveis dos municípios da Tchicala Tcholohanga e Ucuma, no quadro do programa de melhoramento das condições de habitabilidade das populações e de combate à pobreza.

O soba do sector das Boas Aguas, na Tchicala Tcholohanga, António Victor, considerou que a entrega das novas moradias representa o reconhecimento de que a população vivia em condições precárias.

Com esta medida, acrescentou a autoridade tradicional, o Executivo está a cumprir o seu Programa de Combate à Pobreza. No município do Ucuma, o Governo Provincial procedeu à entrega de

habitações a outra família vulneráveis no bairro Camatenda, arredores da vila e, de acordo com o administrador local, Fernando de Carvalho, as casas fazem parte de um projecto da AJAPRZ, em colaboração com a Administração Municipal.

Francisco Daniel, um dos beneficiários, confessou a sua alegria por ter sido um dos contemplados e reconheceu os esforços do Governo, que deu dignidade às famílias que vivia em zonas consideradas de risco.

O vice-governador para o sector económico, Francisco Fato, garantiu que o Governo Provincial vai continuar a apoiar as pessoas em Situação vulnerável.

6.13 Centralidade do Kilamba surtiu os efeitos pretendidos

Jornal Expansão
11 De Outubro de 2013

Quando será replicado noutras províncias o programa aplicado em Luanda?

Nas províncias temos já em execução o Programa de Construção de Infra-Estruturas Integradas. Está decorrer no Bairro Benfica de Benguela, no Sumbe, no Porto Amboim, na Gabela (Kwanza Sul), nas cidades de Nbanza Congo, Soyo, Kuimba (Zaire), e nas províncias de Malanje, Cabinda, Bengo, entre outras localidades. Cada fase dura em média dois anos, tendo os trabalhos sido aprovados há três. Em algumas províncias, estamos já na terceira fase de execução.

Além de coordenar o Programa Estratégico de Reabilitação e Manutenção das Ruas Secundárias e Terciárias de Luanda, a que outros projectos está mais dedicado?

Dirijo a actual estrutura do Gabinete Técnico para a Implementação e Gestão do Plano Director da Área Residencial do bairro Camama, em Luanda (município de Belas), desde 2011. Envolve a construção de infra-estruturas e equipamentos sociais, tendo em conta os vários planos dos centros de vizinhança; localidades e cidades, em função do crescimento previsto, porque este projecto é uma parceria público-privada. As residências são construídas por promotores privados, e o Estado introduz as infra-estruturas e equipamentos sociais.

Qual o investimento associado a este Plano Director?

A área residencial de Camama ocupa 1200 hectares, com eixos estruturantes que contemplam as componentes viária, eléctrica, de drenagem fluvial, residual e a construção de uma ETAR. O financiamento foi de 174 milhões USD, pelo Banco de Desenvolvimento da China (DBC), em 2011. Esta empreitada é, na verdade, a minha "menina dos olhos".

Esteve também envolvido na concepção do projecto da centralidade do Kilamba. Qual é sua opinião sobre os constrangimentos que têm existido na comercialização dos imóveis?

Estive envolvido na concepção e implementação desse projecto entre 2004 e 2010'. Os constrangimentos surgem do facto de não estarmos habituados a construir grandes cidades. Temos de reconhecer a nossa inexperiência de trabalho. Pergunto: quantas cidades do mundo foram construídas de raiz? Mencionaria as cidades Brasília, no Brasil, Abuja, na Nigéria, ou Yamoussoukro, na Costa do Marfim, e agora o Kilamba. O objectivo; preliminar era acabar com a especulação imobiliária que se verificava na altura, criando oportunidades para que os jovens conseguissem, finalmente, adquirir uma casa condigna. A directriz era construir em massa para regular o mercado imobiliário, e hoje verificamos que surtiu os efeitos pretendidos.

Qual o investimento realizado inicialmente na construção do Kilamba?

Naquela altura, o investimento previsto rondava os 3,5 mil milhões Kz, prevendo, numa primeira fase, a construção de 20 mil fogos habitacionais.

6.14 Deputados vão questionar aplicação dos 4,2 milhões de Kzs previstos no OGE de 2011

Jornal Expansão
11 De Outubro de 2013

Os deputados à Assembleia Nacional (AN) vão pedir ao Executivo esclarecimentos sobre a aplicação dos 4,2 biliões Kz reservados para as despesas do Estado no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2011, antes de uma eventual aprovação do Relatório e Contas da actividade do Governo no ano em referência, conforme afirmou ao Expansão Lindo Bernardo Tito, vice-presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE).

De acordo com o político da terceira maior força política do País, os gastos dos fundos inscritos no

orçamento devem ser realizados em conformidade com a lei e, por este facto, antes da aprovação de qualquer matéria relacionada com os mesmos, devem ser confrontados com os diplomas legais.

"A Conta Geral do Estado só será um instrumento para melhor gestão pública, se representar aquilo que está previsto no OGE", afirmou Lindo Tito.

Pela primeira vez, na história política do País, a AN vai analisar e aprovar a Conta Geral do Estado em sessão plenária agendada para o próximo dia 17 deste mês. Trata-se de um documento que se resume no acto de demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos utilizados, a conformidade com as leis, os regulamentos e normas pertinentes, bem como evidenciar os resultados obtidos.

Abordado a respeito, Manuel Nunes Júnior, deputado do MPLA, partido com maior representação parlamentar, alegou não poder debruçar-se com profundidade, por não possuir ainda o relatório e contas de execução orçamental do Estado, considerando, porém, que a aprovação do mesmo irá permitir maior acompanhamento da aplicação dos recursos previstos no OGE.

"Os deputados passarão a ter mais elementos analíticos e de informação, que lhes permitirão fazer uma melhor e maior fiscalização da execução do Orçamento Geral do Estado", referiu o presidente da 5.ª Comissão da Assembleia Nacional, responsável pelos assuntos de economia e finanças.

De referir que a elaboração de uma Conta Geral do Estado, no quadro da política fiscal e de execução orçamental, foi prevista no Relatório de Fundamentação do OGE 2011, mas sem materialização até ao momento. Na altura, o documento indicava, entre outros pontos, a melhoria do equilíbrio e maior controlo das contas do Governo, com vista à recuperação da capacidade de investimento do Estado.

Manuel Nunes Júnior considera o documento de "extrema importância" para a fiscalização dos gastos públicos. "Em cada ano há um OGE. Depois, é preciso que se faça o balanço da execução desse mesmo orçamento, que é feito através da Conta Geral do Estado", rematou.

Atraso da entrega do documento irrita UNITA

Por sua vez, Fernando Heitor, deputado da UNITA e presidente da 8ª Comissão da AN, alertou que a discussão e apreciação da Conta Geral do Estado podem estar comprometidas devido ao atraso que se verifica na entrega do documento para a apreciação dos deputados.

"Como é que se vai discutir uma Conta Geral do Estado, se ainda não distribuíram isso para os deputados?", questionou o político que preside à comissão da Assembleia Nacional que trata das questões de Ciência e "Tecnologia, Trabalho e Segurança Social, considerando que tal situação pode comprometer discussão.

Na opinião do deputado, na discussão da Conta Geral do Estado devia focar-se no OGE de 2012, e não no de 2011, ao mesmo tempo que lamentou a entrega, que se prevê tardia, do documento aos parlamentares. "A Conta Geral do Estado não é um documento qualquer. É o triplo, em termos de volume, em relação ao OGE", realçou.

Em que ponto estava o Programa Estratégico de Reabilitação e Manutenção das Ruas Secundárias e Terciárias de Luanda quando entrou em funções?

Estava no auge e havia a esperança de que os empreiteiros recebessem os seus pagamentos após a execução dos trabalhos, além dos 15% a título de adiantamento. Mas tal não aconteceu, pelo que a situação só piorou.

Por que motivo não foram feitos os pagamentos? Porque não havia recursos alocados no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012. O resultado foi que as empresas se cansaram de esperar e abandonaram as obras, com a agravante de deixarem ruas que antes eram quase intransitáveis num estado realmente intransitável. As empresas estiveram cerca de dois anos sem receber.

Qual a dívida acumulada? Atingiu 11 mil milhões Kz. E ninguém trabalha para quem não paga, certo?

Como se explica que um programa anunciado na Assembleia Nacional pelo Presidente da República em Setembro de 2011 e aprovado pelos deputados em Janeiro de 2012 não tenha sido orçamentado?

Não foi incluído no OGE de 2012, porque este foi aprovado a 15 de Dezembro de 2011. Foi uma má prática, porque um programa que não estivesse orçamentado, logicamente, não poderia ter verbas para ser executado em 2012. Devíamos evitar estas más práticas e relevar as civilizadas, porque isto de trabalharmos no "kilapi" [crédito] não dá: depois começa a haver desrespeitos.

Corrigiu o erro quando assumiu a pasta, orçamentando o que não estava orçamentado...

O OGE de 2013 já tinha sido aprovado, em Dezembro de 2012, antes de assumir a pasta. Neste orçamento estavam previstos, para o programa, cerca de 29 mil milhões Kz.

o Ministério renegociou os contratos com os "credores"?

Tivemos de nos sentar e renegociar com os empreiteiros, impondo um conjunto de regras em conformidade a Lei de Contratação Pública, nomeadamente deixar de fazer adiantamentos. Se o Estado avançasse com os 15%, teria de disponibilizar, à cabeça, 180 milhões USD. O Ministério da Construção teve de redefinir a estratégia e corrigir cláusulas em todos os contratos.

Quais foram as principais alterações?

Corrigimos sobretudo a cláusula referente às condições de pagamento. O que a lei prevê é que os 15% sejam adiantados apenas para pagamentos de materiais, desde que estejam todos especificados e com os respectivos preços anexados aos contratos, para sabermos o que estamos a pagar.

Como resolveram o problema dos contratos já aprova dos, mas não visados pelo Tribunal de Contas?

Na vida tudo se negocia. E, sendo os empreiteiros nossos parceiros, chegámos a este acordo. Não haverá mais empresas a começar empreitadas sem aval do Tribunal de Contas, porque o Ministério não consegue realizar pagamentos sem esse visto. Do que precisamos agora é de que todos estejam engajados e que respeitem os acordos. Esperemos que doravante, no dia 20 de cada mês, o empreiteiro faça as medições dos trabalhos realizados até então, feche a obra e vá ao fiscal, cuja missão é dar o aval, em consciência. No dia 25, as facturas são entregues a uma empresa angolana privada, que trabalha em parceria com O Ministério para fazer o fecho de todas as facturas dos 275 contratos assinados. No dia 1 de cada mês, o Ministério das Finanças recebe-as e começa a processar os pagamentos.

A contratação de um privado para fazer o fecho das facturas não é um reconhecimento de incapacidade do Ministério?

Não. Embora tenhamos as nossas limitações financeiras, além das de recursos humanos, o Ministério da Construção tem uma rotina, ou seja, há um conjunto de projectos em curso. Quando dão entrada, de um momento para outro, 275 contratos, não é viável sobrecarregar o Ministério. Além disso, ao contratarmos uma empresa privada, estamos a criar empregos e a receber um auxílio com valor acrescentado.

O que está o Ministério a fazer para colmatar as limitações de recursos humanos? Os recursos humanos são o nosso calcanhar de Aquiles: não

temos quadros em quantidade suficiente para tanta demanda de obras. Por isso, temos de seguir o exemplo de outros países, e a estratégia do Executivo é formar mais jovens engenheiros, entre outros, nas melhores universidades do mundo.

6.15 Fórum nacional reflecte sobre urbanismo e habitação

Jornal O País

11 De Outubro de 2013

O "Fórum Nacional Urbano" arranca hoje no Canto de Catete, na vila com o mesmo nome, do município de Icolo e Bengo, sob o lema "O homem-território, cidades e habitação".

De acordo com uma nota do Ministério do Urbanismo e Habitação, a que "O PAÍS" teve acesso, o evento que tem uma periodicidade anual, é um espaço de reflexão e troca de ideias sobre a organização, gestão e planeamento das cidades, tendo em conta o alcance do seu desenvolvimento sustentável.

Este ano o fórum tem a particularidade de preparar as condições para uma condigna participação de Angola no Fórum Mundial Urbano 2014 a ter lugar na cidade de Medellin, República da Colômbia.

De acordo com o programa, estarão em abordagem temas como o loteamento e a auto-construção dirigida; a participação dos arquitectos e urbanistas na melhoria dos projectos habitacionais, assim como a requalificação urbana e o desenvolvimento das cidades.

Está igualmente prevista a abordagem sobre os desafios da promoção imobiliária privada e cooperativa em Angola, além da implementação do programa nacional do urbanismo e habitação nas províncias.

6.16 Milhares de novas habitações até Dezembro

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2013

A Comissão Económica do Conselho de Ministros deu ontem "luz verde" ao projecto de construção de infra-estruturas em oito centralidades, que vão pôr no mercado mais 15 mil habitantes até ao final do ano.

Em sessão extraordinária orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, no palácio da Cidade Alta, a equipa económica do Executivo apreciou um

memorando sobre o processo de comercialização das habitações, que estão a ser erguidas pela empresa Kora Angola em diferentes regiões do país.

E conferência de imprensa realizada logo após a sessão, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, anunciou também a aprovação de um contrato adicional para construção de mais de duas mil habitações em Luanda, assim como a sua aquisição por parte do Estado.

José Silva acrescentou que uma vez aprovados os contratos, é dado o início ao processo comercial e à divulgação das regras de acesso a estas habitações, da documentação exigida e dos locais aonde os interessados devem dirigir-se. "Prendemos que este processo preliminar da fase de comercialização comece com a aprovação desses instrumentos", declarou o ministro.

No domínio financeiro, a comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou um memorando sobre a evolução dos mercados monetários e cambial no período de 01 a 04 de Outubro, e um estudo sobre a potenciação do crédito à economia, documento que aborda as principais contrariedades que limitam a função do crédito na economia angolana. Foram ainda definidas acções a desenvolver e os devidos tempos, com vista a transportar as barreiras e potenciar o desenvolvimento do crédito na economia nacional. A Comissão apreciou o programa de migração digital da televisão terrestre, que consiste numa tecnologia de teledifusão em sinal digital, que vai substituir a actual teledifusão analógica terrestre, no quadro da integração dos serviços de comunicação social, abrangendo a Internet, IP-TV e os serviços electrónicos interactivos.

Este assunto já tinha sido abordado em Setembro, quando da apresentação da proposta do referido programa, cujo objectivo é possibilitar a cobertura da televisão digital terrestre a todas as provinciais sedes municipais, abrangendo 117 localidades do território nacional e cerca de 80 por cento da população.

Foi ainda apreciado o projecto de construção de um parque zoológico e Jardim botânico, e recomendada a inclusão de operadores privados na sua concretização.

O processo de migração do sinal televisivo e de radiodifusão do sistema analógico para o digital vai estender-se até 2017, segundo o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, que falou em "revolução tecnológica".

Em declarações à imprensa após apresentar o programa de migração digital da televisão na sessão

ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, José Carvalho da Rocha disse: Temos uma meta até 2017 para ter uma cobertura desejável ao nível do país.

6.17 Temos que evitar más práticas nos pagamentos

Jornal Expansão
11 De Outubro de 2013

Em que ponto estava o Programa Estratégico de Reabilitação e Manutenção das Ruas Secundárias e Terciárias de Luanda quando entrou em funções?

Estava no auge e havia a esperança de que os empreiteiros recebessem os seus pagamentos após a execução dos trabalhos, além dos 15% a título de adiantamento. Mas tal não aconteceu, pelo que a situação só piorou.

Por que motivo não foram feitos os pagamentos? Porque não havia recursos alocados no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012. O resultado foi que as empresas se cansaram de esperar e abandonaram as obras, com a agravante de deixarem ruas que antes eram quase intransitáveis num estado realmente intransitável. As empresas estiveram cerca de dois anos sem receber.

Qual a dívida acumulada? Atingiu 11 mil milhões Kz. E ninguém trabalha para quem não paga, certo?

Como se explica que um programa anunciado na Assembleia Nacional pelo Presidente da República em Setembro de 2011 e aprovado pelos deputados em Janeiro de 2012 não tenha sido orçamentado?

Não foi incluído no OGE de 2012, porque este foi aprovado a 15 de Dezembro de 2011. Foi uma má prática, porque um programa que não estivesse orçamentado, logicamente, não poderia ter verbas para ser executado em 2012. Devíamos evitar estas más práticas e relevar as civilizadas, porque isto de trabalharmos no "kilapi" [crédito] não dá: depois começa a haver desrespeitos.

Corrigiu o erro quando assumiu a pasta, orçamentando o que não estava orçamentado...

O OGE de 2013 já tinha sido aprovado, em Dezembro de 2012, antes de assumir a pasta. Neste orçamento estavam previstos, para o programa, cerca de 29 mil milhões Kz.

o Ministério renegociou os contratos com os "credores"?

Tivemos de nos sentar e renegociar com os empreiteiros, impondo um conjunto de regras em conformidade a Lei de Contratação Pública, nomeadamente deixar de fazer adiantamentos. Se o Estado avançasse com os 15%, teria de disponibilizar, à cabeça, 180 milhões USD. O Ministério da Construção teve de redefinir a estratégia e corrigir cláusulas em todos os contratos.

Quais foram as principais alterações?

Corrigimos sobretudo a cláusula referente às condições de pagamento. O que a lei prevê é que os 15% sejam adiantados apenas para pagamentos de materiais, desde que estejam todos especificados e com os respectivos preços anexados aos contratos, para sabermos o que estamos a pagar.

Como resolveram o problema dos contratos já aprova dos, mas não visados pelo Tribunal de Contas?

Na vida tudo se negocia. E, sendo os empreiteiros nossos parceiros, chegámos a este acordo. Não haverá mais empresas a começar empreitadas sem aval do Tribunal de Contas, porque o Ministério não consegue realizar pagamentos sem esse visto. Do que precisamos agora é de que todos estejam engajados e que respeitem os acordos. Esperemos que doravante, no dia 20 de cada mês, o empreiteiro faça as medições dos trabalhos realizados até então, feche a obra e vá ao fiscal, cuja missão é dar o aval, em consciência. No dia 25, as facturas são entregues a uma empresa angolana privada, que trabalha em parceria com O Ministério para fazer o fecho de todas as facturas dos 275 contratos assinados. No dia 1 de cada mês, o Ministério das Finanças recebe-as e começa a processar os pagamentos.

A contratação de um privado para fazer o fecho das facturas não é um reconhecimento de incapacidade do Ministério?

Não. Embora tenhamos as nossas limitações financeiras, além das de recursos humanos, o Ministério da Construção tem uma rotina, ou seja, há um conjunto de projectos em curso. Quando dão entrada, de um momento para outro, 275 contratos, não é viável sobrecarregar o Ministério. Além disso, ao contratarmos uma empresa privada, estamos a criar empregos e a receber um auxílio com valor acrescentado.

O que está o Ministério a fazer para colmatar as limitações de recursos humanos? Os recursos humanos são o nosso calcanhar de Aquiles: não temos quadros em quantidade suficiente para tanta demanda de obras. Por isso, temos de seguir o

exemplo de outros países, e a estratégia do Executivo é formar mais jovens engenheiros, entre outros, nas melhores universidades do mundo.

6.18 Uma espera que dura há um ano

Jornal O País

11 De Outubro de 2013

No dia 13 de Outubro de 2012 foi publicada uma lista, pelo supracitado jornal, de cidadãos que iriam beneficiar uma casa na centralidade do Kilamba. A polémica lista, como é considerada por muitos, dado o facto de que consta nela entidades religiosas, profissionais de comunicação, médicos, docentes e músicos parece ter sido esquecida, apesar de na publicação ter sido mencionada que os integrantes poderiam receber as chaves assim que efectuassem o respectivo pagamento e se dirigissem a uma das lojas da imobiliária Delta, na referida centralidade.

Até ao dia de hoje a maioria dos que estão alistados não recebeu as chaves nem uma explicação plausível, por parte da Sonip ou do Delta Imobiliária, do que se está a passar, uma vez que já pagaram a primeira prestação correspondente a tipologia de cada um, reuniram e deram entrada dos documentos, tal como lhes foi exigido.

Desesperados estão eles e não entendem o porquê da demora já que apareceram pessoas que fizeram a assinatura dos seus contratos recentemente e já estão a viver naquela centralidade. Suspeitam que tenham sido esquecidos, porque várias vezes procuraram saber da Delta o que se passava e esta não soube dar outra resposta senão pedir -lhes mais e mais documentos e tempo de espera.

Abreu Paxe, que diz ter ganhado nome de "bajú" (bajulador), está agastado com o facto de, até hoje, não ter sido notificado e ninguém lhe dizer nada acerca do processo. E dado o mistério que o processo revelou, não sabe sequer onde se deve dirigir e se deve mesmo reclamar.

"Não há um mínimo de respeito e consideração pelas pessoas, veja que isso aconteceu mesmo depois de termos visto publicados os nossos nomes no Jornal de Angola", lamentou ele, lembrando ainda que mesmo depois de ter feito a entrega de todos os documentos, foi contactado, um mês depois, pela imobiliária que alegava os ter perdido. Teve de tratar um novo processo e "de lá para cá não tenho nenhuma informação oficial sobre a casa".

Situação humilhante

Ele, que é o "cabeça de lista", acredita que essa seria uma boa oportunidade para ter a casa própria. Não está conformado e, simultaneamente, não sabe o que fazer para mudar o quadro. O facto de o nosso jornal o ter entrevistado, tal como disse, serviu de consolo, uma vez que, para ele, "aquela lista não passou de uma simples lista".

Aponta que muitos dos seus amigos também estão nesta situação e a maior parte deles, como é o seu caso, deveriam beneficiar como docentes do Ensino Superior. Abreu Paxe disse não ter pedido casa a ninguém e, quando foi consultado, aceitou por ter achado que estava no seu direito de beneficiar também de uma.

"Se não funcionou no Kilamba, para mim, nunca mais vai funcionar mesmo que seja noutra centralidade. Fui gravemente desrespeitado, recusome a alimentar esperanças que depois não vão depender de mim para as realizar, mesmo que a condição seja pagar do meu bolso".

Quando questionado sobre como reagiria se hipoteticamente a Sonip quisesse devolver o montante pago, correspondente à tipologia que escolheu (T5), com os respectivos juros, aquele docente respondeu da seguinte maneira: "O problema não está em devolverem o dinheiro, mas na situação humilhante em que colocaram as pessoas", mostrou o seu desagrado e não mais falou sobre o assunto.

Mudança de plano a contar com a casa Conta-se aos dedos o número de pessoas que constam naquela lista e adquiriram uma casa no Kilamba e, alguns defendem que, se conseguiram foi "por outros meios". A maior parte dos 550 (total de cidadãos alistados), continua ainda à espera que algo aconteça. Alguns até preferiram não manifestar o seu desgosto à imprensa, por questões "deontológicas", dado o cargo que exercem ou por medo de serem "riscados" da lista.

Não é o caso de LP (iniciais de um outro beneficiário), que não hesitou em falar, dada a tristeza causada por esta situação (a não recepção da casa), uma vez que teve de tomar uma decisão que tem sido (e continuará a ser) constrangedora, enquanto não tiver em mãos a chave da tão aguardada casa.

Lamenta imenso o facto, mas (in) felizmente já o fez - aquele cidadão teve que transferir de escola uma de suas filhas, para um colégio no Projecto Nova-Vida, na expectativa de ver-se a morar no Kilamba. Vive numa casa arrendada, no município pio de Viana, e

todos os dias tem de enfrentar o longo percurso, já que o colégio cortou o transporte para os alunos que vivem naquela municipalidade, por alegada questão técnica e o trânsito infernal que têm de enfrentar.

O nosso interlocutor recorda que fez um esforço tremendo para dar entrada dos documentos e o depósito da primeira prestação, no dia 15 de Outubro de 2012, escolhendo a tipologia T3+ 1 e, no princípio do corrente ano, procurou agilizar as coisas para que a sua filha, que frequenta o ensino médio, não perdesse o ano lectivo. LP espera incansavelmente pelo apartamento naquela centralidade e mostrou-se em disposição de negociar com a imobiliária, caso já não tenha a tipologia inicialmente escolhida, uma T5. Tudo o que ele mais quer é uma casa própria e "rescindir contrato" com a sua senhoria.

"Fizemos o pagamento, levamos comprovativo à Delta, como tinha sido orientado. Esperamos pela chamada e, até hoje, nada. Para o nosso espanto, pessoas que não contávamos, habitam, contra todas as expectativas, no Kilamba" - este é o lamento de Manuel Mateus (nome fictício).

Este último entrevistado também acha que, pelo menos, devia receber uma explicação plausível, de modo com que ficasse a saber se ainda pode contar com o seu T3+ 1. "Da forma como o processo estava a andar, parecia que tudo ficaria resolvido num período inferior a um mês, mas faltam 2 dias para completarmos 12 meses à espera", disse ele que vive desde 2006 numa casa alugada e também está disposto a pagar um T5.

Para aqueles cidadãos, a esperança é a última a morrer e depois de tudo que passaram, muitos deles não pretendem afundar o plano de ter a sua própria casa. Há inclusive aqueles que não se importariam de receber a residência numa outra centralidade que não seja a do Kilamba.

6.19 Vendeu o carro para pagar à Delta

Jornal O País

11 De Outubro de 2013

ER, recorda que a Delta lhe ligou num Domingo, para comparecer nas suas instalações na Segunda-feira, a fim de avançar com o processo. Estando lá, perguntaram -lhe se queria trocar a tipologia, mas ela permaneceu com a T3+ 1. Um dia depois, 15 de Fevereiro do corrente ano, fez o depósito, após ter sacrificado o seu carro.

Passado um mês, uma vez que a Delta não se pronunciava, decidiu contactá-la e recebeu a seguinte resposta: "aguarde, que a senhora será chamada". Até hoje continua à espera e disse que "o mais frustrante é o facto de não ter feito a inscrição que se seguiu, tal como os outros, porque estava confiante na lista".

Disse ainda que pernoitou na cidade do Kilamba na tentativa de conseguir fazer uma outra inscrição, mas acabou por desistir, assim que recebeu a chamada da Delta. Lamenta o facto de ter atendido a ligação, porque conhece pessoas que estavam com ela naquela "luta" e hoje já vivem na supracitada cidade. "Vendi o carro para fazer o depósito à Delta, em troca da casa própria, mas mesmo assim continuo a gastar dinheiro a pagar a renda", lastimou.

6.20 Precisam ter mais um pouco de paciência'

Jornal O País

11 De Outubro de 2013

O PAÍS procurou ouvir a Sonip, mas esta não se predispôs a dar uma entrevista exclusiva porque disse já ter esclarecido questões relacionadas à supracitada lista numa conferência de imprensa realizada recentemente.

Tendo como mediador da conversa o Director de Comunicação e Imagem da Sonangol, Mateus Cristóvão, a Sonip pediu aos beneficiários que tenham mais um pouco de paciência, pois a dada altura serão notificados e atendidos. Questionado sobre se aqueles cidadãos terão as suas casas ainda no corrente ano, Mateus Cristóvão disse não ter mais nada a adiantar, senão a informação anterior. De resto, tal como fez menção, a Sonip não retira nada do que disse em conferência de imprensa. Então, para melhor esclarecimento, recorreremos ao artigo publicado pelo jornal O Sol, sobre a referida conferência, onde os responsáveis da Sonip e da Delta Imobiliária anunciaram que "de momento, os apartamentos disponíveis são da tipologia T5. Por instrução da Sonip, todos os clientes que se tenham candidatado aos T3 ou T3+ 1 poderão beneficiar da tipologia T5", afirmou, na altura, o administrador da Delta, Paulo Cascão.

Os candidatos que concordarem terão a possibilidade de pagar o diferencial, de cerca de sete mil dólares, com o prazo, agora de 12 meses, para concluir o pagamento. Para tal, será agregada uma adenda ao contrato.

Explicou ainda que os candidatos que eventualmente não venham a ser contemplados nesta primeira fase

farão um contrato em que serão mencionadas as condições de acesso imediato para as fases seguintes dos vários projectos em curso. Caso não se revejam nas duas opções, poderão solicitar a devolução dos valores pagos.

"A Sonip está disponível a devolver este valor, acrescido, naturalmente, da taxa de juro legal praticada no mercado", afirma Paulo Cascão. Por outro lado, Francisco de Lemos, PCA da Sonip, prometeu melhorar o processo de atendimento aos clientes nas centralidades, nas próximas fases.

31.260 Unidades habitacionais em construção.

De acordo com os registos da Sonip, há ainda 6.690 clientes inscritos na Cidade do Kilamba que não receberam as suas casas, 4.954 na centralidade do Cacuo, 495 no Zango, 120 no km 44 e 230 no Kapari.

Todos serão atendidos, não há falta de imóveis, existem ainda mais de 31 mil fogos habitacionais em conclusão, segundo Francisco Lemos ue admite também a existência de constrangimentos no processo de comercialização das casas.

O Kilamba, por exemplo, está a ser desenvolvido neste momento um programa, lançado em Março de 2012, para a construção de 5 mil fogos habitacionais T3, cuja entrega das primeiras 2.190 unidades está prevista para Abril de 2014 e para Junho de 2015, 2.810 unidades.

No Oeste da referida centralidade estão em construção mais 5 blocos habitacionais do tipo T3. Este projecto foi lançado em Novembro de 2012 e tem a conclusão da primeira fase prevista para Junho de 2014. Serão 5.000 unidades até Dezembro de 2013.

No Sul da Cidade do Kilamba serão lançadas mais 5.008 unidades, sendo 2.368 T3 e 2.640 T3+ 1, cuja entrega está prevista para Novembro de 2015.

Enquanto que em Cacuo, adicionalmente às 9 mil unidades concluídas, estão a ser construídas mais 300 unidades T3, com conclusão prevista para Outubro de 2014.

No Zango 5 começou, desde Março de 2012, a construção de 8 mil unidades habitacionais T3. De acordo com a Sonip, a entrega destas moradias começa com 1.297 unidades em Março de 2014, 1.989 em Junho, 2.087 em Setembro e, finalmente, 2.627 unidades em Dezembro do mesmo ano.

No Zango 1 estão em fase de conclusão mais 1.456 unidades T3 e 1.008 T4, que serão entregues em Dezembro de 2014. Na localidade de Kapari está em

conclusão a construção de 3.504 unidades, que deverão ser terminadas em Dezembro do corrente ano.

Para finalizar, no km 44 estão também em fim de construção 1.984 unidades, com entrega prevista para Dezembro de 2014. Isso perfaz o total de 31.260 unidades habitacionais em construção na cidade de Luanda.

6.21 Construção de habitações com sucesso em todo país

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2013

O Fórum Nacional Urbano, que teve lugar ontem em Icolo e Bengo com o lema "O Homem, Território, Cidade, e Habitação" juntou agentes do sector do país e abordou questões urbanísticas, problemas que as cidades apresentam e a forma vertiginosa do crescimento das mesmas.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, presente no fórum, disse que o Programa Nacional de Urbanismo nas províncias decorre com normalidade e que os governos provinciais estão incumbidos da construção de 200 fogos em cada município.

As recomendações do programa de urbanismo e habitação, recomendou por sua vez António Resende, vice-governador para a Área Técnica e Infra-Estruturas de Luanda, devem ser esclarecidas aos diversos sectores de liderança das comunidades, em particular das zonas urbanas.

"Estamos certos de que numa primeira fase vai ser implementado o programa de requalificação urbana e desenvolvimento sustentável das cidades, bem como o subprograma de loteamento e 'autoconstrução dirigida", referiu.

O primeiro tema apresentado foi o subprograma de loteamento e auto-construção dirigida. Foi orador o arquitecto António Gameiro que disse haver necessidade de requalificação e regulação fundiárias. No que respeita à autoconstrução dirigida, precisou, deve ser feita pelo proprietário mas com auxílio de um engenheiro.

"Para estancar as construções irregulares, a solução passa pela requalificação e planificação e o Executivo deve fazer as infra-estruturas e colocar os equipamentos sociais."

O Fórum Nacional Urbano debateu a participação dos arquitectos e urbanistas na melhoria dos

projectos habitacionais, na requalificação urbana e no desenvolvimento sustentável das cidades.

6.22 Habitação social nos municípios

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2013

O Secretário de Estado da Construção Civil, Ilídio Martins, colocou, no Caxito, a primeira pedra das 1.350 casas sociais a construir no município do Dande e de mais uma fase do projecto habitacional do Panguila.

No Panguila vão ser construídas casas T2, numa área de 736 mil metro quadrado. O projecto inclui estruturas comerciais, parques infantis, escola primária e centro de saúde. Na localidade do Sas a Cária, Caxito, vão ser construídas casas T3+ 1 d renda média para funcionário público, que devem estar prontas a habitar dentro de oito meses.

O governador do Bengo disse que as casas do Panguila se destinam "às muitas famílias que vivem em condições precárias na província e em alguns casos em Luanda".

João Miranda afirmou que as casas de Sassa Cária para funcionários públicos não são distribuídas gratuitamente e que já começaram a conversações entre o Governo Provincial e o Banco BIC, no sentido de dar garantia aos funcionários se poderem habilitar a um crédito bancário estipulado por aquela entidade bancária. Ainda estas emanações foram lançadas no Bengo o Programa Nacional de Estruturação das Reservas Fundiárias do país, em acto que decorreu na comuna das Mabubas, município do Dande.

O acto decorreu numa reserva com 300 hectares e que vai albergar, numa primeira fase, 7.593 casas unifamiliares e colectivas de dois e seis andares.

6.23 Lar do Patriota apresenta queixa-crime contra a associação Ana Ndengue

Semanário Angolense

12 De Outubro de 2013

A sociedade dos Fundadores do Lar do Patriota (FLP), SA, que detém os direitos de superfície de parcelas de terra na comuna do Benfica, município de Belas, accionou esta semana uma queixa-crime contra a Associação de Camponeses Ana Ndengue, por invasão de terrenos.

Na participação, que deu entrada na quarta-feira, 09, na Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), a sociedade queixa-se de que está a ser alvo de uma «ocupação ilegal dos seus terrenos por parte da Associação de Camponeses Ana Ndengue».

Acusa os responsáveis da referida associação, nomeadamente Armindo da Conceição David e Enoque Amaral Campos Mesquita de procederem, há cerca de dois meses, à venda ilegal de vários «espaços usurpados», existindo mesmo fortes suspeitas de que as receitas terão revertido a favor dos mentores do projecto.

Segundo a parte queixosa, os responsáveis da «Ana Ndengue» terão alugado máquinas que, no terreno, têm estado a efectuar a «desmatação e demarcação dos terrenos».

Dada a gravidade da situação, o «Lar do Patriota» adverte que não se responsabilizará pelas consequências resultantes de tais vendas ilegais.

A sociedade FLP, entidade instituidora da Cooperativa com o mesmo nome, denuncia ainda o facto de estarem a ser usados alguns camponeses para «fins inconfessos».

«Há mulheres que diariamente têm sido transportadas, em viaturas alugadas, para os terrenos ocupados com o objectivo de fazê-las passar por proprietárias dos mesmos», denuncia um responsável do «Lar do Patriota».

Na óptica da fonte do *Semanário Angolense*, as mulheres estarão também a ser usadas como «escudo humano», de forma a desencorajar uma eventual acção policial contra os invasores.

Na queixa, o «Lar do Patriota» acusa ainda os responsáveis da associação de camponeses de terem optado pelo recurso à força. «Na última terça-feira, fomos recebidos com disparos de armas de fogo, quando pretendíamos entrar no espaço», denuncia a fonte do SA, que pediu o anonimato.

A sociedade FLP lamenta o facto de ter feito sistemáticas reclamações junto da Administração Comunal do Benfica, mas que não surtiram nenhum efeito, até ao momento. «Este órgão não tomou nenhuma medida, nem sequer se dignou a enviar os fiscais ao terreno para sustentar a ilegalidade em curso».

A sociedade FLP recorda que o espaço em causa foi-lhe concedido pelo Estado e que o mesmo já foi objecto de escritura pública para a concessão do direito de superfície, assim como do registo predial na conservatória afim.

As tentativas de ouvir a versão da «Ana Ndengue» não foram bem-sucedidas, já que esta associação não possui sequer instalações físicas ou um endereço da sua localização.

6.24 Casas evolutivas no Lubango

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2013

Pessoas residente em áreas que dificultam o acesso ao bairro periférico e avenida da cidade do Lubango vão, dentro de seis meses beneficiar de moradia na nova centralidade da Eywa, onde são construída 200 casas evolutiva.

O director provincial do ordenamento do território, urbanismo e habitação, António Abílio, disse que a área do projecto compreende 39,761 hectares, dos quais 20 destinam-se à construção de 200 ce a evolutivas, a serem erguidas em lotes de mil metros quadrado cada.

Do e paço disponibilizados, oito lotes estão reservado para zona verdes 1,5 para a construção de duas escolas, sendo uma primária e outra do I ciclo do ensino. Noutras áreas são materializados mais projectos. O director provincial das Obras Públicas na Huíla, Rosário Imã Panzo, disse que as autoridades criaram condições para o realojamento das pessoa a serem retiradas da área considerada sensíveis.

O responsável indicou que foi feita já a consignação da estrada que liga o bairro Lucrécia à escola 27 de Março na Laje e que outras vias são intervencionadas à medida que forem disponibilizados os recurso financeiros para as condições de acomodação da pessoas afectada.

O encarregado de obra, Cheing Jiong, garantiu que estão criada as condições técnicas, materiais e humanas para a conclusão das habitações dentro dos prazos estabelecidos. Nos próximo sete ano , são ergui das moradias de tipologia T1 a T4, fábricas e outras infra-estruturas sociais.

6.25 Alunos de Catete aprendem reconversão urbana

Jornal de Angola
15 De Outubro de 2013

Dezenas de alunos da Escola do I e 11 Ciclo número 6026 de Catete estiveram presentes no Fórum Nacional do Urbanismo, que se realizou no município de Icolo e Bengo. Tomaram apontamentos

das dissertações dos seis temas e trabalharam com os engenheiros e arquitectos.

Depois de ouvir Bento Soito falar da reconversão urbana, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, deu um subsídio: "o tema é de reflexão e discussão. Devemos cuidar os espaços urbanos, expandir os órgãos técnicos e interagir com a sociedade".

Bumba Sebastião é aluno da 11 a classe do curso de Ciências Jurídicas e Económicas da Escola do I e II Ciclo número 6026 de Catete.

Disse que "estou a ouvir os engenheiros e arquitectos falar da reconversão urbana. Gostava de saber o que é reconversão urbana e quando o município de Icolo e Bengo vai ser reconvertido".

Bento Soito respondeu que a reconversão implica a transformação de um espaço degradado, num espaço renovado. Todas as pessoas abrangidas pela intervenção beneficiam de infra-estruturas, equipamentos sociais e a nova moradia. Este processo permite uma mudança radical da imagem da zona reconvertida".

Bumba Sebastião insistiu: "o arquitecto não respondeu. Quero saber quando é que o Icolo Bengo vai ser reconvertido!". Bento Soito disse que só pode falar da requalificação do Cazepga, Sambizanga e Rangel.

Lotes para auto-construção

A auto-construção dirigida, disse arquitecto António Gameiro, é uma política pública que consiste na assistência técnica e gratuita de engenheiros e arquitectos para o desenvolvimento urbano e social.

António Gameiro falou no fórum sobre o loteamento e auto-construção dirigida.

O arquitecto referiu que "este sistema de construção está em crescimento sendo de grande auxílio para a construção de unidades habitacionais rurais isoladas. O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação destina 70 por cento das reservas fundiárias à auto-construção dirigida".

Especulação imobiliária

Cleber Correia falou sobre "os desafios da promoção imobiliária privada e 'cooperativa em Angola". Disse que o programa para a renda resolúvel apresenta excesso de burocracia e que é preciso mudar com urgência esta situação. Disse ainda que o Executivo tem de dar incentivos para que os jovens consigam

empréstimos bancários para aquisição de casas de baixa ou média renda.

O secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, discordou. Disse que "a especulação imobiliária tem a ver com a localização onde é construído o projecto habitacional. Nem tudo pode cair em cima do Estado. Os parceiros privados podem, também, entrar neste, processo, o que não tem acontecido.

Cleber Correia respondeu que numa economia de mercado cobra-se aquilo que se faz.

"Talatona não vai ficar caro quando não houver cinco urbanizações iguais", exemplificou.

Exemplo da Huíla

A província da Huíla está a responder os anseios do Estado no fomento de habitação, conforme disse o director provincial do Ordenamento do Território, António Abílio. Nos 14 municípios da província, realçou, há reservas fundiárias e planos de urbanização. Referiu que existe um projecto de construção de 11 mil habitações, das quais mais de 600 estão em execução.

"Temos problemas nos municípios cada município. Temos que prestar uma atenção especial às infra-estruturas e equipamentos. O Estado não pretende que as casas sejam habitadas sem as mínimas condições. Devemos estabelecer um padrão mínimo de habitabilidade em respeito à dignidade humana", referiu o ministro, dos Gambos e Caluquembe, onde os empreiteiros abandonaram as obras, mas o problema está a ser resolvido juridicamente", garantiu.

O ministro José Silva pediu aos directores provinciais para partilharem a experiência da Huíla na construção de habitações, principalmente no programa dos 200 fogos por cada município. "Temos que prestar uma atenção especial às infra-estruturas e equipamentos. O Estado não pretende que as casas sejam habitadas sem as mínimas condições. Devemos estabelecer um padrão mínimo de habitabilidade em respeito à dignidade humana", referiu o ministro.

Recomendações do fórum

O Fórum Nacional do Urbanismo decorreu sob o lema "O Homem o Território as Cidades e a Habitação.

Os participantes no final fizeram várias recomendações: garantir a interacção e a integração das comunidades no processo de reconversão urbana com instrumentos práticos e estratégias de marketing

e adoptar o planeamento urbano como peça chave para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Os participantes no fórum apelaram à criatividade dos técnicos para melhorarem a prestação na concepção das tipologias habitacionais, adequarem a habitação aos desafios das novas realidades tecnológicas e culturais.

O ministro José Silva referiu, no acto de encerramento, que as intervenções foram elucidativas e apontaram caminhos a percorrer para minimizar os problemas que ainda existem. "O futuro será urbano, os problemas serão urbanos e as soluções, como vimos, devem ser soluções urbanas", disse.

José Silva anunciou que o crescimento exponencial das áreas urbanas em todas as províncias de Angola tem levado a uma acentuada queda da qualidade de vida e a um crescimento dos problemas sociais e dos equilíbrios ambientais.

"O Ministério fez recomendações operativas que se vão traduzir num plano de acção imediato da estratégia do planeamento urbano participativo e sustentável, uma vez que estamos a preparar a participação de Angola no Fórum Mundial Urbano que se vai realizar em Medellín, na Colômbia cujo tema é Equidade Urbana em Desenvolvimento Cidade para vida, concluiu o ministro do urbanismo e habitação, José da Silva.

6.26 Desalojados recebem casas

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2013

Famílias desalojadas ao longo do ano transacto das áreas de risco para a localidade da Tchavola, perto do Lubango, recebem nos próximos dias casas construídas pelo Governo Provincial da Huíla.

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, que anunciou o facto, avançou que, numa primeira fase, são contempladas cerca de 150 famílias.

O vice-governador da Huíla esclareceu que as pessoas que viviam ao longo do ramal dos caminhos-de-ferro de Moçâmedes, nos bairros Canguinda, Ferrovia e Mapunda, assim como no percurso do rio Mucufi, já receberam parcelas de mil metros quadrados na reserva fundiária da Tchavola.

Nuno Mahapi Ndala salientou que existem casos de famílias beneficiárias de lotes, particularmente idosos, que têm possibilidade de construir casas condignas para a sua habitabilidade, daí que o Governo

Provincial construiu, num período de cerca de um ano, as 150 casas.

O vice-governador provincial da Huíla esclareceu que à medida que as moradias, de dois e três quartos cada, forem concluídas são entregues aos beneficiários.

Durante a visita do governador" João Marcelino Tyipinge, a população mostrou-se satisfeita com a aplicação do projecto, uma vez que vai solucionar um dos principais problemas dos habitantes, que é a questão da casa própria. João Canambua, um dos beneficiários, disse que a população carenciada louva a iniciativa do Governo Provincial em construir casas definitivas para pessoas carenciadas e pela entrega de lotes de terrenos.

A par das casas para os desalojados, o governador provincial da Huíla visitou igualmente as ruas de acesso e as infra-estruturas sociais da centralidade da Quilemba, que dispõe ainda de 4.000 hectares para a autoconstrução dirigida.

Neste momento, segundo Nuno Mahapi Ndala, na reserva fundiária da Quilemba já foram entregues 11.000 lotes para a construção de casas. O vice-governador avançou que, até sexta-feira passada, 40 por cento de habitações existentes na reserva já foram feitas, com esforço da própria população.

Para garantir melhores condições de vida da população, o governo provincial está a criar condições de infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, água e energia.

6.27 Caminhos-de-ferro de Luanda com segunda linha

Semanário Angolense
18 De Outubro de 2013

O projecto tem como finalidade ao aumento da capacidade de transporte público de passageiros, urbano e suburbano na cidade de Luanda.

Segundo um comunicado de imprensa distribuído no final da sessão, o aumento da capacidade de transporte público de passageiros, tem como objecto melhorar a prestação de serviço de transporte aos municípios e distritos de maior dimensão da capital do país.

O Conselho de Ministros aprovou, igualmente, os contratos de empreitada para a construção de infra-estruturas integradas nas cidades capitais do Kuando Kubango, da Lunda Sul e do Uíge.

A aprovação dos referidos contratos, refere o comunicado, visa a criação de condições para o surgimento de urbanizações infra-estruturadas, bem como para a melhoria do saneamento básico e da distribuição de energia e água.

Funcionalidade dos hospitais provinciais

Com a finalidade de se assegurar a melhoria da funcionalidade dos hospitais provinciais e de se garantir uma assistência diferenciada aos pacientes, o Conselho de Ministros aprovou ainda o contrato de reabilitação e apetrechamento do Hospital Provincial do Bié.

O referido encontro deu, igualmente, uma pincelada à política externa, passando em revista os Acordos de Cooperação entre os Governos da República de Angola e da República de Cuba, nos domínios da formação técnica nas áreas da Indústria, da Energia e do Turismo.

Ainda neste âmbito, o Conselho de Ministros aprovou um acordo entre os Governos da República de Angola e da República da África do Sul sobre Consultas Diplomáticas Regulares, e os Memorandos de Entendimento nos domínios do Comércio, do Desporto e Recreação, bem como dos Assentamentos Humanos, estendendo-se ao sector das Obras Públicas e Desenvolvimento de Infra-estruturas e das Tecnologias de Informação e Comunicação, do Protocolo de Cooperação Técnica entre o Instituto de Investigação Veterinária do Ministério da Agricultura da República de Angola e o Conselho de Investigação Agrária da República da África do Sul.

A nota de imprensa realça ainda que, o Conselho de Ministros tomou conhecimento do ante-projecto de Acordo relativo à Gestão Sustentável do Complexo Transfronteiriço do Maiombe, que visa a constituição de uma área transfronteiriça entre as Repúblicas de Angola, do Congo, do Gabão e do Congo Democrático, com o objectivo de se assegurar a protecção e restauração do ecossistema florestal do Maiombe.

Finalmente, o Conselho de Ministros foi informado sobre o Relatório Final da Comissão Interministerial para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Cuvélai e tomou conhecimento dos resultados da edição de 2013, do Prémio Nacional de Cultura e Artes.

6.28 Casas inacabadas e ruas sem iluminação

Jornal A Capital

19 De Outubro de 2013

Depois da cedência de terrenos para o fomento da autoconstrução dirigida nos municípios do Bocoio e Balombo, há já duas semanas, o Governo de Benguela é confrontado com a revolta de jovens que beneficiaram do condomínio erguido no bairro da Nossa Senhora da Graça, indignados com o atraso na entrega do mobiliário para as suas casas, a maior parte das quais ainda por concluir, passados que estão mais de doze meses desde o acordo para o crédito bancário que sustenta a operação.

Enquanto Isaac dos Anjos, em visita ao interior da província, procedia à entrega de lotes de terra, dezenas de jovens do bairro da Graça, arredores da cidade capital da província, manifestavam-se à porta da empresa «A CASA», contratada para mobilar oitenta casas, menos doze em relação ao número de fogos existentes naquela área. «Estamos fartos destas promessas», começou por afirmar, já no interior da loja, José Prata, membro da Comissão de Moradores. Visivelmente revoltado, à semelhança do batalhão que o acompanhava, disse que a conversa que mantinha com a funcionária da «A CASA», que fazia a vez do gestor, foi abortada pelo director provincial da Juventude e Desportos, Pedro Garcia, que esperava «ser contactado antes da manif.

O mesmo Pedro Garcia, segundo a fonte, havia prometido, já depois de muita gritaria, que tudo estaria solucionado até 31 de Julho último. Inclusive, recordamos, em declarações prestadas ao semanário A Capital, quando declarou que o Governo estava à espera dos empreiteiros para a conclusão do trabalho. «Está tudo acautelado, assim como a mobília», dizia, na altura, o director da Juventude e Desportos, agora a optar pelo silêncio. «Não falo sobre este assunto. Não falo, ponto final salientou o dirigente, respondendo à insistência de dois jornalistas. Posição similar teve o presidente do Conselho Provincial da Juventude, Cristiano Fernandes, que funcionou como elo de ligação entre os beneficiários e o Governo. Quem não se calava era José Prata, que chegou a afirmar que «as coisas estão todas paradas», fazendo alusão à falta de equipamentos como tectos falsos, portas e janelas.

À espera também da iluminação pública, os moradores lembram que o BPC, indiferente a este imbróglio, continua a subtrair dos seus salários os 25 mil Kwanzas acordados entre as partes. Em nome das oito dezenas de famílias, representadas na concentração à porta da mobiliária em referência,

José Prata aventou a hipótese de seguir para a via judicial, mas não sem antes chegar à fala com o governador Isaac dos Anjos. «Estamos dispostos, se as autoridades locais nada fizerem, a ir pernoitar no Ministério da Juventude e Desportos, em Luanda», prometeu.

O mobiliário para cada uma das 80 casas está avaliado em USD 10 mil dólares, conforme o gerente da empresa, Joaquim da Silva, em declarações prestadas no passado mês de Julho, altura das garantias de que tudo seria uma questão de horas. Até hoje, um ano depois, não se conhece o valor deste projecto de subordinação central, inicialmente a cargo da ANG0-SPENSER, substituída por uma outra, a que vai tratar da conclusão, cujo nome não nos foi possível apurar.

6.29 Casas para todos, com certeza!

Folha 8

19 De Outubro de 2013

ASOS Habitat quis, em mais uma peregrina e ingénua ideia de que somos uma democracia e um Estado de Direito, realizar uma manifestação para assinalar o Dia (7 de Outubro) Internacional da Habitação. A Polícia, mais uma vez, mostrou quem manda no país e impediu tal iniciativa, provavelmente por atentar contra a segurança do Estado.

De acordo com a SOS Habitat, organizadora da marcha, o Governo de Luanda socorreu-se de mentiras e artimanhas de forma premeditada para impedir a manifestação. Mentiras? Artimanhas? Ninguém acredita, como é óbvio. Nunca tal seria possível num país que, segundo o seu presidente, tem uma espécie de democracia porque esta foi lhe imposta. Para além disso, porque carga de chuva se iria organizar uma manifestação para falar de algo que não aflige os angolanos?

"Nós cumprimos com todos os requisitos necessários que constam da nossa Constituição e que diz que o cidadão, ou as organizações, sempre que precisam de fazer uma manifestação ou uma marcha devem comunicar ao Governo Provincial de Luanda e isto foi feito isso", diz Rafael Morais, coordenador da SOS Habitat.

Mas, desde quando cumprir requisitos é sinónimo de autorização? Desde quando a Constituição se sobrepõe à lei das leis, qual Bíblia de um povo propriedade do "escolhido de Deus", que pura e simplesmente diz no seu único mandamento: o MPLA é Angola e Angola é o MPLA?

Enquanto, com excepção de todas as manifestações de apoio a um regime que está acima de tudo o que é terreno, os organiza dores seja do que for não perceberem que o máximo que lhes é (por enquanto) permitido é manifestar-se em pensamento, nunca Angola será o que o MPLA pretende.

A SOS Habitat (organização não-governamental) e as comunidades lesadas pelos constantes desalojamentos decidiram celebrar a data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). E queriam fazê-lo com W11a manifestação de sensibilização do Governo.

De acordo com o coordenador da SOS Habitat, em declarações à Voz da Alemanha, a realização de W11a prova de ciclismo exactamente no local e na hora da manifestação, foi a justificação apresentada pelas autoridades de Luanda para impedir o evento. " Não aconteceu a tal prova de ciclismo. O Governo Provincial de Luanda mentiu à sociedade e mentiu à SOS Habitat, no sentido de mais uma vez impedir um acto que está plasmado na Constituição", afirma Rafael Morais. Mas afirma mal. Não se realizou mas poderia ter-se realizado. E isso basta. Aliás, se a moda pega, haverá um calendário de provas de ciclismo, sempre com data e hora a definir, que impedirá qualquer outra manifestação. Vejamos, de forma mais sucinta, que a questão habitacional, como outras - a da miséria, por exemplo, não fazem sentido e não justificam manifestações.

Em 26 de J W1110 de 2008, o então ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, garantiu (e quando um ministro do regime garante..) que o governo do MPLA iria construir ou reconstruir cerca de 1.500 pontes e reabilitar mais de 12 mil quilómetros da rede nacional de estradas até 2012.

Assim, a provar a bondade das garantias do regime, prova-se que do dia 26 de Junho de 2008 até ao dia 31 de Dezembro da ano passado passaram 1.650 dias (contando feriados e fins de semana). Dividindo esses dias pelas 1.500 pontes temos 0,9 pontes por dia. Se dividirmos os tais 12.000 quilómetros de estradas pelos 1.650 dias dá uma média de 7,27 quilómetros ao dia. Portanto é simples, a cada dez dias o MPLA apresentou nove novas pontes e 72,7 quilómetros de estradas. Tudo certinho.

Falando em Junho de 2012 no Comité Central do MPLA, José Eduardo dos Santos recuou até às promessas para as eleições de 2008, confortavelmente vencidas (até com os votos dos mortos que não quiseram deixar de manifestar o seu apoio ao regime) pelo MPLA, que obteve cerca de 80% dos votos, considerando que o balanço é positivo, dando como exemplo as "realizações e os empreendimentos inaugurados quase todas as semanas".

"O país está de facto a mudar para melhor e há avanços e crescimento em todos os domínios", defendeu Eduardo dos Santos, realçando que importa que "o desenvolvimento social seja tão dinâmico como tem sido o crescimento económico". O "querido líder" diz, por isso, que "muito ainda está por se fazer", mas mostrou-se convicto da "nova Angola" que está a surgir, "pronta para iniciar uma nova etapa da sua história, na qual todos os nossos esforços estarão voltados para os mais desfavorecidos, aqueles que mais sofrem porque têm pouco ou quase nada". Sem se comprometer com metas (essa é tarefa delegada nos seus chefes de posto e sipaios), como sucedeu nas promessas de criação de empregos ou a construção de um milhão de casas, feitas em 2008, José Eduardo dos Santos diz agora algo mais vago mas dentro das bitolas dos estados de direito (coisa que Angola não é). Isto é, o futuro passa por um Programa de Estabilidade, Crescimento e Emprego. "Através dele vamos unir, ampliar e acelerar as iniciativas destinadas a garantir mais empregos, aumentar a oferta de água e energia, melhorar os serviços de Educação e Saúde, a estimular a produção nas zonas rurais e a incentivar a criação e o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas angolanas", explicou Eduardo dos Santos.

E, como não poderia deixar de ser, o presidente garantiu que o MPLA "fará a sua parte para a manutenção de um clima de paz, tolerância, harmonia e confiança". E fará com certeza. Ninguém duvida que os mortos vão voltar a votar no MPLA nas eleições autárquicas (se as houver), tal como todos sabemos que em algumas secções vão aparecer mais votos do que eleitores inscritos.

Aliás, cada vez mais, o mundo (e por inerência também nós) percebe que o MPLA só não resolveu os problemas do Povo porque os oitenta e tal por cento conseguidos nas eleições anteriores foram insuficientes. Assim, todos esperam que em futuros actos eleitorais atinja os 100%?

José Eduardo dos Santos disse, recorde-se, há cinco anos (Outubro de 2008) que o Governo ia aplicar mais de cinco mil milhões de dólares num programa de habitação que inclui a construção de um milhão de casas.

A construção de um milhão de casas para as classes menos favorecidas de Angola e jovens foi, aliás, uma das promessas da então campanha eleitoral mais enfatizadas pelo Presidente da República e do MPLA José Eduardo dos Santos admitia, modesto como é, que "não seria um exercício fácil", tendo em conta que o preço médio destas casas, então calculado em

cerca de 50 mil dólares. Apesar de tudo, assegurou que "já se estava a trabalhar" nesse sentido.

No seu discurso de então, Eduardo dos Santos observou que a escolha de Luanda para acolher o acto central do Dia Mundial do Habitat tinha a ver com o reconhecimento pela mais alta instância internacional (ONU) da filosofia e estratégias definidas pelo Governo angolano no seu programa habitacional para o período 2000/2012 e que já estava, disse, a ser aplicado.

"O objectivo dessa estratégia é proporcionar melhor habitação para todos, progressivamente, num ambiente cada vez mais saudável", disse Eduardo dos Santos. Não se sabe se ainda alguém se recorda disso esta perspectiva considerou que estava em "sintonia" com as preocupações e a "visão" da ONU, quando coloca como questão central, como necessidade básica do ser humano, fundamental para a construção de cidades e sociedades justas e democráticas, a questão da habitação.

Ora nem mais. A habitação como barómetro de uma sociedade justa e democrática.

Segundo Eduardo dos Santos, "em Angola, como em quase todo o mundo, o fenómeno da urbanização veio acompanhado de grandes problemas ambientais, tais como a produção de resíduos domésticos e industriais, a poluição, o aumento do consumo da energia e água e o surgimento de águas residuais".

"Para evitar ou minimizar-se esses problemas impõe-se a adopção de uma política ambiental rigorosa e abrangente", apontou o presidente, garantindo que o combate ao caos urbanístico que se instalou nas cidades e no território em consequência da prolongada guerra civil, está a ser feito através de modelos integradores, geográficos, económicos e ambientais.

A atenção estava, ainda segundo ele, centrada na "construção ilegal e não autorizada" e também numa política que procura "evitar assimetrias regionais e o abandono do interior".

Eduardo dos Santos frisou ainda que as "linhas de força" traçadas pelo Governo estavam orientadas para uma "cooperação activa" entre a administração central e local do Estado, entre o sector público e o privado, com vista à execução de uma nova política que contribua para "a geração de empregos, para o desenvolvimento harmonioso dos centros urbanos, para a eliminação da pobreza e da insegurança, e para a eliminação também das zonas degradadas e suburbanas".

Ben Ali, Hosni Mubarak, Robert Mugabe, Hugo Chávez, Muammar Kadhafi ou Passos Coelho não diriam melhor.

O presidente anunciou igualmente na altura (2008) que será "cada vez mais acentuada" a preocupação com a urbanização das cidades angolanas e que serão "incentivadas políticas que diminuam a circulação automóvel nos centros dos grandes aglomerados urbanos".

Tudo isto, cinco anos depois, está à vista de todos. De todos os que querem ver, é claro.

6.30 Centenas de moradias erguidas na Humpata

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2013

No quadro do programa de auto-construção dirigida, mais 800 moradias, de dois a quatro quartos, foram construídas no município da Humpata, nos últimos tempos.

A administradora municipal da Humpata, Maria da Cruz, disse ao *Jornal de Angola* que o Governo Provincial distribuiu a cada família mil metros quadrados para a auto-construção e apoiou com material de construção, como areia, pedra e chapas de zinco.

Maria da Cruz referiu que paralelamente à autoconstrução dirigida, 60 dos 200 fogos habitacionais previstos para O município da Humpata já estão concluídos e em breve são entregues aos seus beneficiários.

Ao longo dos últimos dois anos, com a aplicação do programa integrado de desenvolvimento rural e de combate à pobreza têm sido executados vários projectos para o desenvolvimento sócio-económico do município. A responsável destacou a construção de novas escolas do ensino primário, dois postos de saúde, a reabilitação de 12 postos de saúde um centro de formação feminino e outro cultural, assim como dois tanques banheiros.

Neste período foi reabilitada a estrada secundária de 12 quilómetros entre a sede municipal e a povoação das Neves, instalados postos de transformação de iluminação pública e adquiridos contentores para a recolha e tratamento de resíduos sólidos. Uma escola de seis de salas de aulas e um posto de saúde foram inaugurados na aldeia do Alto Bimbi e reabilitada a repartição municipal da educação, o parque infantil, uma represa, a ponte e a vala de irrigação.

6.31 Lamento do mwangole

Folha 8

19 De Outubro de 2013

Este lamento colhido no Facebook é mais um espantoso exemplo da paciência dos povos de Angola perante o olvido a que eles estão a ser submetidos por um regime despótico torcionário e sem escrúpulos.

Depois de tanta vergonha a sujar um projecto que foi reportado como sendo a prova da mediocridade da liderança surrealista de JES. o objecto de todas as críticas a esse respeito deu-se ao luxo de voltar às luzes da ribalta. Sigam bem este belo resumo do que de passa na Centralidade do Kilamba, «Uma CIDADE DO KILAMBA SEM AGUA (72 horas) ...QUE FRUSTRAÇÃO! Sabem... estão a ver aquela sensação de buscar o melhor...estudar, trabalhar, procurar um bom sítio para viver ...ter bons amigos, uma família nota mil e sentir que apesar de tudo isso existem duas coisas que te perseguem. .. que nunca te darão paz ... onde quer que vás. elas te seguirão como moscas nojentas no teu bolo da vida. E elas se chamam: FALTA DE AGUA E LUZ. Porquê? Quem responderá? Será que existe alguém em Luanda que viva sem ser perseguido por essas "duas moscas" que no fundo são tudo para nós ... e se calhar até nós é que as perseguimos nessa nossa busca incessante de qualidade de vida!» à porta do desespero que porá definitivamente um termo a este miserável reinado de quase 40 anos de sofrimento.

6.32 Casas para Forças Armadas

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2013

O complexo residencial com 500 casas T3 que está a ser construído na aldeia de Chinga, Cabinda, orçado em três mil milhões de kwanzas e destinadas a efectivos das Forças Armadas Angolanas, estão prontas dentro de 14 meses.

Cada casa do complexo adstrito à "Cooperativa Pérola Verde" vai custar seis milhões de kwanzas.

O projecto contempla equipamentos sociais como escolas, creches, centro de saúde e administração. O secretário-geral adjunto da Cooperativa Pérola Verde, Rodrigo da Piedade, disse à Angop que os civis podem ter acesso às casas desde que pague a cinco mil kwanzas de inscrição.

O chefe da educação Patriótica da Região Militar Cabinda, Francisco Yombo, realçou a importância da construção do complexo residencial por contribuir para a redução de algumas dificuldades habitacionais.

A Cooperativa Pérola Verde já desenvolveu projectos idênticos em Luanda, Benguela, Kwanza-Sul, Huambo e Kuando-Kubango.

6.33 Comboios chegam a Baía de Luanda

Jornal Manchete

25 De Outubro de 2013

O Conselho de Ministros (CM) aprovou o Projecto de Construção da Segunda Linha do Caminho-de-Ferro de Luanda no troço Bungo Baía para aumentar a capacidade de transporte público de passageiros, urbano e suburbano na capital, o que permitirá a prestação de serviço de transporte para os municípios e distritos de maior dimensão de Luanda.

Na sessão, os membros do CM aprovaram igualmente os contratos de empreitadas para a construção de infra-estruturas integradas nas capitais do Kuando-Kubango, Lunda-Sul e Uíge. A ideia é criar condições para o surgimento de urbanizações infra-estruturadas e melhorar o saneamento básico e a distribuição de energia e água.

Com a finalidade de se assegurar a melhoria da funcionalidade dos hospitais provinciais e de se garantir uma assistência diferenciada aos pacientes, o CM aprovou o contrato de reabilitação e apetrechamento do Hospital Provincial do Bié.

Realçar quem o Orçamento Geral do Estado (OGE) foi tema central da reunião do CM que, após a avaliação preliminar feita na semana passada pela Equipa Económica, procedeu a acertos finais da proposta de OGE para 2014 que prevê como despesa 7,2 triliões de kwanzas, que corresponde a 54 por cento do PIB. Após a reunião, o ministro das Finanças disse aos jornalistas que a "proposta foi preparada no quadro de um compromisso de observância das melhores práticas internacionais no domínio da boa gestão macroeconómica, das finanças públicas e responsabilidade fiscal".

Armando Manuel declarou que a nova metodologia introduzi da este ano para a elaboração do OGE - que "permite aos ministérios terem participação mais activa na composição de um instrumento que é de suma importância" - preconiza a "coesão nacional, a inserção da juventude, melhoria das condições de vida e criação de bases para o desenvolvimento da economia".

"Introduzimos este ano uma nova metodologia que permitiu a participação mais activa dos departamentos ministeriais, a fixação de um limite

das suas despesas, de forma a permitir o alinhamento daquilo que são os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 -1 O 17", referiu.

6.34 Moradores do Kilamba querem centrais de autocarros

Jornal O País

25 De Outubro de 2013

Cinco horas da manhã de terça-feira, 22, as paragens de cada sector da centralidade do Kilamba, município de Belas em Luanda, adjacente à rua principal começaram a registar a chegada das primeiras pessoas dispostas a conseguir um lugar nos autocarros da Macon, TCUL e TURA, as transportadoras que alegaram operar na área.

Mas foi nas proximidades dos edifícios N 1 e N2 onde rapidamente se concentrou o maior número de passageiros, ao ponto de atingir 42. Entre estes, destacou-se Marta da Glória de 52 anos de idade, que não parava de andar de um lado para o outro. "Estou aqui há mais de 20 minutos e não aparece nenhum autocarro" desabafou a senhora Martucha, como também é conhecida.

Ela contou que há três meses, quando decidiu viver com a filha no Kilamba, o seu sacrifício de despertar por volta das quatro horas era compensado com a chegada dos motoristas da Macon, minutos antes das cinco. Entretanto, desde o mês de Agosto que verifica a quebra de compromisso por parte dos condutores dessa empresa de transportes públicos, que, segundo a própria, 'já se dão ao luxo de chegar a um quarto de hora das seis.

Por causa disso, a ex-moradora do bairro do Prenda, distrito da Maianga, que não acredita que o primeiro comportamento dos motoristas tenha sido gentileza de sua parte, conforme fez questão de referir, sugeriu uma solução para disciplinar os funcionários destacados na cidade do Kilamba.

"A melhor forma de ajudá-los e facilitar a nossa vida passa pela criação de uma filial destas transportadoras aqui dentro", sugeriu Marta da Glória, tendo acrescentado que, com a entrada de mais habitantes na centralidade, se torna também urgente o aumento de número de autocarros destas operadoras. De acordo com a mesma, até à data da nossa reportagem, o número de autocarros não passavam de sete.

Dona Martucha trabalha numa empresa localizada na marginal de Luanda, cujo nome pediu para não ser citado nesta reportagem, daí que, todos os dias úteis de trabalho, se esforça em sair da centralidade antes

das cinco e meia, a fim de poder apanhar os primeiros autocarros, que saem do Benfica para Mutamba, independentemente de passarem pela Samba ou pelo Rocha Pinto.

"Não me importo se o autocarro vai passar pela rua direita da Samba ou pela avenida 21 de Janeiro, o importante é sempre chegar no Benfica antes das seis horas", sacudiu a senhora, lamentando pelo facto de, neste dia, não poder ter a mesma sorte, pois exibiu, logo a seguir, o seu relógio de pulso, para indicar que já passavam vinte e oito minutos das cinco.

O anúncio do tempo despertou a pressa e a preocupação dos presentes, de tal forma que se prontificaram em controlar os ônibus que passavam no sentido contrário (do hipermercado Kero à entrada principal da nova cidade). Não tardou, parou um da Macon e os passageiros transpuseram a estrada, enfrentando outros perigos, para não perderem a alternativa.

Depois de algum tempo, chegavam na mesma paragem, Celeste da Fonseca e um jovem que preferiu ocultar o seu nome.

À semelhança de Dona Martucha, a passageira defendeu a existência de representantes das operadoras de transportes públicos no Kilamba, uma ideia que recebeu consentimento da parte de seu companheiro de trajeto, através de repetidos acenos de cabeça. "Deste jeito, os moradores daqui deviam saber de antemão quais eram as horas de partida dos autocarros e teriam mais segurança para suas jornadas", argumentou Celeste Núria da Fonseca, adiantando que quanto ao transporte tem de vir de outro sítio a pessoa que espera fica sempre na condição de dependente.

Celeste informou que, quase sempre, os autocarros já chegam ao Kilamba cheios de gente, porque antes passam por todo corredor do Camama, onde há muitos passageiros cujo destino é o Benfica.

Para se desfazerem dos empurrões no interior dos transportes públicos, não são poucas as vezes em que os residentes se vêem forçados a utilizar os candongueiros, na maior parte dos casos, Toyota Corola e Starlet, cujos condutores cobram 100 Kwanzas do Kilamba à auto-estrada, em detrimento dos 30 pagos nos autocarros, que rumam daí para o Benfica, Zango ou para o Sanatório, no bairro Palanca. Apesar de trabalhar no Projecto Nova vida, Celeste tinha de sair cedo de casa, para não comprometer o seu emprego.

Zombaria suscita pedido de boleia

O jovem, companheiro de Celeste Núria, aproveitou a ocasião desta reportagem para pedir às pessoas a não zombarem de si e de outros moradores que se fazem à paragem para tomar o táxi ou autocarro.

"Quando nos vêm amontoados nas paragens, há pessoas que nos abusam por não termos carro, só porque vivemos no Kilamba, não devem fazer isso, porque nós somos iguais a eles e atenção que estas zombarias já estão a obrigar muitos de nós a incomodarmos constantemente os vizinhos para nos darem boleia", reclamou, realçando que as pessoas foram à nova centralidade, a fim de procurar melhores condições de vida e que, como em qualquer zona residencial, era normal que houvesse diferenças de posicionamento ao nível social.

Há seis meses no Kilamba, o jovem avaliou que a maioria dos residentes não possui viatura própria, mesmo a contar com um carro por cada chefe de família. Mas acredita que os projectos desta classe, que classifica como desfavorecida, no que ao transporte diz respeito, contemplem independência do género.

Quanto aos incómodos nos transportes colectivos urbanos, considera-os inevitáveis, não só por falta de educação da parte dos utentes, como também devido à falta de responsabilidade dos condutores de autocarro, que excedem a lotação prevista por lei.

"Eu não sei se estou enganado, mas nesses ónibus há sempre indicação do número de pessoas que devem estar sentadas e de pé" referiu, tendo adiantado que a polícia de trânsito nem sequer se importa em saber se eles cumprem com a lotação recomendada.

6.35 Infiltração de água

Semanário Angolense
26 De Outubro de 2013

Se há pessoas a quem o azar persegue, Telma e Joana (nomes fictícios) são dois casos de infortúnios bem acabados. Embora estejam a viver em prédios diferentes no mesmo condomínio, uma no 8º e outra no 12.º andar, elas têm, porém, uma história comum de dramas pessoais e familiares.

a destino de Telma e Joana, ambas funcionárias da Sonangol, não começou por se cruzar na empresa onde trabalham, mas também nos locais escolhidos para habitar.

a primeiro sinal do azar aconteceu quando, há uns anos, ambas foram viver para os primeiros prédios do Zango, onde actualmente residem os antigos inquilinos do conhecido prédio da Cuca, ao Kinaxixi.

Depois de lá estarem a viver durante algum tempo, deram conta que, afinal, os apartamentos onde moravam tinham problemas de infiltrações de água nas paredes e tectos, tanto residuais, como pluviais.

Dizem que fizeram na altura uma série de reclamações, «sem efeito», junto da Sonip, até serem transferidas para os novos alojamentos do «Vida Pacífica».

Nos novos aposentos, para os quais foram morar desde o co- meço deste ano, queixam-se que a sorte tem-lhes sido ingrata, já que têm estado a viver os mesmos problemas que sempre os acompanhou: fissuras nas paredes, infiltrações de água nos tectos e paredes, azulejos e mosaicos, que se desprendem ao mínimo toque.

Joana diz que as águas residuais provenientes do piso superior já lhe causaram sérios problemas na rede de energia, ao ponto de ter registado uma explosão em casa, quando em tempos ligara um dos interruptores. E adiciona: «os exaustores da cozinha há muito que deixaram de funcionar».

À semelhança da sua colega de infortúnio, afirma que tem igualmente algumas paredes danificadas devido à humidade.

À conversa com o *Semanário Angolense*, pedem para não serem identificadas. «Estamos à espera há mais de dois meses que a Sonip apareça para reparar os danos», lamentam.

Dizem que diariamente são obrigadas a levar os filhos à creche ou à escola, já que os existentes no condomínio ainda estão inactivos.

6.36 Uma «vida (nada) Pacífica» no condomínio habitacional da Sonangol na zona do Zango

Semanário Angolense
26 De Outubro de 2013

Uma brisa suave e fresca sopra entre as varias torres que compõem o novo e moderno condomínio da Sonangol localizado na zona nº 3, do bloco 1, ao Zango.

O acesso ao complexo habitacional «Vida Pacífica» faz-se sob vigilância electrónica e visual de guardas armados de uma empresa de segurança privada, que controlam o movimento de pessoas, bens e veículos.

O vento, que sopra e arrefece o ar quente, não é, porém, suficiente para atenuar o clima de

descontentamento e raivas surdas que vai na alma de alguns dos seus inquilinos.

À volta de um dos prédios de 13 andares, onde Pedro (nome fictício) vive com a mulher e o filho, de 3 anos, abre-se um amplo jardim e zonas de lazer.

No espaço verde, algumas crianças entregam-se, ao final de uma tarde de sábado, às suas brincadeiras infantis, sob o olhar atento de adultos.

Os moradores são, na sua maioria, jovens, funcionários da própria empresa petrolífera estatal.

Em Maio deste ano, Pedro e família se mudaram de «armas e bagagens» para o novo apartamento do Zango. Quando se transferiram para aquela zona, a cerca de 30 quilómetros a sul de Luanda, estavam profundamente radiantes com o sonho de terem casa própria. Aliás, não era para menos, depois de terem deixado para atrás os vários anos de constrangimentos numa casa arrendada, algures num dos bairros periféricos de Luanda, sem rede de esgotos, nem iluminação pública e nem ruas asfaltadas.

Como que embriagado pela euforia, Pedro esquecera-se inclusive dos sacrifícios que teria de consentir diariamente: acordar cedo, percorrer longas distâncias até ao seu local de serviço, deixar o filho na creche e levar a mulher ao emprego, entre outras tarefas.

Nos primeiros dias, foi-lhe difícil adaptar-se ao novo estilo de vida, mas aos poucos acabou por se conformar com a realidade nua e crua das pessoas que vivem nas chamadas «cidades-dormitórios», neste caso, o Zango.

Num repente, a felicidade do jovem funcionário da Sonangol, Pesquisa e Produção começou a dar lugar ao desespero e à frustração, escassos dois meses depois de concretizar aquilo que julgava um dos seus maiores sonhos da vida. Os primeiros empecilhos atravessaram-se-lhe pelo caminho.

«Foi a partir de Agosto que detectamos os primeiros sinais de degradação: paredes da dispensa e do nosso quarto de dormir estavam a escurecer, como se tivessem sido infectadas por fungos», conta a esposa de Pedro, que, à semelhança do marido, prefere falar sob anonimato.

Ambos deixam transparecer que dar o rosto pode ser algo perigoso, já que poderia acarretar consequências para Pedro, ele, afinal, funcionário da Sonangol.

No elevador, que nos transporta até um dos pisos mais altos do edifício, estão duas crianças, de 5 e 6 anos, respectivamente, que não se fazem acompanhar

de nenhum adulto. «É comum vermos crianças pequenas a utilizarem o ascensor», explica Pedro.

Logo à entrada do 9º Andar do prédio, onde a família de Pedro vive, sente-se um odor pestilento, que é característico de espaços fechados e pouco ventilados.

Na visita guiada, que começa na dispensa, desdobra-se pela cozinha, corredores e desemboca no quarto principal, o articulista observa a olho nu manchas negras de bolor incrustadas nas paredes, que, entanto, há muito perderam brilho e a vivacidade.

Mas, o bolor não se limitou a tomar apenas conta das quatro paredes, como também já invadiu o mobiliário do quarto, as roupas e calçados.

Visivelmente agastado, Pedro saca de um relógio de pulso que tinha sobre a banca de cabeceira e mostra as marcas de bolor impregnadas no objecto de uso pessoal.

No ar, o odor empestado tresanda pelos quatro cantos da habitação, agora com menos intensidade, dada a adaptação sensorial.

De indicador em riste, ele aponta para as pequenas fissuras nas paredes e mostra os mosaicos e rodapés soltos, cuja degradação prematura, segundo ele, «resulta do mau acabamento das obras».

Sentado a um canto da sala-de-estar, Evandro, o pequeno rebento do casal, tem o olhar virado para o pequeno ecrã. Indiferente ao perigo que o rodeia, entretém-se a ver os bonecos animados, com a maior inocência deste mundo.

Pedro concentra o olhar sobre filho, e, num assomo de desespero, diz temer pela saúde do seu rebento, que, segundo ele, «padece de bronquiolite, uma doença que se agravou nestes últimos meses».

«Quando há muita humidade, vimo-nos obrigados a dormir na sala-de-visitas, para evitar que a saúde do Evandro se agrave», lamenta, por sua vez, a mãe do pequeno.

O apartamento de Paulo, um T3, foi fixado em oitenta (80) mil dólares, tendo ele já pago 15% desse valor, ou seja, 12 mil. «Todos os meses, sofro descontos para pagar este apartamento, que, ao invés de me dar conforto, piorou as minhas condições de vida», lamenta, com a voz embargada.

Diz, por fim, que já reclamou em duas ocasiões junto da Sonip, mas «sem sucesso». «Os técnicos estiveram cá há mais de um mês e limitaram-se a assinalar as

fissuras nas paredes. De lá para cá, nunca mais tivemos notícias», queixa-se.

6.37 Jovens sem casas no Lossambo

Jornal Correio

31 De Outubro de 2013

No âmbito do programa habitacional de construção de um milhão de casas do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, a Direcção Nacional da Juventude do MINJUD orientou a construção de 100 casas para a juventude do Huambo, na comuna da Calima.

Com padrões de qualidade aceitáveis para a fase de carências que se vive em Angola, verdade é que as residências não estão a ser entregues à maioria dos jovens que aderiram ao projecto. Na primeira fase, concluída em Dezembro do ano de 2012, foram entregues apenas três casas a jovens que se escreveram pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), instituição financiadora do projecto.

Curiosamente, estes três jovens são jornalistas de órgãos de informação públicos locais, que só receberam as chaves das suas residências, por ameaçaram levar para a praça pública os contornos "escuros" do processo, que afinal, é dirigido às escuras pelo director provincial do Gabinete de Estudos e Projectos do Governo da Província do Huambo, Victor Chissingui.

De acordo com os jornalistas em causa, Victor Chissingui dividiu o "condomínio" do Lossambo em três alas. Ordenou a Matinho Suquete, funcionário da delegação da juventude e desportos, que os colocasse na parte isolada do projecto, onde se situa as casas inacabadas, e as restantes a seu bel prazer, entregou a algumas figuras do Governo provincial, entre eles o director do gabinete do governador, Cândido Camuti, ao secretário do governo, João Sérgio Raúl, e à secretária pessoal de Faustino Muteka.

Embora para a posteridade televisiva, tivessem escolhido uma centena de jovens para fazerem a entrega das chaves de outras tantas residências; que possui o já auto denominado "condomínio" do Lossambo, a verdade é que as chaves foram recolhidas, à posteriori, das mãos dos jovens, para serem futuramente agraciadas a outras pessoas que não faziam parte das contas. Os mais de 90 jovens inscritos inicialmente no projecto foram encaminhados para um outro projecto habitacional em curso na província, denominado "Kora Angola", da responsabilidade de um consórcio chamado Horizonte, que tem as impressões digitais de José

Paulino dos Santos, conhecidos nas lides artísticas por Coreon Dú.

6.38 Mais famílias transferidas para o Zango

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2013

Famílias que viviam junto à vala de drenagem no bairro Neves Bendinha foram transferidas, no último fim-de-semana, para o Zango, município de Viana, no âmbito do processo de requalificação da aquela zona do distrito urbano do Kilamba Kiáxi.

António Xavier, funcionário da Unidade Técnica do Kilamba Kiáxi, informou que na sequência da transferência de mais 36 famílias, o número das que viviam ao longo da vala de drenagem que passa pelos bairros Neves Bendinha, Havemos de Voltar e Palanca e já realojadas no Zango subiu para mais de cem.

O funcionário da Unidade Técnica do Kilamba Kiáxi disse que o processo de realojamento é feito por etapas, pelo facto da transferência de famílias para o Zango estar condicionada à existência de moradias prontas a habitar. Amélia Bernardo, uma das beneficiárias, disse à Angop que as famílias reconhecem que no bairro Zango estão

melhor instaladas. Amélia Bernardo diz que viver no Zango é uma oportunidade para mudar de vida, já que o ar que se respirava no Neves Bendinha não era saudável, devido ao lixo da vala, além do perigo que representa quando transborda na época de chuva. "No tempo de chuva vivíamos sob pressão, a vala transbordava e as águas entravam para as nossas casas", disse:

Daniel António, que viveu no Neves Bendinha durante cinco anos. Desde o início do processo de transferência de famílias que viviam junto à vala de drenagem do Kilamba Kiáxi, em 2011, estima-se que até hoje tenham sido realojadas no Zango cerca de duas mil famílias. O Zango foi construído no início do ano 2000 para albergar inicialmente os moradores que viviam na encosta da Boavista, devido ao facto de viverem numa área de risco iminente -, O bairro cresceu de forma exponencial com o realojamento de centenas de famílias provenientes de outras áreas.

7. TERRA

7.1 Demolição de casas sufoca moradores

Semanário Agora
04 De Outubro de 2013

O administrador alega que o terreno foi ocupado ilegalmente por indivíduos provenientes dos bairros vizinhos, e que a área ocupada é pertença da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA), justificando que a construção de casas por parte da população naquele espaço está a impedir a expansão e reconstrução do aeroporto.

Grande parte das demolições está a ser feita na ausência dos proprietários das casas, sem aviso antecipado nem a observância dos métodos internacionais que regulam os desalojamentos ou demolições forçadas, como dar melhores condições ou novos espaços antes de proceder às demolições. Ao que apurou o Agora, pelo menos até terça-feira, 1 de Outubro, homens e máquinas demoliram cerca de 10 casas no bairro. As vítimas destas demolições afirmam que foram também agredidas física e moralmente por parte de alguns fiscais da administração municipal.

Os moradores do Bairro contrariam os depoimentos do administrador, dizendo que não faz sentido que o bairro ora ocupado por eles seja propriedade da ENANA.

No entanto, os proprietários das casas que já foram demolidas não apresentaram qualquer documento às autoridades municipais comprovando que de facto são eles os donos dos terrenos. Mas, categoricamente, afirmaram que face à conjuntura política que o país vivia, foram orientados, em 1978, pelo antigo governador de Benguela, Kundi Payama, a ocuparem os terrenos para a prática da agricultura. Transcorridos 35 anos, os poucos que trabalhavam como agricultores no espaço cedido por Kundi Payama nunca conseguiram legalizá-lo, e transformaram os campos de cultivo em zonas residenciais nos últimos cinco anos.

Um perigo à espreita

O administrador Leopoldo Mohongo avançou que a construção de casas junto ao Aeroporto 17 de setembro representa um perigo para a própria população, por se encontrar próxima à pista de descolagem de aviões. De acordo com o responsável, todas as casas situadas no bairro serão demolidas para

dar lugar ao projecto de expansão do mesmo aeroporto.

Por sua vez, os moradores afirmam que por detrás das demolições existem interesses económicos ocultos e acusam o administrador de estar a facilitar a vida a um grupo de cidadãos expatriados, maioritariamente de origem asiática, que pretende investir no espaço em causa.

"Eles dizem que o terreno pertence à ENANA, mas temos visto cidadãos vietnamitas a fotografar a área e a filmar as nossas casas. Isso dá-nos a entender que querem-nos tirar daqui e instalar estrangeiros", desabafou um cidadão que vive no bairro há três meses.

Para além de o bairro ter sido construído no terreno da ENANA 15 e representar perigo para os moradores, como fez crer o próprio edil de Benguela, um dado a reter e que chama a atenção é o facto de a poucos metros do limite da parte de trás do aeroporto, vedada com arames, estar a nascer um novo bairro, denominado 'CRM'. Aqui estão a ser construídas casas económicas, o que, no entender daqueles moradores, também representa um perigo. Em face disso, questionam o porquê de não estarem a ser demolidas. Quem anda a vender terreno? Essa é exactamente uma questão a que os responsáveis da administração municipal de Benguela dificilmente conseguem responder. O certo é que a problemática da venda ilegal de terrenos, bem como a sua ocupação, tem sido protagonizada por fiscais da administração, autoridades tradicionais, e coordenadores de bairros.

O Agora foi mais longe ao apurar, junto de fontes bem informadas, que os fiscais e coordenadores de zonas têm sido os principais negociadores de terrenos ilegais. A estes juntam-se autoridades tradicionais. "Primeiro eles proibem a população a não ocupar esta ou aquela reserva fundiária do Estado. Quando a população do bairro esquecer, vendem o terreno a outras pessoas. Na verdade, não são estes homens que vendem os terrenos, eles mandam outras pessoas vendê-los, porque têm medo de ser denunciados pela população", acusou uma fonte que vive no bairro Viva Paz.

7.2 Demolições Avançam Em Benguela

Semanário Manchete
04 De Outubro de 2013

Depois de ter feito uma campanha, com êxito, de demolições de residências na província da Huíla,

onde foi governador, Isaac dos Anjos tem agora outra empreitada do género, em Benguela onde assume as rédeas da província, em substituição de Armando da Cruz Neto. No último sábado, por exemplo, a administração municipal de Benguela mandou uma equipa devidamente preparada para a demolição de duas residências, situadas nas proximidades das pistas do Ex autódromo.

Segundo os moradores, os terrenos foram entregues aos seus beneficiários em 1979, pelo então governador de Benguela, Julião Mateus Paulo "Dino Matross", para serem utilizados como lavras e dadas as dificuldades da vida, tornaram-se em área residencial.

"Começaram a prender pessoas por construírem aqui, esta terra é nossa, na reunião com o administrador municipal ficou acordado, que poderia dar outro sítio para construirmos", disse a moradora Neusa Conga.

No entanto, o administrador municipal de Benguela Leohopoldo Muhongo proibiu a construção de moradias naquele perímetro, tendo tranquilizado os populares que tudo está a ser feito para o realojamento. Quanto as especulações segundo os quais, fiscais da sua administração estão a vender terrenos naquele local por mais de 120.000.00 (cento e vinte mil kwanzas), o administrador aconselhou que "as denúncias de corrupção por supostos fiscais devem ser encaminhadas aos órgãos policiais e não a mim". Realçar que, recentemente, o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, prometeu o realojamento dos populares residentes em zonas de risco, devido o chuvas que se avizinham.

7.3 Projecto habitacional desequilibra ambiente

Jornal O País

04 De Outubro de 2013

Parque Residencial Luanda Leste" é a denominação de um novo projecto habitacional que está a ser erguido a escassos metros da bifurcação da via que liga a comuna Mazozo, município de Icolo e Bengo, na província de Luanda.

. Localizado a pouco menos de 10 quilómetros da comuna de Catete, o novo empreendimento é facilmente identificável pelos outdoors espalhados ao longo de toda a extensão do terreno semi-plano, à esquerda no sentido ascendente.

"Ontem derrubamos mais um embondeiro, revelou o acompanhante da reportagem de "OPAIS", quando

respondia sobre qual será a sorte da exuberante floresta circundante.

Das explicações deste funcionário ficou subjacente a ideia de que todo o matagal à volta do empreendimento será arrasado e serão plantadas espécies de algum modo estranhas ao relevo e flora locais, podendo provocar a fragilidade dos solos até aqui sustentados por irnbondeiros que, de resto, comportam a flora natural da zona.

"Aqui, no sector três, 557 lotes residenciais urbanizados já estão vendidos e entregues aos seus proprietários e, no sector quatro, 80 por cento dos lotes também já o foram. A procura é muito grande neste momento", garantiu o cicerone que proporcionou a este jornal uma visita de cerca de meia hora pelo interior do projecto.

Estudo de impacto ambiental apenas nas intenções

Contactada a Afrincorp, Camila Oliveira, que responde pela parte administrativa e financeira, denotou algum desconhecimento em relação à existência de algum informe técnico previamente elaborado que visa avaliar as consequências para o ambiente resultantes do projecto Luanda Leste e remeteu para o engenheiro da obra qualquer esclarecimento sobre o assunto.

"Este assunto está a ser visto pelo nosso engenheiro e na próxima semana poderemos dar alguma resposta ao vosso jornal", enfatizou a administradora Camila.

No que tange às inquietações manifestadas pelos naturais do Icolo e Bengo a responsável da Afrincorp esclareceu que as parcelas foram negociadas com os camponeses, seus donos, tendo os mesmos sido devidamente indemnizados financeiramente pela empresa. "Esta tudo sob o controlo", garantiu a fonte.

Entretanto, uma fonte junto do Ministério do Ambiente disse também que não havia qualquer expediente ido da empresa Afrincorp, tendo admitido que a possibilidade de um tal estudo de impacte ambiental só pode ter sido feita por uma entidade privada.

Catetenses não gostam

Para o general Manuel Paulo Mendes de Carvalho "Pakas", filho de pai originário de Catete, o projecto em curso constitui "um atentado à cultura, à história e aos aspectos antropológicos do povo mártir da região".

Ele disse' estar igualmente preocupado com o desequilíbrio do ecossistema terrestre por causa do

desmatamento latente da região e consequente extinção das espécies que constituem a fauna local.

Conhecido pelas críticas directas e abertas que faz, amiúde, contra o Governo liderado pelo seu próprio partido, o MPLA, o general na reserva manifestou dúvidas quanto à existência de um plano de estudo de impacte ambiental na elaboração do aludido projecto habitacional.

Ele exteriorizou a sua convicção segundo a qual o povo de Catete tem sido marginalizado pelos sucessivos governos dirigidos pelo MPLA e denunciou a existência de planos que visam implantar na região "projectos altamente sofisticados que até contrariam os aspectos culturais, antropológicos das populações".

"Pela grande quantidade de inimigos que tem, o povo de Catete há -de pagar uma factura muita cara", declarou o general "Paka".

Residente na vila de Catete, Manuel Mendes de Carvalho, disse que a população local "não foi tida nem achada" quando os mentores do projecto "Luanda Leste" foram apresentados, na altura, ao governo provincial do Bengo.

Do mesmo modo, ele lembrou que na altura da apresentação da nova divisão administrativa de Luanda, a sociedade civil local não tinha sido, inicialmente, convidada a dar a sua contribuição.

"Vieram para aqui como se estivessem a fazer um exercício de geometria e de geografia sem respeitar este povo que desde o tempo colonial está sem protagonismo", acusou a fonte.

O filho do nacionalista Mendes de Carvalho revelou que o espaço que foi eleito para se erguer a nova centralidade de Luanda, pertenceu a famílias autóctones das povoações de Canzongi e Camuzundo e outras que, embora tivessem emigrado por causa da guerra colonial, deviam ser ouvidos. "Pakas" defende uma política habitacional capaz de General Manuel Mendes de Carvalho estimular o retorno às origens de muitas destas populações ou seus descendentes ao invés de mandá-los para o Zango.

"Está-se a fazer requalificações do Cazenga ou Rangel onde grande parte dos residentes é originário de Icolo e Bengo. Não seria sensato virem fazer renascer estas povoações e fazer retornar esta gente?", questionou.

O general na reserva manifestou-se também contra tentativas de construção de fábricas de cimento na região sem o respectivo estudo de impacte ambiental.

"Dentro de cinco a dez anos esta população pode começar a morrer de câncer por causa do amianto", admitiu.

Contacto por O PAÍS, o presidente da Associação dos Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas de Angola, João Gago Nacácio Gomes, disse desconhecer que tivesse sido feito algum estudo de impacto ambiental no projecto Luanda Leste, embora tivesse ressaltado que não gostaria de se pronunciar sobre o mesmo.

"Trata-se de um projecto particular sobre o qual não gostaria de me pronunciar por imperativos de ordem profissional e deontológica", justificou o arquitecto angolano.

O homem forte dos empreiteiros angolanos diz, ainda assim, que o projecto está coberto de um estudo de impacto ambiental, embora tivesse a aprovação das autoridades de direito que têm como obrigação a exigência desse estudo.

"Acredito que os mentores do projecto devem se ter acautelado deste aspecto e se não o fizeram é um procedimento que nós condenamos", disse o general na reserva Nacácio Gomes Gago.

Para o também vice-presidente da Confederação da Construção e do Imobiliário da CPLP, fazer projectos de construção sem o respectivo estudo de impacto ambiental é reprovável Gago acrescentou que as distâncias entre as habitações e as linhas de alta tensão, que passam sobre o projecto, é outro pressuposto que devia ser observado para poder acautelar as consequências resultantes do electromagnetismo sobre a saúde pública.

"Para nós, em termos de valência da municipalidade o projecto é bom desde que sejam respeitados esta preocupação que apresento, rematou o arquitecto Gago, falando, também ele, na pele de natural de Icolo e Bengo.

Quanto custa um lote no Leste. Cada lote de 600m² (20/30"), custa 15 mil dólares e é adquirido já com o sistema de saneamento básico construído. Pode ser pago também em prestações mensais de USD 330 dólares americanos com um capital inicial de USD 8 mil 900.

O projecto comporta uma área residencial de 26.800 m² de um total de 960 hectares (o equivalente a 960 campos de futebol), uma área comercial, escolas um supermercado da rede "KERO" e bombas de gasolina.

No terreno, já legalizado, serão construídas habitações do tipo T3 que podem ter até um piso.

Geograficamente a nova centralidade fica a 15 quilómetros do novo Aeroporto Internacional de Luanda e será servida pela linha férrea do Caminho de Ferro de Luanda.

A construção de uma estação de comboio está, com efeito, prevista no esboço inicial.

O projecto surge pela mão da empresa de direito angolano "Afrincono Empreendimentos e Construções Lda.", como dona e construtora da obra, e foi planeado para ser concluído em dez anos.

Possui um título de direito de superfície sobre o terreno rural, a aprovação do Plano de Massas e licença de loteamento foram passados pelo governo provincial do Bengo sob o processo número 22-BO/II.

7.4 S.O.S Habitat marcha em Luanda a favor de uma habitação condigna

Semanário Continente

04 De Setembro de 2013

Participam na marcha, camponeses, comunidades vítimas das demolições, responsáveis das administrações, autoridades tradicionais bem como organizações e individualidades que abraçam a causa. Numa nota enviada ao Governo Provincial de Luanda (GPL) e ao Comando Provincial da Polícia Nacional, que o Continente teve acesso, dando a conhecer o facto, a S.O.S Habitat, comunica que, a marcha é pacífica e que a mesma começa defronte ao supermercado "Jumbo", e culmina no "Largo da Independência", sob lema: "Por um habitat harmonioso, queremos desenvolvimento assente no respeito aos direitos dos cidadãos". Contactado por este jornal, o coordenador-adjunto da S.O.S Habitat, Rafael Morais, frisou ser necessário que "se construa uma sociedade inclusiva, sem qualquer tipo de discriminação, onde ricos e pobres possam ter uma coabitação pacífica". O responsável da agremiação não-governamental que muito se debate na integração habitacional para o bem das populações, disse igualmente que "todos os anos, seguindo uma tradição que data desde 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU), comemora o dia mundial do Habitat, na primeira segunda-feira do mês de Outubro, com o propósito de reflectir o estado sobre os assentamentos humanos e o direito fundamental a uma moradia adequada para todos", sublinhou Rafael Morais, para quem "essa ocasião serve também para chamar atenção ao mundo sobre a sua responsabilidade colectiva para decidir o futuro do habitat". Rafael Morais fez saber que nos discursos a

serem proferidos, este sábado, 5 de Outubro, no "Largo 10 de Maio", pelos responsáveis da sua associação perante às autoridades do Executivo, "vai ser apresentado o quadro real sobre a habitação no país", uma situação que na óptica da S.O.S Habitat "ainda é muito preocupante, atendendo o número de famílias que até ao momento, vivem em condições desumanas sem qualquer horizonte do seu realojamento". "Que futuro é que teremos?", Questiona o activista cívico ao olhar pela forma como são despejadas às populações indefesas, em Luanda, e um pouco por todo o país, "sem o mínimo de pudor" por parte do Executivo, que segundo a S.O.S Habitat, "têm sido medidas com a finalidade de se combater os pobres", facto que no seu entender "permite o aumento dos níveis de I pobreza, onde a diferença entre ricos e pobres é cada vez mais abismal".

A S.O.S Habitat, entende que, "quando as demolições são mal planificadas, não preparando antes da sua execução, um lugar condigno para os desalojados e os camponeses são retirados de forma coerciva das suas áreas de cultivo, é claro que as pessoas perdem o emprego e aumenta o sofrimento das famílias, que muitas delas, encontram no campo, a única forma para sobreviver", afirmou Rafael Morais, argumentando que, as recomendações da marcha vão ser entregues ao Governo Provincial de Luanda, para uma melhor apreciação com vista a se encontrar uma solução urgente às populações sinistradas pelo martelo demolidor, em Luanda. À margem da entrevista ao Jornal Continente, o coordenador-adjunto da referida agremiação, revelou que, a S.O.S Habitat, foi recebida recentemente pela Directora do Instituto Nacional da Criança, Ruth Mixinge, um encontro na qual, foi abordada a questão relacionada com às crianças vítimas das demolições. Segundo Rafael Morais, às crianças cujos pais foram destruídas as residências, muitas delas "viram os seus direitos violados, ao não se garantir no local de reassentamento escolas, hospitais e outros serviços básicos para o bem-estar dos petizes.

"Há crianças que perdem o ano lectivo, pois são forçadas a sair com os pais no local das demolições onde em princípio estudavam; e como se não bastasse, onde são transferi das não tem havido condições para darem continuidades dos seus estudos", rematou, acrescentando que "ficou combinado para que, a directora Ruth Mixinge, visite duas comunidades, em Luanda, com vista a vivenciar a realidade por que passam centenas de crianças, cujos pais foram desalojados sem garantias de habitabilidade", concluiu Rafael Morais. Recordar-se que o Dia Mundial de Habitat é celebrado anualmente na primeira segunda-feira, do mês de

Outubro, em todo o mundo. Foi escolhido oficialmente pela ONU e celebrado pela primeira vez, em 1986. O objectivo da institucionalização do dia, de acordo com as Nações Unidas, é permitir a reflexão sobre o estado das cidades e do direito humano à moradia adequada, assim como lembrar ao mundo de sua responsabilidade colectiva sobre o habitat nas gerações futuras.

7.5 Demolições esmagam filhos de paiyama

Jornal A Capital

05 De Outubro de 2013

A admitir, em entrevista exclusiva ao SA, que poderia haver demolições no decurso do seu mandato, o governador Isaac Francisco Maria dos Anjos terá dado o tiro de largada para o que se verifica nas imediações do antigo autódromo de Benguela, onde a Administração Municipal demoliu já dez casas, conforme indicam números fornecidos por populares que fazem contas à vida, temendo que os tractores voltem a entrar em cena nos próximos dias.

Se os fiscais regressarem ao local para mais uma vaga de destruições, cento e oitenta e duas famílias vão ficar sem moradias, passando a experimentar o mesmo calvário de quem foi afectado no passado sábado. No local, o conhecido bairro dos «Navegantes», adstrito à ZONA B, o semanário A Capital captou o clamor de famílias que tiveram de desmatar o espaço que aloja suas casas, anteriormente cheio de pinheiros e capim. «Tivemos de fazer a limpeza dos terrenos», informou o jovem Xavier Suke filho de um dos vários «anciões» que receberam das mãos do general Kundy Paiyama, então comissário de Benguela, as parcelas de terra em causa, na altura para fins agrícolas. Enquanto Catarina jamba e Rosa Kaluca levavam as mãos à cabeça, como quem preferia não acreditar, Suke explicava que as demolições ocorridas dias antes ultrapassaram os limites do insuportável.

O jovem falou de cidadãos «humilhados» por funcionários da Administração Municipal, sob olhar atento de chineses que se encontravam a filmar tudo e todos. «Nunca tínhamos visto coisa igual. Os tractores derrubavam, ao passo que as senhoras, com crianças, tinham de correr, fugir daqueles actos», resumiu.

Confrontado com as justificações das autoridades, indicou que os senhores Gaby e Manuel, funcionários da AMB, disseram que a ENANA aponta a área como sendo de risco, uma vez que se situa não muito distante do Aeroporto 17 de Setembro. Esta

justificação, na óptica dos moradores, parece não ser convincente, dada a existência de «casas de luxo» em áreas bem mais chegadas ao Aeroporto. Daí que, até porque haviam cidadãos chineses a filmar as demolições, os nossos interlocutores estejam a suspeitar que haja algum negócio privado com a cobertura do interesse público.

Um outro aspecto a reter, testemunhado pela reportagem do A Capital, é que existe também nas proximidades do ex-autódromo um espaço com um condomínio, em construção desde 2009, e uma outra área a ser urbanizada. «Não sabemos o que será construído nesta área em urbanização por estes tractores que vemos. Eles vêm até às noites», afirmou Xavier Suke, pouco antes de ter lembrado que as famílias foram notificadas pela Administração Municipal há três meses, quando, recordamos, Isaac dos Anjos havia já admitido a hipótese de demolições em Benguela.

Entre a negociata e o finca-pé

Faustina Nanguete é o rosto mais visível de uma generalizada desilusão. Se é verdade que os seus vizinhos esperam que as demolições fiquem por aqui, mesmo cientes de que se trata de um processo irreversível, depois do alerta que sacudiu os «Navegantes», Faustina Nanguete faz outras contas. São as contas dos gastos na casa que acaba de ser esmagada.

Sem ter tocado em números, lembrou que teve de adquirir 300 blocos, que exigiram custos adicionais para a transportação, cimento, areia e água. Perante este cenário, não sabe se vale a pena avançar para a área proposta pela Administração Municipal para o realojamento das famílias. Falamos do R4, entre Benguela e Baía Farta, ainda sem condições. Há quem pretenda negociar, como é o caso de Xavier, mas existem outros moradores, sobretudo senhoras, dispostas a permanecer no terreno. «O R4 não tem condições, por isso é que não saímos daqui sem negociar», refere o jovem, que ouviu a cidadã Catarina jamba, apoiada por Rosa Kaluca, dizer que «ninguém abandona o local, ainda que esta renitência custe algumas vidas».

Rosa aponta para a sua «pequena» casa, onde vive com sete filhos, e reafirma que não a abandona nem mesmo com ameaças de morte. Unânimes, ressaltaram que o Governo deve olhar para o povo não apenas em momentos eleitorais. «Como cidadãos angolanos, exigimos respeito pelos nossos direitos», solicitaram as fontes.

Água na fervura

Desprovido de dados numéricos sobre o sucedido nas imediações do ex-autódromo, pelo que não pôde confirmar nem desmentir a demolição de dez casas ou mesmo os relatos de intimidação, o administrador municipal de Benguela começou por reconhecer que se trata de uma situação aflitiva também para as autoridades.

Leopoldo Muhongo acrescentou que a ocupação de solos no antigo autódromo, um reflexo da pressão sobre várias áreas do município, teve início num passado marcado por alguns erros. «Nem tudo foi bem feito», admitiu, certo de que os condicionalismos existentes, já identificados pela ENANA, determinam a paralisação de todo o tipo de construção.

A prova disto é que o condomínio que lá se encontra foi projectado para uma área de 100 hectares, mas os condicionalismos fizeram baixar para cinco. «É para vermos que estamos a tentar corrigir o que não foi bem feito no passado», justificou o administrador, para mais adiante reforçar que a «reposição da normalidade» vai implicar medidas para as zonas de risco. «Devo esclarecer que a agricultura e a pecuária não colidem com a actividade aeronáutica», tranquilizou.

De acordo com Leopoldo Muhongo, as advertências de há 3 ou 4 meses mostram que as autoridades, seguindo regras administrativas, agem inicialmente de forma pedagógica, deixando á coerção para etapas subsequentes.

Sublinhou, todavia, que a preparação da transferência destas famílias está a ser feita de forma emergencial (loteamento de parcelas de terra), esperando-se que as redes técnicas para a água e luz surjam nos próximos tempos. Na ponta final do contraditório, Leopoldo Muhongo esclareceu que a Empresa de Navegação Aérea terá uma palavra a dizer na hora da definição do futuro da área que não serve para a construção de casas. «Poderemos, quem sabe, erguer campos comunitários para a prática de futebol ou outras infra-estruturas para lazer. São possibilidades, veremos mais tarde, mas o dado adquirido é que nada deve colidir com a actividade aeronáutica», finalizou.

7.6 «É um bairro ilegal e construído numa zona de risco do aeroporto»

Semanário Angolense

05 De Outubro de 2013

O administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, justificou o acto com o facto de, alegadamente, o referido bairro ter sido edificado num espaço pertencente à ENANA e que tem dificultado o alargamento do Aeroporto 17 de Setembro. Mas, segundo o governante, não é apenas isso que estará na base da demolição do referido bairro, para que posteriormente seja transferido para outra área.

«Não podemos consentir que sejam construídas moradias de forma ilegal, sobretudo em zonas de risco, como é o caso desta comunidade, que se encontra próxima ao perímetro do piso e decolagem do Aeroporto», disse o administrador municipal.

Porém, Leopoldo Muhongo recusou-se a afirmar que estão a ser demolidas habitações. «Nós não estamos a falar de pessoas que exactamente ali habitam e sim de pessoas que definiram algumas formas de ocupação. Portanto, eles entendem que, se o vizinho colocou um quartinho naquela região, se eu não me apressar, provavelmente, no dia em que isto estiver definido, virá outra pessoa para ficar ali. E é esta tentativa que as pessoas procuram fazer, não por desconhecimento, mas com o intuito de virem a ser beneficiados duma ou outra forma», argumentou Leopoldo Muhongo.

Questionado sobre o destino de outros bairros que se encontram muito mais próximos ao perímetro do aeroporto, como é o caso do bairro junto ao Centro de Recrutamento Militar (CRM), o governante não descartou a possibilidade de, no futuro, os referidos bairros virem a ser evacuados .

7.7 «Praga» de Demolições de volta a Benguela

Semanário Angolense

05 De Outubro de 2013

Apesar dos preceitos legais recomendarem «a criação de condições justas e condignas antes de se proceder a demolições», as autoridades parecem desinteressadas em respeitar esse preceito legal, colocando constantemente em conflito dois «Altos Valores» indispensáveis à vida humana e para o progresso do país: a necessidade de desenvolvimento e o respeito pelos Direitos Humanos. As demolições

que se abateram, na última semana, sobre o município de Benguela são o reflexo do longo caminho que Angola ainda terá de percorrer para que os valores acima citados possam caminhar de «mãos dadas».

Nelson Sul d 'Angola

A Administração Municipal de Benguela tem vindo a demolir, desde sábado passado, 29, algumas habitações de uma comunidade adjacente ao Aeroporto 17 de Setembro. Trata-se da «Comunidade do Autódromo», arredores do Bairro dos Navegantes, cujos terrenos teriam sido cedidos para a exploração de cultivo. em 1978, pelo ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, general Kundi Paihama, na altura comissário provincial de Benguela.

São demolições. de acordo com os populares que geralmente acontecem na ausência destes. sem aviso prévio nem observância dos preceitos legais nacionais e internacionais, «como a de criar condições condignas antes de se proceder a demolições .

Se. por um lado. a administração municipal atribui a titularidade do espaço à Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA). por outro. a julgar pelos depoimento do. moradores, há indicações de negócios ilícitos por detrás da medida.

A acusação reside no facto de as demolições ocorrerem normalmente aos fins-de-semana, sendo que, alguns responsáveis de departamentos daquela edilidade de Benguela são citados como estando a proceder à demarcação de terrenos na calada da noite, com fins ainda desconhecidos.

Dados recolhidos por este jornal dão conta que o elenco do administrador Leopoldo Muhongo já teria deixado sem abrigo pouco mais de 10 famílias. Há ainda informações de agressões físicas e verbais atribuídas a dois funcionários da administração municipal, identificados apenas como Gaby e Manuel, e que teriam ocorrido na presença de agentes da Polícia Nacional.

Tratados como cães

«Ameaçam as pessoas com cadeia. Imagina que me queriam pegar como se fosse um saco. Eu sou angolano, imagine o estrangeiro que é chinês tem direito e eu, como angolano, não posso ter o meu pequeno terreno para erguer a minha casa», denuncia Xavier Tchuke.

Depois das suas casas terem sido deitadas abaixo, a situação começa a ganhar contornos alarmantes para a população do Bairro do Autódromo. Neste

momento, segundo alguns entrevistados, há moradores que se refugiaram em casas de vizinhos e de familiares mais próximos.

Entre os populares, houve quem apontasse o dedo acusador ao MPLA, partido que sustenta o governo, de estar a dirigir o país em desfavor dos mais necessitados e em benefício dos «endinheirados».

«Quando é tempo das eleições, as pessoas são importantes, quando não há eleições, as pessoas não prestam. Tenho sete filhos, se eles partirem a minha casa, onde é que vamos morar? Podem matar-me aqui, porque eu também mereço ter a minha casa, sou angolana», declarou uma das moradoras do Bairro do Autódromo.

Acrescentou que os homens de fora, como têm dinheiro, dois dias conseguem terrenos, «a nós, como somos pobres, tratam-nos como se fôssemos cães», concluiu.

Coincidência ou não, a acção da Administração Municipal de Benguela ocorre numa altura em que o mundo celebra o Dia Mundial da Habitação, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

7.8 Associação «Ana Ndengue» procede à vontade à venda ilegal de terrenos na zona do Benfica

Semanário Angolense

05 De Outubro de 2013

Armindo da Conceição David, presidente da «Ana Ndengue», uma associação que se diz defensora dos direitos dos camponeses, é acusado de se ter apropriado de mais de um (1) milhão de dólares norte-americanos com a venda ilegal de terrenos na comuna do Benfica, município da Samba.

Documentos em posse do Semanário Angolense atestam que este responsável associativo procedeu em Maio de 2010 à venda, por 900 (novecentos mil dólares norte-americanos), de uma vasta parcela de terra, numa extensão de vinte e sete (27) hectares, à empresa Readí Angola, Lda.

O acordo foi, curiosamente, assinado por Paulo Henrique de Freitas Marinho, um expatriado brasileiro com fortes ligações ao abortado projecto imobiliário «Bem Morar». Recorde-se que Paulo Marinho, à semelhança de outros compatriotas seus, se encontra prófugo da justiça angolana, depois de ter sido acusado de ter praticado uma série crimes de

burla qualificada, que lesaram centenas de angolanos em largos milhares de dólares.

No acordo em causa, a «Ana Ndengue» não se arroga apenas como «dona e legítima proprietária» do espaço, como também considera-se investida de poderes para ceder os seus direitos a terceiros.

«O preço ajustado para a cessão que ora se contrata é de Usd 900.000,00 (novecentos mil dólares), a serem pagos da seguinte forma: no acto da assinatura, o cessionário paga ao cedente a quantia de Usd 200.000,00 (duzentos mil dólares norte-americanos; o valor remanescente será pago por transferência bancária, em conta a indicar pelo cedente, em cinco prestações de igual valor, correspondente a Usd 140.000,00 (cento e quarenta mil dólares), lê-se no documento.

Ao abrigo do referido contrato, a «Ana Ndengue» deu garantias a outra parte que, após os pagamentos, não haveria a «intromissão dos seus associados ou camponeses nos trabalhos efectuados pelo cessionário, nas áreas em que este é legítimo possuidor e proprietário».

Num outro documento datado de 23 de Abril de 2010, a «Ana Ndengue» procede igualmente à venda de um espaço à Galson-Sociedade Comercial Agro-industrial, Lda, por 70.000,00 (setenta mil dólares).

No documento denominado «Recibo de pagamento ao presidente da Associação dos Camponeses Ana Ndengue», Armindo da Conceição David que, no acordo, é representado por Enoque Amaral Mesquita, declara ter recebido dessa empresa a referida quantia, com o objectivo, segundo ele, de indemnizar «os camponeses, antigos ocupantes de terra, (...) sito no Benfica, Lar do Patriota».

Deixando transparecer uma certa honestidade, ele compromete-se a distribuir o dinheiro recebido «de acordo com os critérios e acordos internos da Ana Ndengue», sem, no entanto, especificar quais «critérios e acordos».

À semelhança do acordo firmado com a Readi-Angola, a associação de camponeses compromete-se a não permitir nenhuma interferência na área supracitada, assim como não deixar que ocorra alguma «invasão ou confusão».

Camponeses usados

Uma fonte conhecedora dos meandros dos negócios confidenciou ao *Semanário Angolense* que os valores resultantes da venda de terreno, longe de satisfazer os interesses dos associados, terão revertido a favor de responsáveis da «Ana Ndengue».

«Duvido que a maioria deles tenha visto a cor do dinheiro. Creio que apenas alguns camponeses receberam uma «ninharia», mas o grosso da "massa" ficou com eles».

A fonte, que pediu para não ser identificada, por razões óbvias, acusa a «Ana Ndengue» que, curiosamente, não dispõe de uma sede, de estar a usar os camponeses para «satisfazer interesses de determinadas pessoas da sua direcção».

Um jurista contactado a propósito considerou que a Associação dos Camponeses não «pode, em circunstância nenhuma, arrogar-se o direito de ser proprietária dos terrenos, nem tem legitimidade para vendê-los».

«A associação funciona como uma espécie de advocacia, que foi criada para defender os interesses dos camponeses, mas isso não lhe dá o direito de vender os terrenos de forma 'arbitrária», acentuou o causídico, para quem «os negócios efectuados serão, à luz da lei nulos».

As tentativas de ouvir a versão do presidente da «Ana Ndengue» não foram bem-sucedidas, já que a Associação de Camponeses não possui sequer uma sede.

7.9 Novas invasões no «Lar do Patriota»

Semanário Angolense
05 De Outubro de 2013

Entretanto, informações de última hora dão conta que os responsáveis da «Ana Ndengue» estarão a instigar à invasão de vastos terrenos pertencentes à Cooperativa Habitacional do Lar do Patriota.

Correm informações que eles estarão a usar nessa nova investida elementos que se fazem passar por camponeses, sobretudo mulheres, que alegam ser antigos proprietários dos espaços, alegadamente na qualidade de «herdeiros» das lavras.

Um funcionário da Cooperativa habitacional contactado a propósito considerou que tais invasões tinham como objectivo a colheita de dividendos financeiros por parte dos responsáveis da «Ana Ndengue». «Já denunciámos o facto à Polícia, mas ela tarda a reagir», denunciou.

Segundo a mesma fonte, os direitos de superfície do espaço foram concedidos ao Lar do Patriota, que procedeu ao seu registo predial.

7.10 Venda ilegal de terrenos

Jornal de Angola
06 De Outubro de 2013

Pessoas não identificadas tem vendido terrenos na Fazenda Teka Kuna, no bairro Vitrona, e na Urbanização da Harmonia do Lar Patriota, alertou em comunicado a Administração Comunal do Benfica, pertencente ao município de Bela.

O documento refere que a Administração Comunal afirma está na posse de uma exposição da Fazenda Agro-pecuária TeTeku Kuna e outra da Urbanização Harmonia do Lar Patriota que denunciam da venda de terrenos naquelas zonas feitas por estranhos

As pessoas que tenham comprado terrenos na Fazenda TekuKuna e na Urbanização Harmonia Lar do Patriota, sublinha o documento, devem dirigir-se à Administração Comunal. A venda de terrenos em Luanda fora dos circuitos oficiais continua a ser feita há vários anos, principalmente nos municípios de Belas, 'Cacuaco, Icolo e Bengo, Quissama e Viana.

O Governo Provincial de Luanda adoptou recentemente um conjunto de medidas destinada a desencorajar a venda ilegal de terrenos.

7.11 Arrancou a estruturação das reservas fundiárias

Jornal de Angola
08 De Outubro de 2013

O ministro do Urbanismo e Habitação, José António Silva, lançou ontem, em Caxito, o Programa Nacional de Estruturação das Reservas Fundiárias do país, em acto que decorreu na comuna das Mabubas, município do Dande.

O acto decorreu numa das reservas com 300 hectares e que vai albergar, numa primeira fase, 7.593 casas unifamiliares e colectivas de dois e sei andares.

O ministro disse que o acto marca o arranque de um vasto processo de organização de todas as reservas fundiárias, para facilitar a execução do programa de auto construção dirigida.

A execução das infra-estruturas vai durar 18 meses. O ministro garantiu que cada cem hectares de reservas fundiárias do país vai custar 50 milhões de dólares em infra-estruturas. José Silva informou que o Executivo assume toda a componente das infra-estruturas e loteamentos. O sector privado faz a construção das casas.

"Este é um projecto aberto aos cidadãos nacionais, pois pretendemos relançar o programa de autoconstrução dirigida, que constitui em 70 por cento para o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação", concluiu.

Sem avançar preços, o ministro disse que os cidadãos vão poder adquirir lotes nas reservas fundiárias já com infra-estruturas. A partir de um projecto tipo concebido pelo sector público, cada um vai poder construir a sua casa de forma sustentada.

"Já solicitámos um estudo de mercado por regiões. O preço de um lote com infra-estruturas em Caxito não é igual ao do Luena ou Benguela. Estamos a elaborar os estudos para o custo do metro quadrado", afirmou.

O ministro disse que para a concretização das acções constantes nos programas, o Ministério lançou 15 concursos públicos, aberto a empresas qualificadas para a construção das habitações.

O governador provincial do Bengo disse que o programa começou com a desmatção e limpeza da área: "o senhor ministro informou-nos de que o concurso público para a construção do projecto foi ganho por uma empresa nacional. Fazemos votos de que ela esteja à altura para dar bons sorrisos à população do Bengo", disse João Miranda.

O governador lembrou que existem, na província, vários projectos em execução, como a construção da estação de captação, tratamento e distribuição de água das Mabubas e outro de tratamento das águas residuais e pluviais.

O lançamento do Programa Nacional de Estruturação das Reservas Fundiárias do país resulta de uma recomendação da reunião do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, com os governadores provinciais, realizada em Junho, em Luanda. Na reunião foi avaliado o programa de construção de 200 fogos por município, num total de 26 mil casas em 130 municípios. Destas, seis mil já estão prontas e 17 mil estão a ser construídas e podem estar concluídas e comercializadas ainda este ano.

Regiões metropolitanas

A visão territorial para 2025, que consta da agenda do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, prevê a organização de uma região metropolitana, designadamente em Luanda e vários arcos de cidades satélites.

O representante do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial disse, no Fórum sobre

os Municípios e Cidades, que consta também da agenda uma segunda plataforma de internacionalização no eixo Benguela-Lobito, aglomeração urbana dinâmica no centro geográfico do país (Huambo-Cuíto) e três eixos urbanos e industriais em consolidação, Luanda-Malanje, Amboim-Benguela e Benguela-Huambo-Cuíto.

Nzinga Mpululu disse que está prevista a construção do polo industrial e comercial de Cabinda, polo petroquímico e siderúrgico no Soyo, polo logístico em Menongue e pólo urbano, comercial e cultural no Luena. Estes objectivos têm como motores principais a rede urbana, cidades (qualidade e autonomia), sistemas de transportes, ocupação dos espaços rurais, concentração de investimentos não agrícolas e poderes descentralizados de forma gradual e consistente a nível administrativo.

7.12 «Ana Ndengue» descarta-se das ocupações de terrenos do «Lar do Patriota» no Benfica

Semanário Angolense
19 De Outubro de 2013

No que pode ser entendido como uma reacção às matérias publicadas pelo *Semanário Angolense* nas suas duas últimas edições, a Associação de Camponeses Ana Ndengue descarta-se das ocupações de terrenos afectos à sociedade Fundadores do Lar do Patriota (FLP), na comuna do Benfica, município de Belas.

Numa carta, que fez chegar' ao Governo Provincial de Luanda (GPL), às administrações municipal de Belas, comunal do Benfica, ao Comando Provincial da Polícia Nacional e de Divisão da Samba, assim como ao «Lar do Patriota», a «Ana Ndengue» diz que nada tem a ver com a recente ocupação e venda de terrenos que se tem registado naquela comuna.

Na missiva, que é assinada por Enoque Amaral Campos Mesquita, a Associação de Camponeses acusa uma até então desconhecida Organizações Bongolove de estarem por detrás das expropriações de terras naquela zona.

«Tomamos conhecimento que alguns cidadãos, nomeadamente Cláudio Bongolove e um outro mais conhecido por Santos, têm estado a efectuar o talhonamento e venda de terras em áreas que são pertença do Lar do Patriota», refere a carta, a que o *Semanário Angolense* teve acesso.

Contraditoriamente, a «Ana Ndengue» acusa os mesmos indivíduos de terem vendido espaços em

nome da Associação de Camponeses, tendo para o efeito usado uma cópia de um «título de concessão de terrenos» que teria sido passado a seu favor.

Entretanto, este jornal soube que a dita as «Organizações Bongolove» estará a usar pessoas deslocadas provenientes de algumas províncias para a ocupação de terras no Benfica, fazendo-as passar por camponeses.

Consta que a suposta instituição, que, à semelhança da «Ana Ndengue», não dispõe de uma sede ou endereço, já terá usado em tempos os mesmos artificios para ocupar e vender terrenos no Zango, mas que acabaria por ser escorraçada pelas autoridades policiais.

As tentativas de chegar à fala com a dita «organização» não foram bem-sucedidas, depois de algumas tentativas feitas junto da Administração do Benfica. «Nunca ouvimos falar nesta organização, nem soubemos se existe mesmo», mostrou-se perplexo um funcionário da administração local.

Recorde-se que na semana passada, a sociedade dos Fundadores do Lar do Patriota (FLP), que detém os direitos de superfície e o registo predial dos terrenos em causa, apresentou uma queixa-crime na DPIC contra a «Ana Ndengue»,

Na participação, a FLP acusa os responsáveis da Associação de Camponeses, nomeadamente Armindo da Conceição David e Enoque Amaral Campos Mesquita, de terem procedido à ocupação e venda ilegal dos seus terrenos.

Há duas semanas, este jornal revelou que o presidente da «Ana Ndengue» procedera em Maio de 2010 à venda de uma vasta parcela de terra (27 hectares), por novecentos (900) mil dólares norte-americanos à Readí Angola, Lda, uma empresa que fora usada pelo Projecto Habitacional Bem Morar na burla milionária que espetou aos angolanos.

Daí que a carta da «Ana Ndengue», uma organização que parece tão obscura quanto à sua congénere «Bongolove», esteja a ser encarada entre os responsáveis do «Lar do Patriota» como uma forma de «fugir com o rabo à seringa».

7.13 Casas em locais impróprios continuam a ser demolidas

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2013

O Governo Provincial de Luanda, através do Programa de Habitação Social, tem estado a demolir

as habitações construídas em locais impróprios, com o objectivo de pôr cobro às construções anárquicas e à venda ilegal de terrenos.

Em comunicado, refere que as demolições vão continuar para desencorajar as pessoas, singulares e colectivas, a ocuparem terrenos em locais não autorizados. A medida tem também a finalidade de impedir a realização de obras sem licença de construção.

O Governo Provincial reitera a disponibilidade para prestar todo o tipo de esclarecimentos sobre os actos administrativos de concessão de parcelas de terras e a autorização de licença de construção, no quadro da Constituição e da lei.

7.14 Expropriações indevidas violam direitos humanos

Semanário Novo Jornal
11 De Outubro de 2013

RAFAEL MORAIS, coordenador da associação SOS Habitat, declarou que o processo de expropriação de terras que tem sido efectuado pelo Governo Provincial de Luanda não obedece os padrões legais e viola inúmeros direitos fundamentais dos cidadãos.

"O Governo Provincial de Luanda é um dos promotores da violação das normas administrativas porque recebe as terras e entrega a terceiros sem negociar directamente com os proprietários", frisou Morais.

Segundo o coordenador, o GPL, durante as expropriações das terras, deveria proceder às justas indemnizações aos titulares dessas parcelas, e não deixar esta tarefa para outras entidades, como a SONIP.

"Não tem lógica a atitude do governo de Luanda em deixar as empresas privadas ou públicas agir no seu lugar", asseverou.

Muitas empresas encarregues da implantação das edificações nas reservas fundiárias, conforme fez saber Rafael Morais, não indemnizam os donos das terras, tal como aconteceu com os mais de 200 camponeses que tinham as lavras onde agora está a centralidade do Kilamba.

"Sabemos que os camponeses que tinham lavras onde se construiu o Kilamba já foram abordados pela SONIP, mas a indemnização está a demorar, tanto que algumas pessoas já morreram", esclareceu.

Para a SOS Habitat, a situação agrava-se por a SONIP já ter comercializado a maioria dos apartamentos no mesmo espaço. "Eles até já venderam as casas, mas não conseguem indemnizar os camponeses. Isto não se compreende", acrescentou.

O mesmo acontece com os anteriores detentores das parcelas de terras onde foi erguida a centralidade do Zango 1. São cerca de 56 famílias camponesas que até hoje continuam à espera da indemnização, em conformidade o que estabelece a Lei da Terra.

O GPL é a entidade legalmente responsável pelas expropriações, as quais são efectuadas ao abrigo da lei.

PROCESSOS EM TRIBUNAL

Visando obter resultados rápidos e satisfatórios, a SOS Habitat apresentou 15 queixas-crime ao Tribunal Provincial de Luanda, mas até agora sem sentença, com excepção de dois casos julgados favoravelmente para os camponeses, as únicas vitórias da associação.

Devido à demora, uma vez que os prazos estão ultrapassados, segundo Rafael Morais, a SOS Habitat decidiu "avançar para outros patamares".

"Enviámos cartas à União Africana a informar sobre as demolições e expropriações ilegais feitas pelo Executivo em diversas partes 'do país onde pedimos que intervenha junto das nossas autoridades para se salvaguardar os Direitos Humanos", notou.

MARCHA PACÍFICA BOICOTADA

Seguindo a tradição que data de 1985, instituída pelas Nações Unidas, a SOS Habitat decidiu reflectir sobre o estado do direito a moradia adequada para todos através duma marcha pacífica que visava mostrar publicamente as violações do direito à habitação, exigindo assim às autoridades uma melhor gestão habitacional.

Sobre o lema "Por um habitat harmonioso queremos desenvolvimento assente no respeito aos direitos dos cidadãos", estava confirmado que no dia 5 de Outubro, das 10 às 12 horas, num percurso desde o supermercado Jumbo ao largo 10 de Maio, a SOS Habitat e os lesados pelas expropriações marchariam e fariam um apelo a sociedade sobre a importância desse dia.

Em respeito a lei, no dia 27 de Setembro, a SOS Habitat informou o Governo Provincial de Luanda sobre a marcha. Sete dias depois, dia 3 de Outubro,

um funcionário do GPL contactou a associação por telefone informando que esta não poderia realizar-se.

"Um dia antes recebemos um documento como justificação onde se dizia que haveria uma prova de ciclismo organizada pela associação provincial que iria decorrer à mesma hora e no mesmo percurso, e por razões de segurança seria inconveniente a realização da referida marcha", lembrou Rafael Morais.

Face ao pronunciamento do GPL, Conselho de Direcção da SOS Habitat reuniu-se e decidiu manter a marcha no mesmo local de partida e chegada.

"Fizemos isso porque não tínhamos como recuar uma vez que as comunidades já estavam mobilizadas em assembleias comunitárias" acrescenta.

Na manhã de sábado, 5 de Outubro, a 2 km de sua residência, Rafael Morais foi interpelado por agentes da Polícia Nacional que alegavam ter instruções do Segundo Comandante da Polícia de Luanda para o conduzir a Divisão da Polícia de Viana, onde ficou retido durante 7 horas.

"Eles disseram que foram ordenados a investigar todas as viaturas Land Cruiser para verificar se são veículos roubados", contou.

Enquanto o líder estava retido, alguns cidadãos apareceram no local combinado para a concentração, mas surpreenderam-se com a exagerada presença policial que não lhes permitia marchar, "Mesmo com essas acções do Governo continuaremos a trabalhar na defesa dos direitos humanos relacionados com a terra", concluiu Rafael Morais. SEDRICK DE CARVALHO

7.15 Fiscais do GPL destroem casas na floresta da ilha de Luanda

Jornal O País

11 De Outubro de 2013

Os moradores da floresta da Ilha de Luanda sentem-se injustiçados pelo facto de os fiscais afectos ao Governo Provincial de Luanda terem destruído as suas casas sem um aviso antecipado.

Para a moradora Lina, que vive na floresta há mais de 20 anos, a forma como os fiscais destruíram as suas casas foi desumana. Tiraram-lhes as habitações e até agora desconhecem se terão direito a um outro sítio para morar ou se ficarão ao relento.

A senhora disse que depois de derrubarem as casas, os fiscais continuam a vigiar o local todos os dias

para travarem a construção de novas habitações ou casebres de chapas de zinco como anteriormente.

Um outro morador, que se identificou como Simão, habitante da conhecida floresta desde 1992, diz que têm sido muito difícil os últimos dias, porque se encontra desempregado e com cinco filhos para sustentar.

"Dormimos na rua e só os meus filhos é que se cobrem, porque quando destruíram as casas eu e a minha mulher estávamos na praia a fazer biscates. Quando chegamos já estava tudo no chão, não deu para aproveitar nada, nem mesmo a nossa roupa", explicou.

O morador pede apenas que o Governo Provincial de Luanda lhe dê uma casa para poder proteger a família do frio e das chuvas que podem cair a qualquer momento.

Os populares da ilha que vivem nas redondezas do local estão revoltados com o facto de a floresta se ter transformado num abrigo para delinquentes, de acordo com informações avançadas pelos próprios.

Acreditam que a invasão tem fomentado o aparecimento de marginais nesta zona. Muitos são de opinião de que o espaço faz parte da imagem da própria Ilha do Cabo e que deveria ser tido como um local de lazer e de história para a cidade de Luanda.

A floresta foi, em tempos, o maior ponto de referência turística na Ilha de Luanda, mas encontra-se agora reduzido a um simples campo de abrigo de famílias e marginais.

Administração não comenta

O PAÍS contactou a Administração Comunal da Ilha para ouvir do administrador interino, Sebastião Miguel, as razões que levaram à demolição das 'casas' dos populares, mas este mandou avisar, através da sua secretária, que não forneceria qualquer informação sem que lhe fosse endereçada uma carta com as questões que este jornal pretendia ver respondidas. De igual forma procedeu o porta-voz da Comissão Administrativa de Luanda, Luís Miguel.

Ambientalista preocupado com espaço

"As populações de baixo nível social, originárias de vários pontos do país, e não só, contribuíram para a degradação da única floresta da cidade de Luanda", começou por dizer o ambientalista Vladimir Russo, garantido que nos últimos 20 anos o local está a sofrer uma degradação natural.

O especialista disse que esta modificação é fruto do desenvolvimento e do aumento populacional que ocorre nos últimos anos na cidade capital.

Declarou que entre as espécies vegetais que se encontram na floresta está a casuarina. "Esta espécie é tida como a única que se adapta bem à falta de água e ao tipo de solo da floresta da ilha de Luanda, mas corre grande risco de desaparecer devido à invasão do espaço pela população", explicou o ambientalista.

Casuarina é um género que agrupa 17 espécies de árvores e arbustos da família "casuarinaceae", caracterizados por ostentarem ramos esbeltos e delicados com folhas reduzidas e escamas, o que lhes confere um aspecto semelhante a pinheiros esbeltos, segundo o especialista. Para Vladimir Russo, fundador da associação Juventude Ecológica de Angola e actual director técnico da empresa de consultoria ambiental Holísticos, "às bolsas verdes servem para vários motivos. Primeiro porque dão valor paisagístico e estético à Ilha de Luanda, e, por outro lado, as árvores servem como instrumento de absorção de gases tóxicos, dióxido de carbono libertado por geradores e carros que por aí circulam. O mais importante na existência de zonas verdes é, sem dúvidas, facto de fornecerem oxigénio".

Disse ainda que com o diminuir da floresta estas funções são automaticamente reduzidas, o que faz com que haja menos absorção de gases do efeito estufa e menor produção de oxigénio, o que prejudica a qualidade de vida das pessoas.

Outro aspecto importante frisado pelo ambientalista é o facto da floresta da Ilha de Luanda ser uma das poucas áreas verdes que servem de abrigo a aves migratórias e aves que encontram o recinto como local para a sua reprodução.

Para o especialista, "as autoridades que licenciam e autorizam espaços para a construção, quer seja para área da hotelaria ou para qualquer outra, deverão ter mais cuidado. Não é de proibir as pessoas de desenvolver, mas sim existirem cláusulas contratuais que permitam que as empresas que estão a explorar os espaços verdes possam cuidar melhor, como parte da sua política de responsabilidade social". O ambientalista defende que a floresta da ilha deveria ser tida como reserva ambiental.

7.16 Urbanização das reservas fundiárias consome 4,8 mil milhões de kzs

Jornal Expansão

11 De Outubro de 2013

O orçamento estimado para a construção das infra-estruturas e loteamentos das reservas fundiárias ao nível do País ronda os 4,8 mil milhões Kz (cerca de 50 milhões USD).

Este valor foi avançado esta semana pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, que falava durante o lançamento da primeira pedra dos 300 hectares das reservas fundiárias das Mabubas, em Caxito, província do Bengo.

José Silva sublinhou que esta estimativa está cabimentada para a infra-estruturação de espaços com 100 hectares, mas para as Mabubas abriu-se uma excepção, já que a reserva prevê a urbanização de 300 hectares.

O lançamento da primeira pedra da urbanização da zona das Mabubas marca o arranque do programa de urbanização das reservas fundiárias identificadas e demarcadas por todo País haja alguns anos.

O Ministério do Urbanismo começa agora um vasto processo nacional de infra-estruturação e loteamento destas reservas para criar condições quer para o subprograma de auto-construção dirigida em lotes infra-estruturais, quer também para atrair os investidores privados, que têm aqui os espaços para começar a investir na criação de imóveis e novas urbanizações para os cidadãos, no âmbito da parceria público privada (PPP).

As obras de infra-estruturação da localidade das Mabubas deverão durar 18 meses, sendo que no decorrer da execução das empreitadas começam já a ser comercializados os espaços para a autoconstrução dirigida.

O plano urbanístico desta zona prevê, entre outros imóveis, uma ocupação de 45 559 pessoas. Um total de 15 187 fogos habitacionais, numa área de implantação de 328 938 metros quadrados.

Os espaços previstos para o desenvolvimento comercial e industrial totalizam uma área de 277 257 metros quadrados.

O lançamento desta primeira pedra insere-se no âmbito das jornadas comemorativas do Dia Mundial do Habitat, data instituída pela organização das

Nações Unidas para reflectir sobre a qualidade de vida e o estado das cidades.

A questão da mobilidade e a concentração urbana

Todos os anos, a primeira segunda-feira do mês de Outubro é reservada para reflectir sobre o estado das cidades, vilas e outros aglomerados onde existe uma concentração populacional, perspectivando o que representarão no futuro.

O País apresenta um quadro reconhecidamente descontrolado da construção. A má qualidade urbana, elevados índices de carência em termos de infra-estruturas, equipamentos e serviços influenciaram negativamente as limitações na mobilidade das nossas cidades capitais, sobretudo a capital do País.

José Silva lembrou que a guerra que durou até ao ano de 2002 provocou no País grandes alterações, no que se refere à mobilidade e distribuição populacional. O dirigente nomeou alguns aspectos que retratam os efeitos da guerra, destacadamente, a intensificação dos fluxos migratórios internos do tipo rural-urbano, esvaziando o campo em direcção às grandes, pequenas e médias cidades.

Actualmente, segundo estimativas da ONU, a proporção da população urbana nacional deve rondar os 57%. Um dado que indica que a maior parte da população vive em zonas "urbanas".

Esse dado começou a ganhar intensidade a partir de uma deterioração das condições de vida nas áreas rurais e o agravar da guerra em 1998. A partir desta altura a proporção do crescimento populacional urbano terá ultrapassado os 55% até ao ano de 2002.

Se se recuar algumas décadas, verifica-se que a actual consequência da intensificação migratória interna em Angola ocorreu entre as décadas de 80 e 90, iniciando um efeito bola de neve, ou seja, um processo crescente de concentração urbana.

Segundo dados referidos numa nota da ONU, a taxa média de crescimento urbano no País foi estimada em torno de 5,6% entre 1995 e 2000. Esta taxa decaiu para 4% no período entre 2000 e 2010. Estes dados demográficos contrastam com os registados entre 1960 e 1994, período que evidenciou um crescimento da referida taxa em mais de 100% da população angolana até 1980.

Entretanto, o Executivo enfrenta o desafio da definição de estratégias que tenham em conta a requalificação e reabilitação das infra-estruturas, vias e equipamentos sociais que visam a melhoria das condições de vida dos assentamentos urbanos do País.

Por outro lado, a execução de novas urbanidades dotadas de infra-estruturas ou com infra-estruturação progressiva apresenta-se como uma das soluções em curso.

7.17 Alunos de Catete aprendem reconversão urbana

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2013

Dezenas de alunos da Escola do I e 11 Ciclo número 6026 de Catete estiveram presentes no Fórum Nacional do Urbanismo, que se realizou no município de Icolo e Bengo. Tomaram apontamentos das dissertações dos seis temas e trabalharam com os engenheiros e arquitectos.

Depois de ouvir Bento Soito falar da reconversão urbana, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, deu um subsídio: "o tema é de reflexão e discussão. Devemos cuidar os espaços urbanos, expandir os órgãos técnicos e interagir com a sociedade".

Bumba Sebastião é aluno da 11 a classe do curso de Ciências Jurídicas e Económicas da Escola do I e II Ciclo número 6026 de Catete.

Disse que "estou a ouvir os engenheiros e arquitectos falar da reconversão urbana. Gostava de saber o que é reconversão urbana e quando o município de Icolo e Bengo vai ser reconvertido".

Bento Soito respondeu que a reconversão implica a transformação de um espaço degradado, num espaço renovado. Todas as pessoas abrangidas pela intervenção beneficiam de infra-estruturas, equipamentos sociais e a nova moradia. Este processo permite uma mudança radical da imagem da zona reconvertida".

Bumba Sebastião insistiu: "o arquitecto não respondeu. Quero saber quando é que o Icolo Bengo vai ser reconvertido!". Bento Soito disse que só pode falar da requalificação do Cazepga, Sambizanga e Rangel.

Lotes para auto-construção

A auto-construção dirigida, disse arquitecto António Gameiro, é uma política pública que consiste na assistência técnica e gratuita de engenheiros e arquitectos para o desenvolvimento urbano e social.

António Gameiro falou no fórum sobre o loteamento e auto-construção dirigida.

O arquitecto referiu que "este sistema de construção está em crescimento sendo de grande auxílio para a construção de unidades habitacionais rurais isoladas. O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação destina 70 por cento das reservas fundiárias à auto-construção dirigida".

Especulação imobiliária

Cleber Correia falou sobre "os desafios da promoção imobiliária privada e 'cooperativa em Angola". Disse que o programa para a renda resolúvel apresenta excesso de burocracia e que é preciso mudar com urgência esta situação. Disse ainda que o Executivo tem de dar incentivos para que os jovens consigam empréstimos bancários para aquisição de casas de baixa ou média renda.

O secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, discordou. Disse que "a especulação imobiliária tem a ver com a localização onde é construído o projecto habitacional. Nem tudo pode cair em cima do Estado. Os parceiros privados podem, também, entrar neste, processo, o que não tem acontecido.

Cleber correia respondeu que numa economia de mercado cobra-se aquilo que se faz.

"Talatona não vai ficar caro quando não houver cinco urbanizações iguais", exemplificou.

Exemplo da Huíla

A província da Huíla está a responder os anseios do Estado no fomento de habitação, conforme disse o director provincial do Ordenamento do Território, António Abílio. Nos 14 municípios da província, realçou, há reservas fundiárias e planos de urbanização. Referiu que existe um projecto de construção de 11 mil habitações, das quais mais de 600 estão em execução.

"Temos problemas nos municípios cada município. Temos que prestar uma atenção especial às infra-estruturas e equipamentos. O Estado não pretende que as casas sejam habitadas sem as mínimas condições. Devemos estabelecer um padrão mínimo de habitabilidade em respeito à dignidade humana", referiu o ministro, dos Gambos e Caluquembe, onde os empreiteiros abandonaram as obras, mas o problema está a ser resolvido juridicamente", garantiu.

O ministro José Silva pediu aos directores provinciais para partilharem a experiência da Huíla na construção de habitações, principalmente no programa dos 200 fogos por cada município. "Temos que prestar uma atenção especial às infra-estruturas e equipamentos.

O Estado não pretende que as casas sejam habitadas sem as mínimas condições. Devemos estabelecer um padrão mínimo de habitabilidade em respeito à dignidade humana", referiu o ministro.

Recomendações do fórum

O Fórum Nacional do Urbanismo decorreu sob o lema "O Homem o Território as Cidades e a Habitação.

Os participantes no final fizeram várias recomendações: garantir a interacção e a integração das comunidades no processo de reconversão urbana com instrumentos práticos e estratégias de marketing e adoptar o planeamento urbano como peça chave para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Os participantes no fórum apelaram à criatividade dos técnicos para melhorarem a prestação na concepção das tipologias habitacionais, adequarem a habitação aos desafios das novas realidades tecnológicas e culturais.

O ministro José Silva referiu, no acto de encerramento, que as intervenções foram elucidativas e apontaram caminhos a percorrer para minimizar os problemas que ainda existem. "O futuro será urbano, os problemas serão urbanos e as soluções, como vimos, devem ser soluções urbanas", disse.

José Silva anunciou que o crescimento exponencial das áreas urbanas em todas as províncias de Angola tem levado a uma acentuada queda da qualidade de vida e a um crescimento dos problemas sociais e dos equilíbrios ambientais.

"O Ministério fez recomendações operativas que se vão traduzir num plano de acção imediato da estratégia do planeamento urbano participativo e sustentável, uma vez que estamos a preparar a participação de Angola no Fórum Mundial Urbano que se vai realizar em Medellín, na Colômbia cujo tema é Equidade Urbana em Desenvolvimento Cidade para vida, concluiu o ministro do urbanismo e habitação, José da Silva.

7.18 Três residências impedem construção de estrada no Cazenga

Jornal O País

18 De Outubro de 2013

Victor Silva é proprietário de uma das residências e uma loja, contou que já negociou com o INEA e recebeu um valor monetário pela indemnização da

parte comercial, aguardando igual procedimento em relação à sua habitação.

A fonte de O PAÍS garantiu que ainda não existe uma proposta concreta sobre o número de casas a receber, mas em relação à loja foram feitas algumas medições. Explicou que durante o processo de compensação, a direcção do INEA faz a negociação individual com os proprietários das residências.

"O processo está parado, porque

INEA diz que não têm moradias disponíveis no Zango para compensar, por isso continuamos à espera.

O último contacto que eu tive com o INEA foi há três meses e dizem que não há previsão de terem as casas e quando o processo vai retornar. Como moradores queremos que se resolva rápido, não estamos a impor nada, nem estamos a dizer que ninguém sai. Nunca tivemos iniciativa de irmos junto ao INEA, vou sempre sozinho, não sei em que situação estão os outros", disse Victor Silva.

A nossa equipa de reportagem procurou contactar os outros dois proprietários, mas não tivemos êxito.

INEA diz que está a resolver

No curto contacto com a directora do INEA, em Luanda, Rosária Kiala confirmou que de momento não têm casas para indemnizar os proprietários das três residências no município do Cazenga, mas acresceu que a empresa está a resolver a situação e que pouco a pouco vão realojar as pessoas. "Estamos a trabalhar, não tardará muito e nada está parado", disse Rosária Kiala que acrescentou que o trabalho não depende apenas do INEA, estando a direcção a trabalhar de acordo com a evolução das obras.

O responsável de obras daquela zona disse que a existência das três residências está a congestionar o trabalho' as obras continuam, mas em vez de estarem a 90%, está apenas a 20 %. As obras começaram em 2011 com perspectiva de terminar no próximo ano, mas com a presença das casas, não será possível terminar no próximo ano, nem no ano seguinte.

"O ano passado as coisas já estavam assim, até agora ninguém fez nada. Estamos a fazer por parte, se fizéssemos o trabalho como planificado já estaria pronto e com menos esforço, porque fazendo em partes têm mais custos. De quem é a culpa eu não sei e não me compete dizer. Eu quero que digam, está pronto e podem continuar", manifestou -se descontente, acrescentando que as casas são sagradas aos proprietários e os trabalhadores da Teixeira Duarte só têm que esperar.

Mais de cem angolanos e oito repatriados estão empenhados na obra. Quando terminada, a via contará com três faixas de rodagem em cada sentido, passeios laterais e central, bem como iluminação pública e sinalização.

Com a conclusão do retorno, a circulação na avenida será mais fluída, visto que a via está a ser ampliada desde as imediações da Cidadela Desportiva até ao entroncamento com a quarta avenida, no Cazenga. A estrada liga a periferia à baixa da cidade' iniciando em frente ao Centro de Formação Profissional do Cazenga até ao José Pirão, no distrito urbano da Ingombota.

7.19 Casas inacabadas e ruas sem iluminação

Jornal A Capital

19 De Outubro de 2013

Depois da cedência de terrenos para o fomento da autoconstrução dirigida nos municípios do Bocoio e Balombo, há já duas semanas, o Governo de Benguela é confrontado com a revolta de jovens que beneficiaram do condomínio erguido no bairro da Nossa Senhora da Graça, indignados com o atraso na entrega do mobiliário para as suas casas, a maior parte das quais ainda por concluir, passados que estão mais de doze meses desde o acordo para o crédito bancário que sustenta a operação.

Enquanto Isaac dos Anjos, em visita ao interior da província, procedia à entrega de lotes de terra, dezenas de jovens do bairro da Graça, arredores da cidade capital da província, manifestavam-se à porta da empresa «A CASA», contratada para mobilizar oitenta casas, menos doze em relação ao número de fogos existentes naquela área. «Estamos fartos destas promessas», começou por afirmar, já no interior da loja, José Prata, membro da Comissão de Moradores. Visivelmente revoltado, à semelhança do batalhão que o acompanhava, disse que a conversa que mantinha com a funcionária da «A CASA», que fazia a vez do gestor, foi abortada pelo director provincial da Juventude e Desportos, Pedro Garcia, que esperava «ser contactado antes da manif.

O mesmo Pedro Garcia, segundo a fonte, havia prometido, já depois de muita gritaria, que tudo estaria solucionado até 31 de Julho último. Inclusive, recordamos, em declarações prestadas ao semanário A Capital, quando declarou que o Governo estava à espera dos empreiteiros para a conclusão do trabalho. «Está tudo acautelado, assim como a mobília», dizia, na altura, o director da Juventude e Desportos, agora a optar pelo silêncio. «Não falo sobre este assunto.

Não falo, ponto final salientou o dirigente, respondendo à insistência de dois jornalistas. Posição similar teve o presidente do Conselho Provincial da Juventude, Cristiano Fernandes, que funcionou como elo de ligação entre os beneficiários e o Governo. Quem não se calava era José Prata, que chegou a afirmar que «as coisas estão todas paradas», fazendo alusão à falta de equipamentos como tectos falsos, portas e janelas.

À espera também da iluminação pública, os moradores lembram que o BPC, indiferente a este imbróglio, continua a subtrair dos seus salários os 25 mil Kwanzas acordados entre as partes. Em nome das oito dezenas de famílias, representadas na concentração à porta da mobiliária em referência, José Prata aventou a hipótese de seguir para a via judicial, mas não sem antes chegar à fala com o governador Isaac dos Anjos. «Estamos dispostos, se as autoridades locais nada fizerem, a ir pernoitar no Ministério da Juventude e Desportos, em Luanda», prometeu.

O mobiliário para cada uma das 80 casas está avaliado em USD 10 mil dólares, conforme o gerente da empresa, Joaquim da Silva, em declarações prestadas no passado mês de Julho, altura das garantias de que tudo seria uma questão de horas. Até hoje, um ano depois, não se conhece o valor deste projecto de subordinação central, inicialmente a cargo da ANG0-SPENSER, substituída por uma outra, a que vai tratar da conclusão, cujo nome não nos foi possível apurar.

7.20 Casas para todos, com certeza!

Folha 8

19 De Outubro de 2013

ASOS Habitat quis, em mais uma peregrina e ingénua ideia de que somos uma democracia e um Estado de Direito, realizar uma manifestação para assinalar o Dia (7 de Outubro) Internacional da Habitação. A Polícia, mais uma vez, mostrou quem manda no país e impediu tal iniciativa, provavelmente por atentar contra a segurança do Estado.

De acordo com a SOS Habitat, organizadora da marcha, o Governo de Luanda socorreu-se de mentiras e artimanhas de forma premeditada para impedir a manifestação. Mentiras? Artimanhas? Ninguém acredita, como é óbvio. Nunca tal seria possível num país que, segundo o seu presidente, tem uma espécie de democracia porque esta foi lhe imposta. Para além disso, porque carga de chuva se iria organizar uma manifestação para falar de algo que não aflige os angolanos?

"Nós cumprimos com todos os requisitos necessários que constam da nossa Constituição e que diz que o cidadão, ou as organizações, sempre que precisam de fazer uma manifestação ou uma marcha devem comunicar ao Governo Provincial de Luanda e isto foi feito isso", diz Rafael Morais, coordenador da SOS Habitat.

Mas, desde quando cumprir requisitos é sinónimo de autorização? Desde quando a Constituição se sobrepõe à lei das leis, qual Bíblia de um povo propriedade do "escolhido de Deus", que pura e simplesmente diz no seu único mandamento: o MPLA é Angola e Angola é o MPLA?

Enquanto, com excepção de todas as manifestações de apoio a um regime que está acima de tudo o que é terreno, os organiza dores seja do que for não perceberem que o máximo que lhes é (por enquanto) permitido é manifestar-se em pensamento, nunca Angola será o que o MPLA pretende.

A SOS Habitat (organização não-governamental) e as comunidades lesadas pelos constantes desalojamentos decidiram celebrar a data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). E queriam fazê-lo com W11a manifestação de sensibilização do Governo.

De acordo com o coordenador da SOS Habitat, em declarações à Voz da Alemanha, a realização de W11a prova de ciclismo exactamente no local e na hora da manifestação, foi a justificação apresentada pelas autoridades de Luanda para impedir o evento. " Não aconteceu a tal prova de ciclismo. O Governo Provincial de Luanda mentiu à sociedade e mentiu à SOS Habitat, no sentido de mais uma vez impedir um acto que está plasmado na Constituição", afirma Rafael Morais. Mas afirma mal. Não se realizou mas poderia ter-se realizado. E isso basta. Aliás, se a moda pega, haverá um calendário de provas de ciclismo, sempre com data e hora a definir, que impedirá qualquer outra manifestação. Vejamos, de forma mais sucinta, que a questão habitacional, como outras - a da miséria, por exemplo, não fazem sentido e não justificam manifestações.

Em 26 de J W110 de 2008, o então ministro das Obras Públicas, Hígino Carneiro, garantiu (e quando um ministro do regime garante..) que o governo do MPLA iria construir ou reconstruir cerca de 1.500 pontes e reabilitar mais de 12 mil quilómetros da rede nacional de estradas até 2012.

Assim, a provar a bondade das garantias do regime, prova-se que do dia 26 de Junho de 2008 até ao dia 31 de Dezembro da ano passado passaram 1.650 dias (contando feriados e fins de semana). Dividindo esses dias pelas 1.500 pontes temos 0,9 pontes por dia.

Se dividirmos os tais 12.000 quilómetros de estradas pelos 1.650 dias dá uma média de 7,27 quilómetros ao dia. Portanto é simples, a cada dez dias o MPLA apresentou nove novas pontes e 72,7 quilómetros de estradas. Tudo certinho.

Falando em JW1110 de 2012 no Comité Central do MPLA, José Eduardo dos Santos recuou até às promessas para as eleições de 2008, confortavelmente vencidas (até com os votos dos mortos que não quiseram deixar de manifestar o seu apoio ao regime) pelo MPLA, que obteve cerca de 80% dos votos, considerando que o balanço é positivo, dando como exemplo as "realizações e os empreendimentos inaugurados quase todas as semanas".

"O país está de facto a mudar para melhor e há avanços e crescimento em todos os domínios", defendeu Eduardo dos Santos, realçando que importa que "o desenvolvimento social seja tão dinâmico como tem sido o crescimento económico". O "querido líder" diz, por isso, que "muito ainda está por se fazer", mas mostrou-se convicto da "nova Angola" que está a surgir, "pronta para iniciar uma nova etapa da sua história, na qual todos os nossos esforços estarão voltados para os mais desfavorecidos, aqueles que mais sofrem porque têm pouco ou quase nada". Sem se comprometer com metas (essa é tarefa delegada nos seus chefes de posto e sipaios), como sucedeu nas promessas de criação de empregos ou a construção de um milhão de casas, feitas em 2008, José Eduardo dos Santos diz agora algo mais vago mas dentro das bitolas dos estados de direito (coisa que Angola não é). Isto é, o futuro passa por um Programa de Estabilidade, Crescimento e Emprego. "Através dele vamos unir, ampliar e acelerar as iniciativas destinadas a garantir mais empregos, aumentar a oferta de água e energia, melhorar os serviços de Educação e Saúde, a estimular a produção nas zonas rurais e a incentivar a criação e o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas angolanas", explicou Eduardo dos Santos.

E, como não poderia deixar de ser, o presidente garantiu que o MPLA "fará a sua parte para a manutenção de um clima de paz, tolerância, harmonia e confiança". E fará com certeza. Ninguém duvida que os mortos vão voltar a votar no MPLA nas eleições autárquicas (se as houver), tal como todos sabemos que em algumas secções vão aparecer mais votos do que eleitores inscritos.

Aliás, cada vez mais, o mundo (e por inerência também nós) percebe que o MPLA só não resolveu os problemas do Povo porque os oitenta e tal por cento conseguidos nas eleições anteriores foram

insuficientes. Assim, todos esperam que em futuros actos eleitorais atinja os 100%?

José Eduardo dos Santos disse, recorde-se, há cinco anos (Outubro de 2008) que o Governo ia aplicar mais de cinco mil milhões de dólares num programa de habitação que inclui a construção de um milhão de casas.

A construção de um milhão de casas para as classes menos favorecidas de Angola e jovens foi, aliás, uma das promessas da então campanha eleitoral mais enfatizadas pelo Presidente da República e do MPLA José Eduardo dos Santos admitia, modesto como é, que "não seria um exercício fácil", tendo em conta que o preço médio destas casas, então calculado em cerca de 50 mil dólares. Apesar de tudo, assegurou que "já se estava a trabalhar" nesse sentido.

No seu discurso de então, Eduardo dos Santos observou que a escolha de Luanda para acolher o acto central do Dia Mundial do Habitat tinha a ver com o reconhecimento pela mais alta instância internacional (ONU) da filosofia e estratégias definidas pelo Governo angolano no seu programa habitacional para o período 2000/2012 e que já estava, disse, a ser aplicado.

"O objectivo dessa estratégia é proporcionar melhor habitação para todos, progressivamente, num ambiente cada vez mais saudável", disse Eduardo dos Santos. Não se sabe se ainda alguém se recorda disso esta perspectiva considerou que estava em "sintonia" com as preocupações e a "visão" da ONU, quando coloca como questão central, como necessidade básica do ser humano, fundamental para a construção de cidades e sociedades justas e democráticas, a questão da habitação.

Ora nem mais. A habitação como barómetro de uma sociedade justa e democrática.

Segundo Eduardo dos Santos, "em Angola, como em quase todo o mundo, o fenómeno da urbanização veio acompanhado de grandes problemas ambientais, tais como a produção de resíduos domésticos e industriais, a poluição, o aumento do consumo da energia e água e o surgimento de águas residuais".

"Para evitar ou minimizar-se esses problemas impõe-se a adopção de uma política ambiental rigorosa e abrangente", apontou o presidente, garantindo que o combate ao caos urbanístico que se instalou nas cidades e no território em consequência da prolongada guerra civil, está a ser feito através de modelos integradores, geográficos, económicos e ambientais.

A atenção estava, ainda segundo ele, centrada na "construção ilegal e não autorizada" e também numa política que procura "evitar assimetrias regionais e o abandono do interior".

Eduardo dos Santos frisou ainda que as "linhas de força" traçadas pelo Governo estavam orientadas para uma "cooperação activa" entre a administração central e local do Estado, entre o sector público e o privado, com vista à execução de uma nova política que contribua para "a geração de empregos, para o desenvolvimento harmonioso dos centros urbanos, para a eliminação da pobreza e da insegurança, e para a eliminação também das zonas degradadas e suburbanas".

Ben Ali, Hosni Mubarak, Robert Mugabe, Hugo Chávez, Muamrnrnar Kadhafi ou Passos Coelho não diriam melhor.

O presidente anunciou igualmente na altura (2008) que será "cada vez mais acentuada" a preocupação com a urbanização das cidades angolanas e que serão "incentivadas políticas que diminuam a circulação automóvel nos centros dos grandes aglomerados urbanos".

Tudo isto, cinco anos depois, está à vista de todos. De todos os que querem ver, é claro.

7.21 Detidos ocupantes ilegais de terrenos

Jornal de Angola
22 De Outubro de 2013

A Polícia Nacional deteve no município de Cacuaco, em Luanda, oito pessoas por ocupação ilegal de terrenos e destruiu 339 casebres de chapa de zinco, no período compreendido entre 9 e 15 de Outubro.

Um comunicado da Polícia Nacional informa que no quadro da "Operação Casebre", dirigida ao combate à ocupação ilegal das reservas fundiárias, foram ainda apreendidas 16 chapas de zinco, barrotes, enxadas e pás.

No que toca a infracções económicas, foram registadas 110 e detidos 93 taxistas por especularem com os preços das rotas contrafacção disco gráfica, exercício ilegal de função pública ou titulada e falsificada de documentos.

A Polícia refere que foram aplicadas 2.621 multas por várias infracções ao Código de Estrada resultando na apreensão de 103 viaturas e de 225 motorizadas. Registaram-se 71 acidentes de viação que resultaram em 29 mortes e 62 feridos.

As principais causas da sinistralidade têm ver com excesso de velocidade, falta de precaução, mudança de direcção irregular e ultrapassagem irregular.

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional deteve 185 elementos implicados em diversos crimes. De acordo com o comunicado, foram ainda apreendidas 32 armas de fogo, 138 dólares falsos e drogas. O Comando provincial de Luanda registou igualmente 42 crimes, dos quais 28 esclarecidos, tendo sido detidas 30 pessoas envolvidas.

A Maior parte dos crimes foi praticada por razões passionais e em rixas. Foram ainda apreendidas 15 viaturas e seis motorizadas. A Polícia Nacional também recuperou quatro viaturas roubadas.

O documento refere que foram desmanteladas cinco associações' de malfeitores, que actuavam nos distritos da Maianga e Kilamba Kiaxi, culminando com a detenção de 13 elementos que compunham os grupos. De acordo com a nota da Polícia, na "Operação Viúva Negra II", realizada nos distritos da Maianga e Kilamba Kiaxi foram apreendidas 16 viaturas, cinco armas de fogo e detidos cinco suspeitos de crimes. Para combater o Índice de sinistralidade rodoviária, o Comando Provincial de Luanda realiza campanhas de sensibilização dirigidas aos utentes da via pública, com utilização de instrumentos preventivos como radares e testes de alcoolemia.

7.22 Maioria tem casa própria sem título de propriedade

Jornal de Angola
22 De Outubro de 2013

Membros da Rede Contra a Pobreza Urbana reunidos na União dos Escritores Angolanos (UEA) o estudo salienta que ainda há muito por fazer quanto ao acesso à água e ao saneamento básico

Não é possível evitar o surgimento de novos musiques enquanto não houver um mercado legal de venda de terras, com modelos de moradias que podem ser erguidas nessas localidades, afirma um estudo realizado em Angola pelas Nações Unidas e apresentado na quarta-feira, Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza, na União dos Escritores Angolanos, em Luanda.

Willi Piassa, membro da organização Rede Contra a Pobreza Urbana, que apresentou os resultados do estudo, explicou que este foi realizado com base nos indicadores de combate à pobreza urbana densidade

populacional, saneamento, acesso à água e acesso à terra - em três municípios de Luanda, Cazenga, Viana e Cacuo, e nos distritos urbanos do Kilamba Kiaxi e Sambizanga.

Em relação à habitação, o estudo indica que muitas pessoas têm casa própria, mas sem título de direito de superfície, uns por falta de informação e outros por demora das administrações na emissão do documento. Mais de 75 por cento das moradias estão nestas condições e também não têm registo predial, o que faz com que tenham pouco valor e os seus proprietários não possam usá-las como garantia para a obtenção de créditos bancários.

"Os cidadãos devem ser informados sobre os passos necessários para a legalização das suas casas", defendeu Willi Piassa. Sobre os agregados familiares, a pesquisa conclui que o número de membros, na maior parte dos casos, é superior ao número de compartimentos, com uma média de quatro pessoas por quarto.

O estudo considera que ainda há muito por fazer em matéria de canalização de água e saneamento básico, apesar de serem notórios os esforços do Executivo, no sentido de melhorar a oferta nestas áreas.

Este trabalho pretendeu estimular debates em tomo desta questão, com o objectivo de se fazer "um esboço de políticas públicas" capaz de conduzir à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nesta matéria, referiu Willi Piassa.

O coordenador da Rede de Luta Contra a Pobreza Urbana, Mbuta Pascoal, salientou que o combate à pobreza urbana requer a participação dos cidadãos nos esforços públicos. Esta ONG realiza fóruns em vários municípios e distritos da província de Luanda, juntando cidadãos e provedores de serviços públicos, como a EPAL e a EDEL, tendo em vista a procura de soluções para os problemas das comunidades.

A Rede de Luta Contra a Pobreza é composta por 34 organizações da sociedade civil, que trabalham em questões de desenvolvimento comunitário e na promoção da igualdade de género, protecção à criança, saúde preventiva, educação, direitos humanos, nos municípios do Cazenga, Cacuo e Viana e, também, nos distritos urbanos do Kilamba Kiaxi e do Sambizanga. O estudo foi apresentado durante um encontro realizado na sala de conferências da União dos Escritores Angolanos, destinado a avaliar os esforços do Executivo na luta contra a pobreza, e que reuniu centenas de pessoas ligadas às universidades, organizações da sociedade civil, igrejas, agências internacionais e departamentos governamentais.

7.23 Retrato da cidade lotada

Jornal Gazeta

24 De Outubro de 2013

Um estudo sobre a pobreza, em Luanda, aponta para deficiências de acesso a serviços básicos como saúde, água potável, à posse da terra, habitação de qualidade, saneamento básico e superlotação de residências.

O estudo baseou-se nos cinco indicadores de pobreza definidos pela UN-Habitat: densidade populacional, saneamento básico adequado, qualidade de habitação, acesso a água potável e a posse segura da terra. Para avaliarem estes indicadores, durante 30 dias pesquisadores da Rede Contra Pobreza procuraram perceber como os habitantes de Luanda acedem a estes serviços.

A pesquisa foi realizada nos bairros periféricos do Cacuo, Viana, Cazenga, Sambizanga e Kilamba Kiaxi. Willi Piassa, membro da Rede Contra a Pobreza Urbana, defendeu que "se não houver mudança na maneira de viver nos centros peri-urbanos e musseques não conseguiremos combater a pobreza". "Não pode ser combatida apenas pelo Governo, é, uma carga pesada para ele, é necessário que o cidadão seja envolvido no projecto desde o início para deixar de rotular os projectos como 'projecto do governo' porque pensando assim o povo não cuida das infra-estruturas", recomendou.

O coordenador da Rede Contra a Pobreza, Mbuta Pascoal, apontou a falta de saneamento básico como uma causa da pobreza e que muitos agregados familiares gastam muito dinheiro com a saúde. Outro factor encontrado é a posse da terra. Muita gente constrói em terrenos ocupados ou nas casas de pais ou tios. Os terrenos não são legalizados em muitos casos porque as pessoas não sabem como tratar os documentos e outros desistem por causa da demora, conclui o estudo.

7.24 Associação de camponeses não cede terreno

Jornal O País

25 De Outubro de 2013

O jurista explicou que o camponês só estará em condições de ceder um terreno a outra pessoa, se conseguir obtê-lo para si do Estado. No momento em que estiver para fazê-lo deve solicitar às autoridades competentes, não se limitando a passar uma simples declaração.

Analisando a forma como os terrenos são cedidos pelos camponeses a terceiros em quase todo o país, o

docente universitário explicou que a questão pode ser vista de duas maneiras: substituição na concessão ou transmissão de direito.

A primeira ocorre quando o terreno é concedido a outrem, enquanto estiver a decorrer o processo de solicitação do espaço ao Estado a favor do camponês.

Neste caso, o processo deve ser previamente autorizado pelos órgãos do Governo em função das delimitações acima mencionadas.

A transmissão de direito acontece quando o camponês já detém o direito de superfície e está sujeito a prévia autorização do organismo que o concedeu.

"Portanto, os camponeses que têm estado, à revelia da Lei, a vender terrenos nas áreas rurais estão a cometer infracções", declarou.

Por outro lado. O jurista explicou que os terrenos rurais comunitários não são concedíveis, ou seja, naqueles espaços onde habitam por um tempo perene, o mesmo pertence à colectividade e não a um único indivíduo.

O bem colectivo só pode ser cedido quando houver desafecção quer seja por iniciativa da própria comunidade rural, por notar que já não é propícia à sua actividade, recaindo titularidade para o Estado.

Ou no caso do interesse público assim o determinar. Mas só depois de ouvir os representantes das instituições tradicionais daquela comunidade e compensando-os de alguma maneira.

"É preciso termos em conta que existem também os terrenos rurais, sem nenhum envolvimento das comunidades. O Estado pode conceder terrenos, mas apenas direitos de superfície e não mais outro documento".

7.25 Casas ao longo da vala dificultam obras

Jornal de Angola

25 De Outubro de 2013

A vala do Cazenga, no Cariango, está integrada nas obras de requalificação em curso em Luanda, um projecto da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda.

Com 5.400 metros de comprimento, a vala está a beneficiar de requalificação integrada que inclui rede de drenagem pluvial e residual, reparação das vias, iluminação pública, água potável e telecomunicações,

juntamente com a Rua 1 da Comissão do Cazenga, também alvo de trabalho de drenagem.

O trabalho de manutenção da vala do Cazenga, no Cariango, começou há três anos com a limpeza e a reparação da infra-estrutura degradada. Mas a falta de co laboração da população obriga a grande lentidão, nos trabalhos. Muitos munícipes insistem em construir as suas casas junto à vala, mesmo depois de milhares de famílias terem sido realojadas e as casas demolidas.

Hoje, o cenário continua o mesmo. Dezenas ou mesmo centenas de casas. de chapa são construídas novamente por insistência da população, o que dificulta a limpeza e manutenção da vala, situação agravada com a permanente deposição de lixo no local.

A administração do Cazenga, em colaboração com a fiscalização, tem tentado retirar as pessoas que moram ao longo da vala, depois de persistente trabalho de sensibilização. A vala do Cazenga, no Cariango, com finalização prevista para Março de 2014, vai permitir a drenagem das águas da chuva e residuais de grande parte da quarta, quinta e sexta avenidas, da parte sul do Cazenga e ainda dos bairros Palanca, Popular e Cassequel do Buraco. A Unidade Técnica de Saneamento de Luanda tem várias obras em curso em Luanda para melhoria das infra-estruturas. Os trabalhos pretendem tratar a drenagem, através da implantação do sistema separador de colectores, melhorar a circulação e o fornecimento de água potável e de electricidade. Zuela Capilo, engenheira da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, disse, que estão também a ser executadas obra na Rua Senado da Câmara, actua Soba Mandume, na vala do Suroca, São Pedro, na vala do Rio Seco, já concluídas, e nas valas da Samba em fase de limpeza.

7.26 Especulação de terrenos inviabiliza sector imobiliário

Jornal O País

25 De Outubro de 2013

A constatação é da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) tornada pública pelo arquitecto Cleber Correa durante o Fórum Nacional Urbano, realizado recentemente no município de Icolo e Bengo em Luanda.

Na sua comunicação à volta do diagnóstico do mercado imobiliário angolano, o arquitecto Cleber Correa ressaltou também o aumento do custo de compra dos imóveis, o repasse do alto custo de

moradia ao preço dos produtos e ainda a inibição do surgimento de micro e pequenas empresas.

Outros problemas diagnosticados pela APIMA têm a ver com a falta de loteamentos ou o surgimento de loteamentos clandestinos, sendo este último factor promotor da degradação das cidades.

O responsável associativo apontou também a especulação na venda dos terrenos, o aumento dos custos dos imóveis devido ao alto preço, assim como a falta de liquidez dos imóveis irregulares.

Cleber Correa disse que os altos custos do crédito habitacional, por causa dos altos índices de inflação, concorrem para a subida do preço do imóvel.

Por outro lado, ele disse haver no mercado um desfasamento das empresas de construção civil nacionais que se vêem sem serviço devido à falta de liquidez no mercado imobiliário, levando a que milhares de empregos deixem de ser criados.

O arquitecto da APIMA revelou que de 82% a 86% dos pedidos de financiamento são negados e somente 5% das pessoas que procuraram imóveis nos últimos 4 anos, conseguiram comprar.

Segundo afirmou, a falta de conhecimento, pelo Promotor Imobiliário,

do público alvo para preparação dos produtos imobiliários faz com que os produtos sejam produzidos de forma desajustada do que é a capacidade do público em comprá-los.

"Esses valores empregues poderiam ter sido investidos nos produtos certos", disse.

O arquitecto constatou também que existe uma falta da prática da renda resolúvel em parceria com um instrumento jurídico que resolva rapidamente o incumprimento bem como de cooperativas habitacionais.

Outro problema que, para a API-MA, trava o desenvolvimento do sector imobiliário em Angola tem a ver com a que descreveu de "burocracia excessiva na aquisição do terreno".

Ele ilustrou que a aprovação do projecto habitacional leva até 6 meses e a concessão do título constitutivo da propriedade horizontal pode demorar até 3 meses. A confecção da escritura de propriedade horizontal leva 2 meses a ser efectivada enquanto o registo na Conservatória Predial demora 1 mês.

Para o responsável da APIMA, a falta de estrutura dos órgãos públicos e a alta burocracia reflectem -se

na demora da viabilização dos documentos, na falta de regularização dos documentos por parte dos adquirentes, na não arrecadação de impostos por parte do Estado e na não regularização dos imóveis e na baixa liquidez do mercado imobiliário.

Observou ainda a falta de incentivo ao arrendamento, uma vez que a Lei é mais tendenciosa ao inquilino, o que pode ter como reflexo o facto de o arrendamento ter passado a ser descartado pelos investidores, "o que fará as rendas subirem, pela falta de imóvel".

"Normalmente, primeiro o jovem arrenda e depois, mais tarde compra", frisou o arquitecto Cleber Correa.

Por tudo isso, Cleber Correa propõe, em nome da APIMA, a criação da cobrança de imposto nos terrenos acima de uma determinada metragem, com aumento progressivo ano a ano, caso não haja desenvolvimento do mesmo e a execução rápida da dívida de terrenos há mais de um ano sem pagamento do imposto.

Como alternativa a APIMA propõe a "execução rápida da dívida de terrenos a mais de um ano" e propõe ainda que sejam "concedidas grandes áreas a quem prove capacidade financeira para o seu desenvolvimento".

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 30 a 35 por cento das bombas de água em África estão sem funcionar

Jornal O País

04 De Outubro de 2013

Diz-se que 2 biliões e meio de pessoas não têm saneamento adequado, 5 milhões de crianças morrem todos os dias devido ao consumo de água imprópria, fala-se em 800 milhões de pessoas sem acesso a fontes de água melhorada, estes números assustam, não?

Estes números que referem assustam e assusta olhar para a evolução dos últimos tempos. É verdade que, no que diz respeito à água, tem havido alguns progressos, sendo que estes progressos têm mais que ver com o acesso à água e não propriamente com a questão de saber se a água é de qualidade ou não, portanto ainda há muito caminho para percorrer, mas quando olhamos para o saneamento, o saneamento é verdadeiramente o parente pobre dos dois. E olhando para os últimos anos vemos que os números não estão a melhorar. É verdade que há mais gente com acesso, mas também, com o crescimento da população, acaba por haver muita gente sem acesso.

Temos outro problema, do qual ninguém fala porque não temos mecanismos que meçam isto que vou agora referir a nível global, que é a questão dos retrocessos: Nós medimos quem é que ganha acesso mas não medimos quem é que perde acesso, quando nós sabemos que entre 30 a 35 por cento das bombas de água em África estão sem funcionar. Em termos de ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) elas estão a ser contadas como funcionando, porque a instalação de bombas de água implica um aumento do acesso à água por parte das populações. Só que ninguém está a mediar se aquelas bombas pararam de funcionar e se as pessoas já perderam o acesso. E nós sabemos que isto está a acontecer. Pura e simplesmente não somos capazes ainda de medir estes retrocessos a nível global. Portanto, os números, desculpe a minha nota negativa, mas os números são piores do que aqueles que referiu.

Neste momento fala-se em cooperação pela água. O que é que a comunidade internacional pode fazer para reverter o cenário, quando fala destes retrocessos?

Nós já vimos que quando trabalhamos sozinhos, não só no domínio da água, também noutros domínios, as

coisas não funcionam. Muitos dos problemas que eu vejo quando estou em missão têm que ver precisamente porque as pessoas estão a trabalhar de costas voltadas. A cooperação vem chamar a atenção para o facto de que de costas voltadas uns para os outros não vamos chegar a parte nenhuma. Nós precisamos de maneiras de trabalhar e de abordagens mais completas, em que envolvamos os diferentes parceiros. Um Governo sozinho a implementar o direito à água e ao saneamento não vai longe, tem que trabalhar com a sociedade civil, tem que trabalhar com as populações que estão a ser mais afectadas pela falta de acesso à água. Tem de trabalhar também com a comunidade internacional, com a família das Nações Unidas, com doadores bilaterais. Muitas vezes, aquilo que nós vemos é que cada um destes actores acha que descobriu a pólvora, acha -se detentor das soluções para os problemas da água e saneamento.

Ninguém é detentor da solução. Só quando estamos e trabalhamos juntos, identificando os problemas em conjunto, com as populações, estas abordagens' como se diz em inglês "top down", em que temos um doador que vem impingir ... Vou dar um exemplo: casas de banho. Há populações que não as têm, isso não funciona porque se não trabalharmos em conjunto com a sociedade civil, com as populações, se não explicarmos os benefícios enormes para a saúde, precisamente para evitar as mortes que referiu, para evitar os milhões de dias de doença. Devidas à falta de água e saneamento, todos os anos, aos dias de trabalho e de escola que são perdidos, etc., se não trabalharmos com as pessoas e não lhes explicarmos isso, acontece o que temos visto, em que as casas de banho não são utilizadas, o dinheiro é gasto e são usadas pelas populações como barracas, como depósitos, como casinhas, para armazenar cereais, alfaias agrícolas, para o que for... eu acho que o importante é que... por vezes é verdade que estas abordagens integradas levam mais tempo e dão mais trabalho... e muitas das vezes as autoridades sentem alguma urgência de ter os projectos a andar para frente, mas a verdade é que se não trabalharmos todos em conjunto estes projectos não são sustentáveis e, na minha modesta opinião, estão condenados ao fracasso a médio prazo.

Falou de retrocessos e da necessidade da cooperação entre países, tem exemplos... Já viajou pelo mundo e acompanha estes processos, tem exemplos de uma cooperação que se mostrou eficaz?

Por exemplo, eu estive em missão no Bangladesh, vi o apoio da comunidade internacional àquele país no desenvolvimento de uma solução de saneamento, o Saneamento Total Pilotado pelas Comunidades, que está a ser já aplicado nalguns países africanos,

nomeadamente em Angola, e precisamente pelo facto de serem soluções que estão a ser pilotadas, levadas a cabo pela comunidade, estamos perante ideias, soluções, programas, projectos que têm muito maiores chances de sucesso. E esta abordagem consiste em trabalhar com as comunidades para que elas percebam a importância do saneamento e para fazer nascer na comunidade a necessidade de ter uma boa solução de saneamento por forma, a pôr um fim às mortes e às doenças devidas à fraca qualidade da água e do saneamento. Mas também tenho visto muitos maus exemplos, no pacífico, onde estive no ano passado, há o exemplo em que os doadores querem oferecer aos países estações de dessalinização da água e não percebem que os países não têm capacidade, nem em termos de recursos humanos, para terem pessoas que mantenham as estações, nem sequer têm dinheiro para pagar a energia que é necessária para manter aquelas estações em funcionamento, aqui está um mau exemplo.

Olhando para frente, temos organizações como a CPLP, com países dispersos, com várias realidades, como é que este tipo de cooperação pode ser capitalizado nestes países?

Eu acho que há coisas fantásticas que nós poderíamos fazer no âmbito da CPLP nesta área concreta da água e do saneamento. Porque cada um dos membros da CPLP tem experiências fantásticas, e mesmo pioneiras, nesta matéria. Acho que poderíamos aproveitar, deveríamos aprender uns com os outros. Não temos' que estar de costas voltadas uns para os outros, a tentarmos inventar a roda no nosso cantinho porque, se calhar, algum dos outros nossos parceiros da CPLP já inventaram essa roda. Vou dar o exemplo do saneamento do condomínial, que foi "inventado" no Brasil, que é uma solução de saneamento para comunidades urbanas de fracos recursos, e eu estou a ver que esta solução pode ser implementada com muitas boas chances de sucesso em países africanos de língua oficial portuguesa. Aliás, já vi este sistema em funcionamento, por exemplo, no Senegal, e não vejo porque não se possa implementar noutros países de língua portuguesa.

Em Moçambique, por exemplo, regulador, em vez de ignorar os vendedores de água, que não são licenciados, em vez de os ignorar e proibir, está a fazer o contrário. Está a dizer que eles são actores interessantes, estão a trazer água para uma percentagem significativa da população urbana, vamos trabalhar com eles, vamos regularizá-los, vamos licenciá-los, vamos trabalhar com eles, mas também vamos exigir que prestem serviço de qualidade, que não sejam excessivamente caros para

as populações, etc... É, na minha opinião, outra experiência interessante que poderia servir para inspirar outros países da CPLP que têm ainda percentagens significativas da população urbana a viver em bairros informais.

. Em Portugal, o regulador português desenvolveu um sistema na minha opinião também interessante, do semáforo, para poder aferir do preço da água, da acessibilidade financeira da água e do saneamento por parte das populações. Ele definiu uma determinada percentagem do orçamento familiar que, na sua opinião, deve ser dedicada à água e ao saneamento, não mais do que aquilo. Se houver um município em que aquela percentagem é respeitada o município recebe uma luz verde, se a percentagem já é um pouco mais alta recebe a luz amarela, e se tem uma percentagem ainda mais elevada recebe uma luz vermelha. Isto depois permite intervenções ao nível de cada município por forma a perceber como é que se pode baixar o preço da água, por exemplo, para não excluir nenhuma parte da população do acesso a estes direitos fundamentais. Catarina Albuquerque é relatora da ONU sobre o acesso à água e saneamento, estamos a falar do Ano Internacional de Cooperação pela Água, há alguma perspectiva de trazer resultados melhores, como vê os próximos meses e, acima de tudo, como vê esta cooperação a avançar nos próximos anos?

Agora estamos a viver momentos cruciais em termos de desenho da agenda de desenvolvimento pós 2015, incluindo os objectivos do desenvolvimento sustentável e, nestes próximos dois anos, vai ser crucial a cooperação pela água, pelo saneamento, pela higiene entre os diferentes actores porque a agenda que for adoptada em 2015 vai influenciar o mundo em que vivemos para os próximos quinze anos, ou vinte anos. Eu acho que é uma oportunidade praticamente única de influenciar para melhor o mundo em que vivemos, aprendendo com os erros, mas também com o sucesso, obviamente, e também com os erros dos últimos quinze anos. Para mim, um dos maiores erros que tivemos nos últimos quinze anos foi o negligenciar a questão das desigualdades. O que vemos é que, apesar de haver progressos na questão do acesso à água e ao saneamento nos últimos quinze anos, como no que diz respeito a outros direitos humanos, a verdade é que aquilo que temos visto é a agudização das disparidades dentro dos países e entre países. A cooperação é fundamental, é fundamental trabalharmos em conjunto por forma a diminuir e eliminar as desigualdades, portanto, os dois próximos anos vão ser fundamentais nesta matéria quando estivermos a desenhar a agenda para o desenvolvimento pós 2015. Deixe-me fazer um apelo aos países de língua oficial

portuguesa para que se unam e que sejam um bloco forte nas negociações em Nova Iorque na agenda de desenvolvimento pós 2015 e que insistam na adopção de objectivos e de metas que promovam a eliminação das desigualdades e o acesso universal aos serviços de água e de saneamento e de higiene de qualidade para todos.

8.2 Abastecimento de água abrange mais famílias

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2013

Com a entrada em funcionamento da nova rede de abastecimento, inserida no programa "Água para Todos", mais de 25 mil pessoas da sede comunal vão beneficiar de água potável no domicílio, numa primeira fase. O director provincial da Energia e Águas da Huíla, Abel João da Costa, esclareceu, durante uma visita do governador provincial; João Marcelino Tyipinge, que os trabalhos começaram no início deste ano e estão em 68 por cento da sua execução.

Abel João da Costa disse que o Governo Provincial da Huíla está a empregar 196 milhões de kwanzas no sistema de abastecimento de água potável às populações da comuna, com fundos do Programa de Investimentos Públicos (PIP) .. O diretor disse que, a par da ampliação da rede, estão previstas 400 ligações domiciliárias. Para isso, explicou, nesta fase estão a ser colocados 24 quilómetros de conduta de distribuição de água potável com um diâmetro de 250, 110 e 90 Milímetros. Até terça-feira, a empresa encarregada da execução dos trabalhos tinha já colocado 18 quilómetros de extensão de conduta, dos 24 previstos, disse o diretor provincial da Energia e Água. O diretor acrescentou Que a execução dos trabalhos de alcançar 50 metros cúbicos. Abel João da Costa esclareceu que a nascente da comuna não garante a quantidade de água necessária para abastecer as populações.

Mas, com a abertura de cinco furos, o volume de água para abastecimento vai ser maior. Para além das 400 ligações domiciliárias, o projecto contempla a construção de quatro infraestruturas coletivas, chafarizes com duplas saídas. A administradora da comuna da Huíla, Carme Duarte, disse que o projeto decorre "a bom ritmo" e acrescentou que para a colocação de condutas foram instalados contadores e torneiras em algumas casas. A instalação de um gerador elétrico para alimentar as bombas que fornecem a água dos furos para os reservatórios, está também incluída na obra. O governador da província anunciou que, dentro de pouco tempo,

mais populares que vivem na sede comunal da Huíla são contemplados com água potável. O governador da província, João Marcelino Tyipinge, pediu à empresa executora da obra que cumpra os prazos lavrados no contrato. Abrange ainda a colocação de um tanque metálico que garanta a conservação de 500 metros cúbicos de água, a partir do ponto alto escolhido, junto à Cascata da Huíla. Neste momento, cinco dos quatro furos projetados estão concluídos, precisou Abel João da Costa, acrescentando que a capacidade de armazenamento atingiu os 48 metros cúbicos por hora.

8.3 Água Continua Rara No Bairro Paraíso

Semanário Manchete

04 De Outubro de 2013

O acesso a água potável continua a ser um sonho distante de se concretizar para os moradores do bairro Paraíso, em Cacucaco, sendo obrigados, todos os dias, a percorrerem longas distâncias em busca do precioso líquido Márcia Oliveira, residente no bairro há doze anos, disse que a falta de água canalizada ou de chafarizes, faz com que todos os moradores dependam somente da água vendida através de tanques (reservatório), estando os preços a custar os "olhos da cara". Por exemplo, a banheira de 25 litros custa 60 kwanzas, enquanto o bidão de vinte litros é cobrado 50 kwanzas.

"Nos casos em que a água está difícil os preços também sobem", disse Márcia Oliveira, adiantando que, para evitar os preços, muitos moradores preferem percorrer até às proximidades da Vila de Cacucaco, a fim de comprarem a água nos chafarizes onde o bidão custa apenas 5 kwanzas.

Por seu turno, Catarina Rufino acusou as autoridades municipais de nada fazerem para minimizar o sofrimento dos moradores. "Há uns três anos recebemos promessas da administração municipal que havia de instalar chafarizes em todo bairro e a comissão de moradores foi responsabilizada a identificar os locais para o efeito, mas até agora nada e ninguém mais fala disso", lamentou.

Idalina Sebastião é revendedora retalhista de água há mais de cinco anos. Apesar disso, a mesma também reclama dos preços de aquisição nos camiões cisterna. Normalmente, a cisterna de sete mil litros compra no valor de 7 mil 500 Kz e em tempo chuvoso a cisterna com a mesma capacidade pode custar 9 a 10 mil kwanzas. "Os camionistas queixam-se do mau estado das vias de acesso, visto que a terra em toda extensão do bairro é argilosa e apresenta inúmeras elevações e

descidas. Isso impossibilita a circulação dos veículos, quando estão carregados", explicou.

Entretanto, no bairro Paraíso residem cerca de 500 mil famílias, maioritariamente de baixa renda. Além da falta de acesso a água potável, enfrentam igualmente outros problemas, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica, serviços de saúde e saneamento. É também dos bairros do município de Cacucaco onde a delinquência juvenil é muito elevada, sendo que grande parte dos jovens são desempregados e muitos deles têm unicamente o serviço de moto-táxi, vulgo Kupapatas, como a sua única fonte de sustento.

A administradora de Cacucaco, Rosa Janota, disse recentemente que estão em curso projectos que vão melhorar a vida daqueles moradores. Em 2007 o Executivo angolano implementou o Programa Água para Todos, para garantir água potável a todas as comunidades.

Até a presente data 53 por cento do projecto já foi executado. A meta é que até 2017, 80 por cento da população seja beneficiada. Segundo o plano de acção para o sector das águas, um investimento global previsto para o quinquénio 2013 - 2017 é de cerca de 5,94.000 milhões de dólares dos quais, 5,89 destinados a acção de ampliação dos sistemas de abastecimentos água e saneamento das capitais provinciais, ao abastecimento às redes municipais e áreas rurais através do «Programa Água para Todos».

8.4 Seca provoca ausência de alunos e professores

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2013

As delegadas à primeira assembleia provincial da Organização da Mulher Angolana (OMA) no Cunene reafirmaram, no sábado, a sua preocupação pela ausência de alunos e professores nas escolas, sobretudo no meio rural, devido à seca que se regista na região.

De acordo com o comunicado final da assembleia realizada na cidade de Ondjiva, esta situação já provocou o encerramento de algumas salas de aulas, porque os alunos são obrigados a deslocarem-se das suas áreas à procura de água para o gado. As delegadas à assembleia solicitaram maior intervenção do Governo para impedir as crianças em idade escolar de se dedicarem à venda ambulante e pediram aos empresários para darem o seu apoio às populações afetadas. Na sessão, em que participaram mais de 270 militantes oriundas dos seis municípios

da província, foi aprovado o calendário de atividades desenvolvidas pela OMA durante o período de 20 11 /20 13 e o cronograma de acções a serem desenvolvidas nos próximos quatro anos.

8.5 Energia e Águas

Semanário Angolense

05 De Outubro de 2013

A deficiente distribuição desses dois bens de consumo básico, em conjunto com o pouco acesso à educação e à saúde de qualidade, foi (é) uma das maiores reclamações da população, em especial dos jovens, uma vez que afecta directamente o seu desempenho enquanto estudantes (e não só). É verdade que se verificam avanços. Tímidos, mas avanços. O ministro do pelouro já veio publicamente assumir como meta que haja energia eléctrica e água canalizada em todos os municípios do País em 2017. Mas que avanços houve realmente? Que percentagem de angolanos tem acesso a esses dois bens essenciais? Afinal, o «pisca-pisca» e o «conta-gotas» que parecem perseguir os angolanos, que nem peste aziaga, será mesmo por causa de insuficiência de meios, ou por incompetência dos quadros ou ainda por máfia de alguns trabalhadores do sector, que são também os donos das lojas dos geradores, dos PT's e dos camiões cisterna, pelo que a água e luz permanentes acabariam por lhes estragar o negócio? Essa é uma pergunta que a esmagadora maioria dos cidadãos gostaria de ver respondida na voz do Presidente, até porque já a deve ter em mãos, por ter como obter informações classificadas a propósito. Será que o PR a vai «dividir» com os seus governados? Seria bom.

8.6 Fornecimento do emprego depende da oferta de água e luz

Semanário Factual

05 a 12 De Outubro de 2013

A Promoção do emprego e o aumento da produção nacional em Angola só será possível quando forem removidos os escolhos que impedem a distribuição generalizada de água e energia eléctrica por todo o país. Sem estes bens é impensável dinamizar no país uma indústria competitiva e rentável.

Até o momento, abrir uma padaria ou um restaurante representa um investimento de algum risco, pelo facto da escassez de água e de energia eléctrica. A ausência desses dois bens sobrecarrega o preço final dos produtos e bens feitos em Angola. É por conta dessa anormalidade que se regista um elevado receio de se apostar seriamente em projectos industriais.

Por isso, é fundamental que se eliminem as obstruções e resistências (subjectivas) ao incremento das políticas de industrialização e da restauração do sector agrícola. Mas para que tudo isso seja factível é importante aprovar um conjunto de mecanismos técnicos, jurídicos e políticos que dêem suporte a esse processo de desenvolvimento económico.

De um modo geral, o fomento do emprego e da produção nacional dependem da evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também do acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político.

Ao abordar este tema, o coordenador do grupo de acompanhamento do Bureau Político do MPLA ao Kwanza Sul, Manuel Nunes Júnior, disse que já foram dados passos importantes no país para a estabilidade macroeconómica. Agora, o grande objectivo é promover a criação de mais empregos, sobretudo para os jovens.

Acrescentou ser necessário que a produção nacional cresça, porque só com a produção nacional é que se poderá aumentar o número de empregos e, com isso permitir um maior rendimento às pessoas.

Para Manuel Nunes Júnior, se isto for feito "estaremos a garantir dois aspectos fundamentais, criando uma economia livre de divisas, porque deixaremos de importar algo que passa a ser produzido localmente no país e, por outro, estaremos a criar emprego que é um aspecto fundamental".

Argumentou que quando o país importa produtos está a contribuir para a criação de postos em outras áreas, enquanto que ao produzir-se a nível nacional cria-se emprego localmente, daí que o foco deve ser a diversificação da economia para a produção nacional, a substituição das importações e a promoção de exportações importantes que garantam uma balança de pagamentos cada vez melhor.

Os objectivos principais do Plano de Desenvolvimento é promover o desenvolvimento equilibrado do território. Por este facto, acrescentou que a mensagem é de trabalhar para a criação de empregos para maior rendimento das pessoas e fazer com que todos possam tirar benefícios do grande crescimento que o país está a registar.

"O crescimento económico por si não significa nada se as pessoas não sentirem em suas casas que a vida está a melhorar. Isso só é possível dando emprego às pessoas, e uma das formas de distribuímos o rendimento nacional é através do emprego com salários apropriados para que cada um de nós possa

sentir-se autónomo e capaz de gerir à sua vida e da sua família de maneira adequada", acrescentou.

8.7 Executivo investe milhões na água

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2013

O Executivo está a Investir 220 milhões de dólares na província do Cunene para distribuir água às localidades de Xangongo, Humbe, Móngua, Missão da Móngua, Mbulunganga, Ondjiva, Olhole, Hungo, Chled1 e Anhanga.

Lançado em Novembro de 2008, projecto vai contribuir para minorar as consequências da seca na província Dentro de 15 dias entra em funcionamento a estação de captação e tratamento de água de Xangongo.

A informação foi dada por Carolino Mendes, representante do Ministério da Energia e Águas, quando dissertava sobre a "Seca no Sul de Angola e as soluções para o abastecimento de água potável", no âmbito do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, que termina hoje em Luanda.

O encontro teve a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, Adão de Almeida, o governador da província do Cunene, António Didalelwa e administradores municipais. Nova estação de tratamento

A construção da estação de captação e tratamento de água, e da respectiva tubagem, num percurso de 1 ao quilómetro entre Xangongo e Ondjiva, é o maior projecto do Executivo no domínio das águas, fora de Luanda, desde a independência do país.

Carolino Mendes salientou que, no quadro do Programa Água para Todos, foram já construídos, no Cunene, três sistemas e-30 pontos de abastecimento de água, além da reabilitação de mais oito pontos.

Apesar de o Cunene ser o centro da problemática da seca em Angola, existem outras regiões nas províncias da Huíla, Namibe, Benguela e Kuand-Kubango, onde também estão a ser construídos pontos de exploração de água subterrânea.

O especialista disse, ainda, que o Sul de Angola vive uma situação extrema, resultante de alternância entre chuvas em abundância e longos períodos de estiagem, devido às variações climáticas, daí a necessidade de conceber projectos profundos capazes de inverter a situação.

Carolino Mendes disse estarem em curso projectos de médio e longo prazo, que passam pela elaboração, até 20 17, de 22 planos de gestão das principais bacias hidrográficas do país, e a construção de barragens, canais e chimpacas para a retenção de água durante o período da chuva. "Vamos poder acudir às necessidades da população e do gado em tempo de estiagem", sublinhou. O fórum, que termina hoje, prosseguiu ontem com a abordagem sobre o "Funcionamento dos conselhos de auscultação e concertação social", "Grandes projectos urbanos e políticas de governação", "Gradação de Angola de país menos desenvolvido a país de desenvolvimento médio", entre outros temas.

8.8 Senado da Câmara continua em estado 'calamitoso'

Jornal de Angola
07 De Outubro de 2013

É lamentável o estado em que se encontra a Rua Soba Mandume, mais conhecida por, Senando da Câmara, distrito urbano do Rangel. Os moradores esperam há mais de um ano, que terminem as obras de restauro e a via abra ao trânsito.

A rua foi fechada ao trânsito de viaturas e as obras começaram. O asfalto foi retirado, dando lugar ao barro vermelho. Por razões desconhecidas, a empreiteira abandonou os trabalhos e começaram a surgir os lamaçais e grandes buracos. Uma boa parte da rua está transformada em lixeira. E são formados pequenos charcos de água proveniente dos esgotos.

Hoje, as obras recomeçaram, embora a um ritmo lento. Os montes de lixo, os enormes buracos e as águas estagnadas, que deixam um cheiro nauseabundo no ar, representam um atentado à saúde dos moradores e de quem se arrisca a transitar pela rua.

Há quem classifique a Senado da Câmara como a "rua dos horrores". Para completar o cenário decadente, surge o "prédio sujo": Não há palavras que descrevam as condições precárias do edifício.

A via já recebeu várias obras de restauro, mas não duraram muito, porque logo voltou a ficar degradada. E preciso um trabalho de grande profundidade.

José Manuel Vieira mora na Rua Senado de Câmara. Recebeu garantias da Administração Municipal do Rangel de que o mau estado da via tem os dias contados e quando as obras ficarem concluídas, fica com uma nova imagem. Com a via fechada, disse o morador, está difícil circular porque vias alternativas

do bairro também se encontram degradadas. Está tudo esburacado. As obras de reabilitação da Rua Senado da Câmara decorrem a um ritmo muito lento e esta situação tem causado grandes transtornos aos moradores e transeuntes.

Há quase dois anos que os em preiteiros trabalham na rede de esgotos. Um dos empreiteiros da obra disse que não há data para a conclusão das obras. As obras na Rua Senado da Câmara envolvem a reestruturação da rede de esgotos e o tapete de asfalto.

8.9 Obras contratadas registam atrasos

Jornal de Angola
11 De Outubro de 2013

Os atrasos na execução das obras de reabilitação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água do Luangando, no município do Luçapa, e do Sachicuco, no município do Cambulo, deixaram insatisfeito o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, que avaliou a aplicação dos projectos do sector na província da Lunda-Norte.

No final da visita às obras, o secretário de Estado das Águas concluiu que "os atrasos são substanciais", considerando o avançado estado de degradação das infra-estruturas, Luís Filipe da Silva chamou a atenção ao empreiteiro para que ultrapasse os constrangimentos e garanta celeridade às obras, lembrando que o Governo já disponibilizou as verbas para o pagamento da primeira prestação dos projectos de recuperação dos sistemas de águas do Luangando e Sachicuco.

"São contratos celebrados a nível do governo provincial e que tiveram o nosso acompanhamento, mas até agora registamos morosidade no arranque da empreitada", lamentou Luís Filipe da Silva.

O secretário de Estado disse que o Ministério da Energia e Águas, em parceria com o governo local, vai trabalhar com o empreiteiro no sentido de haver maior celeridade na execução da obra, que faz falta a milhares de habitantes. "Apelo ao governo provincial para que disponha de uma consultoria apropriada, sobretudo de um projectista, para acompanhar a execução dos trabalhos", disse. O secretário de Estado informou que após a reabilitação das estações de captação e tratamento d água do Luangando e Sachicuco, vai ser feito novo contrato por meio de concurso público para a reabilitação da rede de

distribuição de água potável nas cidades de Nzagi e Lucapa.

O secretário de Estado salientou que o objectivo do Executivo é garantir o abastecimento de água potável às populações sem todas as sedes municipais até 2017. "Os municípios de Lucapa e Cambulo constam das prioridades, por beneficiarem de projectos financiados pela linha de crédito da China."

Luís Filipe da Silva considerou satisfatória a aplicação do programa "Água para todos" a nível da província da Lunda-Norte, que visa garantir o abastecimento às povoações, sede comunais aldeias. O programa, recomendou o secretário de Estado das Águas, "deve continuar para que se atinja a meta traçada pelo Executivo, de modo a alcançar um nível de cobertura de 80 por cento nos próximos dois anos". Durante a visita à Lunda-Norte, Filipe da Silva inaugurou o sistema de abastecimento de água do Luo, município de Lucapa, que vai beneficiar cerca de duas mil pessoas.

Com capacidade para 40 mil litros de água por dia e uma rede de distribuição composta por cinco chafarizes, o sistema vai funcionar movido pela energia de painéis solares.

8.10 Vários moradores dizem que hoje se vive melhor nos musseques do que na cidade

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2013

A Rua Fernando Brique, à Mutamba, está em péssimo estado, o que provoca grandes incómodos aos moradores e transeuntes, que dia a dia são obrigados a conviver com o mau cheiro de esgotos rebentados. A situação piorou há dois meses, quando rebentou mais um cano esgoto. Até agora nada foi feito. O saneamento básico está em falta. O mau cheiro é insuportável. A saúde pública está em perigo nesta rua da Baixa de Luanda, transformada num rio de esgotos. E as coisas pioram de dia para dia. É esgotos atrás de esgotos a rebentarem na rua. Leopoldino Barroso é gerente de um dos restaurantes e morador" na Rua Fernando Brique.

Disse que há muitos anos. que o saneamento básico rebentou. A rua hoje é caracterizada por esgotos a correr a céu aberto, que deixam um cheiro nauseabundo no ar.' E o mais preocupante é existirem restaurantes por perto. O mau cheiro está a afugentar a clientela.

O morador Leopoldino Barroso disse que várias vezes já reclamou junto da Empresa de Limpeza e

Saneamento de Luanda (EUSAL), encarregada da limpeza dos esgotos entupidos, mas até ao momento nada se fez. A ELISAL alegou falta de viaturas disponíveis para fazer o trabalho. Os moradores da rua pedem ao Governo Provincial de Luanda que acabe com o rio de esgotos e lhes garanta um mínimo de conforto. Facina Alberto trabalha na Rua Fernando Brique há mais de 20 anos. O funcionário da loja Bossa-nova Comercial fez comparações da cidade com o musseque: "Luanda já foi cidade. Hoje só existe lixo. São esgotos atrás de esgotos a rebentarem.

Rupturas de águas. Vive-se melhor em alguns musseques. Pelos menos lá não convivemos com maus cheiros".

8.11 Limpeza dos esgotos arrancou ontem

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2013

Os moradores e comerciantes da Rua Fernando Brique estão satisfeitos. A rua, localizada no distrito urbano da Ingombota, está a beneficiar de trabalhos de limpeza e reparação dos esgotos.

Depois da publicação no Jornal' de Angola de uma reportagem sobre o mau estado daquela artéria da cidade, uma equipa da Unidade Técnica do distrito urbano da Ingombota começou um trabalho de limpeza e reparação dos esgotos.

Os trabalhos começaram a todo o gás. Mas, devido a uma avaria da máquina de sucção, exactamente no momento da limpeza, os quatro trabalhadores da Unidade Técnica do distrito urbano da Ingombota só fizeram a limpeza de um esgoto.

Para infelicidade dos moradores e comerciantes, que aplaudiram a iniciativa da administração da Ingombota para a melhoria do saneamento básico da rua, a limpeza ficou pela metade.

Sem condições de continuar os trabalhos, a equipa aguardava pelo mecânico ou pela ajuda da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) para dar continuidade aos trabalhos.

Um dos trabalhadores envolvidos na actividade disse à nossa reportagem que a Unidade Técnica do distrito urbano da Ingombota tem apenas uma máquina de sucção para a limpeza profunda dos esgotos, o que tem dificultado a realização dos trabalhos.

"A falta de meios tem dificultado' nosso trabalho. Existe apenas uma máquina para todo o distrito da Ingombota", afirmou.

Esgotos entupidos

O trabalhador da Unidade Técnica do distrito urbano da Ingombota reconheceu a falta de limpeza e manutenção regular nos sistemas de esgotos, o que provoca o seu rebentamento.

Os esgotos estão entupidos com resíduos sólidos que impedem a 'passagem de água.

E necessária uma limpeza geral e profunda no sistema de esgotos da província de Luanda.

Esgotos a céu aberto e rupturas de águas que deixam as ruas da província de Luanda alagadas e encharcadas acontecem diariamente por toda a cidade. Há quem diga que Luanda está a rebentar aos poucos. É verdade.

8.12 Zonas periféricas têm mais água potável

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2013

O director provincial de Energia e Águas, Jorge Andrade, revelou ao Jornal de Angola que mais de 900 mil famílias que vivem em zonas periféricas da cidade do Huambo e sedes dos municípios e com unas beneficiam, desde 2007, de água potável, no âmbito do programa "Água para Todos".

Jorge Andrade garantiu que o projecto, integrado no programa de combate à pobreza, prevê o fornecimento de água a mais famílias do Huambo, com a abertura de novos furos e construção de sistemas de captação e distribuição.

"O programa não pode ser visto apenas numa perspectiva de fornecimento de água, mas também na melhoria da saúde e qualidade de vida das populações", sublinhou, notando que a aposta é a sua extensão, a médio e longo prazo, às aldeias e ombalas.

O responsável da Energia e Águas referiu que o Governo Provincial do Huambo apostou este ano na construção de mais de 60 pequenos sistemas de abastecimento de água, para reforçar os já existentes nas zonas periféricas dos principais centros urbanos da província.

Na cidade do Huambo estão em construção 14 pequenos sistemas de abastecimento de água nos novos bairros que surgem na periferia.

Jorge Andrade recordou que a cidade do Huambo concentra 60 por cento da população da província, que ainda enfrenta alguns problemas de abastecimento de água. "Pretendemos acompanhar o crescimento da cidade com a melhoria do abastecimento de água potável", sublinhou, acrescentando que já foi definido um projecto para a construção de uma nova central de captação e distribuição, a partir do rio Cunhongâmwa, para abastecer a zona industrial da Caála e a nova centralidade do Kora Angola, a oeste da cidade.

Apesar de alguns constrangimentos, a rede de distribuição de água é alargada a mais localidades, levando as populações a encurtarem as distâncias para as fontes de abastecimento, reconheceu.

Contadores pré-pagos Jorge Andrade disse que até finais do próximo ano são instalados 250 pára-raios em todos os sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais, para prevenir descargas eléctricas que têm causado muitas mortes, assim como contadores pré-pagos.

O director de Energia e Águas adiantou que mais de 19 mil ligações domiciliárias são concluídas nos próximos três anos nos bairros São João, Calomanda e São Pedro, na cidade do Huambo, uma empreitada a cargo da empresa chinesa CEIEC. A expansão da rede de distribuição de água à cidade é um "trabalho de grande envergadura", por cobrir cerca de 45 quilómetros de rede.

Depois da conclusão das 19 mil ligações são definidas as tarifas de cobranças e a montagem de contadores de sistemas pré-pagos, que já existem na cidade do Huambo, referiu. O Governo Provincial está a estudar a viabilidade do abastecimento de água potável à cidade do Huambo e às vilas da Caála e Tchicala Tcholohanga através de um sistema de captação e bombagem a partir da barragem hidroeléctrica do Ngove, no município do Cuima. Actualmente, a cidade do Huambo é abastecida através da estação de tratamento de água do rio Culimahála, que tem capacidade para 1.360 metros cúbicos por hora.

8.13 EP AL paralisa construção dos reservatórios de água

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2013

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) suspendeu temporariamente, na sexta-feira, o programa de construção de novos reservatórios de água para o sector C do Quilómetro Nove, município de Viana, devido à pouca segurança na localidade.

O porta-voz da empresa pública, Domingos Paciência, disse ontem, à Angop que a decisão da EPAL se deveu ao facto de, na passada semana, quatro técnicos da empresa terem sofrido um assalto à mão armada quando trabalhavam naquela circunscrição. O crime, acrescentou, foi protagonizado por um grupo de meliantes ainda não identificado.

Domingos Paciência salientou que, há cerca de 15 dias, um outro trabalhador da EPAL já tinha sido vítima de um assalto, praticado por um indivíduo munido de uma arma de fogo do tipo AKM, tendo, além de agredido, roubado haveres ao técnico da EPAL.

Devido às duas ocorrências, a direcção da empresa decidiu interromper os seus trabalhos naquela zona de Viana, até estarem criadas condições de segurança na circunscrição, declarou Domingos Paciência.

Uma fonte ligada ao Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional disse à agência de notícias Angop estar já solucionado o problema de insegurança e garantiu tranquilidade na zona.

A Polícia "Nacional, de acordo com a Angop, intensificou o patrulhamento e o processo de buscas e capturas de presumíveis delinquentes, no sentido de reduzir as acções dos meliantes na zona.

8.14 692 Metros cúbicos por dia

Jornal O País

18 De Outubro de 2013

O director Nacional de Águas, Lucrécio Costa, garantiu em Luanda que o Sistema de Abastecimento de Água na capital do país pode produzir, a partir de 2017, mais de 692 mil metros cúbicos por dia, quase o dobro da capacidade actual (433 mil e 200).

O responsável esclareceu que o futuro do abastecimento de água no país passa por criar condições para servir (de forma regular e contínua), a maior percentagem da população possível, com a

progressiva elevação da qualidade de serviços.

8.15 Falta de água e luz preocupa moradores do kalawenda

Jornal Continente

18 De Outubro de 2013

Os mesmos contaram à nossa reportagem que Kalawenda é constituído por 32 quarteirões e até à data presente nunca teve iluminação eléctrica, bem como o precioso líquido. Eles lamentam o facto de alguns bairros vizinhos, muitos dos quais mais novos do que deles, já beneficiam de água canalizada e luz e para eles nada dizem.

Mamã Branca da Conceição, 57 anos, uma das moradoras contou que o sector das quinhentas casas quando passou a beneficiar de água, foram informados pelos responsáveis, afectos àquela circunscrição pertencente ao município do Cazenga que a água para eles viria do bairro Malueca .

A mesma fonte revelou que preocupados com a situação, num total de sessenta moradores, foram à casa do administrador comunal do Tala Hady apresentar a preocupação que lhes aflige. Segundo o mesmo, Kalawenda pertence ao município de Cacuaco.

Tentando livrar-se da pressão dos desapontados com a situação, o aludido administrador prometeu aos moradores a sua ida àquela zona, acompanhado da EDEL e EPAL para melhor falar explicações e se fazer o levantamento das casas para o efectivo abastecimento.

Na esperança de verem seu problema resolvido, organizados, cada morador contribuiu com um valor de 100 Kwanzas para prepararem uma calorosa recepção as aludidas comissões, EDEL e EPAL, que se fariam acompanhar do administrador já que se tornara uma promessa. Cansados de esperar, telefonaram para o mesmo, ao que respondeu que estava reunido com a ministra do Comércio.

"Quando molhamos o dedo para o exercício de votos, fizemo-lo e elegemos aquele que está no poder, e agora é este que não nos vê como seus eleitores, merecemos algum carinho que passa pelo fornecimento deste precioso liquido", lamentaram.

A fonte explicou que até a esquadra da polícia também tem vindo a conhecer a escuridão.

Fernanda Bimbi, uma das moradoras que vive 'naquele bairro desde 1998, contou que vive junto de um campo de futebol onde tem havido sempre

eventos e maratonas. Segundo ela, a falta de iluminação pública está na base da delinquência que não lhes deixa circular em paz e faz com que os meliantes, não identificados, assaltem casas, retirando motorizadas, electrodomésticos e outros bens duradouros e não duradouros.

Contactado pela nossa reportagem, Simão Ferreira Neto (Simones), administrador comunal do Tala Hady, referiu que Kalawenda é um dos bairros que ainda tem um dos problemas de água uma vez que ainda não está completado o programa para aquele bairro. Segundo ele, ao longo da semana passada recebeu cerca de cento e cinquenta munícipes que vieram expor os seus problemas.

No entender do administrador, as pessoas que foram expor os seus problemas ligados a essa situação não ficaram bem esclarecidas. Para ele a nível do Kalawenda estão a cumprir com um programa que está já elaborado, referindo que uma parte já tem água e a que não tem é a que faz fronteira entre Cacuo e Viana.

Simão Neto disse que já programaram uma visita conjunta ao local entre a administração comunal, a EPAL e a EDEL no sentido de poderem resolverem esta situação o mais rápido possível.

No entanto, reconhece a reclamação dos moradores e revelou que a nova divisão administrativa da província de Luanda ainda está a criar alguns transtornos porque algumas áreas ainda continuam sob responsabilidades anteriores, querendo dizer que o quarteirão 19 e 20 ainda tem o problema de interpretação administrativa. "Futuramente, de acordo com a nova divisão, elas já não vão fazer parte ao Cazenga e ao Tala Hady porque a divisão será na rua das bananeiras. Isto implica dizer que a nossa administração por enquanto deverá resolver a situação daquele bairro. Daí que nós programamos a visita ao local com essas duas empresas vocacionadas, uma vez que algumas informações foram mal dadas às respectivas empresas", garantiu.

Esse problema, referiu, será resolvido faseadamente uma vez que Kalawenda é um bairro muito vasto, tendo começado na oitava avenida e termina na fronteira de Cacuo e Viana.

8.16 Sector das águas beneficia de fortes investimentos em cinco anos

Jornal O País

18 De Outubro de 2013

A realização da 1ª Conferência Internacional sobre Energia e Águas, em Luanda, trouxe a nu os imensos problemas que este sector vive, consubstanciado na gritante falta de quadros e da inoperacionalidade dos sistemas que contribuem para que os défices de energia e água ainda prevaleçam. Mas uma coisa há a reter: precisa-se de um novo impulso e o mote foi lançado com esta conferência, que agregou também uma feira.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, está optimista por dias melhores e garantiu mesmo que o subsector das águas vai nos próximos cinco anos beneficiar de fortes investimentos com vista à melhoria da distribuição do precioso líquido com qualidade e viabilidade a nível de todo o país.

O ministro referiu que 'este investimento vai garantir a execução de projectos estruturantes para o aproveitamento das potencialidades hídricas e energéticas'.

Avançou que o Executivo tem feito uma aposta forte na reorganização dos serviços básicos de produção e distribuição de energia, na gestão de recursos hídricos e nos serviços de abastecimento as populações, destacando as acções contidas no Plano de Acção do sector de energia e águas para o período 2013/2017, que, em seu entender, 'tem um papel preponderante na prossecução dos objectivos globais definidos na Estratégia Angola 2025'.

João Baptista Borges disse igualmente que a realização desde evento na capital angolana atingiu os objectivos preconizados de colher experiências e buscar possíveis soluções para contribuir na melhoria do fornecimento de energia e água à população do país, tendo ressaltado que o evento decorreu com assinalado sucesso e atingiu os objectivos pretendidos de garantir um melhor fornecimento de energia e água à população.

Considerou que, durante três dias, alguns dos problemas mais importantes do sector foram apresentados e discutidos de forma clara e rigorosa, por prelectores nacionais e estrangeiros de 'grande' valia científica e técnica. 'O certame contou com cerca de 850 participantes inscritos, dos quais 34 oradores, e decorreu sem problemas organizativos, com sessões de grandes qualidades científicas e técnicas. É com certeza um êxito a destacar', referiu,

indicando, entretanto que sendo o primeiro fórum do género, o Ministério da Energia e Águas (Minea) fez o esforço de trazer para o encontro o maior número de especialistas nacionais e estrangeiros de craveira internacional.

130 Localidades vão beneficiar de água até 2017

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, disse no evento que o sector regista uma insuficiência de infra-estruturas e uma cobertura inadequada, enfatizando por isso que as acções contidas no Plano Estratégico de Águas que contem várias acções como a realização de obras de reabilitação em todas as províncias do país.

Dos projectos lançados, o secretário de Estado das Águas, realçou que 130 localidades vão beneficiar até 2017 de água, nomeadamente as sedes provinciais, municipais e comunais, disponibilizando um abastecimento regular.

Anunciou que vão ser criadas novas empresas de água e saneamento em Benguela, Huambo, Uíge, Bie e Cunene e se fará um investimento acentuado no saneamento básico, para melhorar a salubridade das vilas, aldeias e outras localidades'.

Destacou o facto de o programa 'Água para Todos' de iniciativa presidencial estar a melhorar a situação das populações nas localidades abrangidas, com efeitos na saúde pública e que as mulheres têm mais tempo para se dedicarem a outras tarefas. A este propósito citou o facto de 4 milhões de pessoas contarem com sistemas de abastecimento de água.

Programa 'Água para Todos beneficia dois milhões de pessoas Entretanto, o consultor do secretário de Estado das Águas, Paulo Jorge Ringote disse que a implementação do Programa 'Água para Todos' já permitiu o acesso ao líquido a 2,5 milhões de habitantes, tendo alargado a cobertura de abastecimento ao meio rural em 55,2 %.

Este especialista, que interveio no decurso da 1ª Conferência Internacional sobre Energia e Águas, acrescentou que o Executivo tem como meta, no quadro deste programa, a construção e reabilitação de cerca de dois mil furos e uma taxa de cobertura de 100 % nas zonas urbanas, duplicando, deste modo, os actuais 57 % de abastecimento.

Segundo disse, os objectivos do programa passam pelo aumento da oferta de água potável às populações residentes nas zonas rurais, 'mediante a promoção de soluções simples' e por estimular a produção nacional e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, contribuindo assim para a redução da pobreza.

8.17 Abastecimento está reduzido em Luanda

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2013

A Empresa Pública de Águas (EPAL) anunciou ontem, em comunicado, que o abastecimento de água potável vai ser reduzido, algumas localidades da província de Luanda,

A redução do abastecimento decorre do facto de a empresa ter paralisado temporariamente o funcionamento dos grupos de electro-bombas de distribuição a partir do centro do Marçal (CD-Marçal) por um período de 15 dias.

A paralisação deve-se a uma avaria registada na conduta DN 600 milímetros de transferência Marçal-Maianga, localizada na rua Mandume.

Como consequência, os bairros Maculusso, Madeira e Vila Alice, além do Largo dos Ministérios, têm o consumo reduzido.

8.18 EPAL paralisa electrobombas de distribuição de água do Marçal por 15 dias

Folha 8

De 19 a 26 de Outubro de 2013

A Empresa Pública de Águas (EPAL-EP) anunciou / quarta-feira, 16, ter sido forçado a paralisar os grupos de electrobombas à partir do centro de distribuição de água do Marçal (CD-Marçal), por um período de quinze dias.

Uma nota de imprensa da EPAL refere que esta interrupção se deve a uma avaria registada na conduta DN 600 milímetros de transferência Marçal-Maianga, localizada a rua Mandume. Como consequência desta paralisação, se registará ma redução de abastecimento de água potável em 4 zonas, designadamente Maculusso em toda sua extensão, bairro da Madeira, Vila-Alice e Largo dos Ministérios.

8.19 A revolução na energia e águas

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2013

Está em marcha uma revolução nos importantes sectores da energia e águas, representando a vontade do Executivo em melhorar os serviços de energia águas na perspectiva geral da melhoria das condições de vida dos angolanos.

Esta revolução está enquadrada no impressionante investimento que vai ser feito pelo Executivo, até 2017, que ultrapassa os 20 mil milhões de dólares.

O número crescente de habitantes nos centros urbanos, o estado degradado dos equipamentos, o vandalismo, o estabelecimento de novas centralidades implica o aumento da procura destes serviços.

Em Luanda existe um défice energético. A cidade é abastecida pelas barragens de Capanda, Cambambe e Mabubas, além de centrais térmicas. Mesmo assim, é insuficiente de Executivo tem em carteira projectos para multiplicar por cinco a capacidade de oferta em todo o país.

Nas águas o panorama ainda não é o desejado e o Executivo está a fazer investimentos avultados para reverter este cenário. O Programa Água para Todos visa atingir a cifra de cobertura no meio rural de 80 por cento. Está também em curso a reabilitação, ampliação e construção de sistemas de abastecimento de água, com a pretensão de atingir os 100 por cento de cobertura nas zonas urbanas, em todo o país.

Existe igualmente o Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas que, além de outras atribuições, permite instituir em várias províncias, empresas públicas de água. Este programa, em curso, tem igualmente reabilitado inúmeros sistemas de águas nas províncias.

No caso de Luanda, onde existe uma população de seis milhões de habitantes, a capacidade dos sistemas que abastecem a cidade apenas chega para metade deste número. Para solucionar estes problemas, estão em construção duas estações de captação no rio Kwanza, Bitá e KiLonga Grande, com início previsto para o próximo ano.

Até 2017, o Executivo pretende que 100 por cento da população dos meios urbanos seja abrangida pelo fornecimento de água e 80 por cento no meio rural.

Outro dado que é preciso considerar: decorrem obras de grande vulto nas barragens de Cambambe, Laúca e Caculo Cabaça.

Os valores investidos nestes projectos são muito elevados e requerem um esforço enorme por parte do Executivo. A execução de todos estes projectos e programas requer tempo e a sua eficiência é sentida no médio prazo, após a sua conclusão.

Esta é mais uma prova do compromisso assumido pelo Executivo em melhorar, com projectos e programas concretos a vida dos angolanos. É importante que estes projectos sejam conhecidos e

igualmente saber porque razão muitas vezes os serviços não estão disponíveis.

Com os projectos em curso e o que começam em breve, Angola no médio prazo vai ter serviços de energia e águas de excelência e a vida dos angolanos vai melhorar significativamente.

Para isto, basta continuar no mesmo rumo de desenvolvimento, fazer estudos e executar projectos em áreas estratégicas para reverter o cenário actual.

A recente Conferência Internacional que se realizou em Luanda revelou muitos dados aqui lançados e deixou no ar a esperança, para os angolanos, de que os sectores da água e energia vão conhecer brevemente importantes mudanças que vão trazer uma disponibilidade melhor e maior em relação aos importantíssimos factores que são a água e a luz, indispensáveis à vida humana.

8.20 Dique no Cubal da Hanha desvia água para Cavaco

Jornal de Angola

23 De Outubro de 2013

Os trabalhos de construção do dique de transporte de água do Rio Cubal da Hanha, no município do Cubal, para o Rio Cavaco, em Benguela, ficam concluídos até finais de Dezembro.

O encarregado da obra, Pan Desheng, assegurou à Angop que os trabalhos de construção do dique sobre o Rio Cubal da Hanha e do túnel de transferência de água para o Rio Cavaco, iniciados em Setembro, ficam concluídos até finais de Dezembro, num percurso de cinco quilómetros, ao qual se reservam apenas trabalhos de limpeza.

A obra, destinada a apoiar o sector agrário na região, está a ser efectuada desde a sua origem, passando pelo vale do Caimbambo ao Cavaco, em Benguela, numa extensão de mais de 150 quilómetros.

Para o presidente da associação dos agricultores em Benguela, Manuel Monteiro, a entrada em funcionamento deste sistema reveste-se de grande importância, tendo em conta aos vales existentes no seu percurso, o que vai propiciar o relançamento da actividade produtiva nesta região.

"Os benefícios deste projecto vão além do interesse da actividade agrícola, uma vez que o sector da energia e águas é um potencial usuário deste bem, tendo em conta os furos existentes no Cavaco que vão contribuir para melhorar o abastecimento, em

termos de quantidade e qualidade, aos utentes", explicou.

O director provincial da Agricultura em Benguela, Abrantes Sequesseque, afirmou que a barragem do Dungo está associada a este empreendimento, que serve de reservatório para reforçar o Rio Cubal da Hanha quando este estiver com os níveis baixos e que ao mesmo tempo está a merecer das autoridades competentes a devida atenção para a sua utilização.

8.21 EP AL retoma construção de reservatórios em Viana

Jornal de Angola
23 De Outubro de 2013

A Empresa Publica de Águas de Luanda retoma, nesta semana, a construção de novos reservatórios de água para abastecer as comunidades do sector C do Quilómetro Nove, no município de Viana, suspensa há mais de uma semana, por razões de segurança.

Segundo o porta-voz da EPAL, num encontro com o Comando Provincial da Policia Nacional, foi garantida a segurança dos técnicos.

Domingos Paciência afirmou, na ocasião, que na última semana, quatro técnicos da empresa sofreram um assalto à mão armada, quando trabalhavam na construção dos depósitos.

o crime foi perpetrado por um grupo de meliantes ainda não identificado. Duas semanas antes, um outro trabalhador da EP AL tinha sido vítima de um assalto, praticado por um indivíduo com uma arma de fogo tendo agredido e roubado os haveres do técnico.

Devido a essa situação, a direcção da EPAL decidiu interromper os seus trabalhos naquela zona de Viana até que estejam criadas as condições de segurança.

O projecto em construção no Quilómetro Nove vai permitir a efectuar 700 mil ligações pa região, no âmbito do Programa Agua para Todos na provincia de Luanda.

8.22 Casas ao longo da vala dificultam obras

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2013

A vala do Cazenga, no Cariango, está Integrada nas obras de requalificação em curso em Luanda, um

projecto da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda.

Com 5.400 metros de comprimento, a vala está a beneficiar de requalificação integrada que inclui rede de drenagem pluvial e residual, reparação das vias, iluminação pública, água potável e telecomunicações, juntamente com a Rua 1 da Comissão do Cazenga, também alvo de trabalho de drenagem.

O trabalho de manutenção da vala do Cazenga, no Cariango, começou há três anos com a limpeza e a reparação da infra-estrutura degradada. Mas a falta de co laboração da população obriga a grande lentidão, nos trabalhos. Muitos munícipes insistem em construir as suas casas junto à vala, mesmo depois de milhares de famílias terem sido realojadas e as casas demolidas.

Hoje, o cenário continua o mesmo. Dezenas ou mesmo centenas de casas. de chapa são construí das novamente por insistência da população, o que dificulta a limpeza e manutenção da vala, situação agravada com a permanente deposição de lixo no local.

A administração do Cazenga, em colaboração com a fiscalização, tem tentado retirar as pessoas que moram ao longo da vala, depois de persistente trabalho de sensibilização. A vala do Cazenga, no Cariango, com finalização prevista para Março de 2014, vai permitir a drenagem das águas da chuva e residuais de grande parte da quarta, quinta e sexta avenidas, da parte sul do Cazenga e ainda dos bairros Palanca, Popular e Cassequel do Buraco. A Unidade Técnica de Saneamento de Luanda tem várias obras em curso em Luanda para melhoria das infra-estruturas. Os trabalhos pretendem tratar a drenagem, através da implantação do sistema separador de colectores, melhorar a circulação e o fornecimento de água potável e de electricidade. Zuela Capilo, engenheira da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, disse, que estão também a ser executadas obra na Rua Senado da Câmara, actua Soba Mandume, na vala do Suroca, São Pedro, na vala do Rio Seco, já concluídas, e nas valas da Samba em fase de limpeza.

8.23 Opaia obtém adjudicação de 5 projectos de tratamento de água

Jorna O País
25 De Outubro de 2013

A opaia Águas, uma empresa do grupo Opaia, obteve a adjudicação de um conjunto de 5 projectos de tratamento de águas em diversas províncias do país.

Estes projectos irão permitir o acesso a água potável a cerca de 24.000 cidadãos.

Com o desenvolvimento destes projectos, a Opaia Águas perspectiva fazer chegar água potável a várias províncias de Angola através de vários programas eles associados. Entre eles está o 'Projecto Kwanza-Norte', que já beneficiou cerca de 9.000 habitantes na Cassalala e 1.200 moradores da Beira Alta. Outro dos projectos está a ser desenvolvido no Zaire, através do 'Projecto do Bairro 11 de Novembro', sendo que entre 1.000 e 2.000 cidadãos da M'Banza Congo irão beneficiar de água potável.

Na Escola Superior de Guerra, no Grafanil, cerca de 700 pessoas já têm acesso a água potável graças ao 'Projecto Forças Armadas Angolanas'. O sistema de tratamento implementado permite o tratamento de 70.000 a 100.000 litros de água por dia. O processo de tratamento é realizado numa unidade automática de Ultra-Filtração Menã que assegura o tratamento da água tornando-a potável.

Huambo

Também a província do Huambo será abrangida através do Programa 'Água Para Todos', onde serão colocados 11 sistemas de água que permitirá atingir aproximadamente 11.000 cidadãos. Esta é uma das províncias onde o Grupo Opaia continua a colaborar com o desenvolvimento de novos projectos, de modo a fomentar uma evolução em áreas diversas que permitam o crescimento socioeconómico de Angola.

'A incrementação destes projectos é vantajosa para os angolanos' irá garantir melhor segurança alimentar e diminuir a incidência de doenças transmissíveis através de águas contaminadas. A Opaia Águas mantém -se sempre empenhada em colaborar na construção e reabilitação de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em todas as localidades do país. No futuro estas iniciativas irão permitir uma melhoria no quotidiano e na qualidade de vida da população', considera Nuno Dias, Director Geral da Opaia Águas.

De referir que cada sistema de água a ser instalado dispõe de equipamentos baseados nas energias renováveis, uma das apostas do Grupo Opaia - a Greenpower, como a bomba solar que é alimentada com painéis solares e que tem uma capacidade e abastecimento de 2.500 litros de água por hora, o equivalente a O mil litros por dia.

A água destinada às populações será captada a uma profundidade de 100 metros no sub-solo e, após a desinfecção através da dosagem automática de cloro,

será armazenada num depósito elevado, com capacidade para 5 mil litros, para permitir a distribuição de água. Como parte integrante do Programa 'Água Para Todos', a Opaia Águas vai integrar em cada um destes sistemas 2 fontanários e 4 tanques para lavagem da roupa.

8.24 EPAL

Semanário Angolense

26 De Outubro de 2013

Brincalhona parece ser também a empresa pública que tem a responsabilidade de fornecer água potável aos cidadãos com quem tem contratos neste sentido. O autor destas linhas não é morador do «Kilamba», onde os residentes estão a padecer por não verem o «precioso líquido» nas torneiras há cerca de 15 dias, mas vem passando por igual sofrimento: parte do seu bairro (Nelito Soares) também há duas semanas que está privada desse bem vital. Por isso, não achou graça nenhuma à «investida» que dois funcionários da empresa fizeram nesta quinta-feira, quando foram à sua casa fazer cobranças, por algo que não lhe tem sido fornecido. Isto tem nome: falta de vergonha!

8.25 Novas condutas de água ficam prontas em Abril

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2013

As obras de reabilitação do sistema de distribuição de água, em curso na cidade do Lubango, ficam concluídas em Abril, anunciou ontem o director provincial do sector na Huíla.

Abel da Costa, que falava à margem do seminário regional sobre o desenvolvimento dos recursos humanos no sector das Águas, referiu que as obras, orçadas em 90 milhões de dólares, incluem a colocação de novas condutas, capazes de transportar grandes quantidades do produto. O director disse que as obras constam da segunda fase do projecto de reabilitação do sistema de abastecimento de águas ao Lubango.

A primeira etapa incidiu sobre a colocação de condutas estruturantes da estação de captação e tratamento da Tundavala até ao reservatório do bairro da Mapunda, mima distância de 11.500 metros. Abel da Costa disse que esta segunda etapa abrange a instalação de condutas de média e grande dimensão, que vão garantir a distribuição de água no centro da cidade. Em relação à terceira fase, o director disse que esta vai contemplar as zonas periféricas da

cidade, incluindo as novas urbanizações, que surgem no município do Lubango.

A capital da Huíla está com cortes no fornecimento de água, devido à estiagem que afectou a província que causou a redução do lençol freático nas três captações que alimentam o sistema do Lubango.

O director referiu que as três captações produzem agora três mil metros cúbicos, quando são necessários 60 mil. Como alternativa, o Governo Provincial da Huíla disponibilizou seis camiões cisterna que se juntam a outros no abastecimento de água nas zonas periféricas e locais de maior concentração.

A estação de captação e tratamento da Tundavala revela a inexistência de água e a fonte da Nossa Senhora do Monte está sobrecarregada, por ser a única, neste momento, com capacidade para atender as necessidades.

8.26 Melhorada distribuição de água potável à cidade

Jornal de Angola
28 De Outubro de 2013

O abastecimento de água potável melhorou a cidade de Malanje nos últimos dias com mais de 2.100 ligações domiciliárias, que cobre 35 quilómetros de rede potável.

Em paralelo com as novas ligações domiciliárias, foram instalados três grupos de bombagem com capacidade para 47 metros cúbicos de água por hora.

O coordenador da comissão instalador da Empresa de Água e Saneamento, Bento Francisco, disse ao *Jornal de Angola* que algumas zonas dos bairros da carreira de Tiro, Campo de Aviação e Kanganbo ainda estão privados de água canalizada, situação que pode ser superada com a ampliação em breve da rede. Os habitantes da cidade de Malange pagam regularmente o consumo de água, são clientes com um elevado grau de maturidade, responsabilidade e são cientes das suas obrigações o que ajuda a manter o funcionamento o serviço de abastecimento de água.

Creio que apenas 25 por cento dos consumidores se furtam a pagar. O pagamento é Aida feita por avença, enquanto se cria as condições para a instalação de contadores nos domicílios, salientou Bento Francisco.

O tratamento de água vai passar a uma fase automática e são reabilitados dois reservatórios para dois mil metros cúbicos cada.

8.27 Melhorou a distribuição de água potável e energia

Jornal de Angola
31 De Outubro de 2013

O governo do Moxico vai continuar a desenvolver programas para melhorar a distribuição de água potável e de energia eléctrica no município dos Bundas, assegurou o governador João Ernesto dos Santos "Liberdade".

O governador salientou que o mau estado das vias de acesso e o número reduzido de professores vão também merecer respostas eficazes para inverter o quadro, no âmbito das preocupações das autoridades tradicionais e da juventude da comuna de Chiume.

João Ernesto dos Santos disse que está a dar instruções aos administradores municipais para imprimirem mais dinamismo no acompanhamento das obras em curso.

No município dos Bundas o governador visitou as obras de construção de três escolas, com 34 salas de aulas, 100 casas, das 200 previstas e ainda dois sistemas de distribuição de água no Chiume e Ninda.

As obras visitadas por João Ernesto dos Santos constam do Programa de Investimentos Públicos e incluem a construção da administração municipal, residência do administrador e uma casa protocolar.

O governador do Moxico avaliou as obras de construção de um centro de saúde, uma escola com sete salas e quatro residências para professores e enfermeiros na comuna do Ninda.

Satisfeito com o nível de execução das obras, o governador encorajou os empreiteiros a prosseguirem os trabalhos com a mesma determinação, apelando a um maior acompanhamento dos projectos em curso, por parte dos administradores.

O administrador municipal dos Bundas, José Mandunda, afirmou que vai trabalhar para que os serviços essenciais básicos estejam cada vez mais próximos das populações.

O director provincial das Obras Públicas, Osvaldo Ferreira Pinto, disse que a reabilitação das vias secundárias e terciárias é outra das grandes apostas do governo, estando já a decorrer trabalhos na estrada de Lumbala Nguimbo para Ninda.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Bandidagem no Sambizanga aumenta o nível de mortalidade

Semanário Continente
04 De Outubro de 2013

Uma briga que começou num local onde se vende droga, no bairro do São Pedro da Barra, ao lado da igreja Bom Deus, acabou em morte de um dos contendores. Dois consumidores de estupefacientes, Serola Manuel e Zeca, primo do malogrado, começaram a discussão, na casa do vendedor de droga. Zeca, por ser deficiente físico, não estava a aguentar a briga contra Serola e pediu ajuda aos mais próximos, mas esta, tardou em chegar.

Por solidariedade ao Zeca, alguém correu até à casa de dona Suzana, mãe de Alexandre Luís Canino pedindo ajuda. O informante encontrou o jovem Alexandre Canino assistindo o jogo entre Kabuscorp do Palanca e 1º de Agosto, dando-lhe a notícia de que seu primo Zeca estava sendo agredido por um indivíduo. Canino saiu e foi até ao local da briga para apaziguar o caso.

Serola Manuel não gostou de ser acudido, por membros da família de Zeca, saiu do meio deles e correu à busca de defesas e pegando em duas facas espetou-as ao jovem Alexandre Canino. Este, estava na fase de recuperação de saúde.

Serola pôs-se em fuga e a polícia só chegou no local, às 17 horas e 30 minutos. Esta é a razão que faz com que os municípios não conseguem trabalhar com as esquadras mais próximas, porque correm risco de vida;

não se dá segurança ao cidadão. Por isso, pedem ao comandante municipal, que crie um método de segurança para colmatar esta situação que ocorre no dia-a-dia neste município.

Os estudantes do período nocturno, também são vítimas de serem assaltados e as meninas são violadas. O mais agravante é que os mesmos malfeitores andam por aí e ninguém toma a peito, disse uma fonte.

9.2 Criminalidade em Cacucaco preocupa municípios

Semanário Factual
05 a 12 De Outubro de 2013

Num périplo realizado pelo Semanário Factual a vários bairros das três comunidades, foi possível verificar a unanimidade dos entrevistados quanto ao aumento dos níveis de criminalidade a nível do município mais ao norte de Luanda.

De realçar que várias acções, como palestras e encontros sobre a criminalidade, já foram realizadas a nível do município de Cacucaco.

A situação criminal, a delinquência juvenil nas escolas, desafios do julgado de menores e o papel das comissões de moradores, são os temas que dominaram alguns encontros no município.

Para os cidadãos, tais encontros, até ao momento, não surtiram os efeitos desejados, tendo em conta que, actualmente, os níveis de criminalidade, têm tirado o sentimento de segurança e tranquilidade da população que há muito apela por uma intervenção mais eficaz das forças da ordem.

Com uma área que ronda os 500 mil metros quadrados, o município de Cacucaco é visto pelos meliantes com refúgio, tendo em conta o seu crescimento desordenado de residências, bem como a sua difícil acessibilidade nos bairros mais recônditos, o que complica a célere actuação das forças da ordem.

Em vários bairros percorridos pelo Factual, os problemas apresentados pelas fontes quanto à criminalidade foram os mesmos, o que demonstra a gravidade da situação.

Segundo moradores do bairro da Pedreira, quanto às práticas criminosas, destacam-se o roubo de viaturas e de motos táxis (Kupapatas); assaltos a residências; roubos na via pública, com realce para telemóveis, valores monetários e outros objectos de valor.

Marginais fazem recurso a armas de fogo ou brancas. Nas suas acções criminosas, os marginais fazem recurso a armas de fogo ou brancas, apoiados por viaturas e motos. Segundo o fiscal do bairro da Pedreira, João Kalombe em muitos casos os meliantes acabam por violar a vítima caso se trate de uma mulher.

João Kalombe falou ainda que "a situação da criminalidade a nível do bairro Pedreira é preocupante, tudo porque muitos dos criminosos, enquanto a polícia aperta o cerco em outros

municípios, estes vêm para aqui e fazem também as suas acções nas zonas onde a polícia não chega devido à acessibilidade".

Segundo a fonte, as áreas mais endémicas quanto à criminalidade são a zona do Sequele, Belo Monte e Cerâmica. "Estas zonas pertencem ao bairro da Pedreira, onde a criminalidade está muito crítica, devido à existência de cabanas feitas por algumas pessoas e são utilizadas pelos meliantes como refúgio".

João Kalombe, o fiscal do bairro da Pedreira, fez saber ainda que o aumento da criminalidade no bairro também tem a ver com a não entrada em funcionamento da nova esquadra. "A obra da nova esquadra já terminou há seis meses, mas, até o momento, não foi inaugurada.

O posto policial existente no bairro não dá conta da situação, pois muitas vezes só trabalham três polícias neste posto", afirmou a fonte.

Por insegurança cidadãos fazem justiça por mãos próprias

A insegurança vivida no município de Cacuaco, com grande realce para a comuna do Kikolo, está a tirar o sono aos cidadãos e, como forma de resolver a situação, optam por fazer justiça por mãos próprias.

Segundo Domingos Gaspar, em alguns bairros, como do Paraíso, Pedreira e Augusto Ngangula, os meliantes, quando apanhados pela população, são espancados e queimados.

"Vários meliantes já foram queimados com pneus quando são apanhados pela população. Muitas vezes, a polícia local não consegue intervir, pois os efectivos aparecem»

9.3 Acções de recolha de ar as melhoram a segurança local

Jornal de Angola
06 De Outubro de 2013

As autoridades da província do Huambo garantem continuar com as acções de sensibilização dos cidadãos para a entrega voluntária de armas ou outros engenhos de guerra ilegalmente em sua posse.

A Polícia Nacional destruiu, na Chicala Cholohanga, 42 quilómetros a leste da cidade do Huambo, 318 engenhos explosivos não detonados. Os engenhos foram entregues voluntariamente pela população, no âmbito do processo de desarmamento.

Além dos 318 engenhos explosivos, a Polícia Nacional destruiu também no local 600 quilos de munições de pequeno calibre. O comandante municipal da Polícia Nacional, superintendente chefe Feliciano Amaral, disse que o acto é resultado do trabalho desenvolvido pela corporação, nos últimos dias, através da sensibilização dos cidadãos. Feliciano Amaral informou que o material foi recolhido nas localidades de Boas Águas e Ulondo, tendo garantido que acções do género vão prosseguir no município, de forma a desarmar a população, manter a tranquilidade e a segurança pública

O município da Chicala Cholohanga tem uma superfície de 4.380 quilómetros quadrados e tem uma população de 114.594 habitantes, maioritariamente camponesa.

Em coordenação com a organização não governamental "The Halo Trust", o comando provincial da Polícia Nacional no Huambo destruiu, recentemente, 81 armas de diversos calibres em estado obsoleto, antes em posse ilegal da população civil.

O chefe do departamento de comunicação e imagem da corporação no Huambo, inspector António Carlos, disse que a destruição do material bélico é resultante do processo de desarmamento da população civil e recolha coerciva, que decorre em todo território nacional desde 2008.

9.4 Prioridade no combate à proliferação de armas de fogo

Semanário Factual
De 26 de Outubro a 02 de Novembro de 2013

Muitos casos delituosos que estão a tirar o sossego à população a nível do distrito do Kilamba Kiaxi, como homicídio voluntário, violações, ofensas corporais, roubos a residências e em vias públicas, são praticados, na sua maioria, com recurso a armas de fogo.

Embora não alarmante, o novo comandante de divisão do distrito do Kilamba Kiaxi, Superintendente-chefe Alberto Paulo, considera preocupante a situação da criminalidade no seu território, tendo em conta os casos delituosos que têm ocorrido.

Por este facto, Alberto Paulo considera prioritário o combate à proliferação de armas de fogo.

Há um mês de trabalho na divisão do Kilamba Kiaxi, o Superintendente - chefe Alberto Paulo aponta, como prioridade, o combate às armas de fogo, como forma de controlar o índice da criminalidade em todo território do seu distrito.

"Nós temos, como prioridade, o combate à criminalidade. Sabemos que, no distrito do Kilamba Kiaxi, os crimes são praticados com auxílio de armas de fogo. Então, queremos acabar com a posse ilegal destas armas junto das comunidades", adiantou.

Ao longo da actividade desenvolvida pela divisão do Kilamba Kiaxi, de 01 a 20 de Outubro, foram apreendidas mais de 30 armas de fogo, com realce para as do tipo AKM e pistolas.

Estes artefactos foram retirados de cidadãos normais que se faziam acompanhar, na via pública, com mochilas e viaturas.

Trabalho de apreensão de armas de fogo acontece na via pública

O Superintendente-chefe Alberto Paulo fez saber que o trabalho de apreensão das armas de fogo está a ser levado a cabo a nível da via pública, em cidadãos que levantam suspeitas.

"Entre as armas apreendidas, muitas foram encontradas em cidadãos na via pública, depois de serem submetidos a revistas. As outras foram encontradas em viaturas, seguindo os mesmos passos de revista", explicou.

Segundo o comandante de divisão, todos os cidadãos normais e não só que residam no distrito do Kilamba Kiaxi e que possuam uma arma de fogo, devem dar participação a uma esquadra próxima e apresentarem a documentação comprovativa que está autorizado a usar o artefacto.

Em contrapartida, ser-lhes-ão retiradas as armas, sob o pretexto de estarem ilegais.

"Esta medida vale também para os efectivos da polícia ou das forças armadas, que vivem no território do Kilamba Kiaxi. Estes têm de dar a conhecer à divisão da polícia do Kilamba Kiaxi, que tem autorização para usar arma de fogo".

Alberto Paulo falou ainda ao Factual que a medida serve para identificar quais as pessoas, a nível do território, que fazem o uso de arma de fogo sob autorização.

O que toca à proveniência das armas de fogo, em posse da comunidade, o comandante da divisão do Kilamba Kiaxi fez saber que, em alguns dos casos,

tem a ver com a situação político-militar que o país viveu, visto que muitas armas foram distribuídas à população e, até o momento, mesmo com o programa de desarmamento, muitos se escusam a entregar.

Por outro lado, o comandante apontou que tais materiais vão parar às mãos de meliantes por intermédio de alguns efectivos, tanto da Polícia Nacional, das Forças Armadas como dos serviços de segurança privada.

No que toca aos utilizadores das armas de fogo, a fonte indicou que muitos dos artefactos são encontrados em jovens com idades entre os 18 e os 24 anos.

"Esta situação preocupa-nos muito, visto que estas crianças não têm nenhum sentimento. Elas pensam que quando disparar para alguém morrer, esta pessoa amanhã vai ressuscitar", sublinhou o Comandante.

Quanto à aproximação com a população, o comandante de divisão Alberto Paulo falou que, muito embora o curto período que está a dirigir a divisão do Kilamba Kiaxi, tem verificado uma certa participação quanto à denúncia de actos criminais.

Distribuição de números de telefones facilita detenção de meliantes

"Isso só foi possível com a distribuição dos números de telefones, tanto do comando de divisão como das esquadras a nível das comunas", referiu.

Questionado sobre as comunas que inspiram maiores cuidados, o comandante de divisão do distrito do Kilamba Kiaxi afirmou que, "neste momento, em todas as áreas do território há meliantes, visto que ainda temos sentido um certo receio da população quanto à segurança".

Portanto, nós vamos sempre empreender os nossos esforços no sentido de devolver o sentimento de segurança à população", garantiu Alberto Paulo.

Quanto aos tipos de crimes cometidos, o comandante da 32a esquadra informou que "na nossa zona de jurisdição destacam-se o roubo a residência e na via pública, bem como alguns casos isolados de homicídio voluntário e ofensas corporais com armas brancas.

O comandante deu a conhecer que cada posto policial, sob tutela da 32a esquadra, tem os meios para o patrulhamento auto, facto que tem ajudado muito no combate à criminalidade a nível da comuna.

"Quando nós sabemos que um determinado ponto é vulnerável, nós colocamos o patrulhamento auto e apeado. Para além disto, fazemos também o policiamento porta a porta, no sentido de distribuirmos cartilhas com os números, tanto dos comandantes como das patrulhas", acrescentou.

Para o superintendente Manuel Kayanga, "neste momento, o que tem nos preocupado é a situação da iluminação pública, bem como a falta de condições das vias, facto que faz com que demoramos muito em acudir um determinado chamado".

Manuel Kayanga, aproveitou a ocasião para apelar à população na denúncia dos infractores. "Estamos aqui para responder a todos os chamados da população", cimentou.

9.5 Milhares de armas recolhidas no país

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2013

A Comissão Nacional de Desarmamento da População Civil recolheu, desde 2008 até Agosto deste

ano, em todo o país, 199 mil armas de fogo de diversos calibres que estavam em posse ilegal da população civil. O porta-voz da comissão, subcomissário José Carlos da Piedade, referiu que, deste número, 75 mil armas foram entregues de forma voluntária pela população e as restantes apreendidas no âmbito da recolha coerciva.

José Carlos da Piedade elogiou a postura da população que tem contribuído na entrega, de forma voluntária, do armamento em sua posse. A Polícia Nacional tem feito detenções de marginais com arma de fogo em viaturas, que estão detidos em diversos estabelecimentos prisionais, a porta-voz explicou que, sempre que o cidadão é encontrado com arma de fogo sem licença, é aberto um processo e encaminhado para os órgãos judiciais competentes". Há muitos processos por posse ilegal de armas de fogo.

A porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, intendente Engrácia Costa, afirmou que, só em Luanda foram recolhidas, de 2008 até Setembro deste ano, 17.03j armas de fogo de diversos calibres. Deste número, 7.655 foram entregues de forma voluntária e 9.378 apreendidas em todos os municípios e distritos urbanos de Luanda. Engrácia Costa disse ainda que foram recolhidas, de forma voluntária, 551 armas de efectivos da Polícia Nacional, 214 de elementos da antiga Defesa Civil,

364 de empresas de segurança privada, 174 dos efectivos das Forças Armadas Angolanas e 100 armas de fogo dos tribunais.

Recolha na Huila

a Huíla, a comissão técnica provincial recolheu, desde Março de 2008 até Setembro deste ano, 11.890, armas que se encontravam ilegalmente na posse da população civil. O coordenador adjunto, superintendente chefe Fernando Feliciano António, que falou por ocasião da semana internacional de desarmamento instituída pelas Nações Unidas, disse que foram recolhidas igualmente 9.465 carregadores, 41.787 munições, 86j explosivos e 158 equipamentos militares.

Fernando António informou que foram destruídas 8.715 armas, 1.563 carregadores, 36.069 munições e 860 explosivos que se encontravam em mau estado de conservação. A destruição, esclareceu, foi feita em coordenação com a ONG The Halo Trust, um parceiro no processo da Comissão Nacional de Desarmamento. Das armas recolhidas, 2.283 forma devolvidas às FAA e três à Polícia nacional.

Fernando Feliciano António manifestou-se satisfeito com a participação das autoridades tradicionais na sensibilização da população a entregar armas de fogo. Fruto do trabalho, de Janeiro a Setembro deste ano, a população entregou 526 armas, das 26 em bom estado. a superintendente chefe Fernando Feliciano António informou que 25 cidadãos foram detidos por posse ilegal de armas .. Destes, 14 foram submetidos a julgamento sumário nos municípios de Chicomba, Lubango, Matala, Cbibia e Oambos.

Esconderijo descoberto

A Polícia Nacional descobriu escondrijos de armas nos municípios da Humpata, Gambos, Cbicomba e Chipindo, Na povoação de Ndola, estavam 19.591 explosivos, uma mina anti-pessoal e 2.509 munições.

Na localidade da Cahila foram encontradas enormes quantidades de explosivos, entre projecteis de morteiro 81 milímetros, RPO- 7 e diagramas, que foram removidos e destruídos. No município de Chicomba foram igualmente removi dos 12 projecteis de 81 milímetros, 1j de morteiro 60 milímetros, quatro abuses de BM -12, RPO, granadas, minas anti-tanques e anti-pessoais e carregadores.

9.6 Comissão reforça mobilização para o desarmamento

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2013

A Polícia Nacional está a promover palestras e encontros de sensibilização com a população em todo o país sobre o perigo de haver armas em posse de civis, no âmbito das actividades alusivas à semana Internacional do desarmamento, que termina hoje.

O coordenador da subcomissão técnica para o desarmamento da população civil em posse ilegal de armas de fogo, comissário-chefe Paulo de Almeida, disse ontem em Luanda, que as províncias de Benguela, Bié, Huambo e Luanda, nunca cumpriram o seu papel na mobilização da população para entrega maciça de armas de fogo na posse ilegal da população, nem conseguiram esquecer a cultura da violência.

Paulo de Almeida, frisou, em conferência de imprensa, que a mobilização para a entrega voluntária de arma de fogo deve abranger as igrejas, associações juvenis da capital, entre outras organizações que trabalham para o bem-estar social.

O comissário-chefe referiu que de 23 a 31 deste mês, por força de uma resolução das Nações Unidas de 1978, instituiu-se a semana internacional do desarmamento, que vai culminar hoje na marginal de Luanda com a destruição de armas, recolhidas desde 2008. "Angola, como Estado membro das Nações Unidas e imbuída do espírito de consolidação da paz, reconciliação nacional e unidade nacional, comprometeu-se desde 1978, estabelecendo um programa de acção governativa para fazer com que toda população que tivesse posse ilícita de armas as entregasse". -

Armas recolhidas

Paulo de Almeida recordou que desde os anos 90 até ao presente foram recolhidas mais de 250 mil armas de fogo, sendo 86 mil armas recolhidas de 2008 até hoje. O também segundo-comandante geral da Polícia Nacional disse que muito trabalho deve ser feito em tomo deste assunto, o qual deve merecer a atenção e o empenho de toda a sociedade.

Paulo de Almeida disse desconhecer o número real de armas em posse ilegal de população, frisando que a campanha de entrega de armas prossegue, estando já na sua fase de recolha coerciva. Para o comissário-chefe, as armas em posse da população vêm do longo período de conflito armado que dilacerou o país,

descartando a possibilidade da entrada ilegal de armas de fogo a partir do estrangeiro.

'Paulo de Almeida esclareceu que uma vez aprovada a Lei das empresas de segurança privada, essas empresas vão usar somente um tipo de armamento específico, e nunca armas de guerra. Disse ainda que muitos marginais usam armas de fogo recebidas das mãos dos diversos seguranças. O comissário-chefe salientou que a problemática do desarmamento da população deve ser uma questão de toda a sociedade, para além da polícia, uma vez que a entrega da arma de fogo contribui para a retirada do espírito de violência.

Para o segundo-comandante geral da Polícia Nacional é importante a sociedade entregar as armas de fogo no sentido de se criar um ambiente de maior harmonia, tranquilidade e se cumprir com os programas de desenvolvimento e consolidação do espírito de paz entre os angolanos. Durante a semana internacional de desarmamento foram realizadas palestras de sensibilização no sentido de chamar a atenção dos que ainda têm armas de fogo em casa.

Palestras no Namibe

No Namibe, o porta-voz da Polícia Nacional, superintendente-chefe José Esteves, referiu que a semana internacional do desarmamento serve para chamar a atenção das pessoas para o perigo que representam as armas de destruição em massa, biológicas, químicas, nucleares ou mísseis, armas de fogo convencionais e minas.

Neste contexto, a subcomissão provincial para o desarmamento da população civil decidiu relançar esta campanha de sensibilização e mobilização da população, para a entrega de armas e outros meios letais que ainda se encontram em sua posse.

O Comando provincial recolheu 30 armas de fogo de diverso tipo, 15 carregadores e 55 munições diversas. Até agora a comissão controla 830 armas, 1.028 carregadores, 605 munições diversas e várias granadas. Na Lunda-Norte, a comissão de desarmamento retomou o processo, interrompido por razões de ordem institucional. O coordenador-adjunto; subcomissário Mariano Alves, pediu o envolvimento das autoridades tradicionais e eclesiásticas para o êxito do processo, ao mesmo tempo que espera o contributo dos caçadores na descoberta de possíveis paióis. Ao fazer o balanço dos últimos cinco anos de actividade da comissão, Mariano Alves disse à imprensa que foram destruídas 1.102 armas do tipo AKM, 77 carabinas, 46 granadas de castor, 18 Mini-Uz, 22 Sterling, 18 RPK, 6 PKM e 11 Galils.

Este número, esclareceu o subcomissário, ainda é pequeno, uma vez que a província foi palco de grandes confrontos militares no passado.

Cinco anos. Desde Março de 2008 até Outubro deste ano, a população entregou 3.918 armas de diversos calibres. Destas, 41 foram recolhidas coercivamente e 3.877 de forma voluntária. Para José Alberto, este resultado é um sinal do compromisso dos angolanos com a paz e tranquilidade públicas e pediu aos presentes para mobilizarem as pessoas que ainda têm armas a entregarem-nas.

Foram ainda destruídas 4.671 munições, 284 carregadores e 178 engenhos explosivos diversos.

Campanha no Cunene

No Cunene, elementos da comissão de desarmamento estão a percorrer os bairros para sensibilizar a população, ao mesmo tempo que membros da sociedade civil e entidades religiosas realizam palestras sobre o perigo da existência de armas em posse de civis.

O pastor José Augusto Dala, do Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA), alertou, durante uma palestra sobre "Os desafios do processo do desarmamento na consolidação da Paz e democracia em

Angola", que a posse de armas de fogo por civis e militares fora do serviço do Estado constitui uma ameaça à paz e à estabilidade.

O desarmamento dos angolanos, sublinhou o pastor, tem como objectivo a consolidação da paz e da democracia em Angola. "Foi a guerra que criou instabilidade, a perda da moral da sociedade e o índice de violência sem precedentes", afirmou, acrescentando que "nunca é tarde para os que ainda não entregaram as armas em sua posse".

Na abertura do programa de actividades alusivas à semana internacional do desarmamento, o coordenador da subcomissão técnica para o desarmamento da população civil, subcomissário José Alberto,

Processo no Huambo

O coordenador da subcomissão técnica da Comissão de Desarmamento no Huambo garante que o processo vai prosseguir até que seja recolhida a última arma em posse ilegal da população civil.

O subcomissário Manuel Neto alertou que; todos os que teimarem em não entregar as armas que têm em sua posse vão enfrentar o Tribunal. Num breve balanço das actividades, disse que foram recolhidos,

na província, 700.930 explosivos de diversos tipos e calibres, desde o início do processo de desarmamento. No total, a Polícia Nacional recolheu 15.219 armas de fogo.

Recolha na Huíla

Na Huíla, a comissão técnica provincial recolheu, desde Março de 2008 até Setembro deste ano, 1.890 armas que se encontravam ilegalmente na posse da população civil. O coordenadora-djunta, superintendente chefe Fernando Feliciano António, que falou por ocasião da semana internacional de desarmamento instituída pelas Nações Unidas, disse que foram recolhidas igualmente 9.465 carregadores, 41.787 munições, 863 explosivos e 158 equipamentos militares.

Fernando António informou que foram destruídas 8.715 armas, 1.563 carregadores, 36.069 munições e 860 explosivos que se encontravam em mau estado de conservação.

A destruição, esclareceu, foi feita em coordenação com a ONG The Halo Trust, um parceiro no processo da Comissão Nacional de Desarmamento. Das armas recolhidas, 2.283 foram devolvidas à FFAA e três à Polícia nacional. Fernando Feliciano António manifestou-se satisfeito com a participação das autoridades tradicionais na sensibilização da população a entregar armas de fogo. Fruto do trabalho, de Janeiro a Setembro deste ano, a população entregou 526 armas, das 126 em bom estado.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas provocam mortes

Jornal de Angola
02 De outubro

A Direção Provincial de Proteção Civil da Lunda-Sul registou, entre Junho do ano passado e Junho deste ano, na cidade de Saurimo, a morte de 47 pessoas e o desalojamento de 222 famílias na sequência de chuvas torrenciais que caíram sobre a província. A informação foi divulgada ontem numa reunião da comissão provincial de proteção Civil, que apelou ao engajamento de todos os membros para a resolução dos problemas resultantes de calamidades naturais na província da Lunda-Sul.

Entre as infraestruturas destruídas na cidade de Saurimo, capital da Lunda-Sul, estão mais de 300 casas, oito escolas do primeiro ciclo, seis igrejas e duas unidades da Polícia Fiscal. No mesmo período, a Proteção Civil distribuiu terrenos a autoconstrução dirigida nas imediações do bairro Saulímbo e Luar, a 192 famílias que viviam em zonas consideradas de risco. No encontro, realizado no salão nobre do Governo Provincial da Lunda-Sul, o director provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente, Francisco Txiquendja, referiu que, de acordo com o plano de contingência para 2013/14, já foram identificadas três áreas seguras nas zonas do Luar, Nhama e Muangueji e 250 lotes de terrenos para famílias desalojadas. O responsável do Instituto Nacional Meteorologia (INAMET), Ramiro Txisso aquela, disse que a província vai registar, em Novembro e Dezembro, chuvas acompanhadas de ventos fortes, pelo que alertou a população para evitar permanecer em zonas de risco.

10.2 O decreto presidencial

Jornal O PAÍS
04 De Outubro de 2013

O Decreto nº 59/07, de 13 de Julho, estabelece a obrigatoriedade de licenciamento das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão' sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e sociais significativos e4bm como os registos, critérios e procedimentos administrativos referentes ao licenciamento ambiental.

O diploma define o Licenciamento ambiental» como sendo o procedimento administrativo pelo qual a entidade responsável pela política do ambiente, verifica a observância das condições legais e técnicas,

licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e actividades utilizadoras de recursos naturais consideradas efectiva ou potencialmente poluidoras, ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação e / ou modificação ambiental, e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

A norma jurídica angolana aplica-se ao tipo de actividades sujeitas à avaliação de impacte ambiental ou sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativos e atribui competência à entidade responsável pela política do ambiente (Ministério do Ambiente) a concessão da licença ambiental subdividida em licença ambiental de instalação e licença ambiental de operação.

O documento refere que o pedido de licença ambiental é feito mediante requerimento dirigido à entidade acima referida logo que cumpridas todas as formalidades relativas ao processo de avaliação de impacte ambiental."

o artigo sexto do diploma sustenta que o pedido de licenciamento ambiental deve conter a descrição da instalação, da natureza e da extensão das suas actividades; certidão do Governo Provincial, declarando que o local e a instalação ou actividade estão em conformidade com a legislação sobre a ocupação do solo; resumo não técnico do estudo de avaliação de impacte ambiental; parecer vinculativo da entidade que tutela a respectiva, actividade.

-Estipula o Decreto Presidencial que a decisão do pedido de licença ambiental é proferida prazo de 90 dias, a contar da data da recepção e que as decisões finais tomadas sobre os projectos apreciados para efeitos de licenciamento ambiental, bem como os respectivos processos

Devem ser objecto de divulgação pública, sem prejuízo das limitações estabelecidas por lei.

O diploma estabelece a obrigatoriedade de licenciamento e argumenta que a construção, a instalação, a reforma, a recuperação, a ampliação, a alteração, operação e a desactivação de actividades que requeiram estudos de avaliação de impacte ambiental ficam sujeitas ao prévio licenciamento ambiental.

O artigo 15 o do diploma estabelece que a entidade responsável pela política do ambiente deve indeferir o pedido de licenciamento ambiental quando a obra e/ou o exercício de actividades não obedeçam os requisitos exigidos, em especial as condições técnicas, as normas de prevenção da poluição, de higiene e segurança, bem como as normas urbanísticas e do ordenamento do território e quando a obra e / ou o

exercício de actividades que façam perigar o ambiente e a saúde pública.

O mesmo procedimento deve ser aplicado, segundo o decreto, quando resultar do ordenamento do ambiente que a instalação e/ou exercício de actividades tem como consequência a criação de capacidade de poluição acima do valor mínimo exigido ou não efectuar avaliação de impacte ambiental que é exigida pela legislação aplicável.

O diploma prevê a fiscalização pela entidade responsável pela política do ambiente, ao Ministério do Interior aos Governos Provinciais. sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos da administração devendo os operadores. Prestar toda a assistência necessária à realização de acções de inspecção e de fiscalização na instalação, designadamente, no que se refere a colheita de amostras e disponibilização de informações solicitadas, sendo a obstrução passível de punição nos termos da lei.

O Decreto Presidencial considera como sendo infracção ambiental punível com multa o início de implantação e/ou operação de actividades e alterações das instalações antes de emitida a competente licença ambiental e a alteração do sistema de produção ou de exploração sem devida licença ambiental.

Aos prevaricadores

O diplomata prevê a aplicação de uma multa de acordo com o valor do projecto e ainda a suspensão, embargo interdição da actividade, comunicando o facto ao Ministério Público e ao Ministério de tutela da actividade.

10.3 Executivo não sana as consequências negativas por capricho

Semanário Angolense
12 De Outubro de 2013

O engenheiro agrónomo Vitorino Nhany afirmou que o país tem verbas suficientes que permitem ao Executivo angolano sanar as consequências negativas da seca que assola a região do sul de Angola, referindo-se concretamente às províncias da Huíla, o Namibe e o Cunene.

O especialista, que falava num workshop sobre a seca nas regiões acima referenciadas, na cidade de Ondjiva, esclareceu que o orçamento que a província tem em relação às suas necessidades é suficiente para

travar o sofrimento das vítimas, até porque existe também uma quantia relativa que se disponibiliza às regiões afectadas.

Depois dessas considerações, o versado em matéria agrónoma começou por explicar que a seca pode ser entendida como o atraso das precipitações ou a sua distribuição irregular. O fenómeno da seca apresenta uma certa periodicidade e pode ser previsto com antecedência.

Para Nhany, quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas durante o ano, inferior ao mínimo do que necessitam as plantas, a seca é absoluta.

Por outras palavras, pode dizer-se que há seca sempre que o suprimento (abolição) de humidade armazenada no solo seja insuficiente para atender as necessidades hídricas das plantas. Existem quatro tipos de seca: permanente, sazonal e contingente invisível.

A nossa fonte esclareceu que a seca permanente ocorre nas regiões áridas onde nenhuma estação de precipitação é suficiente, para satisfazer as necessidades hídricas das plantas em tais áreas, sendo a agricultura impossível sem a irrigação ao longo da estação de sementeira e crescimento.

Causas prováveis

A seca sazonal ocorre em áreas com estações secas e húmidas bem definidas, como na maior parte dos trópicos. Todos os anos, a seca pode ser esperada, pois esta resulta das variações sazonais nos padrões de circulação atmosférica. A agricultura é praticada com maior êxito durante a estação chuvosa ou com o uso de irrigação durante a estação seca.

Relativamente ao contingente invisível, o que preocupa hoje a humanidade é a ambição desmedida do homem na procura do lucro fácil, trazendo consequências desastrosas ao meio ambiente e, por consequência, à pessoa humana. A seca é o resultado da interacção de vários factores.

Dentre as várias causas da seca, o especialista apresentou as seguintes: circulação dos ventos (ventos alísios pouco intensos), correntes marítimas relacionadas com o movimento atmosférico, impedindo a formação de chuva em determinados locais, e vegetação pouco robusta.

Citou ainda a permanente desmatização sem a devida reposição das espécies vegetais e a destruição do coberto vegetal por fogo, manchas solares, cinzas dos vulcões tropicais, poluição sempre crescente do meio ambiente e a concentração de CO₂ na camada de

ozono, responsável pela filtração dos raios solares, provocando um anormal aquecimento do planeta.

Salientou que, quando se trata de fenómenos da seca, refere-se justamente a dois elementos, El Niño, que se pode considerar uma irregularidade climática que ocorre numa determinada zona do globo, traduzindo-se na oscilação da atmosfera na zona tropical do oceano pacífico.

Corrente Fria de Benguela

O que é normal é a ocorrência dos movimentos alísios, soprando do este para o oeste (responsáveis pela renovação das águas superficiais do oceano). Quando esse movimento não ocorre ou ocorrendo no sentido inverso, elevam-se as temperaturas, a descarga da tela de nuvens torna-se maior, verificando-se precipitações excessivas.

O segundo elemento é o La Niña, o fenómeno oposto, que ocorre quando as águas do pacífico equatorial se apresentam mais frias que o normal. A corrente quente ou fria, que parte do oceano pacífico, passa pelo sul da América do Sul, vem até ao Oceano Atlântico, se se carregar numa velo cidade maior à da CFB, que serve de moderadora às oscilações climáticas, podem ocorrer estiagens ou precipitações elevadas.

Informou que a Corrente Fria de Benguela é um dos mais importantes factores de moderações climáticas do país. Um dos braços da corrente quente do Brasil, que aparece sobre o Equador, avança para o Atlântico Sul. e acompanha as costas do Brasil e da Argentina.

Apontou que nos mares da Antárctida, choca contra as geleiras da região, apodera-se dos «icebergues» e mistura-se com outras correntes de água fria. Começa então a desviar-se para o nordeste, em direcção à costa ocidental de África.

Arrasta grandes globos de gelo, avança com eles em direcção à costa de Angola e passa a designar-se Corrente Fria de Benguela. Em suma, cientificamente, o fenómeno está explicado, podendo ocorrer em períodos cíclicos de 7, 6, 5, 4 e até, às vezes, de 3 e 2 anos.

Consequências

A seca é um fenómeno ecológico que se manifesta na redução da produção agropecuária, provoca uma crise social e transforma-se num problema político. A crise social traduz-se em fome, desnutrição, miséria e migração para os centros urbanos (êxodo rural).

O agrónomo defendeu que, em Angola, a questão da seca não se resume à falta de água. «No Cunene, por exemplo, há água, faltam soluções para resolver a sua má distribuição e as dificuldades do seu aproveitamento. As regiões áridas e semi-áridas do mundo são aproveitadas pela agricultura por meio de irrigação, como nos EUA, em Israel, no México, Perú, Chile ou o Senegal», indicou

Informou ainda que, no caso específico do Cunene, a esmagadora maioria do terreno tem topografia plana, por isso, a evaporação da água é grande. Logo, é a área sujeita aos efeitos das secas periódicas. Os latifundiários beneficiam-se de investimentos realizados de créditos bancários concedidos, sendo os trabalhadores sem terra os mais vulneráveis à seca.

Relativamente à apresentação da solução deste problema, em caso de escassez, salientou que, se o fenómeno é conhecido e a escassez ou excesso de chuvas provocam danos aos seres vivos, o homem, que é a medida de tudo que se realiza sobre a terra, encontra sempre alternativas que acautelem danos em épocas de ocorrências.

Ao referir-se à quantidade de água que país possui, disse que Angola conta com um potencial de cerca de 130 a 140 mil milhões de metros cúbicos de água, arrecadando, por outro lado, cerca de 100 milhões de dólares por dia, como receita oriunda do petróleo. Para além disso, o Cunene tem a particularidade de proporcionar receitas alfandegárias.

Pequeno bolo do OGE

O Orçamento Geral do Estado do presente ano destina uma cifra muito insignificante para o sector agrário. «Nada mais, nada menos que 1,01 por cento, depois de termos sugerido a sua multiplicação por três, para que contribuíssemos na solução dos vários problemas que afectam as nossas populações», revelou.

Se se for para a página 173 do OGE/13, encontra-se uma despesa em cujo projecto/ actividade vem referido: estamos contigo 44.324.738,00, o que equivale a cerca de meio milhão de dólares, ajuntou.

Para Vitorino Nhany, se Angola tivesse uma elite política com atenções mais viradas para o desenvolvimento humano, as soluções passariam pela aposta na produção interna, a reforma agrária que faça justiça social ao trabalhador rural e pelo estabelecimento de uma política de irrigação que adopte a tecnologias de mais acessos aos trabalhadores rurais.

As soluções passariam ainda, pela institucionalização da agricultura irrigada nas áreas onde haja

disponibilidade de água e desenvolver a instalação de culturas resistentes à seca e de ciclo vegetativo seco, pelo estabelecimento de uma política de industrialização com a implantação de indústrias que beneficiem de matérias-primas locais, visando a redução de custos com transporte, entre outras.

10.4 Zaire. Aguaceiros desalojam populares

Jornal Agora

18 De Outubro de 2013

Pelo menos 76 pessoas ficaram desalojadas em consequência da forte chuva que caiu quarta-feira na comuna do Nkiende a oeste da cidade de Mbanza Kongo, na província do Zaire.

De acordo com o administrador da comuna, Alberto Lusala, em declarações à Angop, a chuva acompanhada de vento 'agressivo' provocou também ferimentos a um cidadão e destruiu 14 casas e uma capela da Igreja Evangélica Baptista em Angola.

Uma equipa técnica já está no local para apurar o prejuízo e estudar a ajuda às famílias que aguardam ao relento.

10.5 Chuvas destroem centenas de casas

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2013

A intensa chuva acompanhada de ventos fortes que caiu na quinta-feira à noite na província de Malange provocou a destruição de cerca de 400 casas e deixou mais de 1.500 pessoas ao relento, de acordo com o balanço provisório dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, divulgado ontem.

Na cidade de Malange, 255 casas ficaram destruídas pelas chuvas, enquanto em Kunda Dia Base tiveram o mesmo destino 98 moradias, em Catepa 40 e no Cambaxe (município de Caculama) dez. Em consequência da tempestade, estão por confirmar quatro mortes em Caculama e 17 pessoas ficaram feridas, duas das quais continuavam ontem a receber assistência médica no Hospital Geral de Malange.

Os serviços de Protecção Civil e Bombeiros anunciaram, ainda, a destruição parcial das instalações do comando provincial da Polícia Nacional, da unidade da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) e do Estádio 10 de Maio. As autoridades também registaram um corte nas comunicações telefónicas com o município de Caculama, o que parece ter sido

causado pela danificação da antena da operadora de telemóvel.

Dada a gravidade da situação e para acudir aos sinistrados, o comando provincial de Protecção Civil e Bombeiros reuniu-se ontem com os órgãos competentes do Governo Provincial, no sentido de ser elaborado um plano de emergência.

A chuva e os ventos fortes em várias localidades de Malange teve origem na presença de "cúmulo nimbo", uma nuvem de desenvolvimento vertical com configuração espessa, explicou o responsável local do Instituto de Meteorologia.

João Marcolino acrescentou que sempre que se verificam anomalias nos parâmetros meteorológicos a nível da atmosfera, há a possibilidade de surgirem fenómenos, como raios, relâmpagos, trovoadas ou ventos fortes, como foi caso de quinta-feira à noite.

Os "cúmulo nimbo" são alimentados por movimentos convexos, que dão origem a ventos que podem chegar aos 90 quilómetros por hora. João Marcolino considerou o fenómeno relativamente raro em Malange e disse que a previsão sazonal, lançada há pouco tempo, apontava para a queda de chuvas acima do normal na província, ao contrário da região centro, que vai registar chuvas inferiores ao normal. De acordo com o meteorologista, a quantidade de chuva que está a cair em Malange há mais de uma semana não é habitual.

10.6 Chuva desaloja famílias

Jornal de Angola

23 De Outubro de 2013

Chuva intensa, acompanhada de rajadas de vento, caiu sobre o município de Ecuinha, a 45 quilómetros da cidade do Huambo, no último final de semana, e causou o desalojamento de 108 famílias, na sequência do desabamento das suas casas.

Em declarações à Angop, o administrador municipal, Cesário Calixto Chissaluquila, garantiu, segunda-feira, apoio às famílias sinistradas e lamentou o sucedido.

"Fizemos um levantamento que vamos remeter ao Governo Provincial para, com a Comissão Provincial de Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, estendermos a nossa mão solidária a estas pessoas, que ficaram sem habitações", disse.

O administrador do município apelou aos cidadãos para não construir casas em zonas de risco, uma vez que as 108 casas que desabaram localizavam-se em áreas perigosas.

Na semana passada a chuva provocou duas mortes e cinco feridos na comuna da Calenga, município da Caála, a 33 quilómetros da cidade do Huambo.

10.7 Fortes chuvas destroem casas no Norte do país

Jornal de Angola
23 De Outubro de 2013

Mais de 120 casas, na sua maioria construídas em zonas de risco, ficaram destruídas no fim-de-semana em províncias do norte do país na sequência das fortes chuvas na região, disse à Angop o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

De acordo com Faustino Sebastião, mais de 60 casas, duas escolas, 11 postos de iluminação pública e uma igreja ficaram destruídas nos arredores da cidade do Uige, enquanto em Malange ficaram destruídas 30 habitações e em Mbanza Congo 28 casas, três escolas e um posto de saúde.

Apesar de não haver registo de vítimas humanas, disse o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, é preocupante o facto de muitos cidadãos continuarem a construir as suas casas em zonas sem segurança.

Faustino Sebastião acrescentou que as casas construídas sobre as valas de drenagem de águas residuais e fluviais, não são seguras por serem locais propensos a deslizamentos de terra. Construir em zonas que são nascentes de rios e lençóis freáticos, coloca em risco a segurança da população.

De acordo com porta-voz as administrações municipais são chamadas a redobrar as acções de sensibilização para desencorajar esta prática que acarreta consigo muitos prejuízos e perdas de vidas humanas.

10.8 Chuvas desalojam famílias

Jornal Gazeta
24 De Outubro de 2013

Pelo menos 15 famílias ficaram desalojadas em consequência das chuvas, acompanhadas de fortes ventos que caíram em Camacupa, no Bié.

As chuvas provocaram a destruição de duas escolas e outras infra-estruturas.

Para Maria Luísa Bessa, responsável do Ministério da Assistência e Reinserção Social, os "números podem subir a qualquer momento", devido ao levantamento

ainda em curso em todos bairros e aldeias periféricas. Foi criada uma equipa constituída por seis pessoas que trabalham junto das comunidades para fazer o balanço dos estragos.

Maria Luisa Bessa anunciou, que as famílias desalojadas "vão ser apoiadas" com 15 chapas de zinco cada.

10.9 Ambientalistas fazem formação

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2013

Mais de 30 activistas ambientais participaram durante três dias, na cidade do Huambo, num seminário, tendo em vista a promoção e desenvolvimento da cultura ambiental nas comunidades.

Os activistas vão formar outros jovens ambientalistas, para sensibilizarem as comunidades para a importância da preservação ambiental, através da observância de boas práticas na preservação da Natureza. A directora do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho, recordou, na abertura do seminário, a importância de haver jovens ambientalistas e movimentos sociais que eduquem a sociedade sobre a importância de defesa do meio ambiente.

A directora local do Ordenamento do Território e Urbanismo aconselhou, ainda, a sociedade a mudar de atitude e assumir valores mais dignos em relação ao meio ambiente.

10.10 Fortes chuvas causam danos no município

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2016

Pelo menos 37 famílias das localidades de Satchinemuna, Luando e Munhango, município do Cuemba, encontram-se desabrigadas devido à destruição das suas casas em consequência das fortes chuvas em várias áreas da província do Bié.

Um documento do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Bié a que o Jornal de Angola teve acesso, refere que as chuvas destruíram 26 casas e que 11 outras ficaram afectadas parcialmente.

As autoridades do Bié providenciam apoios às famílias, distribuindo chapas de zinco, alimentação e outros bens.

Nos últimos dias, os serviços de Protecção Civil e Bombeiros do Bié registaram 15 ocorrências em diferentes localidades, incluindo quatro incêndios que causaram três mortos e quatro feridos, com danos materiais avaliados em mais de 500 mil kwanzas.

Os bombeiros fizeram ainda sete evacuações de pacientes para o hospital provincial, em consequência de acidentes de viação, agressões físicas e patologias diversas.

10.11 Pouca chuva ameaça cultivo

Jornal De Angola
29 De Outubro de 2013

Agricultores do Bié estão a ser aconselhados a mudar a aplicação do cultivo para o presente ano agrícola face às ameaças constantes de falta de chuva, referiu o vice-presidente da União Nacional dos Camponeses (UNACA). Albano Lussaty.

De acordo com o responsável da UNACA deve-se mudar a estratégia na agricultura através de actuação nos zonas de irrigação, para o desenvolvimento do sector em todas as localidades da província,

Albano Lussaty disse igualmente que, se as chuvas escassearem as culturas podem vir a ser transferidas para as zonas de irrigação ou para as margens dos rios, para se evitar as dificuldades que podem evitar as para a população. O Bié tem identificado 463 associações cooperativas de camponeses que recebem apoio do Governo em sementes, fertilizantes, instrumentos de trabalho e micro-crédito.

Apesar disso. Albano Lussaty alertou para a necessidade de haver uma boa gestão, para se manter o ritmo do cultivo nas comunidades, além de considerar que determinados apoios do Governo do têm sido bem gerido devido a intermediários que participam na comercialização) de adubos e outro meios de cultivo.

O director provincial da Agricultura. Marcolino Rocha Sandemba disse haver a necessidade de li criarem também melhores condições de vida para as populações ligadas ao campo.

10.12 Governo provincial disponibiliza verba para a construção

Jornal de Angola
31 De Outubro de 2013

O Governo Provincial do Cunene vai disponibilizar mais de 565 milhões de kwanzas para a construção de oito diques de protecção contra inundações nos bairros de Ondjiva e arredores.

O auto de consignação da emp reitada, a cargo da construtora chinesa CRBC, realizou-se na terça-feira, naquela cidade, na presença do governador do Cunene, António Didalelwa.

As obras têm o prazo de seis meses. a partir de terça-feira, e compreendem a construção de oito diques numa extensão de 20 quilómetro, sete passagens hidráulicas e reabilitação de cinco, assim como a reposição do alheamento da Estrada Nacional Ondjiva-Cuvelai, em ce de um quilómetro.

O governador disse que a construção dos diques de protecção e passagens hidráulicas tem como objectivo proteger os bairros de Ondjiva das cheias, que em anos anteriores causaram muitos prejuízos.

"Temos de estar preparados para minimizar os feitos das cheias e evitar a destruição de bens causada pela água", disse o governador António Didalelwa, acrescentando que a população da região tem sido afectada por dois fenómenos naturais designadamente inundações e seca . Para prevenir a seca. é necessária a construção de represa ,canais e aberturas de furos de água, acrescentou o governador.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Zâmbia legaliza milhares de angolanos

Jornal de Angola
03 De Setembro de 2013

O governo da Zâmbia ofereceu-se em legalizar mais de 100 mil angolanos que se encontram no seu território, entre homens, mulheres e crianças, em virtude da cessação do estatuto de refugiado.

A informação foi avançada terça-feira, em Genebra, num encontro entre o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, e o de Estado e do Interior da Zâmbia, Edgar Lungu.

O encontro, realizado a pedido do governante zambiano, na missão Permanente de Angola junto da ONU, à margem da 648 Sessão do Comité Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), serviu para os dois interlocutores passarem em revista aspectos ligados à situação migratória dos ex-refugiados angolanos que não aderiram ao processo de repatriamento voluntário até Junho de 2012.

O ministro zambiano quis saber dos esforços do Estado angolano para a atribuição da documentação nacional que comprove a cidadania angolana aos ex-refugiados, a fim de facilitar a sua regularização junto das autoridades migratórias zambianas.

João Baptista Kussumua disse que vai convidar o governante zambiano a deslocar-se a Angola nos próximos meses, para tratar das questões afins com as autoridades angolanas ao mais alto nível, realçando que os dois países vão solucionar todos os problemas e que encontros para o efeito se têm realizado. "Estamos de acordo que este trabalho terá de ser feito. Existem apenas algumas questões técnicas que serão solucionadas, porque a parte política está resolvida", afirmou.

Agradeceu a paciência e hospitalidade das autoridades zambianas por continuarem a acolher e dar assistência às famílias angolanas que se encontram no seu país.

Na reunião de Genebra, que termina sexta-feira, os ministros discutiram a solidariedade internacional a favor dos países vizinhos que acolhem refugiados provenientes da Síria, assim como a Declaração do Alto Comissário, debate geral, consideração dos relatórios sobre o trabalho do Comité Permanente, e Adopção do Programa Orçamental Bienal 2014-2015.

O primeiro ponto tem em atenção as circunstâncias extraordinárias da crise de refugiados da Síria e o seu impacto nos países de acolhimento. O Comité Executivo pretende obter uma maior informação sobre a dimensão das necessidades e a resposta humanitária, bem como considerar a forma adequada para tomar medidas para o reforço da solidariedade internacional e responsabilidade partilhada. A Declaração do Alto Comissário vai fornecer uma visão geral das prioridades operacionais e políticas voltadas para o bureau. O Comité vai ainda efectuar breves actualizações sobre os recentes desenvolvimentos operacionais a nível regional e global.

No ponto relativo ao Orçamento, o Comité vai rever o programa orçamental bienal 2014-2015 do Escritório do Alto Comissariado para os Refugiados e o relatório do Comité Consultivo sobre questões administrativas e orçamentais.

II.2 Administração acompanha emigração

Jornal O País
04 De Outubro de 2013

Indagada sobre o fluxo migratório de jovens para outras partes do país à procura de melhores condições de vida, a administradora municipal da Chibia, Otilia Malote Vianney, garantiu a O PAÍS que o seu elenco tem o registo e controlo de todas as pessoas que emigram nestas circunstâncias. Mas assegurou que este número tende a reduzir com o advento da paz e a implementação de diversos programas direccionados à juventude, nomeadamente, o Balcão Único do Empreendedor (BUE) e o Crédito de Campanha.

"A nível do nosso município,

Crédito de Campanha também abarca os jovens com baixa escolaridade que vivem da agricultura. Para além disto, temos ainda realizado outros programas de apoio à juventude e fomentado a criação de mais postos de emprego. O que tem feito com que muitos deles optem por ficar em detrimento de emigrar sem ter perspectiva nenhuma", justificou.

Questionado se recrutamentos são feitos por pessoas singulares ou colectivas, explicou que há casos em que eles são orientados pelos seus parentes que se encontram noutras partes do país à irem ao seu encontro' por acharem ser mais fácil conseguir emprego noutras paragens. Destacou que nestes casos, eles são aliciados maioritariamente por supostos militares e polícias.

Por outro lado, disse que existe ainda aqueles que se deslocam por conta própria atrás de um emprego.

"Mas também é de reconhecer que há o caso de jovens que são mobilizados por empresas ou pessoas individuais, com alguma capacidade de o fazer, e eles não pensam duas vezes em aderir" :frisou.

Otília Malote Vianney garantiu que os efectivos da Polícia Nacional, destacados naquela parcela do território nacional, têm desmantelado algumas redes de indivíduos que actuam deste modo e encaminham as vítimas para junto das suas famílias.

Atendendo ao facto de a maior parte dos jovens que emigram serem provenientes do interior do município, a administração virou todas as suas atenções, que até então estavam centrada na cede da Chibia, para as comunas e bairros.

"Como o nosso território é vasto, estamos conscientes que não basta chegar às comunas, é preciso atingir os sectores que distam acima de cem quilómetros da sede das respectivas comunas. A nossa meta é congregar todos os municípios", disse.

Acrescentou que a instituição que dirige procedeu recentemente à entrega de 'kits' de materiais de electricidade, pescas, sapataria, para engraxar e geradores à juventude' por intermédio de associações e cooperativas que ali existem. Para assegurar ainda a permanência dos jovens naquela localidade, a administração está a apostar também na realização de actividades culturais e desportivas.

Otília Vianney mostrou-se consciente de que o mais importante não é, neste preciso momento, marginalizar os jovens por emigrarem visto ser esta a alternativa que muitos deles encontram para sobreviver.

No que concerne às motivações desde fenómeno, a nossa interlocutora apontou a falta de possibilidade para dar seguimento aos seus estudos por motivos económicos ou a rejeição da mesma por a considerarem perda de tempo. E assegurou que este quadro tende a alterar-se graças ao trabalho que têm desenvolvido neste sector.

A administração da Chibia está a desenvolver um plano de expansão das novas tecnologias de informação a todas as comunas, com o auxílio de vários jovens que foram formados para o efeito. o que concerne ao programa de combate à fome e à pobreza, eles são os principais participantes das formações em tecnologias rurais (com maior incidência a produção agro-pecuária) e culinária.

o que diz ainda respeito à formação de quadros, foram concedidas 50 bolsas de estudos do ensino médio a alguns municípios com o compromisso dos mesmos contribuírem para o desenvolvimento das suas localidades tão logo concluem a formação.

A governante reconheceu que a estiagem está a contribuir para o aumento do fluxo migratório, mas assegurou que poderá reduzir com a distribuição dos bens materiais que receberam do Governo Central, Provincial e da sociedade civil para acudir as populações.

11.3 Chineses optam pela mão-de-obra angolana

Jornal O País

04 De Outubro de 2013

O relógio marcava 12h3S, na Quinta-feira, 19, quando a equipa de reportagem de O PAÍS deixava a picada que leva à casa do Soba Grande da Huila, Joaquim Huleypo, sem ter recebido o seu apoio no sentido de autorizar a população a falar à imprensa, depois de duas tentativas consecutivas.

Antes de anunciar a sua indisponibilidade, aquela autoridade tradicional havia manifestado todo o interesse em colaborar na execução da nossa actividade assim que regressasse da cerimónia de inauguração de um empreendimento num dos bairros da Chibia.

Já no dia anterior um dos funcionários do seu escritório nos havia informado que não seria possível chegar à fala com o Soba por se encontrar numa reunião com os membros do Executivo provincial, na cidade do Lubango.

Apesar de estarmos conscientes de que sem a sua ajuda seria quase que impossível conseguir entrevistar os jovens que já trabalharam numa obra de construção civil, decidimos dar seguimento ao trabalho por nossa conta e risco. Manucho Mandiéle, o primeiro jovem que interpelámos não fala português e o seu avô, que se havia prontificado em servir de tradutor, distorcia a comunicação. Ao ouvir as palavras Luanda e trabalho, entrou em pânico e remeteu -se ao silêncio.

A sua expressão facial e as mãos trémulas agarradas ao braço do ancião, como quem estivesse aflito e clamando por protecção, demonstravam um medo típico dos seres humanos quando se encontram em perigo. Uma semana antes da chegada da nossa reportagem, àquele município, um grupo de supostos militares recrutaram centenas de jovens para

trabalharem nos vários projectos de construção e reabilitação de infra-estruturas em curso no país que se encontram a cargo de empresas chinesas.

Contrariamente às vezes anteriores, em que os candidatos foram transportados em camiões basculantes conduzidos por cidadãos chineses, desta vez os escrutadores apareceram com minis autocarros e veículos de marca Toyota Hiace para passarem como candongueiros perante as autoridades policiais. Segundo apurou O PAÍS, a partir de Luanda, os candidatos são distribuídos por diversas partes do país em função do seu porte físico, como se de escravos se tratassem. Os mais robustos são encaminhados para as empreitadas que requerem muita força e resistência, como a expansão da rede eléctrica.

De regresso à aldeia

Da aldeia da Maeque fomos à Fazenda Amélia, nome atribuído a um dos bairros, à procura de Joaquim Passo, 27 anos, que regressara adoentado (com vómitos, tosse e disenteria) dois dias antes da nossa chegada à aldeia, isto é, na Terça-feira, 17, proveniente de Luanda.

Apesar de pálido e ainda sem muita força para se movimentar, encontrámo-lo ao lado de uma conduta de água, a ajudar a sua esposa e os seus irmãos mais novos a acarretarem o precioso líquido, debaixo do sol ardente que fazia.

"As pessoas que nos contrataram disseram que a empresa é que se encarregaria do transporte, alimentação, hospedagem e que ganharíamos 28 mil Kwanzas por mês, mas quando chegámos ao Zango IV fomos informados que lhes devemos pagar cinco mil pelo transporte", contou Joaquim Passo, tremendo e com os nervos à flor da pele.

. De acordo com a nossa fonte, os candidatos ao emprego só tomam conhecimento desta exigência no local de trabalho e, caso se oponham, são expulsos, sem direito a passagem de regresso, ficando à mercê da sorte. Como muito deles não conhecem a cidade de Luanda e nem têm nelas familiares, vêem-se obrigados a permanecer no estaleiro e a dar seguimento ao contrato até que consigam juntar dinheiro para regressar.

Para além dos valores que exigem aos recém-contratados, suspeita-se que os "transportadores" recebem ainda uma quantia monetária da parte dos empreiteiros por cada indivíduo.

Enquanto na centralidade do Kilamba a CITIC havia instalado um posto médico para prestar os primeiros socorros em caso de acidente de trabalho ou de

doença, bem como a prerrogativa de serem encaminhados para um dos hospitais da cidade pelos presumíveis militares em caso de doença grave, no Zango cada um está entregue à sua sorte.

Joaquim Passo disse que, em caso de doença, tanto a entidade empregadora como os recrutadores não se responsabilizam. "Eles não se preocupam em levar os doentes ao hospital mais próximo e se morrer é enterrado na mata, às escondidas dos demais", frisou.

O nosso interlocutor, que fez parte do grupo que partiu no dia 31 de Julho para Luanda, só conseguiu regressar à Chibia graças à ajuda que recebeu de alguns dos seus colegas e amigos que se comoveram com a sua situação. Na obra em que estava inserido, no Zango 4, tinha a missão de raspar o betume das paredes e tecto, o que suspeita ser o causador da doença.

Desaparecimentos misteriosos Disse ainda que durante o tempo que integrou os quadros de funcionários da construtora em que trabalhou, acompanhou o desaparecimento misterioso de cinco companheiros que se encontravam adoentados.

Entre eles está o seu colega e vizinho (na Fazenda Amélia), Gabriel Chinguma, que sumiu sem deixar rasto depois de ter sido supostamente levado pelos seus patrões para uma das unidades hospitalares de Luanda, com o intuito de beneficiar de cuidados médicos. "Um dos desaparecimentos que mais me marcou foi o de um dos meus colegas de secção, oriundo do Huambo. Estávamos doentes e um dos chineses que diziam ser médico foi ter connosco para nos dar injeção, eu recusei e ele aceitou acreditando que seria a cura, mas o seu estado de saúde agravou-se após alguns minutos", recordou Joaquim Passo, com a de tristeza.

Preocupado com o seu companheiro, passadas algumas horas, Joaquim Passo foi averiguar o seu estado de saúde e encontrou-o desmaiado, sem os sinais vitais. De seguida correu à rua e informou aos demais do sucedido. A notícia espalhou-se e dois dos cidadãos asiáticos que dirigem o estaleiro o levaram para um local incerto.

Ele disse não acreditar que os desaparecidos ainda se encontram em vida, pelo facto de os seus ex-patrões se recusarem a mencionar onde estão internados, sempre que são questionados sobre o paradeiro dos mesmos.

Com ar de revolta, o jovem desabafou que não conseguiu cumprir com o objectivo que o levou a Luanda, de amealhar algum dinheiro para proporcionar melhores condições de vida à esposa e

aos dois filhos, por a direcção da empreiteira se ter recusado a pagar os seus ordenados, alegando que permaneceu a maior parte do tempo adoentado.

Ao olhar para a pequena horta que dista a escassos metros da sua casa completamente destruída devido à falta de cuidados, confidenciou que era dali que conseguia retirar o sustento de sua família.

11.4 Supostos militares entre os recrutadores

Jornal O País

04 De Outubro de 2013

A presença de um gerador em pleno funcionamento ao lado de uma residência de adobe rodeada de capim despertou a nossa atenção e fomos descobrir que o seu proprietário, Augusto Manuel Catraio, vulgo Lulu, 25 anos, esteve entre as centenas de jovens angolanos que participaram na construção da primeira fase da cidade do Kilamba.

Contou que ele e o seu irmão mais novo foram recrutados, em 2008, para trabalharem no grupo Chinês de Investimento e Construção Civil (CITIC) por um suposto militar, oriundo daquela zona, encarregue de assegurar a protecção da obra.

Desempregado e com a namorada grávida, o Augusto Catraio não viu outra solução senão juntar-se a este grupo de indivíduos tendo em conta as garantias sociais e de progressão que haviam recebido.

Segundo ele, no dia 19 de Novembro daquele ano, centenas de pessoas de várias idades reuniram -se às 13 horas num mercado, designado de Praça Grande, à volta de dois camiões em que seguiam igual número de cidadãos chineses "escortados" por um suposto militar em cada um deles, não para ouvirem o discurso de um político ou o sermão de um padre. Mas sim, para se despedirem dos mais de 300 jovens de diversas aldeias (Quiita, Xahongo, Vila Mbondo, Maeque, entre outras) que partiriam para Luanda ávidos de ganhar dinheiro e contribuir para o sustento de suas famílias.

Repartidos em dezenas por cada camião basculante de 18 metros cúbicos, viajaram durante dois dias e a ideia de que teriam um futuro melhor servia de consolo no momento em que o cansaço, de tanto ficar de pé, era saciado no chão com a cabeça apoiada nas pouquíssimas peças de roupa que levavam, transformadas em almofadas. Durante o percurso Chibia/Luanda (cerca de mil e 50 quilómetros), na época a maior parte deles de terra batida, os

candidatos alimentaram-se apenas de pão com latarias, sumo e água oferecidos pelos contratantes.

Augusto Catraio disse ainda que a presença dos supostos militares na cabine dos camiões inibia os polícias que os interpelavam. Este quadro só se alterou na portagem da Barra do Kwanza, onde a caravana foi intersectada por efectivos da Polícia Nacional e da Polícia Militar que exigiram que os rapazes fossem transportados em melhores condições.

Completamente cansados com a viagem desceram da carroçaria e aguardaram pelo envio de mais três camiões basculantes onde foram repartidos. De seguida, a caravana continuou a marcha em direcção ao estaleiro que diz ser da CITIC, situado no local onde está hoje a cidade do Kilamba.

Neste recinto os trabalhadores foram alojados em vários contentores transformados em casernas, com ar condicionado e receberam dois lençóis e um mosquiteiro cada. Embora não tenha conseguido precisar a quantidade de beliches que existia em cada contentor, Augusto Catraio, recordou que passou a dormir em cima e o seu irmão em baixo.

Para fazer face à diferença gastronómica existente entre Angola e China, a empresa criou várias cozinhas somente para os angolanos, sendo que o cardápio se resumia diariamente a arroz com frango ou com salsicha (ao almoço e jantar) e pão com manteiga e chá (ao pequeno almoço). As refeições estavam sob a responsabilidade de um cidadão chinês que se encarregava também da logística, reservada às casernas dos africanos.

"Trabalhávamos de segunda a segunda, 24 horas por dia, e quando alguém estivesse a se sentir mal tinha o livre arbítrio de decidir se pretendia ir trabalhar ou não, só que não teria direito ao pagamento correspondente àquele dia, disse.

Em 2008, quando foram enquadrados no quadro de funcionários da CITIC, os colaboradores auferiam 600 Kwanzas pelas oito horas de serviço previsto na Lei Geral do Trabalho vigente em Angola, mas eram aliciados a não pararem para descansar de modo a que recebessem o subsídio de hora extras. O que lhes permitiria receber mais de 30 mil Kwanzas no dia 25 de cada mês, quando em que é feito o pagamento dos salários.

Contrariamente aos recém-contratados, os grupos que foram transportados em camiões e eram obrigados a pagar apenas mil Kwanzas cada aos supostos militares assim que recebessem o primeiro ordenado.

11.5 Transferência para o 'inferno

Jornal O País

04 De Outubro de 2013

Augusto Catraio decidiu abandonar o emprego que o ligava à CITIC, em 2010, um mês depois de ter sido transferida a maioria dos funcionários para os projectos habitacionais do Zango IV e V (em Viana], tendo em conta que a primeira fase da cidade do Kilamba já estava concluída.

"As condições que tínhamos no Kilamba são superiores às que nos foram proporcionados nos vários estaleiros que existem nos Zangos, visto que deixámos de ter direito a energia eléctrica e água para tratar da higiene pessoal 24/24", recordou. Acrescentou de seguida que "o outro factor que fez com que abandonasse a empresa que trabalhava para a CITIC está relacionado com a péssima alimentação, falta de condições higiénicas nas casas de banho e mosqueiros. O que está a deixar muita gente doente.

No Zango, são alojados em contentores de 40 pés, amontoados uns em cima dos outros, com dez camas cada, o que perfaz um total de 20 moradores em cada um deles, sem ar condicionado e recebem uma alimentação de baixa qualidade. De maneira a motivar os trabalhadores a não abandonarem os seus postos, a construtora chinesa aumentou o pagamento diário entre 800 a 900 Kwanzas, em função das áreas. E, por outro lado, o enquadramento dos jovens passou a ser feito com base na área do ramo construção em que o mesmo se pretende especializar.

Caso não tenha nenhuma experiência, são submetidos a um estágio de três dias, com um salário de SOO Kwanzas dia. Caso aprendam os ensinamentos dentro do prazo, os indivíduos são elevados à categoria de ajudante e passam a auferir montante atrás mencionado, fora os subsídios de hora extras.

Os jovens que se dedicam a levantar as paredes, auferem 100 Kwanzas por cada bloco que aplicarem, independentemente do tempo de trabalho. Quanto mais blocos aplicam, mais ganham. Com o dinheiro arrecadado deste serviço, o nosso interlocutor realizou o sonho da casa própria, comprou um boi, urna motorizada, um gerador passou a viver com a sua segunda mulher, com quem já tem dois filhos.

Longe daquilo que considera s um martírio, sobrevive de trabalhos de mecânico de motorizadas e de geradores, bem como dos recursos provenientes de uma recauchutagem montada num dos mercados informal do município. Profissões que diz ter aprendido sozinho e por curiosidade.

11.6 Sociedade Civil quer recenseamento urgente de estrangeiro

Semanário Factual

05 a 12 de Outubro de 2013

António Sambundo, da ONG ADRA, diz que os angolanos não estão contra os estrangeiros, mas esses devem estar devidamente legalizados.

"O Executivo deve urgentemente estudar os mecanismos para travar esse fenómeno, visto que a situação inspira cuidados.

Para o líder da igreja Salvação de vida, António Chiaki, o registo é urgente, sob pena de um dia o país atravessar momentos críticos.

"Chegou o momento das autoridades agirem. A entrada dos estrangeiros em massa em Angola já é demais", alertou.

Quimonia Sebastião Zua, da Igreja Santidade em Angola, a sociedade deve ajudar o Executivo na denúncia dos estrangeiros ilegais.

"Não vamos deixar o Governo só com a batata quente. Nós temos a obrigação de ajudar o executivo", sugeriu.

Recentemente, o comandante da Policia de Guarda Fronteira, comissário-chefe António Pedro Kandela, afirmou que "Angola está a desenvolver acções para instalar meios modernos e sofisticados de segurança das suas fronteiras, para melhorar o combate à imigração clandestina".

Afirmou que o actual sistema de segurança fronteiriça "ainda é débil, devido à falta de meios adequados para a sua protecção"

"Estão em curso acções para a instalação de meios modernos e sofisticados para garantir a segurança da fronteira angolana, numa cooperação com a Rússia", revelou Pedro Kandela.

Segundo ele, o país precisa de meios rolantes e aquáticos, entre outros, para o patrulhamento dos seus cinco mil e 188 quilómetros de fronteira terrestre e mil 650 outros de orla marítima.

Denunciou a existência de grupos organizados de cidadãos nacionais e estrangeiros que auxiliam a imigração ilegal, nomeadamente através das províncias fronteiriças de Cabinda, do Zaire, da Lunda Norte e do Cunene, visando exercer actividade comercial.

Kandela afirmou existirem, na RD Congo e no Congo - Braz z a Ville, "comités de angariação de estrangeiros que são submetidos à aprendizagem básica da língua portuguesa': e das línguas nacionais, "Estudam a geografia do país, os hábitos e costumes do bairro ou município onde se vão alojar, os hábitos alimentares e as línguas nacionais. Estes grupos, em coordenação com os comités de recepção no país (...) recebem os estrangeiros nos pontos combinados e dão-lhes alojamento", revelou.

É pela Lunda Norte que os estrangeiros entram ilegalmente em Angola

Entre os casos mais preocupantes, citou a entrada ilegal de estrangeiros pela Luanda Norte, na fronteira com a RD Congo, para se dedicarem, entre outras actividades, ao garimpo de diamantes, bem como a fuga ao fisco no Cunene, fronteiro com a Namíbia.

"Outros até se envolvem no tráfico de drogas. Muitos introduzem seitas religiosas não reconhecidas pelo Estado angolano", acrescentou, justificando que o combate a essas práticas exige o auxílio de outras forças, como o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), a Polícia Fiscal e as Forças Armadas Angolanas (FAA).

O que a lei diz?

A entrada do cidadão estrangeiro no território nacional deve efectuar-se pelos postos de fronteira qualificados para o efeito, sem prejuízo do estabelecido em acordos sobre a livre circulação de pessoas e bens de que a República de Angola seja parte.

Os postos de fronteira qualificados para esse efeito são aqueles onde houver fiscalização dos órgãos competentes.

O cidadão estrangeiro pode entrar no território nacional desde que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Ser portador de passaporte ou qualquer outro documento internacional de viagem válido na República de Angola e cuja validade seja superior a seis meses;
- b) Possuir visto de entrada vigente e adequado à finalidade da deslocação;
- c) Possuir meios de subsistência nos termos do disposto no artigo 19.º da presente Lei;
- d) Ser titular do certificado internacional de vacina;

e) Não estar sujeito à proibição de entrada nos termos do artigo 15.º da presente Lei;

Está isento da apresentação de passaporte o cidadão estrangeiro portador de salvo-conduto ou «laissez-passer», emitido pelas autoridades do estado de que seja nacional ou onde habitualmente reside, desde que haja acordo para o efeito, ou por organizações internacionais de que a República de Angola seja membro.

Está isento da apresentação de passaporte e visto de entrada o cidadão estrangeiro que seja:

- a) Nacional de país com o qual a República de Angola tenha acordo que lhe permite a entrada apenas com bilhete de identidade ou documento equivalente;
- b) Portador de licença de voo ou certificado de tripulante, quando em serviço, nos termos da Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional;
- c) Portador de documento de identificação de marítimo, a que se refere a Convenção nº 108 da Organização Internacional do Trabalho, quando em serviço.

11.7 Ministro anuncia elaboração da política migratória

Jornal de Angola

05 De Outubro de 2013

O Executivo está a elaborar uma política migratória que define os mecanismos a observar pelos Imigrantes que se queiram Instalar legalmente em Angola, anunciou, em Nova lorque, o ministro do Interior.

Ângelo Veiga, que discursava na Reunião de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento, que terminou e ontem, disse que aquele instrumento legal faculta aos imigrantes as condições adequadas de inserção, permite-lhes participarem no processo de reconstrução nacional e obterem rendimentos que lhes proporcionam bem-estar.

"A ida de estrangeiros para Angola afigura-se de grande utilidade sobretudo nesta fase da reconstrução nacional", declarou.

O Estado angolano, referiu, reconhece que as migrações internacionais fazem parte do processo da globalização e constituem um factor importante para o desenvolvimento, tanto dos países de origem, como de destino dos migrantes.

O ministro, recordou, que a imigração ilegal em Angola é um assunto que preocupa o país, principalmente pelas consequências económicas, demográficas, sociais, culturais e de segurança que o fenómeno acarreta.

Efeitos da guerra

Durante vários anos, disse Ângelo Veiga, Angola foi marcada por uma vaga de emigração devido à guerra fratricida que viveu associada a um clima económico desfavorável, o que fez com que muitos angolanos abandonassem o país à procura de melhores condições de vida. Com a conquista da paz em 2002, salientou ministro do Interior,

Angola regista estabilidade político-social, o que propicia um crescimento económico considerável, resultando daí o regresso dos angolanos da diáspora e também a entrada massiva de imigrantes provenientes de várias partes do mundo, principalmente da Ásia, América do Sul, Europa, Médio Oriente e África. Ângelo Veiga disse que Angola tem vindo a adoptar medidas políticas, diplomáticas, judiciais, legislativas e administrativas destinadas a promover e garantir uma imigração saudável virada para o desenvolvimento económico e social e a proteger os direitos humanos dos imigrantes, sobretudo dos mais vulneráveis, como crianças, mulheres e idosos. O ministro referiu a construção de centros de acolhimento temporários de imigrantes ilegais, a abertura de postos de fronteira e de travessia, a atribuição de documentos de identificação aos residentes fronteiriços e o reforço da cooperação bilateral com os Estados e organizações internacionais e regionais. Ângelo Veiga defendeu que o combate à imigração ilegal e a promoção da migração regular é uma responsabilidade dos Estados em parceria com as organizações internacionais e é sociedade civil.

Gestão de fluxos migratórios

Por isso, realçou o ministro, a necessidade da concepção e aprovação, ao mais alto nível, de uma estratégia internacional sobre a gestão dos fluxos migratórios.

Ângelo Veiga considerou imprescindível a cooperação entre os países de origem e de trânsito dos migrantes mediante a celebração de acordos bilaterais e multilaterais no domínio migratório. É neste quadro, disse, que Angola tem assinado acordos com vários Estados, principalmente vizinhos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e da Comunidade Económica dos Estados da África Central.

O ministro pediu às Nações Unidas que, por intermédio das suas agências especializadas, apoiem os Estados-membros e as organizações regionais nas políticas direccionadas para uma gestão eficaz dos fluxos migratórios.

Ângelo Veiga também destacou a importância da identificação de estratégias que permitam aos Estados o reforço da troca de experiências e outras valências para que, sublinhou, o imigrante não seja visto como um elemento nocivo às políticas socio-económica e culturais dos países acolhedores.

11.8 Estrangeiros são expulsos por ilegalidade

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na Lunda-Sul expulsaram ontem, através da fronteira de Chilunge, a 300 quilómetros de Saurimo, nove cidadãos da República Democrática do Congo por permanência ilegal.

O chefe da fiscalização, António Mendes, disse que a detenção dos imigrantes em situação ilegal, resultou de várias operações. Entram através da província da Lunda-Norte com o objectivo de atingir as áreas de garimpo nas localidades de Muxinda e Xamiquelengue, António Mendes destacou que alguns, dos cidadãos detidos exerciam actividades comerciais nos mercados dos arredores da cidade de Saurimo. Todos os dias centenas de imigrantes ilegais são detidos nas províncias da Lunda-Sul, Lunda-Norte, Zaire, Cabinda e Uíge.

O ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares, anunciou nas Nações Unidas "em Nova Iorque, que o Executivo está a elaborar uma política migratória que vai definir os mecanismos a observar pelos imigrantes com vista a sua instalação legal em Angola.

Trata-se de um instrumento legal que vai facultar condições de inserção adequadas aos imigrantes, permitindo-lhes participar no processo de reconstrução nacional em curso e obter rendimentos que viabilizem o seu bem-estar.

11.9 Imigrantes ilegais repatriados na Lunda-Sul

Jornal de Angola
08 De Angola

Cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) foram repatriados ontem pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província da Lunda-Sul, por permanência ilegal em território nacional.

De acordo com António Mendes, chefe de secção de fiscalização do SME, nove cidadãos foram expulsos através do posto fronteiriço de Chiluanze, situado a 300 quilómetros de Saurimo.

António Mendes informou que os cidadãos expulsos exerciam actividades comerciais ilegais nos mercados informais e estabelecimentos comerciais. .

o SME está cada vez mais empenhado no combate à imigração ilegal nas cidades e nas fronteiras com a República Democrática do Congo e com a Zâmbia.

O combate à emigração ilegal, salientou, é preocupação do Executivo, porque tal prática pode criar sérios problemas ao país.

11.10 Polícia redobra combate contra ilegais

Jornal de Angola
14 De Outubro de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província de Cabinda expulsou, entre 28 de Setembro a 12 deste mês, 376 cidadãos estrangeiros que se encontravam na capital da província em condições migratórias irregulares.

Uma nota do SME indica que os referidos cidadãos, na maioria da vizinha República Democrática do Congo, foram expulsos administrativa e judicialmente pelas fronteiras de Massabi e Yema.

Ainda de acordo com a nota do SME, foram registados e entregues às respectivas famílias 13 crianças menores, enquanto três homens e quatro mulheres da República Democrática do Congo mereceram acção judicial por práticas ligadas ao auxílio à imigração ilegal. A nota indica ainda que o SME, através de especialistas ligados à fiscalização, vai redobrar esforços no combate à imigração ilegal, bem como "contra os estrangeiros que estão em Cabinda em regime de estadia ilegal, com vista a diminuir esta prática que inquieta as autoridades da província.

11.11 Imigrantes detidos sem documentos

Jornal de Angola
15 De Outubro de 2013

A Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire deteve, 'durante a última semana, 12 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), por tentativa de violação dos marcos fronteiriços.

Em comunicado de imprensa, o Comando Provincial da Polícia Nacional no Zaire informa que nos últimos sete dias, a corporação abortou cinco casos de transposição ilegal da fronteira entre Angola e RDC, mais cinco em comparação a igual período anterior.

Os estrangeiros em causa, acrescenta a nota, foram já encaminhados à direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o devido tratamento, após o registo operativo.

As violações ocorreram nas localidades de Kinguvo (Nóqui), Mpala e Luvo, município de Mbanza Kongo. A Polícia de Guarda Fronteira interpela semanalmente dezenas de imigrantes ilegais em diversos postos fronteiriços da região, por tentativa de entrada em território nacional.

11.12 "Portugueses são protegidos e bem-vindos a Angola,"

Jornal de Angola
20 De Outubro de 2013

O embaixador angolano em, Portugal, José Marcos Barrica, afirmou à SIC, em Lisboa, que os portugueses são bem-vindos a Angola, mas deplorou "os sinais de desconfiança por parte de pessoas, muitas delas bem colocadas no Estado português". Na mesma estação televisiva, políticos portugueses e angolanos chamam ladrões aos membros do executivo de Angola.

"Os angolanos e os seus dirigentes não se sentem confortáveis quando sabem que o seu país de cooperação, é um território onde avultam sinais de desconfiança por parte de pessoas, muitas delas bem colocadas no Estado português", disse Marcos Barrica, em entrevista à SIC Notícias.

Reagindo ao anúncio do Presidente José Eduardo dos Santos que põe fim à cooperação estratégica com Portugal, durante o discurso sobre o estado da Nação, o embaixador Marcos Barrica disse que o Executivo vai continuar a proteger os portugueses que residem e trabalham em Angola.

"Angola precisa de Portugal, da mesma forma que Portugal precisa de Angola. Por isso, gostaríamos que tudo voltasse à normalidade, o mais depressa possível", afirmou. Quando as suas declarações foram para o ar, outro órgão de informação do império mediático de Pinto Balsemão fazia manchete com mais um ataque a alta, figuras do Estado Angolano: "O Ministério Público recusou três vezes pressões" para arquivar as investigações ao Vice-Presidente da República Manuel Vicente, e ao Procurador-Geral da República, João Maria de Sousa.

Os magistrados que violaram o Segredo de Justiça confirmam que "não há arguidos" e que a última "pressão" foi há 15 dias. Um ano depois, as investigações a cargo dos magistrados da Direcção Central de Investigação e Acção Penal, apenas serviram para fazer "manchetes" nos órgãos de informação do império mediático de Pinto Balsemão.

Fontes do Ministério Público revelaram ao Jornal de Angola que a investigação "é fácil e ninguém compreende que um ano depois de ser aberta ainda nem sequer existam arguidos. Estamos perante um inaceitável concluído com forças políticas que só envergonha os verdadeiros magistrados do Ministério Público".

Mostrar serviço

A Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, para "mostrar serviço" proibiu os Procuradores de fazerem declarações sobre processos em curso, mesmo que já não estejam na fase de Segredo de Justiça. Em resposta, os magistrados que "investigam" altas figuras do Estado angolano, violaram mais uma vez o Segredo de Justiça e produziram mais uma "manchete". Desta vez, insinuando que foram sujeitos a pressões para arquivarem os processos.

O embaixador Marcos Barrica desfez as incompreensões sobre o discurso do Presidente da República e disse à SIC que "os investimentos de portugueses em Angola são bem-vindos", sublinhando que os imigrantes que estão a trabalhar em Angola não estão a ser perturbados, nem o Estado angolano vai permitir que sejam perturbados na sua vida normal pelo facto de serem portugueses. "Não se disse que terminaram as idas de portugueses para Angola e não se disse que Angola não precisa de Portugal", sublinhou.

Marco Barrica reafirmou que Angola precisa dos portugueses e de Portugal para o seu desenvolvimento, da mesma forma que precisa de

outros países que tenham algo para oferecer, do ponto de vista tecnológico e de conhecimento.

Mal entendidos

O Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, disse na cidade do Panamá, que "os agentes políticos angolanos, escolhidos pelo povo em eleições que a comunidade internacional declarou livres e justas merecem todo o nosso respeito".

O Chefe de Estado português, que falava à imprensa, à margem da Cimeira Ibero-Americana, a decorrer no Panamá, disse estar confiante que o "mal entendido" entre Portugal e Angola vai ser ultrapassado e que os dois países vão fortalecer a sua relação.

Para o Presidente da República Portuguesa, "às relações muito especiais que existem entre Portugal e Angola não podem ser postas em causa por mal entendidos ou por eventuais desinformações que venham a público, quer em Portugal, quer em Angola":

Cavaco Silva, que já foi primeiro-ministro de Portugal, disse estar seguro de que o "mal entendido" vai ser ultrapassado, atendendo que as relações intensas entre os dois países são mutuamente benéficas e "os angolanos e portugueses são povos amigos".

11.13 Economia propicia imigração

Jornal Continente

26 De Outubro de 2013

Dissertando o tema "Imigração ilegal e suas implicações na Lunda-Norte," no segundo e último dia da Conferência Internacional sobre Educação e Cidadania para celebrar os quatro anos da criação da Universidade Lueji A'Nkonde, o responsável disse que a entrada massiva de estrangeiros ilegais em Angola, não constitui novidade, para ninguém.

Explicou que, em função disso, nos últimos cinco anos foram repatriados por entrada e permanência ilegal no país, 167 mil e 720 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, sendo que os congolese democráticos representam 97 porcentos deste número.

De Abril a Agosto de 2013, saíram de forma voluntária, 74 mil e 726 imigrantes ilegais que resultou da implementação das medidas de prevenção e combate à imigração ilegal.

Fez saber que foram identificadas 19 rotas internacionais utilizadas pelos imigrantes, das quais

uma que parte de Bamako, passando pela Costa de Marfim, Burkina Fasso até Kinshasa (República Democrática do Congo).

Indicou que os estrangeiros entram no país pelas fronteiras terrestres, fluviais e marítima, sendo os pontos de preferência de entrada as províncias fronteiriças de Cabinda, Zaire, Malanje Uíge, Lunda Sul e Lunda Norte.

Explicou que por via marítima a entrada processa-se, principalmente, através de embarcações de pequeno e médio porte preferencialmente no período nocturno.

Disse que em muitos casos os estrangeiros usam os pontos oficiais de entrada com toda a documentação legal exigida mas, no entanto, não regressam para os seus países e permanecem em Angola violando as normas migratórias vigentes sobre a matéria.

Os imigrantes vêm da Ásia, América do Sul, Europa, Médio Oriente e África, indicou o orador, sublinhando que os europeus e americanos fixam-se, preferencialmente, no litoral, enquanto os congolezes e oeste africanos no nordeste do país, e os asiáticos em quase todo o território nacional.

"Nas áreas de controlo, o que acontece é que entram com toda a documentação exigida, mas não abandonam o país findo o prazo permitido", acrescentou.

O responsável realçou a imigração na província da Lunda Norte, tendo dito que a mesma está relacionada com o garimpo de diamantes, considerando os dois assuntos intrínsecos.

"O garimpo de diamantes é o principal chamariz da imigração ilegal na província da Lunda Norte e os municípios diamantíferos são os que registam maiores concentrações de cidadãos estrangeiros.

11.14 Polícia da Lunda Norte identifica rotas de entrada de imigrantes

Jornal O País

25 De Outubro de 2013

O comandante provincial da Polícia Nacional e delegado do Ministério do Interior na Lunda-norte, Gil Famoso, apresentou, recentemente, um relatório que ressalta a identificação de 19 rotas de penetração utilizada por imigrantes ilegais para atingirem esta província.

De acordo com as conclusões da polícia local, que classificou este corredor como uma internacional que compreende os itinerários de Bamako-Mali, Bengui-República Centro Africana (RCA), Costa do Marfim

e Burquina fasso, para além dos Congos Brazzaville e Kinshasa, também conhecido pela sigla RDC, para entrada à referida província, os Oeste-africanos privilegiam a fronteira do Cuango e Caungula por constituir o eixo mais curto de Brazzaville, Kinshasa, Kituti e kahemba, regiões ligadas à Bacia do Cuango.

Durante os últimos cinco anos, entraram 167 mil e 720 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades nessas paragens do território nacional, segundo a nota da corporação, que refere o facto de os mesmos terem sido repatriados por entrada e permanência ilegal. Importa referir que os cidadãos da RDC constituem 97 por cento deste total, sendo que os conhecidos oeste-africanos dividem a cifra de 3 por cento.

O maior registo de entrada de imigrantes em condições de ilegalidade repatriados aconteceu em 2008, altura em que o total apontou para 60 mil e 446, enquanto o ano menos produtivo foi o actual com a indicação de cinco mil e 215 repatriados.

Refira-se, ainda, que em 2013 houve saída voluntária de 74 mil e 726 de cidadãos estrangeiros ilícitos, fruto da implementação de medidas de prevenção e combate à imigração ilegal por parte do Governo Provincial da Lunda - norte

A diferença anima o comandante provincial da Polícia e seus colaboradores, uma vez que, segundo avaliaram, a diferença entre os dois indicativos se traduz no esforço empreendido pelos efectivos da polícia.

Vale lembrar que a imigração ilegal consiste na entrada de um cidadão estrangeiro num determinado território de forma clandestina e na permanência do mesmo sem qualquer tipo de documentação e autorização.

Tráfico de diamante entre as causas

Ao reconhecer, em primeiro lugar, consequências económicas" resultantes do tráfico de diamantes, provenientes do garimpo ilegal, a polícia reforçou a causa da imigração ligada à busca de melhores condições de vida, bem como a fuga à pobreza e ao desemprego.

Laços de consanguinidade, consignados no facto de as tribos da RDC serem, em muitos casos, as mesmas existentes em Angola, assim pelo de haver líderes tradicionais cuja autoridade se estende entre os dois países foi outro classificado motivo dos imigrantes ilegais, aos quais também se desconta a necessidade de fuga das guerras violência e perseguição política ou religiosa.

Em relação às consequências, a Polícia Nacional avaliou as que se prendem com os sectores demográfico, político, criminal, ambiental e cultural, realçando respectivamente o crescimento anormal e descontrolo da população, implicações para soberania, coesão e unidade nacional, conflito de cidadania e tráfico de droga e o consequente de seres humanos, bem como a remoção descontrolada de terras e desvio de rios, para além da proliferação de ceitas religiosas estranhas ou diferentes á realidade de angolana.

Finalmente, a polícia concluiu que a qualquer Estado assiste, por princípio, o direito de poder limitar a entrada ou permanência de imigrante no seu território e que o combate á imigração e à promoção 'de migração regular é uma responsabilidade dos estados, em parceria com as organizações internacionais e a sociedade civil.

11.15 Uíge Imigração ilegal preocupa autoridades

Jornal Agora

25 De Outubro de 2013

O secretário de Estado para os Serviços Prisionais reafirmou na província que a entrada ilegal de estrangeiros desestabiliza o tecido económico-social o Uíge encontra-se na rota das regiões prioritárias na estratégia do Ministério do Interior no que respeita ao combate a imigração ilegal, revelou José Bamoquina Zau, que trabalhou esta semana na província do 'bago vermelho' para radiografar o funcionamento de diferentes sectores do ministério de tutela, manifestando a necessidade da população colaborar na denúncia dos cidadãos ilegais, vistos como uma praga que desestabiliza o tecido económico e social.

O governante referiu ainda que uma atenção especial é igualmente prestada ao trabalho para a redução da sinistralidade rodoviária na região, e à avaliação da situação no âmbito do processo de humanização das cadeias, à luz do projecto 'Novo rumo e novas oportunidades'.

No quadro da humanização dos serviços prisionais, Bamoquina Zau indicou que o projecto vai trazer uma mais-valia para a província, tendo ressaltado a construção da nova cadeia no município do Negage, situado a 37 quilómetros da cidade do Uíge e com capacidade para 650 reclusos.

O novo estabelecimento prisional tem uma área produtiva, onde será lançada uma fábrica de processamento de fuba de bombo e uma área de artes

e ofícios, visando a capacitação profissional da população prisional.

A província do Uíge tem sido uma das 'portas' de entrada de cidadãos ilegais da vizinha República Democrática do Congo e de outros países do Norte de África, a exemplo de malianos e outras nacionalidades que entram em Angola em busca de uma vida melhor.

11.16 A pequena «república» do Palanca

Semanário Angolense

26 De Outubro de 2013

À semelhança do Mártires do Kifangondo, o bairro Palanca, distrito do Kilamba Kiaxi, é outro local escolhido pelos imigrantes. Nesta parcela do território, são os congolezes que «mandam». Neste momento, superam já, em número, os cidadãos nacionais. Contam os moradores mais antigos que foi a partir de uma «brecha» que essa «invasão» começou. Os factos remontam aos já distantes anos 80.

Os primeiros imigrantes congolezes vinham juntos com alguns angolanos que, devido à guerra, se haviam refugiado nos Congos e na Zâmbia. Eram os chamados regressados ou retomados. Mas, os angolanos verdadeiros, os mais velhos, eram fáceis de identificar, porque falavam das suas anteriores localidades, já que havia uns que antes de abandonarem o país viviam no Uíge ou no Zaire e contavam histórias de lá, falavam dos sobas e das aldeias.

Depois dessa fase, foram aparecendo os verdadeiros congolezes. O modo de infiltração era o seguinte: aparecia um indivíduo que alugava um quarto, depois nesse mesmo quarto apareciam mais três pessoas que não eram da família, acabando por ficar, numa casa alugada, entre 10 a 30 pessoas, num sistema de cada, individualmente ou em grupos, pagar a renda mensal de forma faseada. Foi nessas condições que eles se multiplicaram.

Para sobreviverem, essas pessoas dedicavam-se ao comércio rústico. «Montavam à entrada das casas bancadas para a venda de «kikuanga e Makayabo». As meninas que sabiam trançar cabelos montavam uma tenda e prestavam esses serviços, além de comercializar cabelos' postiços provenientes do Congo», conta Faustino Manuel, morador do Bairro Palanca.

Como naquela altura não havia muita gente no bairro, eles, cada vez em número maior, foram ocupando os espaços vazios.

Começavam colocando um casebre de chapa, depois outro de construção definitiva e por aí em diante. De lá para cá o «modus operandi» não sofreu muitas alterações.

Actualmente, esses estrangeiros já superam, em número, os cidadãos nacionais.

Numa estimativa avulsa, eles representam cerca de 60% dos habitantes do bairro Palanca. Isso fica mais evidente quando há um óbito ou festa. Muitas vezes eles fecham 2 ou 3 ruas. A confusão provocada é tanta que alguns munícipes optam por não sair de casa. Hoje, para viver, a maioria dos homens dedica-se ao serviço de táxi, operando no interior do bairro como nas imediações do hospital Sanatório, Avô Kumbi (Golfe 1) e Angalo. Outros ainda fazem serviços de reparação de electrodomésticos e telemóveis, enquanto as mulheres se dedicam mais ao comércio. «Em todo canto, vemos uma bancada com bolinhos ou micate, ginguba, kikuanga, makayabo. Ou alguém a vender refeições em barracas improvisadas», conta Faustino Miguel, que é morador do bairro desde 1974.

Prostituição em massa

Entre as quintas-feiras e domingos, a partir das 14 horas, é comum ver-se jovens do sexo feminino circulando ao redor das pensões e «hospedarias» do bairro. Entre as mais referenciadas, conta-se a que fica na rua Olímpio Macuéria, a mesma que sai do hospital Sanatório ao Bairro Popular. Ainda na mesma área tem outra pensão e próximo ao Bairro Popular há mais uma. São nesses locais onde, disfarçadamente, se concentram as prostitutas.

«O conhecimento que nós tínhamos é que as mulheres do Congo e até do Uíge tinham uma vestimenta muito regrada, com trajes que chegavam aos calcanhares, mas aqui estamos a ver o oposto. Só não andam completamente despidas porque têm que tapar alguma coisa. A conduta desses estrangeiros tem sido uma má influência para as nossas crianças, que, dia-a-dia, convivem com essa situação. Às vezes, estamos a passear com os filhos e deparamo-nos com moças semi-nuas a consumirem cerveja a torto e direito.

Rapazes com bebida na mão esquerda e cigarro na mão direita. Já não podemos passear com a mulher e a sogra no bairro sem nos depararmos com os famosos calções 'tchuna baby' numa versão mais ousada do que o que vê-se por aí», lamenta Faustino Miguel.

Farra sim, atritos não

É quando há jogo do Kabuscorp do Palanca que o bairro quase que fica intransitável. Fecham as ruas. E num carro Toyota Hiace podem caber mais de 20 pessoas, ao passo que num turismo de modelo Corolla podemos ver cerca de 10 pessoas, umas nos colos das outras. Depois da vitória, é de uma ponta a outra a festança, com música alta, consumo de cerveja em grandes quantidades, à volta da kikuanga. Outra coisa aborrecida é o surgimento de igrejas. «Basta um conjunto de chapas e lonas para que do dia para a noite surja uma igreja. E depois é só gritaria e batucada, não importa o dia da semana», conta o nosso ciclerone.

Contudo, Faustino Miguel aponta como uma vantagem o facto de eles, salvo raras excepções, evitarem atritos com os cidadãos nacionais. ~ (Em geral, eles dirigem-se bem aos angolanos. É muito mais fácil surgir briga entre eles. Esses estrangeiros também não são muito dados ao furto. Eles não sabem roubar. Um ou outro, um pouquinho mais atrevido, é que rouba, mas essa prática é frequentemente registada mesmo entre nós, os nacionais. Nunca ouvimos lutas de garrafas ou grupos de marginais que assaltam e fazem desmandos no bairro em que conste congolese», concluiu.

II.17 Com os estrangeiros vieram as drogas pesadas e a prostituição em grande força

Semanário Angolense

26 De Outubro de 2013

Com cerca de 18 mil habitantes, o bairro Mártires do Kifangondo, ao distrito urbano da Maianga, é um dos pontos preferenciais de muitos estrangeiros quanto à fixação de residência. Por certo, devido à proximidade com o aeroporto internacional 4 de Fevereiro. A este junta-se também o vizinho Cassenda.

Hoje, segundo a Comissão de Moradores do bairro, a população de estrangeiros no Mártires conta alguns milhares de indivíduos. São pessoas maioritariamente oriundas do Senegal, Mali, Mauritânia, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Conacri, República Centro Africana, Somália, Eritreia e Etiópia, além do Vietname e China.

Entretanto, os moradores mais antigos do bairro, como quem diz cidadãos nacionais, não deixam de observar algumas atitudes descritas como desviantes e muito preocupantes de alguns desses estrangeiros. É que, com o seu aparecimento, sobretudo nos

últimos tempos, fenómenos como a prostituição e tráfico de drogas pesadas passou a fazer parte do dia-a-dia do bairro. À vista de todos, esses estrangeiros são comerciantes, detendo a maior parte das cantinas (pequenas lojas de conveniências). Eles também se dedicam ao negócio de prestação de serviços, sobretudo na área de restauração, bares e panificadoras. Porém, existem também muitos que não fazem absolutamente nada, sendo estes são os que mais chamam a atenção dos moradores angolanos. «Se eles não trabalham, como é que vivem?», questiona-se uma moradora, identificada apenas por Marta, em conversa com o repórter deste semanário.

As mesmas suspeitas vêm da própria Comissão de Moradores. António Cunha, o seu presidente, disse que há fortes evidências, inclusive já se pediu a intervenção da Polícia, de que muitos estrangeiros estarão envolvidos no tráfico de drogas. Para não dizer mesmo que são eles os patrões desse negócio por aqueles lados. «o que sabemos é que esses emigrantes se dedicam ao comércio, mas sabemos igualmente, e a maior parte dos moradores concorda, que há outros negócios obscuros por trás. Quem fala da droga, fala da falsificação de moeda e uma série de negócios que eles devem fazer e que compete à Polícia pôr cobro. O bairro já viveu situações piores e neste momento observamos uma relativa acalmia», explica António Cunha.

«A Comissão de Moradores já detectou algumas situações, incluindo actos delituosos, que depois foram encaminhadas à Polícia. Há tempos, nos deparamos, numa residência onde só vivem estrangeiros, com algumas máquinas estranhas. Não nos foi dito para que serviam, mas tudo indica, que se destinavam à falsificação de moeda», continua.

Como em qualquer situação similar, os detalhes do que se passou a seguir é do domínio de muitíssima pouca gente, o que justifica o facto de, na qualidade de representante dos munícipes e intermediários destes com a administração local do Estado, António Cunha não poder nos fornecer mais elementos a propósito.

Por exemplo, não conseguimos saber dele se os estrangeiros envolvidos no tráfico de droga estão no nosso país em situação migratória legal ou não. Facto é que existem muitos a viverem no Mártires de Kifangondo ilegalmente. «Eu pessoalmente acredito que deve haver muitos estrangeiros ilegais. De vez em quando, tem havido aquelas operações conjuntas entre a polícia e os serviços de migração e a Comissão de Moradores abraça essas iniciativas porque também se sente incomodada com a presença de estrangeiros em situação ilegal e a praticarem actos

ilícitos. O que nós também verificamos é que são os próprios estrangeiros que dão cobertura aos ilegais. Entendemos que deve ser por serem conterrâneos e muitas vezes familiares.

Muitas vezes são estrangeiros que empregam os outros estrangeiros nas suas cantinas, geralmente miudinhos de 15 ou 16 anos», reforça o líder comunitário.

À moda congoleza

Sem falar dos hábitos e costumes, muitos deles contrários aos nossos, os estrangeiros trouxeram outros males à vizinhança que constroem jovens e adultos, pais e filhos. É o caso da prostituição, negócio dominado no bairro por mulheres congolezas. Por isso mesmo, a zona do Mártires de Kifangondo é já uma referência no que diz respeito à prostituição no casco urbano.

Fernando Segunda, 28 anos, é um jovem morador do «Mártires» e diz que a prostituição assumiu proporções intoleráveis. «Desde que esses imigrantes começaram com essas práticas, as nossas irmãs, talvez por influência, foram-se tornando mais desinibidas e materialistas. Hoje, é difícil namorar sem interesse e acredito mesmo que algumas também já enveredaram mesmo para a prostituição», comenta.

Por sua vez, a Comissão de Moradores diz que tem tentado controlar e até minimizar a situação, mas tal tem sido uma tarefa que se mostra hercúlea. «Fizemos um levantamento dessa situação e sabemos que na totalidade das meninas, nenhuma delas é moradora do Mártires do Kifangondo», diz António Cunha.

Segundo ele, as prostitutas são, sobretudo, estrangeiras e oriundas da RDC que moram em bairros distantes. «Actuam numa única área, onde até temos uma discoteca que é muito frequentada por cidadãos também do Congo Democrático. Temos feito algum trabalho com essas pessoas. Nós trabalhamos com outras forças vivas da sociedade aqui no bairro, como as igrejas, associações e ONG's e até com associações políticas como a OMA, no sentido de estancarmos esta situação», revela.

«Trabalhamos também com as pessoas que procuram este tipo de serviços e com a Polícia Nacional.

Neste momento, a situação reduziu, mas ainda prevalece», detalhou António Cunha.

Ainda de acordo com o presidente da Comissão de Moradores, habitante do «Mártires» há 40 anos, apesar de tudo, a convivência entre nacionais e estrangeiros pode ser considerada pacífica, na medida

em que não se tem registado atritos. Mas, segundo ele, quanto à participação na vida da comunidade os estrangeiros não são muito receptivos. «A Comissão de Moradores, quando precisa de engajar a comunidade, convida todos moradores, tanto os nacionais como os estrangeiros. Só que, com a comunidade estrangeira, deparamo-nos com algumas dificuldades. Por exemplo, quando estamos perante uma campanha de vacinação, em que os alvos visados são as crianças, há estrangeiros que não permitem que as suas crianças sejam vacinadas. Quem fala da campanha de vacinação, fala das campanhas de limpeza, nas quais também temos notado alguma resistência de sua parte», conta António Cunha.

Idêntica situação é vivida no vizinho Cassenda. Aliás, quando os imigrantes não estão de um lado, estão do outro e vice-versa.

11.18 Imigração ilegal ajudada por seitas

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2013

As autoridades do município do Soyo identificaram algumas seitas religiosas que estão a Introduzir "algumas culturas estranhas no país" e a auxiliar a imigração Ilegal, revelou o segundo comandante da Polícia Nacional no Zaire para a Ordem Pública.

Gregório de Sousa disse que a corporação está a acompanhar atentamente as acções destas associações, ao mesmo tempo que está a intensificar o trabalho de patrulhamento em toda a extensão fluvial, marítima e terrestre, durante uma conferência de imprensa na qual efectuou o balanço da actividade policial da semana e que serviu, também, para apresentar dados da Operação Serpente.

O subcomissário, que dirigiu a operação, informou que foram detidos 222 elementos, Destes, 189 foram repatriados na terça-feira.

A operação, que abrangeu todo o centro da cidade e bairros periféricos, visou travar o aumento vertiginoso de imigrantes ilegais, muitos dos quais estão na base de alguns crimes que acontecem na região, já sob investigação. A província do Zaire tem sido a preferida pelos imigrantes ilegais na sua entrada para o território angolano.

Secretário de Estado no Uíge

O secretário de Estado para os Serviços Prisionais, José Bamoquina Zau, revelou que a província do Uíge está entre as regiões prioritárias na estratégia do Ministério do Interior de combate à imigração ilegal. Em visita à província, para avaliar o funcionamento

dos órgãos do Ministério do Interior, José Bamoquina Zau referiu que uma atenção especial é prestada às acções para a redução da sinistralidade rodoviária na região. "Nesta visita vamos fazer a avaliação do processo de humanização das cadeias, uma vez que foi divulgado um projecto ambicioso denominado 'Novo rumo e novas oportunidades'", sublinhou José Bamoquina Zau que termina amanhã a visita.

O secretário de Estado sublinhou que o projecto é da mais-valia para a província, "E na base deste espírito de actividade que se vai desenvolver a nova cadeia no município do Negage, construída na localidade do Kindoqui, com capacidade para 650 reclusos." A nova cadeia do Kindoqui vai ter uma área produtiva, onde é instalada uma fábrica de processamento de fuba de bombó. O empreendimento vai ajudar na recuperação dos presos.

A cadeia do Kindoqui vai contar com uma área de artes e ofícios, para ajudar no processo de aprendizagem dos reclusos, facilitando-lhes a reinserção na sociedade após o cumprimento da pena. O comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira disse, recentemente, que a situação de segurança nas fronteiras em Angola é preocupante, sobretudo nas províncias limítrofes da República Democrática do Congo e do Congo Brazzaville. António Candela confirmou que a maioria de estrangeiros ilegais na província é proveniente daqueles países daqueles países. O comandante anunciou que a Polícia de Guarda Fronteira "está a aperfeiçoar mecanismos" para melhorar o combate à imigração clandestina. António Candela termina amanhã uma visita iniciada na terça-feira destinada a verificar a actuação dos efectivos em relação à protecção e segurança da fronteira com a República Democrática do Congo.

11.19 O paraíso dos «ndingarí»

Semanário Angolense
26 De Outubro de 2013

Cidadãos angolanos de alguns bairros de Luanda estão preocupados com a situação reinante nos seus locais de residência, devido ao crescente processo de degradação a que eles têm estado sujeitos, na sequência da «invasão» de imigrantes, geralmente ilegais, que introduzem nessas comunidades hábitos e costumes perniciosos e contrários à cultura da boa vizinhança, do bem-estar e sossego dos moradores, a que se junta ainda uma intensa actividade comercial, quer em moradias transformadas em lojas, como e sobretudo, nas ruas, agora tomadas pelo caos.

Como se não bastasse, o excesso de poluição sonora, proveniente de seitas religiosas e lanchonetes, e a prostituição descarada, que toma proporções alarmantes de noite, também passaram a fazer morada nessas zonas.

De acordo com um grupo de cidadãos residentes na comuna do Hoji-ya-Henda, ao município do Cazenga, que se deslocou à redacção do Semanário Angolense (SA), para manifestar a sua preocupação, a situação naquela parcela de Luanda está insustentável, sendo que a área «cada vez se parece menos com Angola», como trataram de sublinhar os seus integrantes.

Para eles, toda a comuna está transformada num enorme mercado, que não tem hora para fechar. «A nossa vida está muito dificultada. Não se pode viver nas condições em que se transformou o Hoji-ya-Henda: quase todos os edifícios são estabelecimentos comerciais e muitos deles são também residências, onde vivem ou pernoitam dezenas de indivíduos aglomerados, enfim. As ruas transformaram-se em mercados, onde não se pode transitar à vontade, porque os estrangeiros fecharam mesmo algumas delas em prol dos seus negócios, não querendo saber de nada. Há muito barulho e muito lixo. Na verdade, já não sabemos o que fazer», disseram os cidadãos lamentosos.

Refira-se que tanto os integrantes do grupo que se deslocou ao SA como outros que foram abordados pela nossa reportagem no local, para além de dizerem um ou outro nome, não aceitaram identificar-se, pedindo mesmo para não serem fotografados. E explicam as razões: «Nós moramos lá e muitos deles conhecem-nos. Se aparecermos no jornal, podemos sofrer represálias. E temos família, temos filhos que podem ser vítimas deles. Também é do conhecimento geral que esses estrangeiros são sócios ou trabalhadores de ministros, gerais e comandantes da Polícia.

Eles têm toda a protecção que nós não temos e se acharem que estamos a pôr em risco os seus negócios, é um perigo para nós».

Para corroborar o que disseram; explicaram que a localidade está infestada de delinquentes, muitos deles ao serviço dos comerciantes estrangeiros, que os têm como aliados, porque a maioria são seus conterrâneos, «Apesar de haver uma esquadra ali na zona, a polícia quase nunca penetra nos bairros e quando o faz é para ir recolher a 'gasosa' que os donos dos estabelecimentos e os seus revendedores de rua pagam. Não podemos contar com ela, porque em caso de alguma denúncia, que perigo a 'gasosa'

dos agentes, nós poderemos ser alvos a abater», esclareceram.

Os moradores disseram também que administração comunal, começando pelo próprio titular, «é tudo farinha do mesmo saco». Segundo eles, até os fiscais preferem atacar e roubar as pobres zungueiras angolanas, do que colocarem na ordem os estrangeiros que cometem todo o tipo de transgressões. Em face de tudo isso, apelam ao Governo para que tome medidas urgentes para a contenção dos excessos que estão a ser cometidos nessa zona de Luanda, que podem pôr em risco a nossa identidade e o futuro dos nossos filhos, além da própria segurança do país. Está demais!

1.1.20 SME intensifica as acções de fiscalização

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) vai intensificar as acções de fiscalização de forma a combater a imigração ilegal, cujos actores e facilitadores teimam em fazer das fronteiras de Angola um espaço aberto e sem regras, disse ontem, no Dundo, o director nacional adjunto da instituição.

Eduardo de Sousa e Santos reconheceu existirem ainda limitações de recursos técnicos e humanos preparados e falta de rapidez operacional, situação que tem influenciado na eficácia de actuação dos efectivos do SME. Apesar dessas dificuldades, disse, o combate à imigração ilegal está a ser intensificado para desencorajar os principais autores.

O director nacional adjunto, que falava na primeira reunião de coordenação do SME na região leste de Angola, defendeu a continuação do e tudo do fenómeno da imigração ilegal, para que se possam traçar medidas inteligentes de controlo e fiscalização, voltadas para as redes organizadas, e preparar as formas mais diligentes e concertadas de actuação.

O objectivo das redes que promovem e auxiliam a imigração ilegal, disse, é o da "destabilização do país e, sobretudo, da busca de lucros fáceis". Eduardo de Sousa e Santos acha que o Serviço de Migração e Estrangeiros deve continuar a influenciar no sentido de se desenvolverem políticas, diplomacia e sensibilização das autoridades dos países de origem dos imigrantes em situação ilegal para inverter a actual situação.

"É necessário continuar a cooperar com os países vizinhos em matéria migratória para que as acções

sejam enquadradas num esforço conjunto da região, no âmbito da SADC e da Região dos Grandes Lagos, com maior realce para os países de proveniência dos imigrantes ilegais", defendeu.

o responsável do SME considerou que o combate à imigração ilegal sendo tarefa do Serviço de Migração e Estrangeiros, requer o envolvimento de toda a sociedade e dos distintos órgãos de Estado, para que seja possível o estancamento deste fenómeno, lembrando que os esforços conjuntos têm alcançado resultados positivos, com a inviabilização de acções de redes e pessoas que fomentam a imigração.

Durante o encontro, foram apresentados informes-sínteses da situação migratória nas províncias de Malange, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico e a situação dos refugiados e requerentes de asilo. A reflexão sobre os estrangeiros em situação ilegal que vivem com os cidadãos nacionais há mais de 15 anos, bem como sobre as estratégias de combate a imigração ilegal constou das temáticas debatidas na primeira reunião de coordenação do SME na região leste de Angola.

Os participantes no encontro recomendaram aos órgãos provinciais a emissão de documentos de viagem aos titulares de declaração provisória e a interdição de entrada aos não detentores do respectivo documento. A construção de centros de detenção para estrangeiros em situação ilegal em todas as províncias do leste foi também recomendada, além da promoção de campanhas de sensibilização da população e a elaboração de planos táticos que visem o combate à imigração ilegal.

11.21 Aumentam as violações

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2013

A Polícia de Guarda Fronteira frustrou nos últimos três meses 99 tentativas de violação da fronteira do Cunene com a Namíbia, mais 44 em relação a igual período do ano passado.

Os dados foram avançados no domingo, em Ondjiva, pelo porta-voz do Comando Provincial da Polícia no Cunene, intendente Piedade Pombal, referindo que na sequência das infracções foram interpeladas 119 pessoas, entre nacionais e estrangeiros de nacionalidade chinesa e namibiana.

Os nacionais, de acordo com a Angop, foram postos em liberdade, depois do registo operativo e respectiva sensibilização.

Os estrangeiros foram encaminhados para o Serviço de Migração e Estrangeiros no Cunene para tratamento do processo e seu repatriamento.

As infracções ocorreram nas subunidades de Calueque, Marco-14, de Ocatale, Posto de Guarda Fronteira número 19 e de Santa Clara. No âmbito do combate à fuga ao fisco, a Polícia de Guarda Fronteira procedeu à apreensão de duas viatura Toyota Hiace e dois Rav 4 com matrícula supostamente falsificada.

A província do Cunene partilha 460 quilómetros de fronteira com a Namíbia, dos quais 340 terrestre e 120 fluviais.

